

AAP

MONOGRAFIAS
1



CONTEXTOS ESTRATIGRÁFICOS NA *LUSITANIA* (DO ALTO IMPÉRIO À ANTIGUIDADE TARDIA)

Coordenação de José Carlos Quaresma e João António Marques

MAP

MONOGRAFIAS
1

CONTEXTOS ESTRATIGRÁFICOS NA *LUSITANIA* (DO ALTO IMPÉRIO À ANTIGUIDADE TARDIA)

Coordenação de José Carlos Quaresma e João António Marques

Título

Monografias AAP

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Carlos Quaresma, João António Marques

Design gráfico

Flatland Design

Fotografia de capa (cabeça de terracota localizada na c/Almendralejo 41, Mérida)

M. Bustamante

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

ISBN

978-972-9451-55-3

Depósito legal

396123/15

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os textos publicados neste volume são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

- 5 Editorial
José Morais Arnaud
- 7 Prefácio
João António Marques
- 9 Introdução. Um estímulo ao estudo de contextos
José Carlos Quaresma
- 13 *Terra sigillata Italica* from Caladinho (Redondo, Portugal)
Rui Mataloto; Joey Williams
- 25 Um contexto construtivo de época tardo augustea em *Augusta Emerita*
Macarena Bustamante
- 41 Um contexto alto-imperial da Rua dos Remédios, Lisboa
Rodrigo Banha da Silva
- 69 Contextos e materiais arqueológicos do sítio romano da Póvoa do Mileu (Guarda)
Vitor Pereira, Alcina Cameijo, António Carlos Marques
- 85 Um contexto do segundo quartel do século II: a vala do estacionamento de *Ammaia*, São Salvador de Aramenha, Marvão
José Carlos Quaresma, Vítor Dias
- 105 *A figlina* do Morraçal da Ajuda, Peniche – última fase de produção
Guilherme Cardoso, Severino Rodrigues, Eurico Sepúlveda, Inês Alves Ribeiro
- 117 Análise crono-estratigráfica da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Seixal): séculos III-V
Cézer Santos, Jorge Raposo, José Carlos Quaresma
- 149 O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): um contexto estratigráfico tardo-antigo no extremo noroeste da *Lusitania*
António Manuel S. P. Silva, Pedro Pereira, Teresa P. Carvalho, Filipe Pinto, Laura Sousa

EDITORIAL

José Morais Arnaud

Presidente da Direcção

Com esta obra a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) inaugura uma nova série de Monografias, destinada a publicar trabalhos de investigação arqueológica considerados de especial relevância para o avanço dos nossos conhecimentos que, pela sua amplitude, não se enquadrem na Revista Arqueologia & História, sejam eles o resultado de reuniões científicas de temáticas específicas realizadas no âmbito da actividade das Secções, de trabalhos distinguidos no âmbito do Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão, de trabalhos de mérito desenvolvidos sobre temáticas relacionadas com a Associação e o seu Museu ou outras.

Tendo em consideração a recente alteração do processo de circulação de trabalhos científicos, a nível internacional, a qual tende cada vez mais a ser feita por via electrónica, estas Monografias serão impressas em papel ou em suporte digital, consoante a natureza das obras e os recursos disponíveis.

A AAP espera assim dar uma importante contribuição para o progresso da investigação arqueológica em Portugal, estimulando os arqueólogos portugueses a prosseguir a sua actividade, mesmo em tempos que se afiguram pouco favoráveis a todas as actividades culturais e científicas.

PREFÁCIO

João António Marques

Presidente da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

São vários os aspectos da nossa vida quotidiana onde permanecem traços duradouros da cultura romana e que também são a maior prova do seu sucesso enquanto civilização.

No entanto, apesar deste convívio e fascínio de séculos, há alguns aspectos, como o seu desaparecimento enquanto entidade política e económica, que de alguma forma ainda hoje não são completamente claros.

É no último quartel do século XVIII que são iniciadas as principais teorizações historiográficas sobre a dissolução do Império Romano do Ocidente que acabaram por levantar questões sobre o processo de mudança e de transição na bacia do Mediterrâneo entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média.

Mas a arqueologia tem decisivamente contribuído na discussão desta problemática através dos dados obtidos com a investigação dos contextos arqueológicos, que concorrem para os estudos económicos relativos à circulação de bens e às dinâmicas das trocas em finais do Império.

Dos muitos e emblemáticos sítios romanos do nosso país que têm sido objecto de investigação, destaca-se no século XX os trabalhos desenvolvidos em Conimbriga, nos anos sessenta e setenta, e em S. Cucufate, anos setenta e oitenta, quer devido à natureza pioneira dos trabalhos científicos que aí se desenvolveram quer devido às publicações que daí resultaram, e que trilharam caminhos que ainda hoje são percorridos por outros investigadores.

Nas últimas duas décadas tem-se assistido à profusão de escavações arqueológicas resultantes sobretudo do que se convencionou apelar de arqueologia preventiva. Desde a segunda metade dos anos noventa do século XX que se tem escavado como nunca antes se havia escavado, recolhendo-se um palimpsesto de materiais arqueológicos e de registos que levarão muitas mais décadas a estudar e a publicar.

Caso recente bem-sucedido é o respeitante aos trabalhos de minimização arqueológica desenvolvidos entre 1998 e 2002 na Barragem de Alqueva, processo concluído em 2014 com a respectiva publicação em 13 dos 14 volumes da 2.ª Série das Memórias d'Odiãna.

Mas se nestas duas últimas décadas a arqueologia preventiva suplantou os trabalhos programados dedicados à investigação, como se conseguirá recuperar esse tempo e efectuar estudo dos sítios, dos contextos, dos espólios e se poderá efectuar a sua difusão científica através de publicação sem a existência de estruturas formais de investigação que possam enquadrar e sobretudo assegurar esses estudos?

É aqui que surge a questão das condições e do paradoxo em que se processa a actual investigação científica arqueológica em Portugal.

Encontram-se estruturados centros de investigação ligados às universidades dedicados aos estudos arqueológicos e também são de forma regular concedidos apoios e bolsas para investigação. Mas os meios humanos, os investigadores, não se encontram efectivamente integrados nessas estruturas. O trabalho continua a basear-se no esforço e persistência individuais, sem que de facto as instituições de acolhimento reúnam condições que possibilitem apoiar os investigadores.

Não há assim uma visão suficientemente abrangente que conceba, para além da atribuição de bolsas, a investigação científica, situação que terá que futuramente ser revista sem preconceitos economicistas na óptica de um modelo estruturado ao nível nacional, como acontece, por exemplo, com o *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC) em Espanha.

É hoje evidente o sucesso do desenvolvimento da arqueologia, situação com que nos podemos congratular, bem como da melhoria das técnicas de escavação e de registo e o incremento da investigação multidisciplinar. Este desenvolvimento teve naturalmente implicações na evolução que se tem assistido no nosso país na investigação de sítios e contextos romanos, e que se constata nos numerosos trabalhos hoje publicados e nas teses que têm vindo a ser elaboradas.

A concepção deste colóquio resultou de uma ideia inicial da Secção de História respeitante à organização de *workshops* dedicados à cerâmica romana, destinados sobretudo a estudantes e outros interessados, permitindo aos investigadores não só apresentar os seus dados assim como os próprios materiais exumados nos sítios abordados.

Surgiu nesse âmbito o convite ao José Carlos Quaresma, a quem aproveito para agradecer a disponibilidade, que conhecia desde os seus tempos de Miróbriga, sítio onde igualmente promovi, no âmbito do Programa de Valorização das Pontes Históricas do Alentejo, uma intervenção de conservação e restauro na respectiva ponte em que participou dirigindo os trabalhos arqueológicos.

A ideia inicial evoluiu para a organização de um mais abrangente colóquio onde se abordasse e problematizasse a investigação estratigráfica fazendo-se o respectivo ponto da situação da investigação de alguns sítios romanos do espaço lusitano.

Este contou com mais de uma dúzia de participações de que resultaram estas actas que se espera que sejam um contributo da Associação dos Arqueólogos Portugueses para o desenvolvimento e difusão da investigação científica e um estímulo para a organização de outras iniciativas similares.

Lisboa, Abril de 2015

INTRODUÇÃO. UM ESTÍMULO AO ESTUDO DE CONTEXTOS

José Carlos Quaresma

Bolseiro de Pós-doutoramento FCT / Investigador do CIDEHUS (Un. Évora) e da UNIARQ (Un. Lisboa) / josecarlosquaresma@gmail.com

As actas que ora apresentamos são o resultado de um dia de apresentações num colóquio organizado no âmbito da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a cujos órgãos sociais, e nomeadamente a João Marques, agradecemos a coordenação executiva do evento, realizado a 24 de Novembro de 2012, no auditório da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

Este colóquio foi, antes de mais, uma primeira chamada de atenção, no âmbito da Arqueologia Romana e Tardo-Antiga portuguesa do espaço lusitano, sobre a necessidade de trabalharmos cada vez mais, e sempre que possível, sobre dados estratigráficos, devidamente caracterizados, quantificados e ilustrados. Por essa razão, insistimos em que os trabalhos tivessem um fio condutor na sua metodologia de análise, tendo a estratigrafia como eixo estruturante, em faseamento ou em uma dada unidade seleccionada. A esse passo de escolha da base empírica seguia-se uma quantificação rigorosa, que usasse conceitos estatísticos de referência, como o número de fragmentos ou o número mínimo de indivíduos (num único caso deste encontro, é aplicada também a estimativa de equivalente de peça). O objectivo final era o de, com esta informação tratada, avaliar-se o comportamento tipológico e geo-económico dos materiais estudados em estratigrafia e com isso fornecer novas pistas sobre o comércio em território lusitano.

Embora apoiada em contextos estratigráficos, a investigação ceramológica que atravessou quase todo o século XX foi, como sabemos, eminentemente de índole morfológica e deu origem a uma série de tipologias que ainda hoje norteiam os nossos trabalhos. Sem sermos exaustivos e tocando apenas nas cerâmicas finas, recorde-se os trabalhos dos últimos 40 anos de Hayes (1972), Mayet (1984), *Atlante* (1981; 1985), Ettlinger *et Al.* (1990), Mackensen (1993), Polak (2000) e Bonifay (2004), no que respeita à *terra sigillata*; de Mayet (1984) e do *Atlante* (1985), em relação às paredes finas; de Deneauve (1969), do *Atlante* (1981) ou de Bussiére (2000; 2007), no que às lucernas diz respeito. Com uma certa concentração na década de 1980, estes trabalhos produziram verdadeiras tipologias sólidas, ou contributos parciais, como o caso de Bonifay, em 2004, com uma plêiade de estudos de tipo, numa época em que a *terra sigillata* sudgálica é objecto da primeira quantificação estratigráfica em monografia respeitante ao centro produtor de La Graufesenque (Genin; *et Al.*, 2007).

A este quadro soma-se apresentações tipológicas sintéticas sobre uma vasta gama de produções, como o número 6 da revista *Lattara* (1993), ou sobre tipologias escolhidas, como em Fernández García (1998), ou em Roca Roumens e Fernández García (1999; 2005). Ao nível anfórico, merece cla-

ro destaque o projecto em curso para a catalogação de todos os tipos produzidos na Península Ibérica, *Amphorae ex Hispania*, da responsabilidade de R. Jarrega, do ICAC (<http://amphorae.icac.cat/>), sucedâneo do trabalho de Beltrán-Lloris (1970), e aos quais acresce os esforço mais generalistas como a obra de Beltrán-Lloris (1990), ou os recentes volumes de *Las Cerámicas Hispanorromanas* (Bernal; Ribera i Lacomba, 2008; 2012).

Nas últimas duas décadas, os esforços têm tido em linha de conta uma crescente problematização de contextos, com a percepção de que o monolitismo das grandes tipologias distorce muitas vezes as nuances temporais e geográficas da difusão comercial, bem como as diferenças entre as cronologias dos centros de consumos e as dos centros de produção. Esta visão tem sido desenvolvida com mestria por Reynolds, para as questões geo-económicas mediterrânicas, entre os séculos II e VII (Reynolds, 1995; 2010) e foi objecto de vários encontros temáticos, no intuito de recolher contextos estratigráficos de referência. A nível peninsular, como o publicado no número 2 da revista *Arqueo Mediterrània* (1997), em Roca Roumens e Revilla (2010), ou no projecto em curso, *Ex Officina Meridionali*, sob a direcção de I. Fernández García da Universidade de Granada; a nível mediterrânico, como o volume lançado por Cau Ontiveros, Reynolds e Bonifay (2011), sucedâneo a nível metodológico da monografia paradigmática sobre a Bolsa de Marselha (Bonifay; Carré; Rigoir, 1998).

Na faixa ocidental peninsular, um conjunto recente de trabalhos monográficos contribuiu para a quantificação dos consumos de *terra sigillata* e outras tipologias e seus comportamentos estratigráficos (Silva; Soares, 1993; Quaresma, 2012; Bustamante, 2013; Fernández Fernández, 2014), conformando um panorama bastante mais pobre do que o vivido nas últimas décadas na parte oriental da Península Ibérica, onde uma série de trabalhos tem dado à estampa quantificações crono-estratigráficas relevantes, tanto para o Alto-Império (por ex., Beltrán-Lloris; et Al., 1998), como para a Antiguidade Tardia (por ex., o número 15 da revista *Laietania*, em 2004).

Apesar de na última década a investigação europeia ter lançado vários trabalhos conjuntos de problematização estratigráfica, a investigação portuguesa tem talvez ficado um pouco à margem desta tendência. O intuito deste colóquio foi exactamente o de estimular a apresentação e o debate de realidades estratigráficas relevantes para as cronologias tipológicas e comerciais no espaço lusitano.

Nos capítulos deste volume, os vários autores discutem unidades estratigráficas ou faseamentos relativos às seguintes cronologias:

- Época augusta: Caladinho (Redondo)
- Época augusta: *Augusta Emerita*-Mérida, sector da Calle Almendralejo, nº 41
- 45/50 d.C.: *Olisipo*-Lisboa, sector Rua dos Remédios
- Final da 1ª met. do séc. I d.C.: Mileu (Guarda), fase Ia
- 60-100 d.C.: Mileu (Guarda), fase Ib
- Final do séc. I d.C. / inícios do séc. II: Mileu (Guarda), fase IIa
- 125-150 d.C.: Mileu (Guarda), fase IIb
- 125-150 d.C.: *Ammaia* (São Salvador de Aramenha, Marvão), enchimento da vala do estacionamento
- 150+ d.C.: Peniche/Morraçal da Ajuda, sondagem 14
- 235-250 d.C.: Quinta do Rouxinol, subfase 1.1
- 250-300 d.C.: Quinta do Rouxinol, subfase 1.2
- 300-350 d.C.: Quinta do Rouxinol, subfase 2.1
- 350-400 d.C.: Quinta do Rouxinol, subfase 2.2
- 400-425 d.C.: Quinta do Rouxinol, subfase 2.3
- 425+ d.C.: Quinta do Rouxinol, subfase 2.4
- c.425-450-c.525-550 d.C.: Crestuma (Vila Nova de Gaia), sector P15, fase tardo-antiga.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV. (1981) – *Enciclopedia dell'Arte Antica Classica e Orientale. Atlante delle Forme Ceramiche. I* (Ceramica Fine Romana nel Bacino Mediterraneo. Medio e Tardo Impero). Roma.

AA.VV. (1985) – *Enciclopedia dell'Arte Antica Classica e Orientale. Atlante delle Forme Ceramiche. II* (Ceramica Fine Romana nel Bacino Mediterraneo. Tardo Ellenismo e Primo Impero). Roma.

BELTRÁN LLORIS, M. (1970) – *Las ánforas romanas en España*. Zaragoza: Instituto Fernando el Católico.

BELTRÁN LLORIS, M. (1990) – *Guía de la cerámica romana*. Zaragoza: Libros Pórtico.

BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A., eds. (2008) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz.

BERNAL, D.; RIBERA I LACOMBA, A., eds. (2012) – *Cerámicas hispanorromanas. II (Producciones regionales)*. Cádiz: Universidad de Cádiz.

BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramiques romaine tardive d'Afrique*. Oxford (BAR International Series; 1301).

BONIFAY, M.; CARRE, M.-B.; RIGOIR, Y., dirs. (1998) – *Fouilles à Marseille. Les Mobiliers (Ier-VIIe siècles ap. J.-C.)*. Paris: Errance / Lattes: A. D.A.M. (Travaux du Centre Camille-Julian; 22 / Études Massaliètes; 5).

BUSSIÈRE, J. (2000) – *Lampes antiques d'Algérie*. (Monographies Instrumentum ; 16). Éditions Monique Mergoïl.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2013) – *Terra Sigillata hispánica en Augusta Emérita (Mérida, Badajoz). Valoración tipocronológica a partir de los vertederos del subúrbio norte*. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 65).

CAU ONTIVEROS, M.; REYNOLDS, P.; BONIFAY, M., eds. (2011) – *Late Roman Pottery: solving problems of typology and chronology*. Archaeopress (RLAMP; 1).

DENEAUVE, J. (1969) – *Lampes de Carthage*. Paris: CNRS.

ETTLINGER, E.; et Al. (1990-2002) – *Conspectus formarum terrae sigillatae italico modo confectae*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GMBH (Materialien zur römisch-germanischen Keramik; Heft 10).

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2014) – *El comercio tardoantiguo (ss.IV-VII) en el Noroeste peninsular através del registro arqueológico de la Ría de Vigo*. Archaeopress (RLAMP; 5).

FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., ed. (1998) – *Terra sigillata hispánica. Estado actual de la investigación*. Universidad de Jaén (Colección Martínez de Mazas. Serie Estudios).

GENIN, M.; et Al. (2007) – *La Graufesenque (Millau, Aveyron)*. Vol. II (Sigillées lisses et autres productions). Aquitania: Éditions de la Fédération Aquitania.

HAYES, J. W. (1972) – *Late roman pottery*. London: The British School at Rome.

MACKENSEN, M. (1993) – *Die spätantiken Sigillata – und Lampentöpfereien von El Mahrine (Nordtunesien). Studien zur Nordafrikanischen Feinkeramik des 4. bis 7. Jahrhunderts (mit einem Beitrag von Sebastien Storz)*. 2 vols.. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung (Müncher Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte; 50).

MAYET, F. (1984) – *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard. 2 vols.

POLAK, M. (2000) – *South gaulish terra sigillata from Vechten. Nijmegen (Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta; supplementum 9)*.

QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa: UNIARQ (Estudos e Memórias, 4).

REYNOLDS, P. (1995) – *Trade in the Western Mediterranean. A.D. 400-700: the ceramic evidence (TEMPVS REPARATVUM / BARIS; 604)*.

REYNOLDS, P. (2010) – *Hispania and the Roman Mediterranean. AD 100-700. Ceramics and trade*. London: Duckworth.

ROCA ROUMENS, M.; REVILLA, V., eds. (2010) – *Contextos cerámicos de época augustea en el Mediterráneo occidental (12-13 de abril de 2007)*. Barcelona. Universidad de Barcelona/ICAC.

ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., coords. (1999) – *Terra sigillata hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Universidad de Jaén / Universidad de Málaga.

ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., coords. (2005) – *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga/Asociación Cultural CVDAS (Monográfico de CVDAS, Revista de Arqueología e Historia; nº 1).

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1993) – *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.

TERRA SIGILLATA ITALICA FROM CALADINHO (REDONDO, PORTUGAL)

Rui Mataloto¹, Joey Williams²

¹ Município de Redondo / rmataloto@gmail.com

² joey@wiarch.org

Resumo

Pretende-se com o presente trabalho dar a conhecer o pequeno conjunto de terra sigillata de tipo itálico documentado no sítio do Caladinho (Redondo). Este conjunto encontra-se associado a uma ocupação de curta duração, de características muito particulares, correspondente a um fortim com funções de vigilância do território. O conjunto de importações permite, em nossa opinião, situar a ocupação essencialmente no último quartel do séc. I aC, sendo abandonado com a instalação definitiva do Mundo Provincial Romano.

Palavras-chave: Ocupação romana, Cronologia, Marcas de oleiro, Terra sigillata itálica.

Abstract

This paper presents a small set of *terra sigillata Italica* recovered during the excavation of Caladinho (Redondo, Portugal) between 2010 and 2013. This assemblage suggests a short occupation for this small, fortified watch-tower meant to provide surveillance over the surrounding landscape. This set of imports permits us to place the occupation of this tower in the last quarter of the 1st century B.C.E., coinciding with the colonization and pacification of this region by the Romans.

Keywords: Roman colonization, Chronology, Pottery stamps, *Terra sigillata italica*.

Reg: All right, but apart from the sanitation, the medicine, education, wine, public order, irrigation, roads, the fresh-water system, and public health, what have the Romans ever done for us?

"The Life of Brian", Monty Python, 1979

1. THE SITE OF CALADINHO AND HIS TERRITORY

The site of Caladinho (Mataloto, 2002, p. 179) is located in the northern end of a prominent and naturally defensible ridge line. Its deployment grants the site vision over the central plain of Redondo to the west and the south slope of the *Serra d'Ossa* to the north (Fig. 1-2). Visible features and surface finds extend in a relatively narrow band at the top of the ridge near a large outcropping of the bedrock (Fig. 3).



Fig. 1 – Caladinho's location at the Iberian southwest.

The work thus far carried out at Caladinho has documented a rectangular building with approximately 42.5 m² (8,5mx5m) of total area, generally oriented N-S (Fig. 4). The thickness of the walls suggests that the structure was originally a tower with two floors. Internally the tower is subdivided into 4 distinct

rooms. The largest room possessed a quadrangular plan, and occupied half of interior area (room 4). The three smaller rooms include hallways or passages (rooms 1 and 3) and a storage area under a stairs to the upper floor (room 2), which was reached only from the outside.

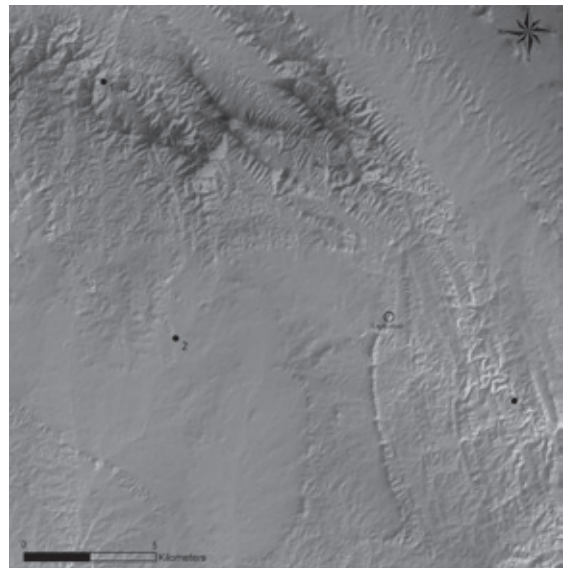


Fig. 2 – Caladinho's location on the southern slope of Serra D'Ossa. 1 – "Fortim" das Cortes; 2 – "Fortim" do Almo; 3 – "Fortim" do Castelhinho.

The building is constructed simply of unmortared stone and earthen walls, and it has a quite regular plan, with an internal dimension of 22 Roman feet by 11 Roman feet. The perimeter walls, especially the north, east, and south, are thick (0.90m to 1m), required to support such a multi-story building on a very steep slope. We surmised that the second story was constructed of mud bricks. Two extant mud bricks were recorded during excavation of room 4, and a collapsed mud brick wall with the bonding clay still preserved was observed during the excavation of the entrance of the structure. The roof should have been constructed of perishable materials, or even stone slabs, since no fragments of *imbrices* or *tegulae* were documented during excavation.



Fig. 3 – Caladinho’s location on the northern top of a long ridge, seen from southwest.

Another structure, this one featuring a single large space, room 5, was documented in front of the tower (Fig. 4). This second structure has similar dimensions but less robust architecture, indicating that should have had only a single floor. This building – rectangular in plan and approximately 8m x 5m (about 27x17 Roman feet) – was arranged perpen-

dicularly to the tower. Next to this was documented another building, composed of at least two separate compartments.

This third structure has not yet been fully defined, but it appears to have been constructed in a similar manner and so should also have only one floor.

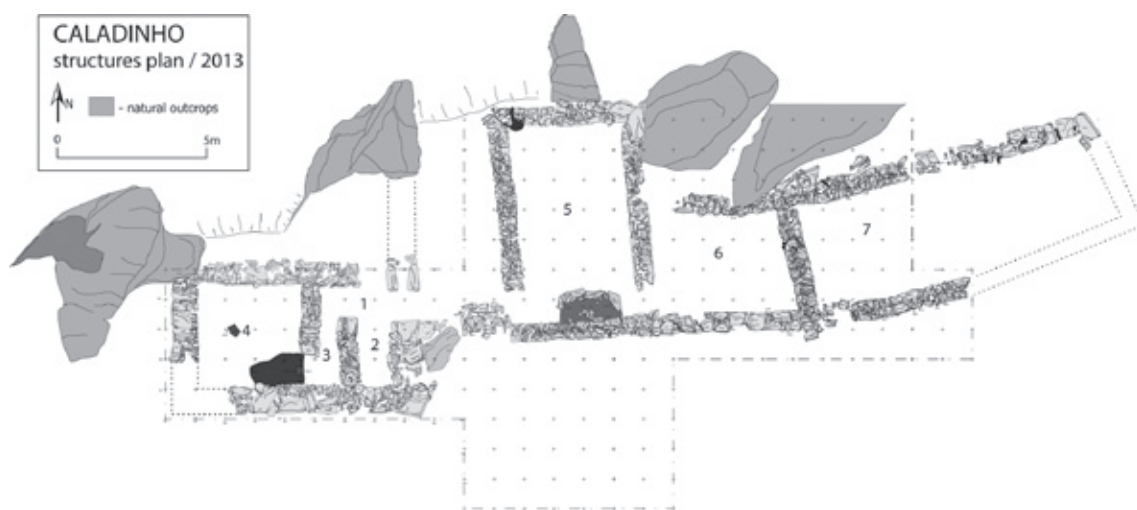


Fig. 4 – Caladinho’s structures plan, by the end of 2013 campaign.

2. THE *TERRA SIGILLATA ITALICA* FROM CALADINHO

By the end of the fourth season of excavations in 2013, 7570 potsherds were recovered from Caladinho’s tower and surrounding structures. Of these, 1176 are residual Chalcolithic material incorporated into the walls and floors of the structure. The remaining 6394 sherds represent the primary occu-

pational assemblage of the site. Imported finewares make up roughly 2% of this assemblage. Italian type *terra sigillata* (ITS), while represented by only fifty-eight sherds (twenty-six of which are diagnostic), are essential to understanding Caladinho since they provide excellent chronological and cultural anchors for the site’s brief occupation. This brief occupation, which spans only the last decades of the first century B.C.E., is further bolstered by the presence of some

sherds of Campanian black gloss ware, a number of Late Republican/Early Imperial amphorae, and comparable materials from nearby sites. Together, this assemblage suggests an occupation that was as short-lived as it was isolated, yet occupants who still sought to imported Roman material culture rather than indigenous products.

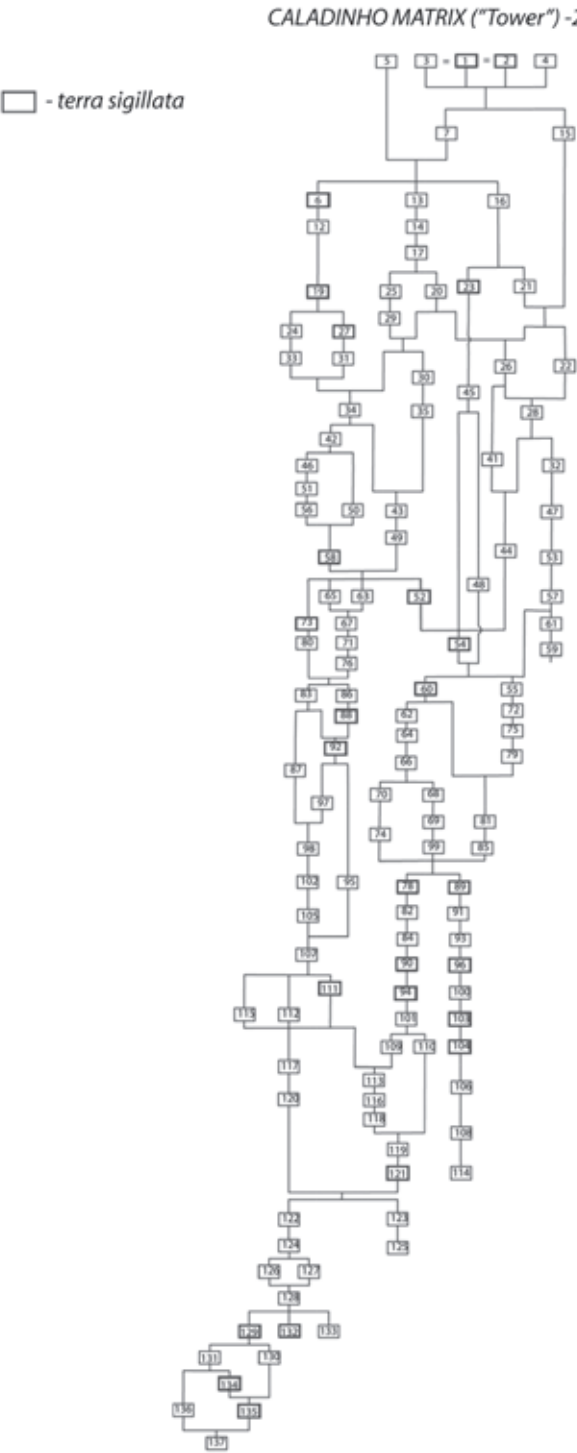


Fig. 5 – Caladinho’s tower Matrix (2010-2012).
SU with Terra Sigillata italica.

2.1. *Terra Sigillata Italica* and Caladinho's stratigraphic sequence

Examples of ITS were documented throughout the excavated area, but the majority of sherds of this type were particularly concentrated in the main building, the tower (Fig. 5). The tower's stratigraphy, from its base to the modern surface level, contain primarily the remains of the collapsed upper floors or the tower or abandoned occupational surfaces. The ceramic materials recovered from the tower are generally very fragmented, and as a result we have registered only a single complete form. This makes the typological assignment of some fragments quite difficult and others uncertain. Nevertheless, the distribution of ITS throughout the tower's stratigraphy corresponds with a short period of use and abandonment. Some fragments of a large *patera*, with thick foot type *Consp.* B1, were found among the lowest layers of the site in unit [129] but also near the modern surface level in units [2] and [23]. As a result of this and other similarly distributed materials in the stratigraphic sequence, we consider that the artifact assemblage of Caladinho, including the ITS, resulted from a single, brief period of use and abandonment, and that these materials do not establish any chronological differentiations within the stratigraphic sequence.

2.2. The forms, functions, and chronology (Fig. 6-7)

The majority of identifiable forms are cups or bowls of *Consp.* 14.1, but we have also identified some *Consp.* 8.1, 24.1 and more doubtfully *Consp.* 7.1 and *Consp.* 26. In a slightly smaller number we found plates or larger plates and platters of *Consp.* 10.3, 12.1, and 12.2. While the cups or bowls, like *Consp.* 14.1 or 8.1 can be assumed as an individual vessel the large platters have probably been used for serving large, communal portions. It is common that cups and plates/platters appear in similar percentage, as we have at Caladinho (Genin, 2009, p. 361). Three sherds from three different stratigraphic units (discussed briefly above in section 2.1) represent

what is most probably an example of one of these large platters since they match the *Consp.* B1 foot type (Fig. 7, top). The first sherd, n. [2]1, was found near the surface during the first season of excavation. The second, n. [23]2, was recovered during that same season but at a lower stratigraphic unit. The last piece, n. [129]1, was only recovered in the third season, and it provided the link between the other sherds. Together, they form the ring foot of a very large platter with rouletting on the interior base (see Fig. 7). Their distribution within the stratigraphy is hard to explain, since the first two were included in collapse layers, and the last one was part of the first dirt floor of the room 4, at a level of almost 2m deeper than the other sherds from this same vessel. Were the upper ones included in the first floor walls? Were they part of the floor of the upper room? It is hard to be sure, but we surmise that their distribution indicates that the site had a short occupational life and a quick, even sudden, collapse.

Most of these forms are thought to have been produced during the middle Augustan period, in the last quarter of the first century B.C.E. and the beginning of the first century C.E. (Ettlinger; *et al.*, 1990, p. 76). The only apparent exception is the form *Consp.* 26 that seems to correspond to a form in use since the beginning of the 1st century C.E. (Ettlinger; *et al.*, 1990, p. 98). This assemblage fits mainly in the so-called Haltern I Service. Some forms, like *Consp.* 26 and perhaps *Consp.* 24, are instead associated with the later Haltern II Service. Other forms corresponding to this service, like the plates *Consp.* 18 and 20 and the cups 22 and 23, are absent at Caladinho although they are commonly found in Lusitanian cities of the first decade of the 1st century C.E. (Viegas, 2003, p. 101; Jérez Linde, 2005, p. 41). Thus it appears that Caladinho was abandoned in the early years of the 1st century C.E., probably at the first decade, before the introduction of these slightly later forms of the Haltern II Service.

The ITS from Caladinho share some similarities with the assemblage excavated from Castelo da Lousa (Carvalho; Morais, 2010). At Castelo da Lousa, the assemblage contains plates and bowls

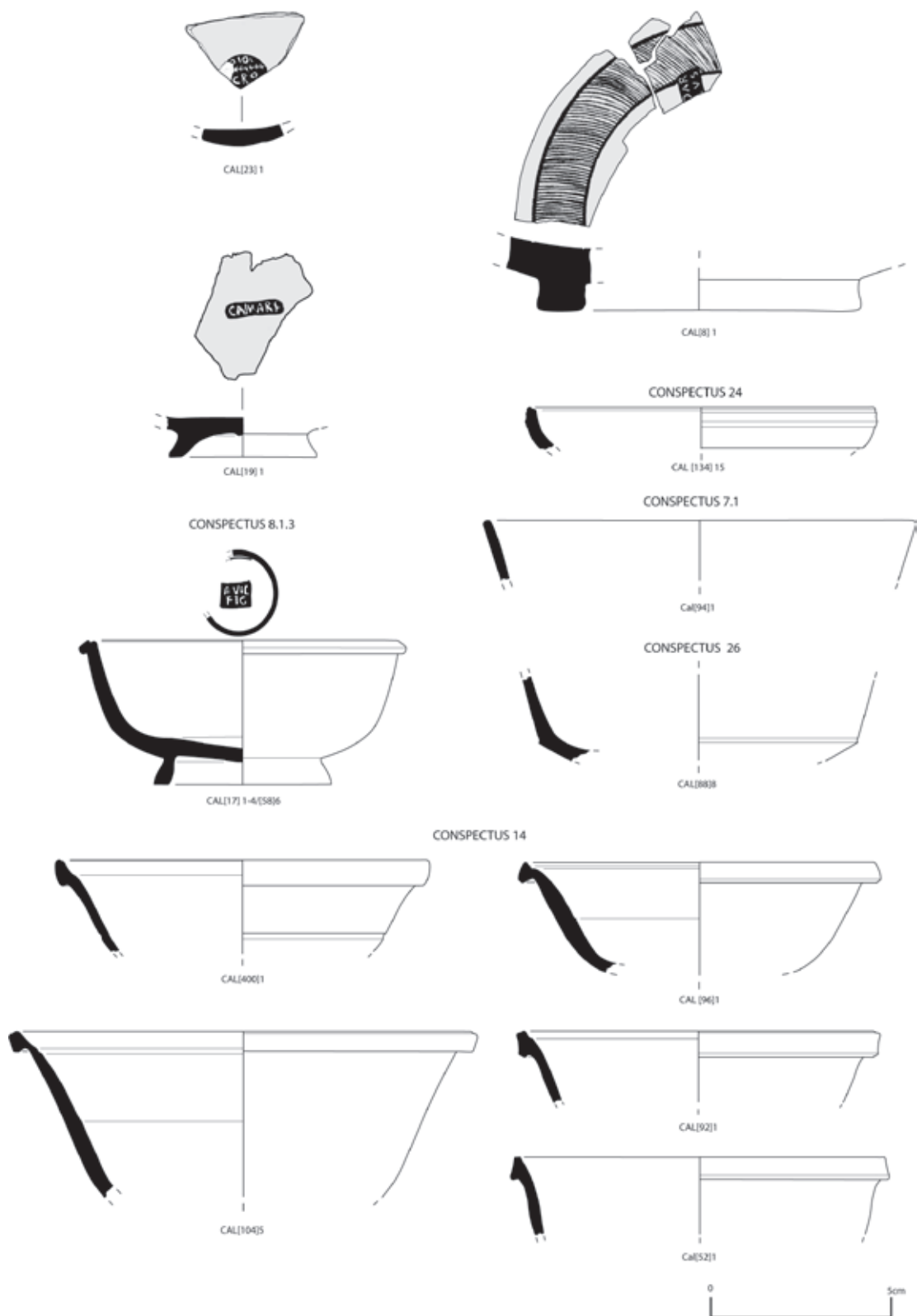


Fig. 6 – Caladinho's Terra Sigillata italic type – forms and stamps.

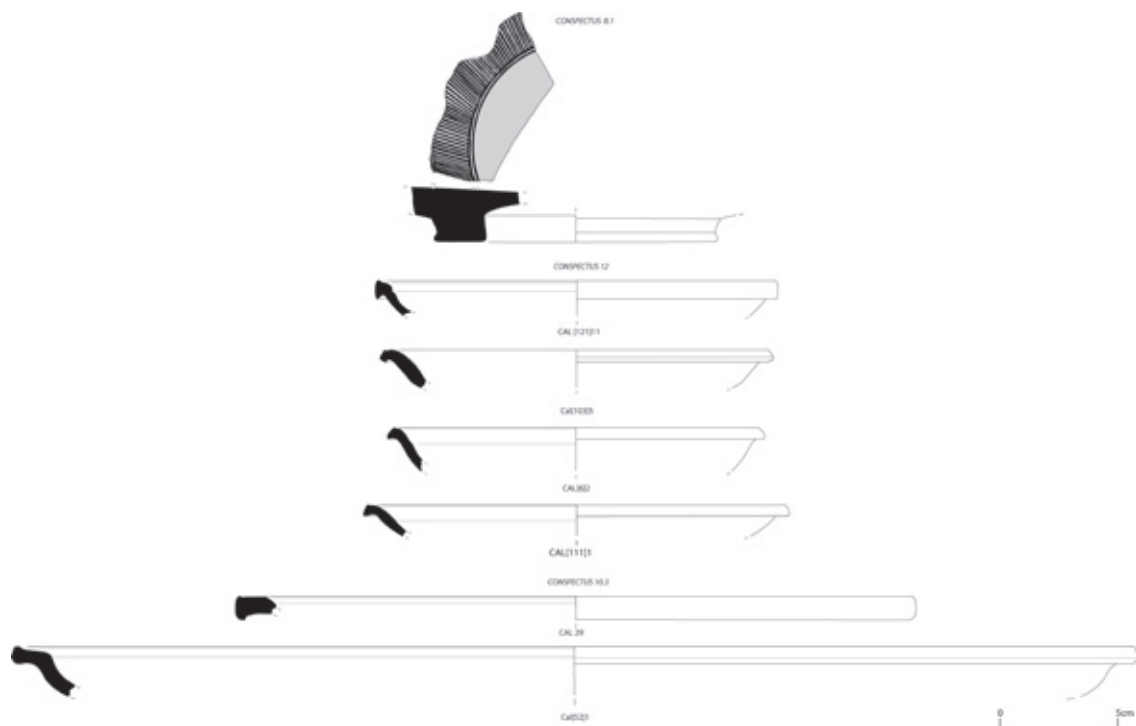


Fig. 7 – Caladinho's *Terra Sigillata italic* type.

with a single example of a decorated cup. In general the ITS assemblages are similar, with cups mainly form *Consp.* 14.1, but *Consp.* 11 represents the majority of the large plates/platters at Castelo da Lousa, and this form has not been documented at Caladinho. On the other hand, plates/platters of *Consp.* 12 are well represented in both sites. Thus the ITS from both sites mainly correspond to the "Classic" phase of Goudineau (1968, p. 377), even if Castelo da Lousa has some additional forms from the slightly earlier "Archaic" phase (Carvalho; Morais, 2010, p. 139).

2.3. The potters' stamps from Caladinho

Four stamped ITS fragments have been found and provide more evidence to support the proposed chronology. The first of these, n. [8]1, is the most important for the site's chronology. It is the base of a small bowl of form *Consp.* B1.2 with a radial internal stamp that reads *DAR/[E]US* (Fig. 8). Examples from workshop of *Dareus* are not well known. Only two others of this type are cited by OCK. Nevertheless,

these come from secure contexts, and the stamp is thought to have been produced between 30 to 20 B.C.E. Vessels with this stamp appear to have originated in Lyon and were intended for the legions stationed on the German *limes* (OCK, 2000, p. 724). Its presence at a small tower in the central Alentejo, far from the Empire's northwestern border, perhaps suggests a connection between these towers and the region's legionary garrison.

Another stamp, this time on the interior of a small ITS cup of form *Consp.* 8.1, was excavated from Sector 1 during the first season. The vessel was broken into several pieces when discovered, and is catalogued as nn. [17]1, [17]2, [17]3, [17]4, and [58]6. This last fragment was uncovered during the second season of excavation in a substantially deeper SU, suggesting that the cup broke before or during the tower's collapse or otherwise suffered some post-depositional disruption. The stamp is set in a rectangular frame surrounded by an incised circle (Fig. 6). It reads *AVIL / FIG* which we expand to *Avil(ius) / fig(ulus)* (Fig. 9). H. Dressel records this

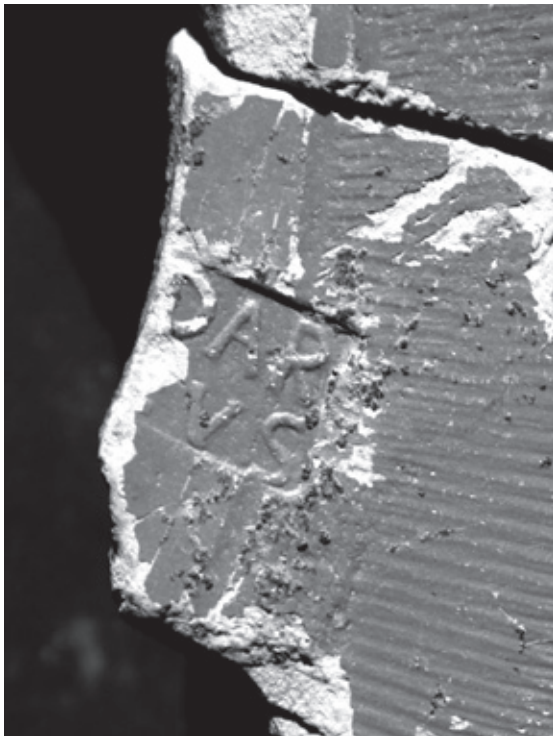


Fig. 8 – Stamp of DAREVS from Caladinho, n. CAL[8]1.

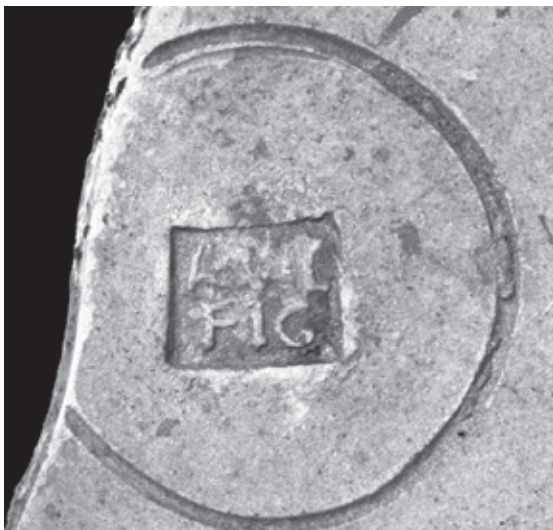


Fig. 9 – Stamp of AVIL/FIG from Caladinho, n. CAL[58]6.

stamp among other *instrumentum domesticum* in his addition to the *CIL* (XV, 5047; Dressel, 1899) but it is not included in the most recent edition of the *Corpus Vasorum Arretinorum* (OCK, 2000). Stamps of *Avilius* are relatively common, and many different examples are known, but none exhibit the title

FIG that we read as *figulus* ("potter") or perhaps as *figlinae* ("pottery workshop," but most often used to denote a place for the production of bricks). The other examples of *Avilius*'s stamps date to between 20 B.C.E to 40 C.E. which suggests that this example dates to this period also (OCK, 2000, p. 371). Further narrowing the potential dates of production, stamps which include the title *figulus* were produced only briefly between 30 to 15 B.C.E. (OCK, 2168, 2398). Indeed, this stamp may be among the first produced in the workshop of *Avilius* in the years surrounding 20 to 15 B.C.E.

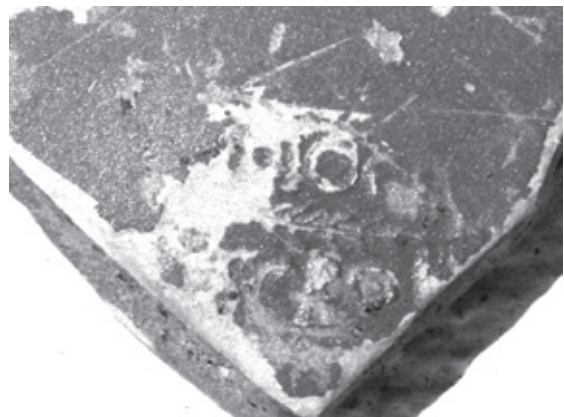


Fig. 10 – Stamp of DIO/SCRO from Caladinho, n. CAL[23]1.

The third stamp is placed on a small sherd, n. [23]3, probably the bottom of a small cup or bowl, but no trace of the foot survives to provide a typological identification. The stamp is circular shaped and divided into two registers separated by a laurel branch. The top line is badly damaged, and the bottom line is also missing at least part of one letter. It reads, perhaps, *DIO / SCRO* which we expand to *Dio(medes) / Scro(fula)* (Fig. 10). Stamps from the workshop of A. *Vibius Scrofula* are well known, although a potter by the name of *Diomedes* is not recorded on any other stamp from *Scrofula*. This workshop is thought to have produced *terra sigillata* between the years 20 to 5 B.C.E. (OCK, 2411).



Fig. 11 – Stamp of *CAMUR F(?)* from Caladinho, n. CAL[19]1.

The fourth and final stamp is well-preserved *in planta pedis* on the interior base of a small Italian *terra sigillata* bowl, n. [19]1. The stamp is very hard to read, since the text contains several ligatures (Fig. 11). We read this stamp as *CAMUR F(?)* and expand this to *Camur(ius) F(igulus?)*, a name attested in ITS productions found in Lusitania (Jerez Linde, 2005, p. 65, fig. 20 n. 31). Like the others discussed above, this vessel was probably produced during the first decades of the first century C.E.

While our reading of this stamp rests primarily on comparable ITS stamps from Mérida and other sites in the western Mediterranean (Jerez Linde, 2005, p. 65, fig. 20 n. 31; OCK, 514-6), other readings are possible. For example, it may be related to the round-cornered stamps produced in the workshop of *C. Murrius* (OCK, 1203-1044; *CIL* XV.5359.1-7). Thus while we prefer to read this stamp as one belonging to the workshop of *Camurius* attested by *comparanda* from Lusitania, it is quite possible that this represents a particularly illegible example of a stamp of *C. Murrius* (Dressel, 1899, p. 731, 5359). If the stamp is of *Camurius* or *C. Murrius*, then it likely dates to the same period as the other stamps from Caladinho or perhaps slightly later. Regardless, since this stamp was recovered from an upper layer, it could be the an intrusive artifact resulting from an isolated visit to the site in the decades after it had been abandoned, and right after the Roman villa of Azinhalinho, situated at the bottom of the hill, had been occupied.

Besides this last stamp, which perhaps has a later chronology, the other stamps reinforce the pro-

posal that the site was occupied at the last quarter of the 1st century B.C.E. until the very first years of the 1st century C.E. Other un-stamped ITS sherds reinforce this chronology. Among these are two ITS rims and fragments of the bases of ITS cups. The rims are both of form *Consp.* 7.1. These fragments, catalogued as n. [90]1 and n. [94]1, are small rims of undecorated bowls or cups with slightly sloping walls. Sherds nn. [92]1, [96]1, and [104]5 are the bases and walls of form *Consp.* 14.1 cups. Each of these possesses a high foot with a base that rises higher than the bottom of the vessel's wall. Their narrow hanging lips are also distinctive. Both *Consp.* 7 and 14 forms are thought to have been produced during the middle Augustan period during the last decades of the first century B.C.E. and the beginning years of the first century C.E.

2.4. Amphorae and other imported ware at Caladinho at the end of the 1st century B.C.E.

The set of amphorae from Caladinho is composed mainly of productions from the Guadalquivir basin. The majority of these amphorae fragments were collected on the surface of the site, and only a few were documented during the excavation. These have already been published as Haltern 70 type (Mataloto, 2002, p.180; Williams; Mataloto 2011, p. 24; Mataloto; Williams; Roque, 2014, p. 33).

Further work with the artifact assemblage has allowed us to identify some smaller specimens which may correspond to Ovoid 4 type amphorae (Fig. 12, CAL[100] 1). These seem to have been produced prior to Haltern 70 amphorae, particularly in early Augustan contexts (for more on the state of the matter see Garcia Vargas; Almeida; Gonzalez Cesteros, 2011, p. 217).

From the same provenance we have identified some amphorae of the forms Dressel 7-11 (Fig. 12-8, CAL[300]61, CAL[301]120), Dressel 1C (Fig. 12-7), and *mortaria* of the form 2 of Santarém (Arruda; Viegas, 2004, p. 344) or the 1st Series proposed by Inês Vaz Pinto and Rui Morais (Morais; Pinto, 2007, p. 238).

under the rim. The examples from Caladinho each have a rim of a diameter between 12 to 18 cm.

We have also recovered three sherds of Campanian black gloss ware, but only two of these were diagnostic. Both appear to have originated at the end of the black gloss industry. The first black gloss sherd, n. [70]1, is a rim from a large platter, form Lamboglia 5/7 from Circle B, produced in a buff, clean, cream-colored fabric with a very fine, matte black slip. The second sherd, n. [314]1, is a ring-footed base with a large stamp on the interior center of the vessel (Alves; *et al.*, 2014, p.120). The stamp is a diamond with four radial arms terminating in the shape of petals. This stamp appears to be common on Cales productions of black gloss *paterae* from the latter half of the first century B.C.E (Pedroni, 2000, p. 197). The fabric of this sherd is a uniform grey with few inclusions and sharp, concave, glass-like breaks, and the slip is brown and not well preserved. This fragment appears to be from Group 2 of the grey paste black gloss imitation on the south of Portugal. Examples of this imitation black gloss have been documented with the same stamp at Santarém (Alves; *et al.*, 2014, p. 117). It is probable that this sherd from Caladinho was produced in southern Baetica at the end of the first century B.C.E. (Alves, *et al.*, 2014, p. 121).

3. CONCLUSIONS

Taken together, these artifacts suggest that Caladinho was built during the latter half of the first century B.C.E. and occupied perhaps as late as the first decade of the first century C.E. Given the nature of the rest of the artifact assemblage and the architectural remains, it seems likely that the primary occupation of Caladinho lasted only a single generation at the very most. The short-lived use of Caladinho and other sites like it in the area indicates that their role in the landscape was limited to the negotiation of colonial power in the central Alentejo. Caladinho was abandoned at the same moment when the structure of the new *provincia* of *Lusitania* was established and the agricultural and mineralogical

exploitation of the surrounding rural landscape was fully accomplished.

REFERENCES

- ALVES, C. (2010) – *A Cerâmica Campaniense de Mesas do Castelhinho*. M.A. thesis. Universidade de Lisboa.
- ALVES, C.; MATALOTO, R.; SORIA, V. (2013) – As produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta no Sul do território actualmente português. *Actas do II Congresso Internacional da SECAH (Braga)*, p. 113-124.
- ARRUDA, A.M.; VIEGAS, C. (2004) – Les mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal). *SFECAG, Actes du Congrès de Vallauris*, p. 341-349.
- CARRERAS MONFORT, C. (2003) – Haltern 70: a Review. *Journal of Roman Pottery Studies*. 10, p. 85-91.
- CARVALHO, P.C.; R. MORAIS. (2010) – Terra Sigillata de tipo itálico. In ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.; GONÇALVES, A., eds. – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. (*Studia Lusitana*; 5). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 139-52.
- Consp. = ETTLINGER, E.; ET AL. (1990) – *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GMBH.
- DRESSSEL, H. (1899) – *Inscriptiones urbis Romae latinae. Instrumentum domesticum/Partis posterioris fasciculus I. Pars IV*. Berolini, G. Reimerum.
- GENIN, M. (2009) – Les sigillees italiques et gauloises. In GOUDINEAU, CH.; BRENTCHALOFF, D., eds. – *Le camp de la flotte d'Agrippa a Frejus: les fouilles du quartier de Villeneuve (1979-1981)*. Paris: Errance, p. 287-366.
- JEREZ LINDE, J. M. (2005) – *La Terra Sigillata Itálica del Museo Nacional de Arte Romano Mérida*. (*Cuadernos Emeritenses*; 29). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- GOUDINEAU, Ch. (1968) – La céramique arétine lisse. (*Fouilles de Bolsena*; 4). Paris.
- LÚIS, L. (2010) – Cerâmica Campaniense. In ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.; GONÇALVES, A., eds. – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. (*Studia Lusitana*; 5). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 111-38.
- MATALOTO, R. (2002) – Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da 'romanização' dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5.1, p. 161-220.
- MATALOTO, R. (2004) – Fortins romanos do Alto Alentejo (Portugal): fortificação e povoamento na segunda metade do séc. I a.C.. In MORET, P.; CHAPA TORRES, T, eds. – *Atalayas y Casas*

Fortificadas: Explotación y control del territorio en Hispania (s. III a. De C. – s. I d. De C.). Jaén: Casa de Velázquez / Universidad de Jaén, p. 31-54.

MORAIS, R.; PINTO, I. (2007) – Complemento de comércio das ânforas: cerâmica comum bética no território português. *Cetariae. Salsas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad*. (BAR International Series; 1686). Oxford, p. 235-254.

OCK = OXÈ, A.; COMFORT, H.; KENRICK, Ph. (2000) – *Corpus Vasorum Arretinorum: A Catalogue of the Signatures, Shapes and Chronology of Italian Sigillata*. 2nd edition. (Antiquitas; 3. 41. Bonn: Habelt.

PEDRONI, L. (2000) – Cerámicas de barniz negro de los niveles republicanos del anfiteatro (Cartagena). In AQUILUÉ ABADÍAS, X.; GARCÍA ROSELLO, J.; GUITART DURAN, J., eds. – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*,. Mataró: Museu de Mataró, p., 129-141.

VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio*. (Trabalhos de Arqueologia; 26). Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

WILLIAMS, J.; MATALOTO, R. (2011) – Caladinho 2010: A Preliminary Report on the Excavation of a 1st century B.C.E. Tower in Alto Alentejo, Portugal. *Chronika*. 1, p. 22-6.

UN CONTEXTO CONSTRUCTIVO DE ÉPOCA TARDO AUGUSTEA EN AUGUSTA EMERITA

Macarena Bustamante Álvarez

Programa Juan de la Cierva – Micinn. Universidad Autónoma de Madrid.

Resumo

Realizamos una breve valoración cualitativa y cuantitativa de uno de los pocos contextos cerámicos que podemos calificar como augusteo en la capital de la Lusitania, Augusta Emerita, siendo este año el momento ideal por la conmemoración del Bimilenario de Augusto.

Palavras-Chave: Cerámica, Augusto, Contexto, Augusta Emerita.

Abstract

We make a brief qualitative and quantitative study about one of the few Augustan contexts with pottery found in the Lusitania's capital, Augusta Emerita. This year is special due to the commemoration of the Augustus' bimillennium

Keywords: Pottery, August, Context, Augusta Emerita.

Que la ceramología está sufriendo un cambio es un hecho innegable. Lo que hasta hace poco tiempo había sido una *rara avis*, cada vez tiene más adeptos, más foros de discusión y, sobre todo, más publicaciones. Nos referimos a los estudios contextuales. Lejos quedan las investigaciones centradas “unifocalmente” en una sola categoría cerámica y, cada vez más, tendemos a presentar las piezas en su entorno natural de aparición, sus contextos.

El trabajo que ahora presentamos adolece a esta idea, presentar un contexto concreto y valorarlo en extensión con sus particularidades y, sobre todo, haciendo especial hincapié cuantitativamente en cada una de sus categorías.

Augusta Emerita, por su condición de capital de una gran provincia, la Lusitania; por su perfecta ubicación, al pie de uno de los nudos de comunicación más importantes a escala peninsular, la vía de la Plata y por la incesante actividad arqueológica que se desarrolla en la ciudad, presenta amplios contextos documentados hasta el momento, de ahí la difícil la elección para su publicación en un foro de este calibre.

Ante ello hemos creído conveniente traer un contexto de cronología tardoaugustea. Son varias las razones que nos han inducido a ello, en primer lugar, la variedad del contexto con más de doscientos fragmentos documentados, en segundo lugar, por proceder de una intervención de reciente exhumación y, en tercer lugar, por la propia cronología que presenta.

Indicar que la capital de la Lusitania, a pesar de su fundación augustea (según los autores clásicos Dion Casio, *Hist. Rom.* 53, 25, 2), presenta pocas evidencias cerámicas que den prueba de ello, al menos, en lo que se refiere a los primeros años del principado.

Desde el punto de vista ceramológico, que es el que centra nuestra atención, únicamente son tres los conjuntos exhumados a los que se les puede atribuir cronología augustea. Frente a lo que se podría pensar, incesantes labores constructivas para levantar una ciudad, se nos presenta un panorama ligeramente opuesto, donde la ausencia de estas facies cronológicas quizás sea la señal de una

lenta génesis en el diseño del entramado urbano emeritense. A día de hoy se conocen dos contextos que apuntan a estos momentos, uno forense (el del templo de la C/Viñeros) y uno artesanal (el de la *figlina* de la Escuela de Hostelería). Muy parcialmente está estudiado uno en ámbito funerario, más concretamente el relleno de la cimentación de un edificio funerario erigido en la salida norte de la capital de la Lusitania¹. De los tres nombrados, los dos primeros ya han sido publicados; el primero por los compañeros Aquilué y Bello (2009) mientras que el segundo fue abordado por la firmante (Bustamante; Heras, 2013).

En este punto vamos a valorar el tercer conjunto el cual, de manera muy somera, ya ha sido valorado en otras ocasiones (Bustamante, 2013). Indicar que, como viene ocurriendo con los otros conjuntos de la misma naturaleza cronológica, es muy interesante al presentarse como una de las únicas evidencias existentes sobre estos primeros momentos de vida de la ciudad. De igual modo la propuesta de presentación de datos que se nos ha planteado en este foro de estudio también hace que sea la primera vez que se muestren de manera tan exhaustiva.

A todas las razones antes esgrimidas, debemos indicar que la elección viene también de la mano de la coincidencia existente entre la fecha de publicación de este manuscrito y los fastos del Bimilenario del emperador Augusto.

¹ Recientemente vio la luz un trabajo sobre los contextos cerámicos de los Columbarios de Mérida en un volumen específico sobre *Contextos cerámicos de época augustea en el Mediterráneo occidental* se (Bello; Márquez, 2010). A pesar de que este conjunto se planteaba como uno de los “primeros contextos romanos de la ciudad” – tal y como se expresa en el título de su intervención – (Bello; Márquez, 2010, p. 409) la aparición de determinadas formas cerámicas (caso de formas Drag. 35-36), nos inducen a categorizar este contexto como un conjunto de conformación vespasiana más que de una lenta génesis formativa desde época augustea. Por ello este trabajo no será valorado en este estudio.

1. ORGANIZANDO A LOS DIFUNTOS. UN CONTEXTO AUGUSTEO EN LA NECRÓPOLIS DE AUGUSTA EMERITA²

Esta intervención presenta una diacronía muy interesante de vida entre época augustea y el siglo VIII d.C. con una sucesión de fases funcionales desde contextos funerarios, pasando por artesanales y culturales (Heras *et al.*, 2011).

En esta ocasión nuestro análisis se centrará en el contexto fundacional de un mausoleo turriforme en granito de unos tres metros de altura que se encontraba jalonando uno de los flancos de la *via sepulchralis* que recorría distalmente dicho solar (Heras; Olmedo, 2010).

2. EL MATERIAL LOCALIZADO EN LA U.E. 1489

Esta UE. nos ha aportado 210 fragmentos cerámicos. Si de algo la podemos caracterizar es por la variedad del registro y su homogeneidad cronológica, sin haberse podido intuir ningún fragmento residual ni intrusivo en dicho contexto (Fig. 1).

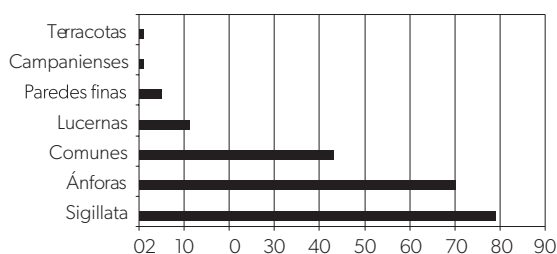


Fig. 1 – Síntesis de las categorías cerámicas localizadas.

3. LA TERRA SIGILLATA ITÁLICAS Y LAS CERÁMICAS DE IMITACIÓN TIPO PEÑAFLOR

Uno de los grupos más representados en el conjunto son las sigillatas itálicas con un 34'2% del total de

² Este conjunto ya fue inicialmente a dado a conocer en un estudio a propósito de la sigillata hispánica (Bustamante, 2013, p. 39-40, lám. 1).

las cerámicas exhumadas. Proceden en su mayoría del taller de Arezzo (98%) y, en mucha menor proporción, de Pisa (2 %). La cronología en la que nos movemos fuerza la ausencia de otras categorías de sigillata, a excepción del grupo de las de imitación tipo Peñaflor que aparecen representadas en un 3'48% de todas las piezas exhumadas.

La propia naturaleza del contexto ha forzado un patrón de fractura muy agresivo que hace que la mayoría de las piezas, en aproximadamente un 50%, sean fragmentos sin forma alguna (Fig. 2).

Forma	Número de piezas
Copa indeterminada (galbos, fondos)	16
Plato indeterminado (galbos, fondos)	11
Consp. 12. 1	8
Consp. 22	6
Consp. 14.2	4
Consp. 12.4	2
Consp. 32	1
Consp. 4.5	1
Consp. 7.1	1
Consp. 8.3	1
Consp. 17	1
Consp. 28.1	1
K 7	1

Fig. 2 – Cuadro sinopsis de la TSI localizada en el contexto.

Las formas representadas se caracterizan por ser muy monótonas, predomina el servicio aretino de plato Consp. 12 y copa Consp. 22 hecho que se hace la tónica habitual en los escasos contextos augusteos exhumados hasta el momento.

Entre los platos, además de la forma *Consp.* 12.1 (Fig. 5, nº 1-5), aparecen fondos de platos de difícil adscripción (Fig. 5, nº 6-7). Las copas se presentan con una mayor diversidad, entre ellas algunos ejemplares de *Consp.* 14 (Fig. 4, nº 7), *Consp.* 7.1. (Fig. 4, nº 4), *Consp.* 22 (Fig. 4, nº 5), *Consp.* 8 (Fig. 4, nº 8), *Consp.* 28.2 (Fig. 4, nº 9), un fondo de *Consp.* 17 (Fig. 4, nº 12) o *Consp.* 14 (Fig. 4, nº 1, 6 y 10). De igual modo, son interesantes las formas

de *Consp.* 32³ (Fig. 4, nº 2) así como *Consp.* 4.5 (Fig. 4, nº 3).

A este servicio de plato-copa, hay que unirle la única aparición de una jarrita que asociamos a K7 (Fig. 4, nº 11). Además, hemos encontrado un *sigillum* circular en el que leemos *SAM* elemento solar / PVB del alfarero *Samio* esclavo de *Publius* (O.C.K. 1577, nº 5) de cronología augustea y procedente del taller de Arezzo (Fig. 5, nº 8).

Dentro de las sigillatas hemos querido incluir las cerámicas de imitación tipo Peñaflor⁴ (Fig. 3). Esta categoría supone el 3'48% del total de las cerámicas localizadas en el conjunto. Todas las formas diagnósticas presentan una composición macroscópica similar con acabado diverso al exterior y al interior, cuyo análisis arqueométrico nos ha permitido asociarlo directamente al taller de Celti (Peñaflor)⁵. Este hecho venía a invalidar, a falta de nuevos resultados, la propuesta de un posible taller de estas cerámicas en la capital de la Lusitania propuesto por Jerez (2007).

Forma	Número
Mart. I (fondos, carenas, galbos)	3
Mart. Ia	2
Mart. II	1
Mart. III	1

Fig. 3 – Cuadro sinopsis de las cerámicas de imitación tipo Peñaflor documentadas.

³ Esta pieza sería la más moderna en el conjunto con una cronología que arranca desde fines de Augusto.

⁴ No vamos a entrar en el debate existente sobre esta categoría cerámica, su denominación y arco de distribución ha sido recientemente tratado por nosotros mismos (Bustamante, 2013, p. 62-72).

⁵ Indicar que tres de estas piezas han sido analizadas arqueométricamente a propósito de un estudio comparativo con cerámicas producidas en la propia *Augusta Emerita* (Buxeda; Madrid, 2013). Los resultados han permitido descartar un posible origen local.

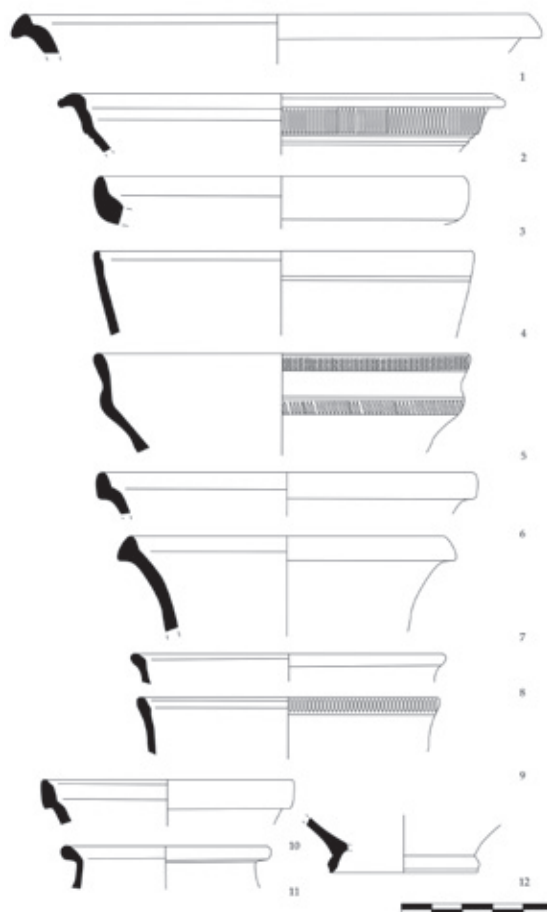


Fig. 4 – TSI localizada en el conjunto.

El tipo más documentado es la forma Mart. Ia/Celti 14/imitación *Consp.* 8.3. (Fig. 6, nn. 1 y 3). Se presenta como parópside troncocónica invertida con pared recta y labio triangular engrosado al exterior y con leve inflexión interna. Su diámetro de boca es oscilante entre 13-14 cm. Aunque no hemos encontrado ningún perfil completo sí podemos advertir algunos pies que podrían haber formado parte de estas copas. Estos se presentan con sección triangular siendo la unión entre la pared y el fondo de manera simple. Otros contextos que han deparado estas formas nos apuntan a similar cronología como La Constancia, Córdoba (Vaquerizo *et al.*, 2005) o el depósito B de Capote (Zarzalejos, 2003, p. 134-135).

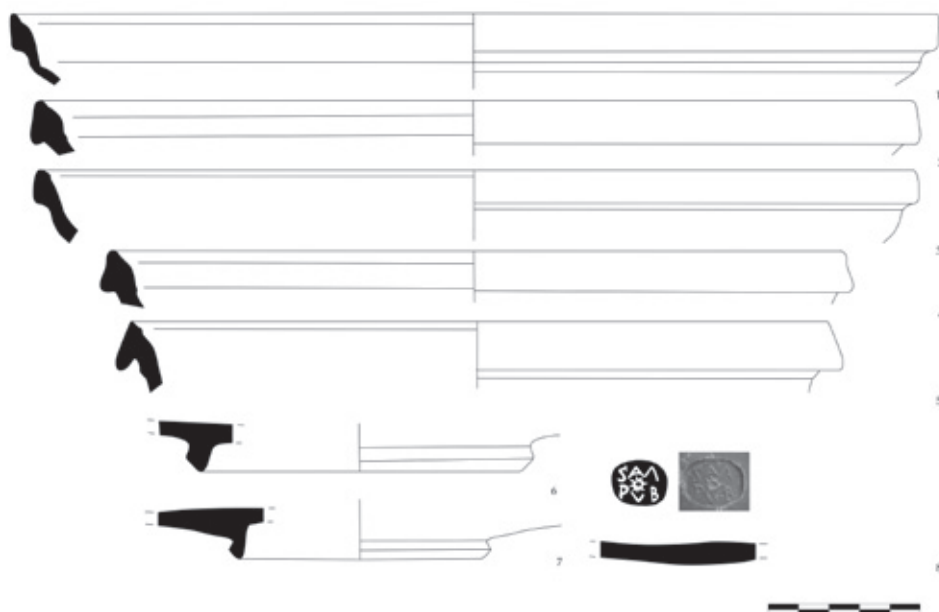


Fig. 5 – Ejemplos de platos y sigillum en TSI.

La otra forma documentada en esta categoría cerámica es la Mart. Id/imitación Consp. 7.1. (Fig. 6, 4), cuya forma es similar a la anterior a excepción de su borde que se presenta apuntado. El interés de estas piezas viene de la mano de aparecer copas tanto de la variante bífida como de la de borde apuntado. Esto nos hablaría de una convivencia de tipos, al menos, en los primeros decenios del I d.C.

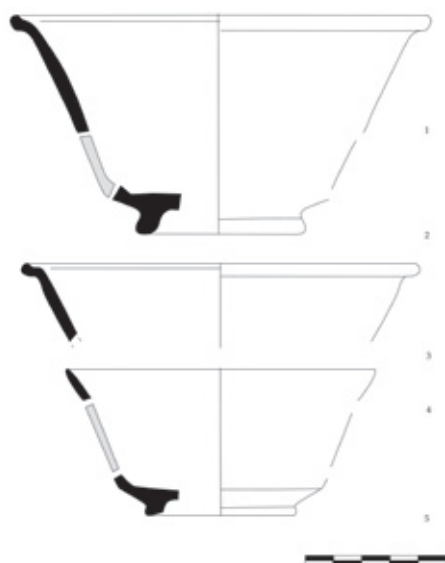


Fig. 6 – Cerámica de imitación tipo Peñaflor.

4. LAS CERÁMICAS COMUNES DE PROCEDENCIA BÉTICA

Otras evidencias constantes en el repertorio ceramológico augusteo son las cerámicas comunes de procedencia bética. En este contexto hemos podido documentar que el 34'8 % de los productos comunes son de la Bética, suponiendo este montante un 7'14% del total de toda la cerámica localizada.

A falta de análisis arqueométricos, podemos indicar que la principal característica que las diferencia de las otras categorías de comunes es su aspecto blanquecino y/o verdusco. A esto le debemos unir una consistencia poco amasada que posiblemente favorezca la molturación del alimento, una de las funciones copadas por estas formas cerámicas.

Tipo	Número
Morteros	7
Jarras	6
Galbos indeterminados	2

Fig. 7 – Cuadro resumen de las cerámicas comunes béticas aparecidas.

La forma más común procedente de la bética es la de los morteros. Al respecto, presenta un borde con apariencia externa en “S” y pedúnculo engrosado al interior (**Fig. 8**). Le debemos unir un fuerte y abigarrado estriado que se inicia en su parte superior con un escalón abrupto. Tradicionalmente se ha

considerado cómo el precedente del típicamente Bético que iniciará su andadura a mitad del I d.C. (Serrano, 1995, p. 231) y que, como hemos visto al hilo de estudios realizados en suelo emeritense, no tienen paralelos en la producción local (Alvarado; Molano, 1995; Bustamante, 2012).

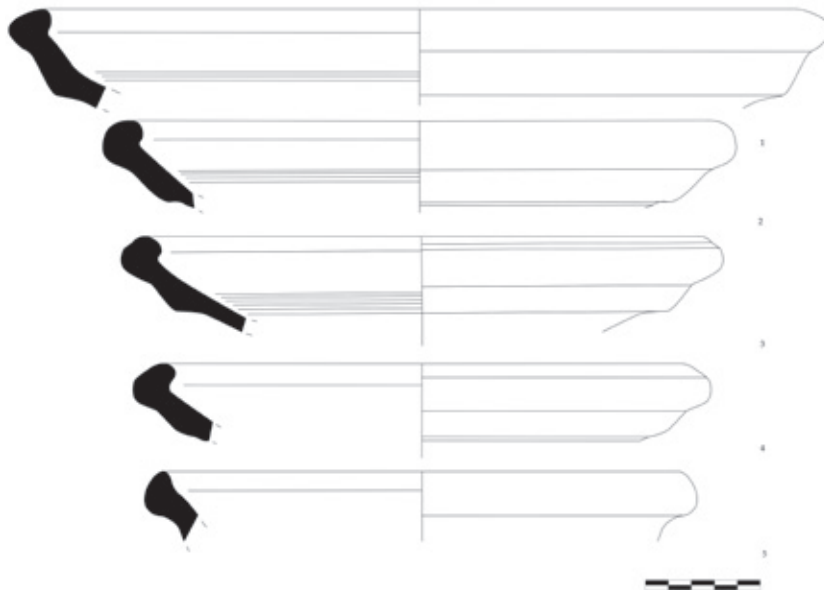


Fig. 8 – Morteros procedentes de la Bética.

También de procedencia bética se han localizado algunas jarras-ollas que algunas presentan borde redondeado simple (**Fig. 9, nn. 8-13**), a modo de gancho (**Fig. 9, nn. 9 y 11**), quebrado y redondeado al exterior (**Fig. 9, n. 10**) así como con frontal superior plano (**Fig. 9, n. 12**). A este repertorio hay que unirle un borde de cuenco de labio simple (**Fig. 9, n. 3**), formas de composición muy simple que tuvieron un fuerte auge a inicios del principado en la Bética (Serrano, 1995, fig. 1).

5. LAS CERÁMICAS DE PRODUCCIÓN LOCAL

El grueso de las producciones comunes procede de los talleres activos de corte local. Porcentualmente podemos hablar de un 60'4% de las piezas comunes localizadas, que supondría el 12'38% de todas las cerámicas halladas en el contexto.

Recientemente se ha localizado un taller polivalente de producción de cerámica común de mesa, cocina así como de ánforas que hemos datado como de los primeros tiempos de la Colonia (Bustamante; Heras, 2013).

Junto con las producciones de procedencia bética se ha localizado un conjunto de piezas con pastas rojizas y consistencia poco aglutinadas que hemos asociado a estos talleres locales activos en esta época. Entre éstas se encuentran ollas de borde moldurado (**Fig. 9, n. 1**), apuntado (**Fig. 9, n. 5**) y engrosados (**Fig. 9, n. 6-7**), lebrillos de bordes cuadrangulares (**Fig. 9, n. 2**) y cuencos de borde simples (**Fig. 9, n. 4**). Estas piezas, aunque presentes en los talleres de los momentos iniciales, caso del alfar de la Escuela de Hostelería, seguirán durante toda la vida productiva de los talleres emeritenses como hemos comprobado en un estudio focalizado en la producción flavia (Bustamante, 2012, p. 431).

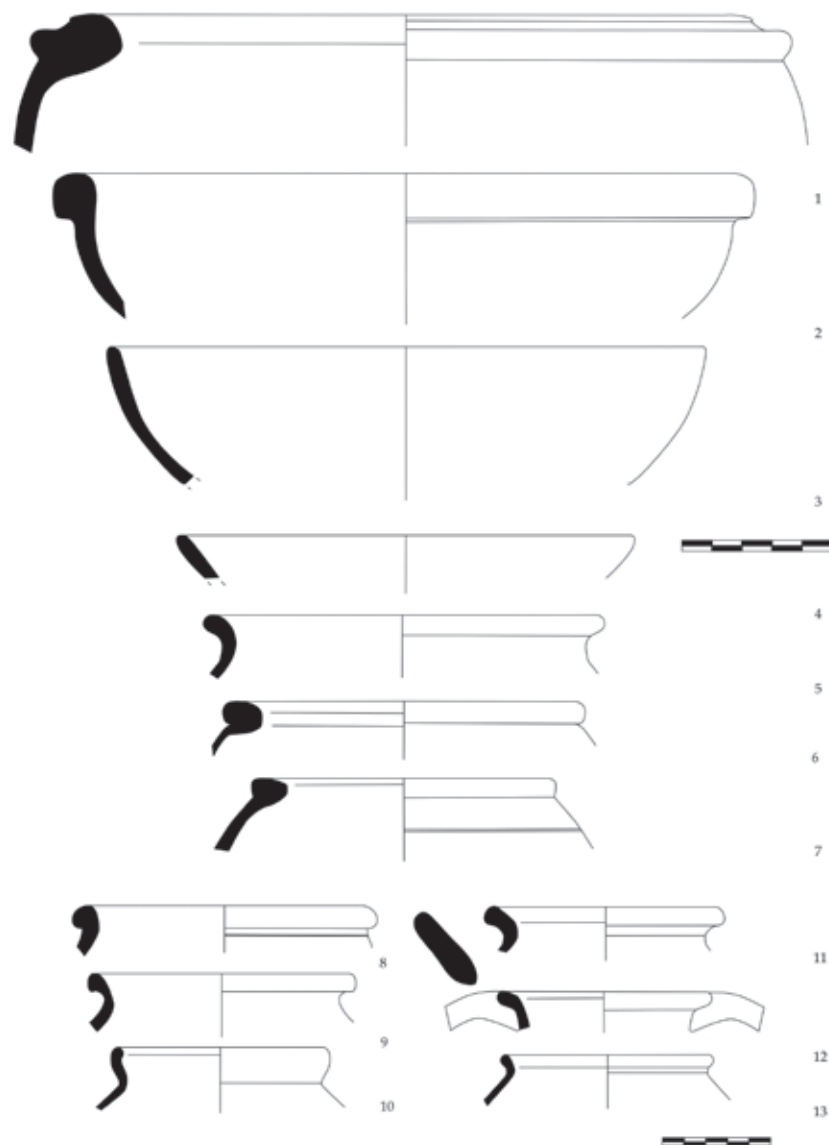


Fig. 9 – Cerámicas comunes de producción local y bética localizadas.

Tipo	Número
Ollas	4
Urna	3
Lebrillo	1
Cuenco	1
Cazuela	1
Tapadera	1
Cubilete	1
Galbos indeterminados	14

Fig. 10 – Cuadro sinopsis de piezas comunes de producción local halladas.

En el repertorio de piezas comunes también aparecen cerámicas pintadas a bandas vinosas y negras (Figs. 11 y 12). Suponen cuantitativamente un 18'6 % de todas las piezas comunes, hecho significativamente elevado. Estas piezas son una constante en los otros conjunto de similar cronología (Aquilué; Bello, 2009, lám. 21, n. 6 y lám. 23, n. 9-10). Otros contextos dispersos por el territorio emeritense también nos hablan de una larga tradición de estas cerámicas que llegan hasta la mitad del I d.C. (Bustamante, 2009, p. 260-261) aunque

su génesis debe retrotraerse al mundo indígena (Rodríguez Díaz, 1995, lám. 5 y 6).

Compositivamente, la matriz de su pasta es rojiza con puntos blancos y consistencia poco amasada; se aleja de las características típicas de las cerámicas locales. Aunque las piezas son fragmentarias dan la sensación de que estamos ante recipientes de mediano-gran tamaño, siendo las urnas funerarias un buen candidato al respecto. La reiteración de las bandas puede ser a líneas simples y estrechas monócromas o bícromas, alterándose franjas rojo vinoso con el propio color del barro. También habría una composición de bandas anchas bícromas con alteración de bandas negras y rojas. En general, el pigmento usado muestra poca adherencia de ahí que presenten amplias zonas sin decorar.

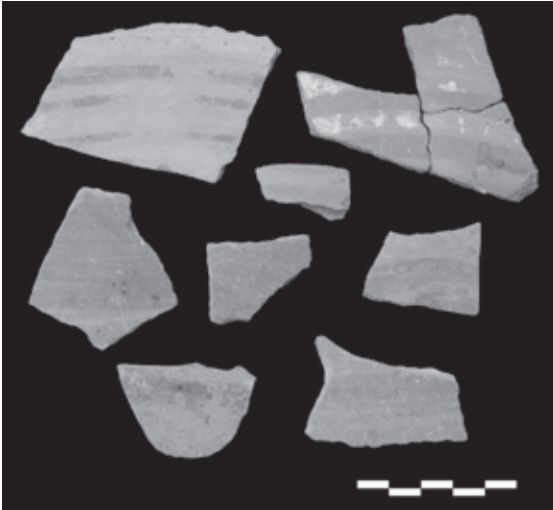


Fig. 11 – Cerámicas pintadas de tradición indígena localizadas en el conjunto.

Forma	Número de piezas
Roja	3
Negra/blanca	2
Negra	1
Roja/Blanca	1
Negra/Roja	1

Fig. 12 – Cuadro resumen de las cerámicas pintadas según cromatismo.

5. LAS ÁNFORAS LOCALIZADAS

Junto con la vajilla común, aparecieron abundantes restos anfóricos de procedencia variada que vienen a suponer el 33’3% de todas las categorías cerámicas documentadas (Figs. 13-14). El patrón de fractura que sufrieron las piezas y su posterior selección es clara. Son mayoría los fragmentos sin forma hecho normal si tenemos presente que se está buscando una superficie horizontalizada que de sustento al mausoleo comentado.

Ánfora	Itálico	Campana	1
	Hispano	Círculo del Estrecho	23
		Tarraconenses	3
		Valle Guadalquivir	6
		Emeritenses	3
		Lusitanas	4
		Tarraconenses	3
	Africanas	Proconsular	20
	Indeterminada	Indeterminada	7

Fig. 13 – Cuadro sinópsis de las ánforas localizadas con indicación de procedencia.



Fig. 14 – Ánforas localizadas en el contexto.

Las producciones predominantes son las béticas con procedencia del Círculo del Estrecho (32'8% del total de las ánforas documentadas) con la aplastante aparición de formas del tipo Dr. 7/11 (Fig. 14, n. 2 y 6). Le siguen en cantidad las procedentes del norte de África, con un 2'85% del total pero sin ninguna parte diagnóstica que nos aporte más datos al respecto.

Las ánforas menos representadas son las de procedencia campana que están presentes con un 1'4 % del total del material anfórico. Podemos afinar su arco productivo como del entorno vesubiano al ser claras las inclusiones volcánicas que aparecen en su pasta. Las siguientes en aparición son las de producción local con pastas muy anaranjadas y rojizas y con acabado exterior engobado. Las únicas formas adscribibles son algunos bordes de forma variante Haltern 70 de producción local con una representación de un 4'2% (Fig. 14, 3).

Otras categorías presentes son las tarraconenses (4'2 %), valle del Guadalquivir (8'5 % con bordes y asas (Fig. 14, nn. 1 y 5) y lusitanas posiblemente del Sado (5'7 %) presentando un arco geográfico de procedencia bastante amplio. También se ha localizado un total de siete galbos que insertamos en dos grupos y que no hemos podido asociar a ningún tipo concreto.

6. OTRAS CATEGORÍAS CERÁMICAS: LAS CAMPANIENSES, LAS LUCERNAS, TERRACOTAS Y PAREDES FINAS

Junto a estas categorías cerámicas se han localizado otros fragmentos correspondientes a campanienses, lucernas, terracotas y paredes finas, siendo en general, su aparición casi testimonial (Fig. 15).

Categoría cerámica	Número de piezas
Lucerna	11
Paredes finas	5
Terracotas	1
Campaniense C	1
Tessera	1

Fig. 15 – Otras producciones menos representadas en nuestro conjunto.

Empezando por la campanienses, únicamente se presenta un fragmento de pasta grisácea que asociamos directamente a la producción siciliana/campaniense C. No podemos hablar de una forma concreta debido a su fragmentación aunque podríamos apuntar a la parte inferior de un plato por su tendencia recta.

Su aparición en los contextos de cronología augustea es amplia hecho que nos habla de una fuerte pervivencia en los primeros decenios del I d.C.

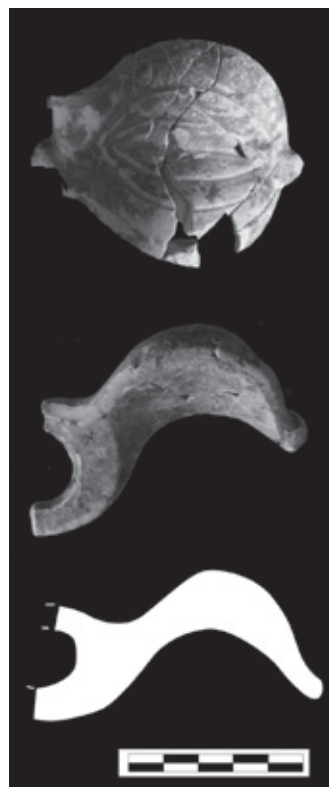


Fig. 16 – Lucerna con asa plástica.

También se han localizado 11 fragmentos de lucernas (5'2% del total de piezas localizadas). De ellas, únicamente son diagnosticables dos. El primero es un asa con representación de vulva esquemática (Fig. 16). Morfológicamente este elemento se acopla distalmente al asa. Su forma es almendrada con incisiones paralelas triples en su interior que generan tres formas interiores. En la zona central se representa una incisión central. La forma se culmina con un pedúnculo en la zona más externa. La pasta es ocre muy clara con engobe externo anaranjado

muy desgastado. Esta pieza es una de las más antiguas en el conjunto. La cronología aportada por el contexto coincide con otros conjuntos peninsulares como Ampurias (Casas; Soler, 2006, E147), Mérida (Rodríguez, 2002, Fig. XIX, 1) o Herrera del Pisuerga (Morillo, 1992, Fig. II).

El segundo fragmento correspondería a un disco con representación de Mercurio. Éste aparece enmarcado en un margo con abundantes delimitadores (Fig. 17). Muestra un perfil claramente griego, pelo encaracolado y culminado con un gorro acompañado por pequeñas alas laterales. Su pasta se presenta muy depurada con un fino engobe pardusco. Paralelos de esta representación los localizamos en el Museo de Mainz (Menzel, 1969, abb. 27, n. 21) o Hannover (Mlasowsky, 1993, n. 61).



Fig. 17 – Lucerna con representación de Mercurio.

Para finalizar se da la aparición de una terracota de una Minerva ataviada con casco culminado con penacho superior de clara procedencia foránea (Fig. 18). Se pueden diferenciar sus cabellos que quedan distribuidos a partir de una raya central. Los ojos almendrados quedan muy diluidos, posiblemente, debido al uso excesivo del molde. Su pasta es rojiza muy amasada y con fuertes fogonazos grises en su parte superior.

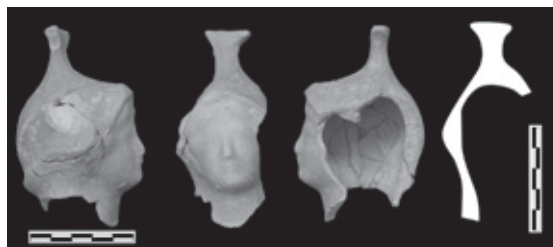


Fig. 18 – Terracota localizada en el conjunto.

En cuanto a las paredes finas se han localizado 5 ejemplares, de los cuales tres son lisos y los otros presentan decoración. Este montante hace que copen el 2'38% de toda la cerámica localizada. Todos los fragmentos localizados proceden de suelo itálico (Fig. 19).

Los fragmentos decorados nos permiten realizar una serie de apreciaciones sobre el foco productor. El primero de ellos corresponde a un fragmento de cubilete con decoración espinada incisa ampliamente documentado en los contextos augusteos (Schlinder, 2010, fig. 2). El segundo, por el contrario, es un fragmento de cubilete con decoración a barbotina sogueada. Aunque el fragmento es muy pequeño proponemos la posibilidad de que sea un ejemplar de cubiletes con decoración antromórfica. Ya desde los iniciales estudios de Marabini (1973, p. 63) se le tachó de fenómeno frecuente y temprano, hecho que confirma esta cronología. Así mismo, su continua aparición en contextos militares vendría de la mano de una ocupación inicial militarizada en esta zona (Martín Hernández, 2008, p. 153). Cronológicamente es una producción muy amplia en el tiempo que hunde raíces en época prehistórica (Gose, 1950, p. 109), alcanza un fuerte apogeo en el II a.C. y una segunda edad dorada en época Flavia (Ricci, 1985, p. 347) con la apertura incluso de nuevos talleres provinciales como Melgar de Tera (Martín Hernández, 2008). Su reducido tamaño también podría plantearnos la posibilidad que estemos ante una forma Mayet VIII con decoración a barbotina ya documentada en otros contextos augusteos como los de Elche (Ronda; Tendero, 2010, fig. 5, 5).

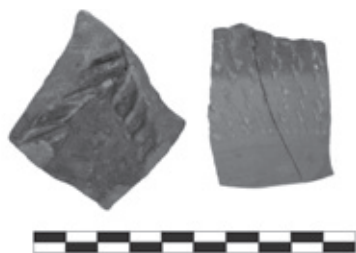


Fig. 19 – Fragmentos de paredes finas localizadas.

7. HACIA LA SISTEMATIZACIÓN DE UN SERVICIO AUGUSTEO EN MÉRIDA

El análisis de este contexto, unido a otros ya conocidos de igual cronología nos permite realizar una serie de apreciaciones de carácter ceramológico que comienzan a aportar luz sobre el comercio que vivió la capital de la Lusitania en los primeros momentos de su andadura.

El contexto que hemos estudiado, unido a los otros dos contextos conocidos, nos permiten, aunque con pocas evidencias, presentar una serie de rasgos muy significativos que parecen extrapolarse por todo su territorio como se observa en el análisis de otros contextos (Berrocal-Rangel; Ruiz, 2003 o Bustamante, 2009).

El grueso de los conjuntos presenta cerámicas de producción local o regional. Para la producción local contamos con una *figlina* en el propio corazón de la ciudad que nos ofrece datos para valorar su producción, la Escuela de Hostelería (Bustamante; Heras, 2013) y, en menor medida el taller de la c/ Augusto (Palma, 2004). En cuanto a los tipos comunes locales se destacan las ollas y las cazuelas con fuertes aires itálicos y béticos. En el amplio repertorio de comunes locales, se aprecia la ausencia de algunas formas concretas, caso de los morteros o las jarras, los cuales se suplen a partir de su importación del foco productor bético (Sánchez, 1995, p. 251).

La aparición de morteros es amplia en el contexto estudiado repitiéndose el tipo característico de la época, conformado por una amplia solapa pegada al cuerpo del recipiente así como el estriado interior (Sánchez, 1995, p. 251). Su factura por pasta, ama-

rillenta con virados verduzcos, es claramente bética.

Su aparición en contextos de la primera edad julio-claudia está atestiguada en otros puntos de la geografía de la provincia lusitania, caso de *Conimbriga* (Alarcão; Delgado y Mayet, 1976), Mesas do Castelhinho (Fabião; Guerra, 1993, p. 275), Castelo de Lousa (Wahl, 1985, p. 163) o en Braga como tipo IIA (Morais, 2004, p. 567).

Porcentualmente, ambos grupos productivos se debaten entre un 30% (la producción bética) frente a un 27% (la común local-regional). Estos porcentajes no son de extrañar ante la cercanía de la provincia más romanizada del Imperio y una importante red de caminos ejemplificada en la vía de la Plata.

En lo que respecta a la vajilla fina hay un predominio claro de las sigillatas itálicas, principalmente aretinas y en un segundo grado de aparición las pisanas⁶.

De todo el conjunto predominan las formas *Consp.* 2, 4, 13, 14 y 22. Este monótono elenco de piezas itálicas se puede completar con otros contextos documentados en la ciudad. Genéricamente podemos decir que las piezas decoradas a moldes son muy escasas, destacándose algunos ejemplares de cálices Ritt. 5 M. *Perennius* y *Tigranus* (Jerez, 2005). Las aplicaciones así como las piezas selladas *in p.p.* no aparecerán en escena hasta bien entrado el reinado de Tiberio. Entre los alfareros más comunes de la época encontramos a A. *Annius Crispus* (OCK. 123), C. *Arvius* (OCK. 254), Cn. *Ateius* (OCK. 276), Cn. *Ateius Dio(nysi)* –OCK. 289–, Cn. *Ateius Euhodus* (OCK. 292), Sex *Avillus* (OCK. 410), *Crestus* (OCK. 698), P. *Cornelius* con variedad de esclavos *Firmus* (OCK. 646), *Gemellus* (OCK. 648), *Phileros* (OCK. 664), *Plocamus* (OCK. 668) y *Primus* (OCK. 672) entre otros (Bustamante, 2011, 47). De la Península Italiana también llegan otras piezas cerámicas, como las paredes finas, sobre todo, centro-itálicas así como en menor medida algunos fragmentos

⁶ Además de las piezas localizadas en estos conjuntos, existe una fuerte presencia de piezas de cronología augustea en diversos contextos dispersos por la ciudad y no, necesariamente de esta cronología (Jerez, 2005).

de engobe rojo interno pompeyano no presentes en este conjunto.

A pesar de esta intensa llegada de productos itálicos, existe una corriente investigadora que intenta negar este predominio inicial centro-mediterráneo arguyendo la ausencia de algunos tipos cerámicos, como las producciones campanas o las paredes finas itálicas, motivado esto por lo que denomina “efecto embudo” costero (Jerez, 2005, p. 116). Nuestro hilo argumental, a tenor de lo analizado previamente, es totalmente el opuesto, si tenemos en cuenta que las paredes finas itálicas (destacándose los vasos tipo Aco) o las producciones comunes están presentes. Creemos que el papel de materiales itálicos en Mérida es prioritaria en los primeros momentos de vida de la Colonia (Pérez Outeriño, 1990, p. 140), el problema radica en saber si previo a estos niveles “tardoaugusteos” existen facies más primigenias, hecho que la arqueología no parece confirmar.

En lo que se refiere a las cerámicas de imitación tipo Peñafior también están presentes ampliamente, sobre todo, las formas Mart. I, clara imitación de las copas itálicas. Algunas de las piezas aparecidas en contextos augusteos fueron analizadas arqueométricamente aportándonos una procedencia de los centros béticos⁷, si a esto le unimos la ausencia total de evidencias arqueológicas sobre esta producción, podemos afirmar que Mérida en ningún momento produjo este tipo de piezas (Jerez, 2007). De la vajilla fina bética debemos de destacar la aparición de algunas formas en cáscara de huevos, sobre todo, de piezas de reducidas dimensiones.

En cuanto a las ánforas, las predominantes son las Dr. 7/11 así como las Haltern 70, sobre todo, procedentes del Círculo del Estrecho y del Valle del Guadalquivir. En muy menor medida aparecen las primeras producciones locales de ánforas, en este caso formas variantes del tipo Haltern 70 (Bustamante; Cordero, 2013 y Bustamante; Heras, 2013).

En lo que se refiere a las lucernas se ha documentado un ejemplar de asa plástica en forma de vulva.

A esto hay que añadirle un ejemplar de disco poco concreto. Recordemos que las lucernas son uno de los tipos cerámicos más ampliamente estudiados en Mérida-, las más antiguas presentes son las Dr. 5b o Den. IVa de procedencia centro itálica y sudgálica, típicas de los reinados de Augusto-Tiberio (Rodríguez, 2000, p. 210). En momentos posteriores, como veremos, la intensificación de la demanda genera la apertura de nuevos talleres locales focalizados en la producción de esta categoría vascular.

Los porcentajes aportados por este contexto se asimilaran, salvando sobre todo distancias geográficas, a otros exhumados en la P. Ibérica, aunque existen algunas particularidades, como es el elevado porcentaje de sigillata itálica o el consumo de ánforas locales-regionales que están totalmente ausentes en otros puntos peninsulares.

Aunque nuestro objetivo no es indagar más allá de la cerámica nos gustaría que esta aportación sirviera para reflexionar sobre la fundación de la Colonia así como sus ritmos vitales, dando la sensación que la erección de la ciudad se produce de manera lenta y pausada. Esperamos que las nuevas actuaciones que se vienen desarrollando en el solar emeritense arrojen nuevos datos al respecto.

⁷ Analíticas realizadas por los Drs. Madrid y Buxeda para el desarrollo de nuestra tesis doctoral (Buxeda; Madrid, 2013).

Clase	Frag.% del total	Origen	Tipo	Frag.	NMI	% en su categoría	% del total
Ánfora	70 (33'3%)	Itálico	Campana	1	1	1'4	0'47
		Hispano	Círculo del Estrecho	23	7	32'8	10'95
			Tarraconenses	3	1	4'2	1'42
			Valle Guadalquivir	6	2	8'5	2'85
			Emeritense	3	1	4'2	1'42
			Lusitanas	4	1	5'7	1'90
		Africanas	Proconsular	20	2	28'5	9'5
		Indet.	Indeterminada	10	2	14'2	4'7
Comunes	43 (20'47%)	Locales	Emeritense	26	12	60'4	12'38
		Itálica	Campana	1	1	2'3	0'47
		Afr cocina	Proconsular	1	1	2'3	0'47
		Béticas	Valle Guadalquivir	15	13	32'8	7'14
Camp.	1 (0'47%)	Camp. C	Siciliana	1	1	–	0'47
Sigillatas	79 (37'61%)	Itálicas	Aretinas	72	35	91'3	34'2
		Peñaflor	Bética	7	7	8'8	3'3
Lucernas	11 (5'2 %)	Itálica	Itálica	11	2	–	5'2
Paredes finas	5 (2'38 %)	Itálica	Itálica	5	3	–	2'38
Terracotas	1 (0'47%)	Terracota	Hispana	1	1	–	0'47

Fig. 20 – Cuadro de síntesis de las cerámicas localizadas y sus porcentajes de aparición.

	TSI	Camp. C	PF. Itálicas	Común local	Común Itálica	Común Africana	Anf. Itálica	Anf. Bética	Anf. Lusitana	Anf. Tarraco	Anf. Africana
Ampurias	6'19	0'27	3'52	26	9'17	0'69	15'47	11'79	-	13'33	-
Vilarenc	3'80	0'29	-	69	4'97	-	0'58	2'34	-	14'4	-
Valencia	13'29	0'44	-	11'37	576	-	3'57	40	-	7'14	7'14
Cartagena	11	1'16	-	14'61	10'46	4'67	1'10	4	-	1'16	0'58
Lucentum	2'23	7'92	-	11	4'88	0'40	21'02	4'3	-	2'05	8'7
Mérida	37'61	0'47	2'38	12'38	0'47	0'47	0'47	13	5'7	1'42	9'5

Fig. 21 – Porcentaje de aparición de la cerámica en otros contextos augusteos de la P. Ibérica según los trabajos de Aquilué y otros 2010; Revilla, 2010; Ribera, 2010; Ramallo y otros, 2010; Gilabert y otros, 2010 y este trabajo.

BIBLIOGRAFIA

ALARÇÃO, J., DELGADO, M. y MAYET, F. 1976 – *Fouilles de Conimbriga IV, Céramiques diverses et verres*, Paris.

ALVARADO GONZÁLEZ, M. y MOLANO BRIAS, J. 1995 – Aportaciones al conocimiento de las cerámicas comunes altoimperiales en *Augusta Emerita*: el vertedero de la C/Constantino, en *Cerámica comuna romana d'època Alto-Imperial a la Península Ibèrica. Estat de la Qüestió*. Ampurias, p. 281-297.

AQUILUÉ ABADÍAS, X. y BELLO RODRIGO, J.R. (2009) – Materiales arqueológicos de los contextos constructivos y de amortización, en AYERBE, R.; BARRIENTOS, T. y PALMA, F. - *El foro de Augusta Emerita génesis y evolución de sus recintos*, Mérida.

AQUILUÉ, X.; SANTOS, M.; TREMOLEDA, J. y CASTANYER, P. (2010) – Contextos d'època d'August procedents del fòrum de la ciutat romana d'Empúries, en ROCA, M. y REVILLA, V., eds. – *Contextos cerámicos de época augustea en el Mediterráneo occidental (12-13 de abril de 2007)*, Barcelona, p. 36-91.

- BELLO, J.R. y MÁRQUEZ, J. (2010) – Los primeros contextos romanos de *Augusta Emerita*: El vertedero de los columbarios, en ROCA, M. y REVILLA, V., eds. – *Contextos cerámicos de época augustea en el Mediterráneo occidental* (12-13 de abril de 2007), Barcelona, p. 404-442.
- BERROCAL-RANGEL, L. y RUIZ TRIVIÑO, C. (2009) – *El depósito alto-imperial del Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz)*, Badajoz.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2009) – Tradición “versvs” innovación: análisis del *instrumentum domesticum* en el ámbito lusitano. El ejemplo del Cerro del Tesoro (La Serena, Badajoz), en MAYORAL, V. y CELESTINO, S. – *Los Paisajes rurales de la Romanización arquitectura y explotación del territorio*, Madrid, p. 249-270.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011) – *La cerámica romana en Augusta Emerita en la época Altoimperial. Entre el consumo y la exportación*, (Serie *Ataecina*; 7), Mérida.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2012) – Las cerámicas comunes altoimperiales de Augusta Emerita, en BERNAL, D. y RIBERA, A. – *Las cerámicas hispanorromanas II. Las producciones regionales*, Cádiz, p. 407-432.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2013) – *La terra sigillata en Augusta Emerita. Estudio Tipocronológico a partir de los vertederos del suburbio norte (Anejos de AEspA; LXV)*, Mérida.
- BUSTAMANTE, M. y CORDERO, T. (.): “Une exportation viticole à Mérida ? Considération sur la production locale d’amphores de style Haltern 70”, Celestino, S. y Blánquez, J. (Eds.): *Patrimonio cultural de la vid y el vino. Vine and wine cultural heritage*, Madrid, p. 81-93.
- BUSTAMANTE, M. y HERAS, F.J. (2013) – Producción anfórica en *Augusta Emerita* (Mérida, Badajoz) y los nuevos hallazgos del solar de la Escuela de Hostelería, en BERNAL, D.; JUAN, L. C.; BUSTAMANTE, M.; DÍAZ, J. J. y SÁEZ, A. M., eds. – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania, I Congreso Internacional de la SECAH Ex officina hispana*, (Cádiz) 3-4 de marzo de 2011, (Monografías de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania; I), Cádiz, p. 239-253.
- BUXEDA, J. y MADRID, M. (2013) – Estudio de caracterización arqueométrica de cerámicas finas altoimperiales procedentes de la ciudad romana de Augusta Emerita, en BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2013) – *La terra sigillata en Augusta Emerita. Estudio Tipocronológico a partir de los vertederos del suburbio norte*, (Anejos de AEspA; LXV), Mérida, Anexo VI.
- CASAS GENOVER, J. y SOLER FUSTE, V., 2006 – *Llànies romanes d’Empúries. Materials augustals i alto-imperials*. (Monografies emporitanes; 13). Ampurias.
- ETTINGLER, E et AL. (1990) – *Conspectus formarum térrae sigillatae Italico modo confectae*, Römisch-germanische Comisión des deutschen archäologischen Instituts zu Frankfurt, Bonn.
- FABIÃO, C. y GUERRA, A. (1993) – As ocupações antigas de Mesas de Castelinho (Almodóvar). Resultados preliminares das campanhas de 1990-92, *Actas V Jornadas de Arqueología*, II, Lisboa, p. 275-289.
- GILABERT, A.; MOLTÓ, F.; OLCINA, M. y TENDERO, E. (2010) – El foro altoimperial de *Lucentum*. Contextos materiales de su fundación, en ROCA, M. y REVILLA, V., eds. – *Contextos cerámicos de época augustea en el Mediterráneo occidental* (12-13 de abril de 2007), Barcelona, p. 342-372.
- GOSE, E. (1950) – *Gefäßtypen der römischen keramik im Rheinland*, (Bonner Jahrbücher; Beiheft 1). Bonn.
- HERAS MORA, F.J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. y OLMEDO GRAGERA, A.B. (2011) – El vertedero del suburbio norte de Augusta Emerita. Reflexión sobre la dinámica topográfica en el solar de la calle Almendralejos 41, en REMOLÁ, J.A. y ACERO, J. – *La gestión de los residuos urbanos en Hispania*. Madrid (Anejos de AEspA; LX), p. 157-180.
- HERAS MORA, F.J. y OLMEDO GRAGERA, A.B. (2010) – Dos nuevos monumentos funerarios en *Augusta Emerita*. Primer avance de los resultados de la intervención de la C/Almendralejo n. 41, Mérida (Badajoz), *Bolletino di Archeologia on line*, p. 45-53.
- JEREZ LINDE, J. M. (2005) – *La terra sigillata itálica del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (*Cuadernos Emeritenses*; 29).
- JEREZ LINDE, J.M. (2007) – *La terra sigillata hispánica precoz o tipo peñaflores su incidencia en el territorio emeritense y dos marcas inéditas del M.N.A.R. de Mérida*, *Anas*, 17, p. 161-178.
- MARABINI, M. T. (1973) – *The roman thin walled pottery from Cosa (1948-1954)*, (*Memoirs of American Academy of Rome*; 32), Roma.
- MARTÍN HERNÁNDEZ, E. (2008) – Los vasos de caras en cerámica de paredes finas, bagaje cultural del ejército romano. Nuevas aportaciones a su estudio en el territorio leonés, *Saldvie*, 8, p. 153-177.
- MENZEL, H. (1969) – *Antike Lampen. Im römisch-Germanischen Zentralmuseum zu Mainz*, Mainz.
- MLASOWSKY, A. (1993) – *Die antiken Tonlampen im Kestner-Museum, Museum de Hannover*, Hannover.
- MORAIS, R. (2004) – Os almofarizes béticos em Bracara Augusta, *Figlina Baeticae. Talleres Alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana* (ss. II a.C.-VII d.C.), BAR, p. 567-570.
- MORILLO, A. (1992) – *Cerámica romana de Herrera del Pisuegra (Palencia-España). Las lucernas*, Santiago de Chile.
- OXÉ, A.; COMFORT, H.; KENRICK, P., (2000) – *Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the signaturas, Shapes and Chronology of Italian Sigillata*, Bonn.

- PALMA GARCÍA, F. (2004) – Secuencia ocupacional de un espacio extramuros de la *Colonia Augusta Emerita*. Intervención arqueológica realizada en el solar n. 44 de la calle Augusto, Mérida. (*Excavaciones Arqueológicas 2001*; Memoria 7). Mérida, p. 139-155.
- PEREZ OUTERIÑO, B. (1990) – *Sellos de alfarero en terra sigillata itálica encontrados en Mérida*. (*Cuadernos Emeritenses*; 3). Mérida.
- RAMALLO, S.; MURCIA, A.; RUIZ, E. y MADRID, M. (2010) – Contextos cerámicos de Carthago Nova, en ROCA, M. y REVILLA, V., eds. – *Contextos cerámicos de época augustea en el Mediterráneo occidental* (12-13 de abril de 2007), Barcelona, p. 262-293.
- REVILLA, V. (2010) – Cultura material y poblamiento en el territorio de Tarraco: los contextos cerámicos de la villa del Vilarenc (Calafell)", en ROCA, M. y REVILLA, V., eds. – *Contextos cerámicos de época augustea en el Mediterráneo occidental* (12-13 de abril de 2007), Barcelona, p. 198-221.
- RICCI, A. (1985) – *Ceramica a pareti sottili*", *Atlante delle forme ceramiche. II Ceramica fine romana nel bacino mediterraneo (tardo ellenismo e primo impero)*. *Enciclopedia dell'Arte Antica, Classica e Orientale*, Roma, p. 232-357.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1995) – Territorio y etnias prerromanas en el Guadiana medio: aproximación arqueológica a la Baeturia Túrduła", en *Celtas y túrdulos: la Beturia*, Mérida, p. 205-254.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano*. (*Monografías Emeritenses*; 7). Mérida.
- RONDA, A. M. y TENDERO, M. (2010) – Los materiales de época augustea en Ilici en ROCA, M. y REVILLA, V., eds. – *Contextos cerámicos de época augustea en el Mediterráneo occidental* (12-13 de abril de 2007), Barcelona, p. 322-341.
- SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M. A., (1995) – Producciones importadas en la vajilla culinaria del Bajo Guadalquivir, *Ceràmica comú romana d'època Alto-Imperial a la Península Ibèrica. Estat de la qüestió*, 251-279, Barcelona.
- SCHINDLER, E. (2010) – Magdalensberg. Ceramica e contesti di época augustea, en ROCA, M. y REVILLA, V., eds. – *Contextos cerámicos de época augustea en el Mediterráneo occidental* (12-13 de abril de 2007), Barcelona, p. 462-488.
- SERRANO, E. 1995 – Producciones de cerámicas comunes locales de la Bética, *Ceràmica comuna romana d'època romana Alto-Imperial a la Península Ibèrica. Estat de la Qüestió*, Ampurias, p. 227-250.
- VAQUERIZO, D.; GARRIGUET, J.A. y VARGAS S. (2005) – *La Constancia. Una contribución al conocimiento de la topografía y los usos funerarios en la Colonia Patricia de los siglos iniciales del Imperio*, Córdoba.
- WAHL, J. (1985) – Castelo de Lousa. Ein Wehrgehöft caesarisch-augusteicher Zeit. (*Madri der Mitteilungen*; 26), p. 149-177.
- ZARZALEJOS, M. (2003) – Las producciones de TSH precoz. Las sigillatas de imitación tipo Peñafior, en BERROCAL, L. y RUIZ, C. – *Depósito Alto-Imperial del Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz)*. Mérida, p. 133-135.

O CONTEXTO ALTO-IMPERIAL DA RUA DOS REMÉDIOS (ALFAMA – SANTA MARIA MAIOR, LISBOA): VIDROS, CERÂMICAS E ANÁLISE CONTEXTUAL

Rodrigo Banha da Silva

CAL/CML e CHAM-FCSH/UNL e UAç / rodb@netc.pt

Resumo

O presente estudo aborda um contexto exumado na Rua dos Remédios, em Alfama, onde se recolheu um rico e diversificado conjunto de 228 indivíduos cerâmicos e vítreos descartados numa área suburbana da cidade de Olisipo. A análise do conjunto permitiu situar a formação no principado de Cláudio, cerca de 45-50 d.C., sendo certo que o integram elementos vasculares cobrindo um espectro temporal mais amplo, médio-tardo augústeo a cláudio.

Procuraram abordar-se os aspectos morfo-tipológicos e de origem das diferentes classes de materiais, tendo-se utilizado estes elementos como ponto de partida para algumas reflexões em torno das inferências históricas e antropológicas autorizadas por este tipo de contextos urbanos.

Palavras-Chave: Perfil cerâmico, Olisipo-Lisboa, Fase júlio-cláudia.

Abstract

A closed context was excavated in Rua dos Remédios, in the Alfama quarter of Lisbon, and provided a rich and diversified sample of 228 individuals. The area was a suburban one in roman times, and the analysis points out to a discard formation originated circa 45-50 A.D., containing vessels dating from Augustus to Claudius.

The typological and origin aspects of the different classes of pottery and glass were treated, and served as a light-motive to some reflections on historical and anthropological inferences provided by this sort of urban contexts.

Keywords: Pottery assemblage, Olisipo-Lisbon, Julio-Claudian phase.

1. O ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO ROMANO DO CONTEXTO DA RUA DOS REMÉDIOS

Até datas bastante recentes, o conhecimento sobre a ocupação romana da área exterior para o oriente à muralha medieval conhecida como «Cerca Velha», ou «Moura», resumia-se a esparsas notícias, com natural destaque para a presença de epígrafes nestas zonas suburbanas da cidade (Silva, 1945) e às quatro estátuas em bronze de cabeças de cavalo, outrora colocadas no chafariz medieval a que davam o nome (depois nomeado «*Chafariz de Dentro*»), alegadamente dali furtadas aquando do cerco castelhano a Lisboa em finais do séc. XIV (Silva, 1945). A estes elementos acrescia a existência hipotética de um anfiteatro, intuída por Octávio da Veiga Ferreira, cuja localização foi difusamente apontada para a área do Largo das Portas do Sol (Salvado, 1994), hipótese todavia por fundamentar e sem qualquer base material, que de forma sistemática foi ignorada pela investigação ulterior.

O panorama do conhecimento sobre este sector da cidade mudou de forma inequívoca na última década. Múltiplas intervenções arqueológicas detectaram estruturas e contextos romanos preservados, lançando uma nova luz sobre as origens e passado mais remoto deste sector da «Lisboa Antiga». Merecem saliência especial a confirmação da origem romana de parte do lanço oriental da «Cerca Moura» (Pimenta; et Al., 2005), como já havia sido comprovado para o troço ribeirinho (Amaro, 1982; Amaro; Sepúlveda, 2007; Gomes; Gaspar, 2007), e o reconhecimento da existência de uma trama ortogonal com métrica romana, fossilizada no tecido urbano actual de Alfama, abrangendo todo o sector meridional compreendido entre a desaparecida «Porta de Alfama» e a parte mais ocidental da Rua dos Remédios (Silva, 2012). Esta última, de hipótese passou a constatação, porque corroborada pela identificação de vestígios murários romanos que se inscrevem nesse mesmo desenho e métrica, todavia ainda maioritariamente inéditos.

Apesar desta evolução positiva, e porque con-

dicionam de sobremaneira toda a nossa percepção sobre o carácter e funcionalidades em Época Romana dos espaços que aqui interessam, duas questões de vulto carecem de respostas mais concludentes: a já aludida existência de um anfiteatro e as cronologias da muralha romana na zona da Rua de São João da Praça.

Começando por este último elemento urbano, as intervenções arqueológicas conduzidas em três ocasiões distintas numa limitada área da Rua de São João da Praça sob a direcção de Manuela Leitão, revelaram novos e importantes dados sobre a “romaniidade” da «Cerca Moura», documentando a sua existência no lugar desde, pelo menos, o Baixo Império (Pimenta; et Al., 2005). Os diversos elementos expositivos e de divulgação cultural patentes ao público no Pátio da Senhora de Murça, aqueles que teremos de nos socorrer por serem os únicos disponíveis (a intervenção permanece inédita de outra forma), revelam uma dinâmica que se poderia qualificar como contundente a respeito do esclarecimento da cronologia da origem da estrutura murária: por um lado, ao fixar a sua anterioridade a uma lixeira que encostava ao paramento exterior, na qual se recolheram, entre outros elementos associados, «*sigillata cinzenta paleocristã*» e africana clara, fornecendo datas dentro do pleno séc. V d.C. para a dita formação detritica; noutro sentido, determinando a sua posteridade a níveis de urbanismo tardo-republicano romano, com construções edificadas sobre socos em pedra seca, sobre os quais assentavam, por seu turno, depósitos contendo cerâmicas datáveis genericamente de entre os séculos I-III/IV d.C., incluindo materiais de construção e blocos de fresco, justapostos pela base do paramento externo da muralha; reforçando estas observações, na zona da via pública actual o mesmo paramento estava edificado sobre uma rua cardinal pavimentada a laje e dotada de cloaca, de inquestionável cronologia também romana imperial. A conclusão dos escavadores foi a de que, e justamente, o paramento externo era tardo-romano.

Contudo, afigura-se excessivo terem extendido aquela cronologia do Baixo Império à edificação da totalidade da estrutura, sobretudo tendo em con-

ta os dados conhecidos da antiga Casa Sommer (Gomes; Gaspar, 2007) que poderiam ter sugerido outras leituras bem diversas e plausíveis na mesma medida. Talvez devido a esta lacuna de perspectiva, as intervenções ulteriores à de 2002, programadas e executadas no quadro de projecto de investigação, quase se cingiram ao exterior da estrutura, quando seria justamente no seu lado interno que resultaria potencialmente mais clara a sua origem enquanto elemento urbano.

Deste modo, os elementos são ainda insuficientes para esclarecer de forma definitiva a existência (ou não) de uma estrutura de data alto-imperial do mesmo tipo e no mesmo local, à qual se sabe que adossou um espessamento no Baixo Império no troço ribeirinho, conforme se comprovou de forma cabal na intervenção arqueológica próxima dos «Armazéns Sommer» (Gomes; Gaspar, 2007). A presença do elemento urbano alto imperial, porém, surge sugerida em São João da Praça quer através da data tardo-republicana romana dos contextos mais recentes cortados pelo remanescente do lado interno da muralha (Pimenta; *et Al.*, 2005), quer pela sequência patenteada no Pátio da Senhora de Murça, com destaque aqui para a desactivação da urbanística romana prévia, de alegada cronologia republicana, todavia por aferir ainda.

No que respeita à hipótese da existência de um anfiteatro na área de Alfama, é objectivo afirmar-se que nenhum vestígio construtivo romano de vulto subsiste hoje na zona e que deste modo nos indicasse a presença de um edifício desta natureza. Do mesmo modo, e se é certo que nos troços visíveis do lanço oriental da «Cerca Moura» estão patentes numerosos elementos arquitectónicos romanos reutilizados, bem visíveis no paramento externo do lanço Largo das Portas do Sol-Rua Norberto de Araújo, casos dos numerosos silhares almofadados distintos dos que conhecemos do Teatro Romano, fustes de coluna e meia-coluna, entre outros. Nada comprova, porém, que no todo ou em parte os elementos arquitectónicos mencionados tenham pertencido à edilícia pública da cidade romana, como nada no momento os conecta com um anfiteatro.

Contudo, e em função do estado actual dos nossos conhecimentos sobre a remota origem do urbanismo desta zona de Alfama, a existência do edifício é provável para uma zona específica, com base em argumentos de dois tipos: em primeiro lugar, porque a morfologia do urbanismo subsistente hoje na área próxima à Igreja de São Miguel de Alfama permite entrever no desenho deste parcelário antigo de Lisboa um foco originário oval, com dimensões similares às de anfiteatros hispânicos de média dimensão, ligeiramente menores que os casos de Conímbriga ou Tarragona, sendo que este espaço da cidade se apresenta hoje sucessivamente repartido em função dos seus diâmetros maior e menor e respectivas partições radiais definidas a partir destes dois eixos fundamentais; em segundo lugar, a topografia do local na Antiguidade, situado junto do suposto trajecto da *uia Olisipo-Scallabis*, como convém a este tipo de equipamento público romano, dispondo ao mesmo tempo de um manancial de água disponível, indispensável ao seu funcionamento, e de uma encosta em meia-lua na parte setentrional onde apoiar a construção de parte da *cauea*, justamente a zona onde melhor se preserva hoje a referida trama radial subsistente.

Com a questão ainda em aberto do traçado que terá seguido na parte baixa de Alfama a muralha alto imperial, deveras importante porque definidora de espaços funcional e simbolicamente distintos, é seguro para leste o desenvolvimento do eixo de circulação que partia da zona das antigas «Portas de Alfama» em direcção aos *agri* e, depois, a *Scallabis*, pois em 2006 foi detectado um troço seu na Rua da Regueira, ladeado por construções limitadas às áreas confinantes. Um outro elemento, mais discreto, e que importa valorizar, uma sepultura de incineração datável dos séculos II-III d.C. já encontrada fora do seu local original, não longe da Igreja de São Miguel de Alfama (Vieira, 2012), confirma que parte dos espaços desta área mais próxima à *uia* foram alvo de uso funerário, prática executada fora do *pomerium* e que é altamente sugestiva de estarmos em plena zona suburbana oriental da cidade romana dos séculos I-III d.C. (Silva, 2012).

É neste quadro suburbano que se inscreve o contexto de uma acumulação detritica de aparente carácter doméstico escavado na Rua dos Remédios, justificando-se plenamente a sua presença com o carácter extra-muros que a envolvente encerrou durante o Alto Império.

2. O CONJUNTO CERÂMICO E VÍTREO DO CONTEXTO DA RUA DOS REMÉDIOS

O contexto foi identificado primeiramente numa acção de emergência em 2005, num antigo saguão existente entre a lateral oeste da Ermida de N.ª Senhora dos Remédios, o tardóz do prédio com os n.ºs 7-9 da Rua dos Remédios e o do edifício com o n.º 12 do Beco do Espírito Santo.

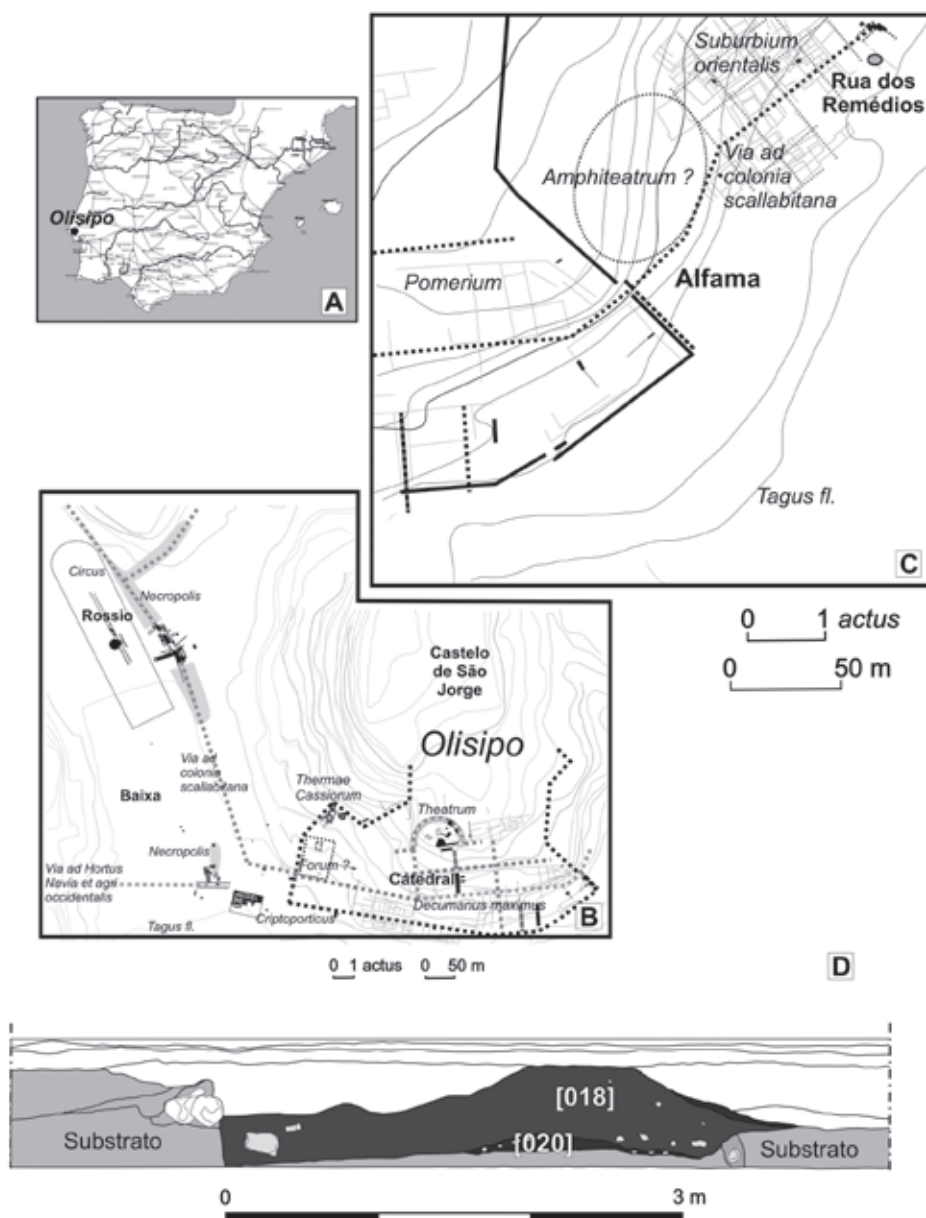
Era composto essencialmente por duas U.E.s de maior potência, areno-argilosas, intercaladas por uma outra mais arenosa e amarelada, de fraca potência, depositadas numa depressão do substrato geológico e colmatando o pequeno desnível formado por este. A sequência apresentou-se coberta pela ocupação sequente, datada já da Idade Média, do período final de dominação islâmica, onde não se verificaram ocorrências de materiais de cronologia similar à do contexto alto imperial. Os contextos medievos terão garantido a integridade dos mais antigos, somente afectados pela obra de 2005 e pelas acções intrusivas das campanhas relacionadas com as vivências urbanas de Época Moderna e Contemporânea (buracos de poste de andaimes, alicerces, regularizações para colocação de pavimentos e roços destinados às estruturas de saneamento).

Assumem algum significado quer a circunstância de fragmentos dos mesmos objectos terem sido colectados em áreas diferentes e em U.E.s distintas, como os factos de a fauna associada ao contexto romano ser predominantemente escassa e formada quase em exclusivo por elementos mamalógicos, particularmente fragmentos de ossos longos, estando quase ausentes outros elementos osteológicos de porções dos indivíduos (Casimiro; *et Al.*, no prelo) e do metal estar de igual forma ausente. Parece poder ler-se nestes indicadores que o conjunto terá

resultado de um descarte essencialmente doméstico, onde se verificou uma triagem prévia, para reciclagem designadamente de metal e vidro.

A interpretação acima produzida surge reforçada pela composição funcional do conjunto cerâmico e vítreo: num total de 228 indivíduos (NMI – Arcelin; Tufreau-Livre, 1998) é notória quer a paucidade de cerâmica de construção presente (6 NMI – não considerada estatisticamente), estando ausentes os *lateres*, quer a ausência dos grandes contentores (os *dolia* de “tipologia romana”); a representatividade relativa atingida pelos elementos vasculares do serviço de mesa é alta (34% NMI), como a dos destinados a outros usos domésticos diversos (8% NMI, onde se conta um amplo conjunto de lucernas – 12 NMI –, a par de dois pesos de tear, uma estatueta em terracota, uma ficha de jogo e dois unguentários), o que contrasta com as expressões atingidas quer pela loiça destinada à preparação e conservação de alimentos (40% NMI), quer pelo material anfórico (11% NMI). Estamos convictos de que este perfil funcional será bem evocativo de uma acção que, apesar de ter implicado um transporte denunciado pela elevada fragmentaridade das espécies, terá ocorrido a partir de zonas próximas e sido formado num lapso de tempo restrito, que os elementos datantes demonstram (conf. *infra*).

Com interesse para a aferição cronológica do conjunto estão presentes *terra sigillata*, “Cerâmica de Paredes Finas”, cerâmica vidrada, lucernas e ânforas cobrindo um espectro situado entre os principados de Augusto, a partir da transição da Era, pelo mais, e de Nero. Aqui, uma panóplia de dados aponta para limites máximos ainda dentro do principado de Cláudio, designadamente o predomínio ainda da *sigillata* itálica sobre os fabricos sudgálicos (26 vs. 17 NMI), a inexistência entre estes últimos de formas como as Drag. 35, 36 e 37, a representatividade ainda significativa da “Cerâmica de Paredes Finas” oriunda da Península Itálica (c. 6/17 NMI), a larga prevalência das elaborações itálicas de lucernas sobre as da bética (c. 80% deste conjunto) e, a dar crédito às hipóteses de Martin-Kilchner sobre a evolução da morfologia do bordo das ânforas oleá-



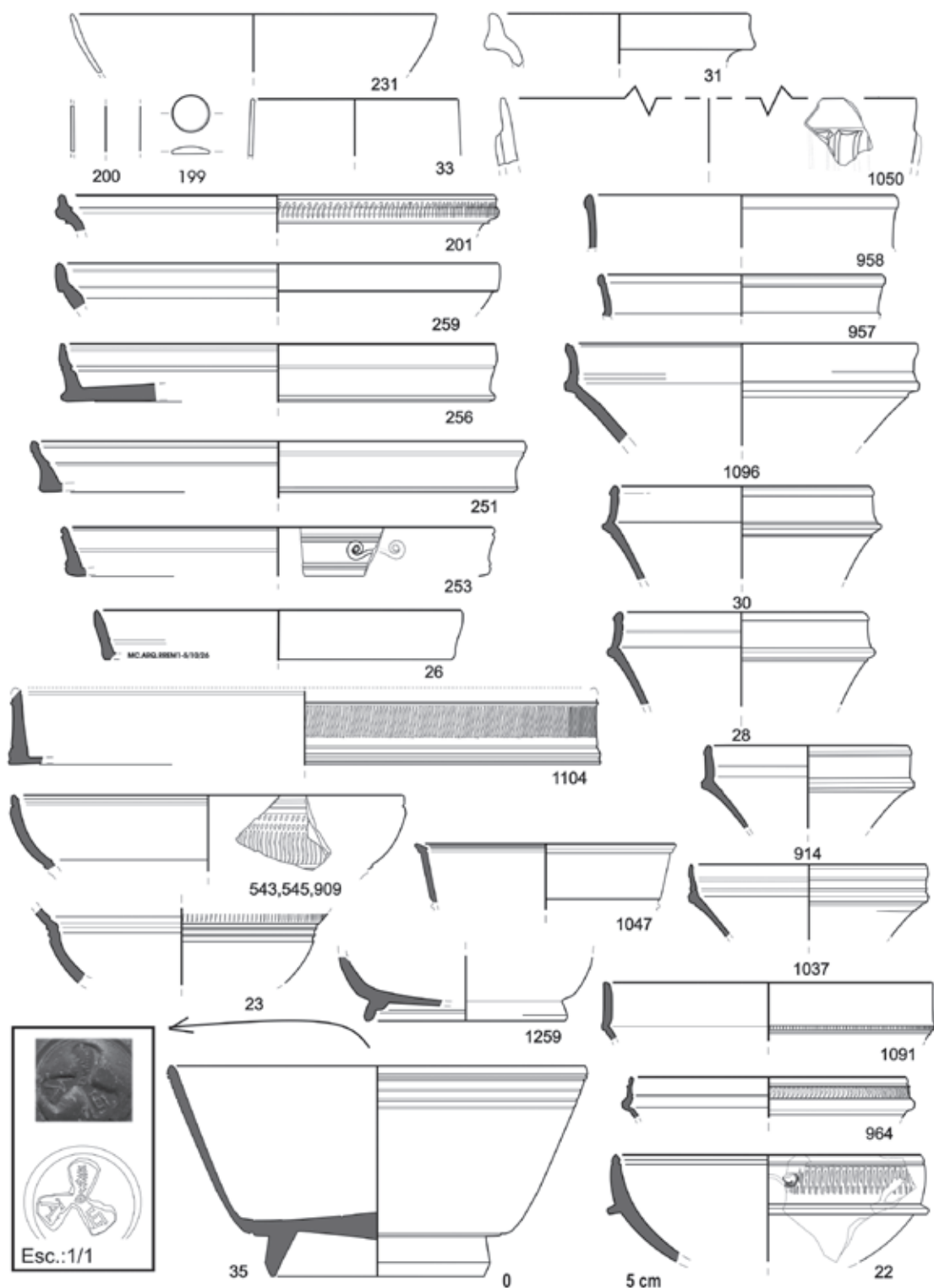
Estampa 1

rias béticas de corpo ovóide-esférico, sintomaticamente se registam somente as variantes de bordo 3 a 6 da sua proposta (Martin-Kilchner, 1983, p. 341). Precisando melhor estes dados, a “marca de oleiro” em *terra sigillata* rutena de *Luceius i* (NOTS; Silva, 2012) fixa um *terminus post quem* de 45 d.C. para a deposição das unidades no interior da depressão, que não deverá ter ocorrido muito após o meio do primeiro século da Era.

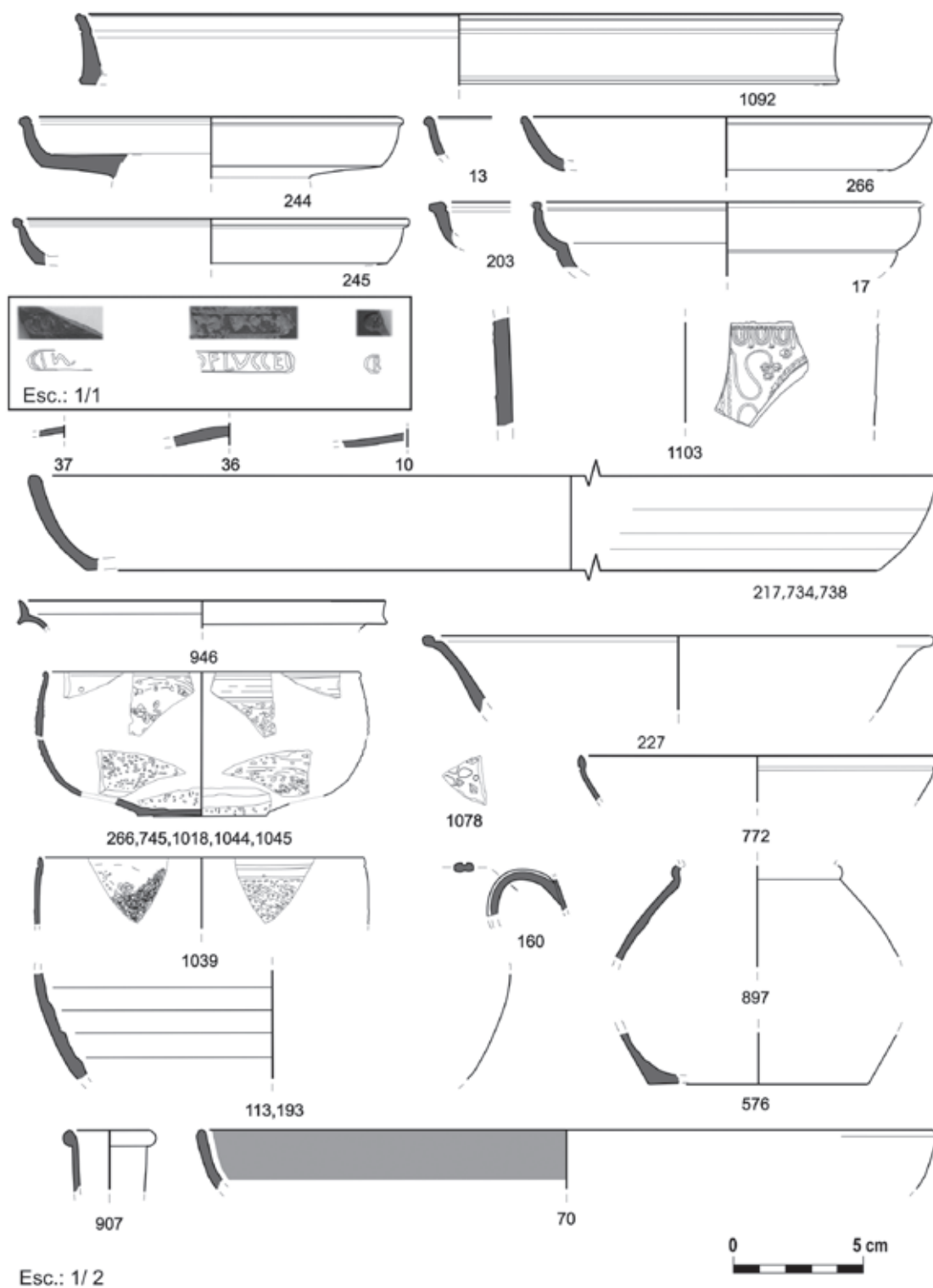
2.1. Vidro (Estampa 2)

O conjunto vítreo é somente composto por cinco elementos (NMI).

A “taça de costelas” nº 1050 equivale à morfologia Isings 3a, de todo o séc. I d.C. (Isings, 1959, p. 18-19), apresentando uma côr azul gelo (Pantone 7464 C), com alguns alvéolos e impurezas. Com características de fabrico similares, o bordo nº 31 poderá atribuir-se ao tipo Isings 16, o frasco mais comum ao



Estampa 2



Estampa 3

longo do séc. I d.C., surgido no seu segundo quartel (Isings, 1959, p. 34), mas o fragmento é insuficiente para garantir esta classificação, e a modelação do lábio não seria, neste caso, a mais comum. O gargalo nº 200, do mesmo fabrico, também poderá incluir-se nesta classe de objectos, pois é demasiado largo para unguentário. Como os anteriores, nº 33 é taça enquadrável na forma Isings 12, que remonta a Augusto (Isings, 1959, p. 29). Em vidro trâslúcido, com pequenas bolhas de ar e algumas impurezas, a taça hemisférica nº 231 não autoriza uma precisa atribuição tipológica. Por fim, nº 199 equivale a uma peça de jogo, em vidro branco, opaco, de superfície “picada”, com algumas bolhas de ar, sendo um elemento de largo espectro cronológico.

2.2. Terra Sigillata (Estampas 2 e 3).

A *terra sigillata* do contexto da Rua dos Remédios é composta por 34 indivíduos, dos quais 26 itálicos, 17 sudgálicos e 2 hispânicos, do «tipo Peñaflores».

Entre os elementos vasculares itálicos existe uma preponderância de formas do período lato de transição entre os principados de Augusto-Tibério e Tibério, como as *Consp.* R7 (?) (1 NMI – nº 201), 7.1.2 (2 NMI – nº 35), 14, 15 ou 17 (1 NMI), 18.2 (3 NMI – nºs 251, 256), 20.3 (1 NMI – nº 253), 31.1 (2 NMI – nºs 543, 23) ou 33.1 (1 NMI – nº 22), sendo que algumas destas podem encerrar cronologias de fabrico até Cláudio. Merece destaque o contingente datável como contemporâneo e/ou posterior à segunda década da Era, 23.2 (4 NMI – nºs 30, 957, 958) e 27.2 (1 NMI – nº 1047), o primeiro dos quais o tipo itálico mais bem representado. Entre as “marcas de oleiro” destaca-se nº 35, a única itálica, colocada numa taça *Consp.* 7.1.2 assinada por *Ateius* (3) (OCK), de Pisa, que mais não permite do que corroborar as indicações cronológicas genéricas do grupo.

A representação das produções sudgálicas, onde somente se atestam elaborações de La Graufesenque e centros seus dependentes, é, apesar de tudo, pobre. A par de formas menos evolucionadas, como a Drag.17B (nº 1092 – 1 NMI), surgem exemplares dos tipos estandarizados mais comuns e que mais perduram, como o Drag.18 (4 NMI – nºs 13, 244,

245) ou Drag.27 (3 NMI- nºs 17, 203), notando-se a paucidade de taças decoradas, onde somente se atestou Drag.30 (1 NMI- nº 1103). As formas estandarizadas referidas ou ostentam perfil mais grácil ou são dotadas de canelura no exterior do pé, o que sugere momentos menos avançados do período de maior exportação para Lisboa (Silva, 2012). Os oleiros identificados restringem-se a *Cia(...)*, *Lucceius i* e *Rufinus ii* (NOTS), os últimos de ampla difusão, respectivamente activos ao longo de Tibério-Cláudio, e Cláudio-Nero para o caso de *Rufinus ii* (NOTS; Silva, 2012).

Forma/Tipo	B	C	F	P	Fr	NMI
Consp. 12 (.4 ?)	1	0	0	0	1	1
Consp. 18.2	3	0	0	0	3	3
Consp. 20.1.1	1	0	0	0	1	1
Consp. 19 ou 21	0	1	0	0	1	1
Consp. 20.3	1	0	0	0	1	1
Consp. B.2.3	0	0	2	0	2	0
Prato Indeterminado	1	0	2	2	5	0
Consp. 7.1.2	2	0	0	0	2	2
Consp. 14, 15 ou 17	0	0	1	0	1	1
Consp. 17.3 (var.?)	1	0	0	0	1	1
Consp. 22.4	1	0	0	0	1	1
Consp. 23	0	3	0	0	3	0
Consp. 23.1	1	0	0	0	1	1
Consp. 23.2	4	0	0	0	4	4
Consp. 28.3	1	0	0	0	1	1
Consp. 27.2	1	0	0	0	1	1
Consp. 31.1	1	1	0	0	2	2
Consp. 32.1	0	1	0	0	1	1
Consp. 33.1	1	0	0	0	1	1
Consp. 36.4	2	0	0	6	8	2
Taça/Tigela Indet.	0	0	2	11	13	0
Consp. R.7 ?	1	0	0	0	1	1
Total Itálicas	23	6	7	19	55	26

Tabela 1 – Quantificação da *terra sigillata* itálica e sudgálica em termos de fragmentos e de NMI, com indicação da porção presente (B = bordo; C = carena ou inflexão; F = fundo; P = parede).

Forma/Tipo	B	C	F	P	Fr.	NMI
Drag. 17B	1	0	0	0	1	1
Drag. 15/17	0	0	2	0	2	2
Drag. 18	4	1	1	0	6	4
PratoR	0	0	1	0	1	1
Prato Indetermin.	0	0	4	5	4	0
Ritt. 8	0	0	2	0	2	2
Drag. 24/25	0	2	1	0	3	2
Drag. 27g	2	1	3	0	6	3
Tig. Indet.	0	1	1	12	14	0
Drag. 30	0	0	0	1	1	1
Total Sud-gálicas	14	9	9	2	40	17

Tabela 2 – Quantificação da *terra sigillata* itálica e sudgálica em termos de fragmentos e de NMI, com indicação da porção presente (B = bordo; C = carena ou inflexão; F = fundo; P = parede).

A imitação de *terra sigillata* denominada «tipo Peñaflor» surge representada somente através de uma forma Mart.Ic, com pasta e revestimento de características inequivocamente gaditanas, e de uma outra do tipo IIIb (Martínez Rodríguez, 1989; *apud* Amores; Keay, 1999), atribuível da Bacia do Guadalquivir (Bustamante Álvarez; Huguet Enguita, 2007).

2.3. «Cerâmica de Verniz Vermelho Pompeiano»

Na Rua dos Remédios ocorre tão só um indivíduo da produção em epígrafe, de pasta inquestionavelmente campana, classificável como Luni 5. Trata-se de um morfotipo comum dentro do fabrico, já antes assinalado em Lisboa no Teatro Romano (Fernandes; Filipe, 2007), em contextos que reputamos como tibérios iniciais, embora contendo abundante material mais antigo “associado” (Silva, 2012).

Merece menção circunstancial a funcionalidade deste elemento vascular que, como outros tipos análogos do mesmo grupo de produção e afins parece não equivaler a um objecto de cozinha mas antes integrar o trem de mesa, cumprindo a função de apresentar os alimentos e/ou conservá-los quentes, i.e., operando como requentador (Allison, 2010).

2.4. Cerâmica vidrada (Estampa 4)

A ocorrência de um indivíduo representado por um só fragmento de cerâmica romana vidrada, embora

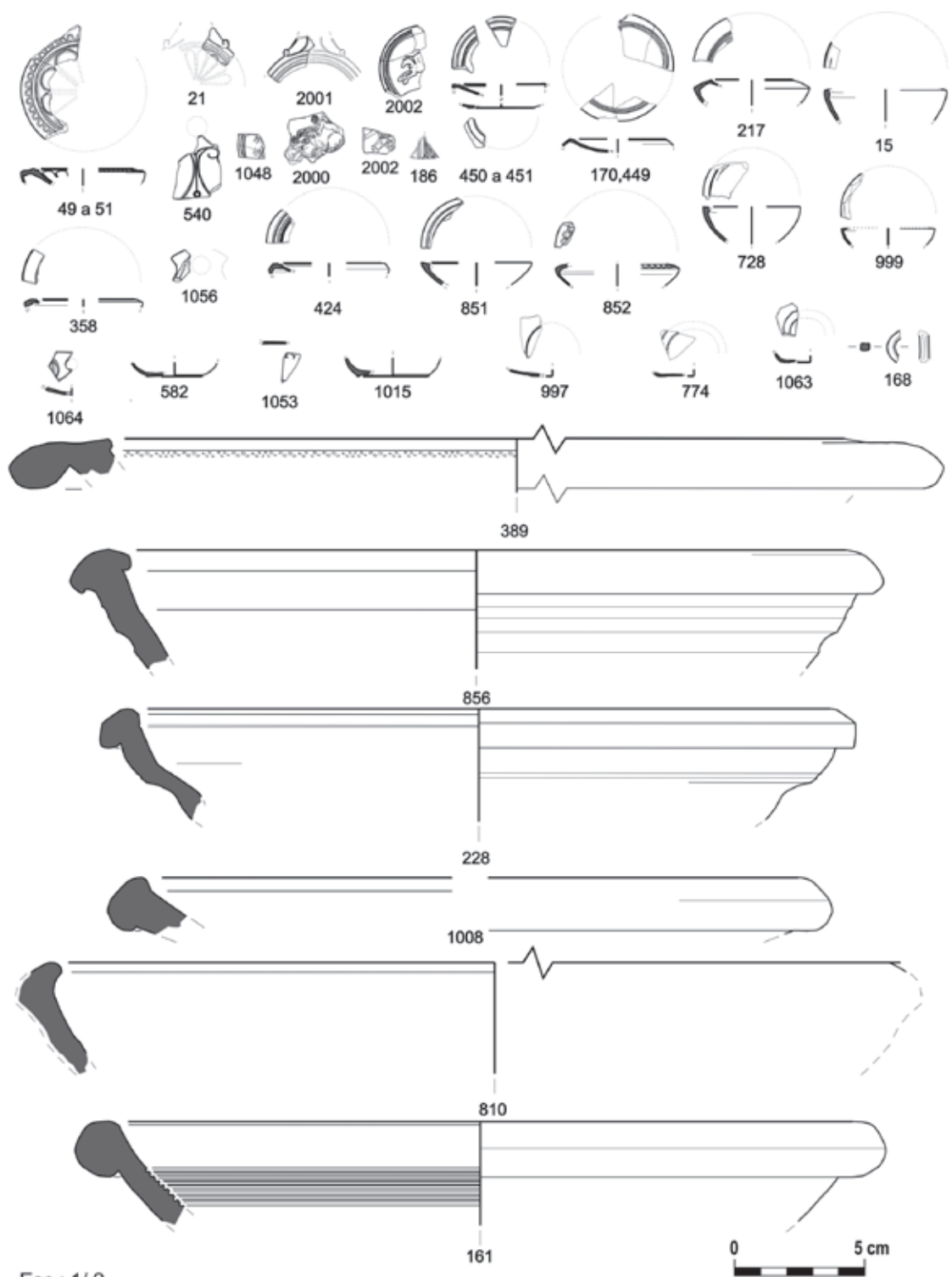
rara, não se pode entender como excepcional na região do Baixo Tejo, tendo presente o famoso exemplar de *skyphos* encontrado num sepultamento em Paredes-Alenquer (Pereira, 1970), datado mais provavelmente de Cláudio (Silva, 2012).

No caso presente, a pasta muito depurada e a presença de piroxenas indicam uma produção centro-italica, mais provavelmente campana (López Mullor, 1981). Apesar das reduzidas dimensões, os detalhes morfológicos autorizam a sua classificação dentro do tipo López Mullor 5, *kalix* decorado a molde que se considera remontar a Tibério, pelo menos, prosseguindo o fabrico até c.50 d.C. (López Mullor, 1981, p. 211), o que os contextos vesuvianos parecem corroborar (Benedetto; *et Al.*, 2008).

2.5. “Cerâmica de Paredes Finas” (Estampa 3)

O conjunto de fragmentos desta classe é mais elevado do que sua expressão em número de indivíduos, perfazendo um total de 17 (NMI). A ocorrência de exemplares itálicos não é de estranhar, notando-se no *facies* cerâmico olisiponense um domínio desta origem nas etapas iniciais de Tibério que só se irá esbater no final deste principado (Silva, no prelo). As formas identificadas remetem para fabricos que se podem genericamente designar como centro itálicos, não sendo possível adscriver às regiões aqui englobadas os respectivos indivíduos: detectaram-se um copo Mayet XXXIII, corrente entre c.10 a.C. e 30 d.C., dubitativamente um exemplar de Mayet XLI (nº 897), augústeo, e um outro de Mayet X (nº 792), sendo inclassificáveis os restantes (nºs 160 e 576) (Mayet, 1975).

Embora ocorram em contextos lisboetas já com Tibério, é em Cláudio que ocorre a mudança no aprovisionamento, com a prevalência marcada a passar para as elaborações vasculares béticas, as mais representadas no conjunto (11 NMI). Destas, somente um pequeno fragmenho com decoração de espinhas (nº 1078) não se insere no grupo dotado de decoração arenosa, externa, interna ou em ambas as superfícies, restringindo-se o repertório à comum taça Mayet XXXVII, equivalente aos restantes 10 vasos individualizados (nºs 266, 1039).



Estampa 4

2.6. Unguentários (Estampa 3)

Dois indivíduos ilustram a presença deste tipo de recipiente em contexto doméstico olisiponense. Ambos os exemplares mostram uma pasta muito depurada e compacta, de coloração rosa claro (Munsell 5YR7/4), sendo dotados de idêntico verniz interno de boa qualidade, negro e acastanhado, brilhante, que lhes denuncia uma origem centro-italica. O nº 907 preserva o gargalo e o bordo de uma morfologia provavelmente do tipo Oberaden 28 ou Py1 ou 2 (Py, 1993), já atestadas em Lisboa na necrópole escavada no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Bugalhão; *et Al.*, 2013 – aproveite-se o ensejo para corrigir a errónea aplicação aqui do termo *cemitério*, e assinalar a exclusão no estudo das sepulturas de incineração assinaladas com colos de ânfora cortados – conf. Bugalhão, 2001, p. 32 –, prática com bons paralelos em Córdova, como aliás já havíamos referido – conf. Silva, 2012, p. 348).

O nº 113-193 é uma porção da pança, de impossível classificação. Trata-se de uma parede com revestimento interno no característico verniz centro-italico e fino engobe esbranquiçado externo, de um objecto de grandes dimensões dentro da tipologia a que pertence. Deverá referir-se, a este respeito, que em contextos tardo-republicanos e augústeos os artefactos com estas dimensões são ocorrentes, ainda que em escassa quantidade, podendo aqui evocarem-se os exemplos levantinos de Ampúrias e Mataró (Revilla; Roca Roumens, 2010, p. 83, fig. 28, nº 17 e 132, lám.4, nº 4).

2.7. Lucernas (Estampa 4)

O conjunto de lucernas encontra-se infelizmente muito fragmentado, não sendo possível adscriver a uma tipologia, ou vislumbrar as gramáticas decorativas globais das 12 lucernas individualizadas. Neste domínio, assinalam-se decorações de *puti* com leão (nº 2000), gladiador (nº 2002), Pégaso (nº 2003), um fragmento de personagem com *peplos* (?) (nº 186) e duas rosáceas, de oito (nºs 49-51) e dezasseis pétalas (nº 21).

Estão seguramente presentes os tipos Dressel-

-Lamboglia 9B (nº 1056) e Dressel-Lamboglia 11B (nºs 21, 540 e 49-51), qualquer deles em fábrica itálica. A diversidade de modelação do ombro reservatório-orla e a largura deste atributo permitem supor um equilíbrio entre estes tipos que, contudo, se não pode garantir. Uma «marca de oleiro» incisa, num fabrico bético (nº 1053), está todavia muito fragmentada e por consequência ilegível.

2.8. Terracotas (Estampa 9)

A raridade de representações coroplásticas cerâmicas nos contextos romanos lisboetas resultará mais do desconhecimento acerca deste tipo de artefacto do que da sua efectiva ausência: de facto, trazemos em estudo exemplares recolhidos na Praça da Figueira, Palácio dos Condes de Penafiel e Mandarin Chinês-Rua Augusta, que se vêm acrescentar ao único já publicado da cidade, do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Bugalhão, 2001).

No contexto da Rua dos Remédios foi colectado o nº 619, um fragmento de cabeça de pequena estatueta que vem documentar a presença deste tipo de objecto em época julio-cláudia, com uma pasta típica do Tejo afim à que se encontra em outras produções oleiras regionais, nomeadamente as cerâmicas comuns, ânforas e materiais de construção.

2.9. Cerâmica Comum

A «Cerâmica Comum» engloba uma diversidade de fabricos e de funcionalidades tal que, como se reconhece, lhe confere contornos imprecisos (Alarcão, 1974, p. 29 e segs.). «Classe» cerâmica quantitativamente prevalente na Rua dos Remédios (135/228 NMI), como é habitual na maioria dos contextos de descarte urbano, os elementos que a compõem demonstram a própria fragilidade da designação: há que enfatizar desde já a importância da «Cerâmica Cinzenta», que já não é fina como na sua origem mais remota sidérica, mas que continua, segundo os dados deste contexto, a ser uma importante componente nos “serviços de mesa” dos olisiponenses julio-cláudios (25/94 NMI). É justamente por esta razão que optámos por privilegiar na apresentação critérios de origem, enunciando primeiro as cerâmi-

cas importadas, incluindo aqui fabricos regionais lusitanos exteriores ao Baixo Tejo portugueses, e assim as distinguindo das prevalentes elaborações regionais de loiça de mesa, cozinha e armazenamento domésticos.

2.9.1. Cerâmica comum importada

2.9.1.1. Fabrico itálico (Estampa 4)

Exemplar único com a origem em epígrafe, o fragmento de bordo de almofariz centro-italico nº 389 apresenta a característica pasta de coloração rosa claro (Munsell 5YR7/4) e o engobe exterior rosa esbranquiçado (Munsell 7.5YR8/2), inserindo-se no tipo Dramond D1, originado ainda em período tardo-republicano com prolongamento da produção até à sua definitiva substituição nos mercados por modelos mais evolucionados (Aguarod Otal, 1991).

2.9.1.2. Fabricos béticos (Estampas 4 e 5)

Como é comum acontecer em Lisboa nos contextos datados do final da República e dos Imperadores Júlio-Cláudios, a cerâmica comum oriunda da bética costeira e da Bacia do Guadalquivir está presente na Rua dos Remédios (Silva, no prelo). Nesta fase cláudia, a proporção parece ser menor do que em momentos mais recuados (Silva, no prelo), e no conjunto das «Cerâmicas Comuns», as importações da província vizinha não ultrapassam os 20 indivíduos. As tipologias presentes são as mais recorrentes em território português (Pinto; Morais, 2007), com natural destaque para a série de almofarizes, com as morfologias mais correntes na fase 2 da proposta de periodização de José Carlos Quaresma (2006), nas variantes de bordo arredondado (**Estampa 4, nºs 856, 228, 1008, 810 e 161**) e de bordo em martelo (**Estampa 4, nº 856**). Deverá notar-se aqui a predominância dos segundos (6 NMI) sobre o primeiro (1 NMI).

Os potes de corpo cilíndrico estão representados por um indivíduo (**Estampa 5, nºs 234 e 429**). Esta forma pode evocar os bem-sucedidos vasos em “sombbrero de copa”, estes presentes nos contextos republicanos de Lisboa desde finais do séc. II a.C. (Pimenta, 2005). A confirmar-se esta hipótese, te-

riam sido comerciados pelo seu conteúdo. No mesmo sentido, talvez uma explicação desta natureza explicasse melhor a expressão quantitativa elevada das pequenas tigelas oriundas da bacia de Cádis (6/20 NMI em C.C. bética; **Estampa 5, nºs 1028, 99, 1031, 130, 1068 e 616**).

Completam o repertório com esta origem potes bi-asados de bordo divergente (**Estampa 5, nº 274**) e jarros/bilhas (**Estampa 5, nº 68, 69**), uma das quais dota de bico vertedor colocado ao nível do corpo (**Estampa 5, nº 476**).

Um indivíduo foge, contudo, a este panorama, e coloca problemáticas peculiares: o nº 23 é um fragmento de carena, de parede de tendência vertical e fundo profusamente estriado, cuja semelhança com algumas formas da «Cerâmica Africana de Cozinha» é evidente. Contudo, a sua pasta bícroma, amarelada e alaranjada, é típica do «Círculo do Estreito», idêntica à que encontramos nos envases anfóricos. Trata-se, por consequência, de uma reprodução de um modelo tunisino, cujos testemunhos mais antigos se crê não chegarem à Península Ibérica antes do advento de Vespasiano. Trata-se de um elemento de evidente discrepância cronológica num conjunto muito homogéneo, e a explicação para a sua presença tanto poderá radicar em processos pós-deposicionais verificados no local, como traduzir outras questões mais complexas, para as quais não possuímos elementos de discussão.

2.9.1.3. Fabricos lusitanos do Morraçal da Ajuda (Peniche) (Estampa 5)

A olaria do Morraçal da Ajuda (Peniche) é conhecida sobretudo pela sua produção anfórica, muito embora os investigadores ligados ao seu estudo tenham divulgado dados suficientes sobre as restantes elaborações que ali tiveram lugar (Cardoso; Rodrigues, 2005).

Embora ânforas oriundas deste lugar costeiro do Oeste tenham sido já registados em Lisboa, em contextos neronianos (Silva, no prelo), estas estão ausentes no contexto da Rua dos Remédios. Em compensação no local regista-se 3 recipientes em cerâmica comum, com a característica pasta bícroma e a su-

perfície interna com laivos violeta de Peniche: de paredes delgadas, o nº 473 é um fragmento de asa com uma secção tipicamente penicheira; o nº 177 é um recipiente de razoável dimensão de que se conserva somente a asa e porções da parede, com uma curiosa decoração plástica lunular aplicada junto à asa; o nº 296 é um pote de colo exvertido, bordo de lábio amendoado espessado externamente, corpo provavelmente ovóide e uma base um pouco convexa de pé ligeiramente destacado. Neste último recipiente, presente por porções das partes inferior superior, o fundo ostenta um grafito radial e na face externa do colo, sob o lábio e a inflexão para o corpo, o grafito APRI (“de Aper”) em cursivo com detalhes arcaizantes. De notar que os dois vasos primeiramente citados têm um cuidado alisamento externo e uma pasta mais depurada, o pote nº 296 têm uma pasta menos depurada e um revestimento exterior de uma aguada esbranquiçada, assinalado frequentemente nas ânforas oriundas do Morraçal da Ajuda.

2.9.1.4. Fabricos de origem incerta, não regionais (Estampa 5)

Não arriscámos a atribuição de origem de dois recipientes, que mostram pastas distintas das restantes representadas e tratamentos que também não conseguimos repertoriar. Mérida afigurou-se como uma hipótese, mas os dados de comparação são insuficientes, e portanto outras origens são também plausíveis.

O nº 229 é um fragmento conservando o gargalo e vestígios do arranque de asa na sua parte superior de bilha. Apresenta abaixo do encaixe da asa uma canelura, tendo-lhe sido aplicada uma matriz de pequenos círculos formando um colar. A superfície foi cuidadosamente espatulada, de aspecto quase brunido. A pasta é bícroma, creme com a parte mais interior rosada clara, dura, homogénea, com frequentes elementos não plásticos, dos quais partículas negras em palheta, elementos quartzosos, ferruginosos e cerâmica moída. O nº 478-902 é um fragmento de asa de secção circular e porção de parede, com pasta e similar à anterior, diferindo

somente na côr, por apresentar o cerne acinzentado claro e as superfícies rosa-amareladas. Nestas a externa, igualmente bem alisada a espátula, mostra duas incisões paralelas no encaixe inferior da asa e a porção da parede que ladeia este elemento ostenta um reticulado inciso, pouco profundo e de secção romboidal.

2.9.2. Cerâmicas comuns regionais, do Tejo/Sado

A incipiência dos estudos regionais nos vales dos dois grandes, importantes e dinâmicos núcleos oleiros do ocidente lusitano no Alto Império, e a impossibilidade da execução de análises arqueométricas, justificam a designação aplicada. Neste sentido, e muito embora se não distinga aqui um e outro Vale, é lógico induzir que o Tejo esteja muito mais representado no conjunto da Rua dos Remédios, e a ele se deverão reportar a maioria dos indivíduos.

Deverá notar-se que os estudos taganos sobre esta «classe» só em data muito recente parecem ter-se iniciado em forma, devendo a esse propósito destacar-se a investigação desenvolvida por Cézer Santos (2012) sobre os fabricos da olaria da Quinta do Rouxinol (Seixal). Contudo, o facto de esta incidir sobre momentos um pouco mais avançados no tempo, obrigou a uma “arrumação” própria das morfologias de acordo com critérios não experimentados antes. Não se trata aqui, por isso, de uma proposta tipológica, mas tão só de utilizar este tipo de trabalho classificatório como instrumento, que certamente os desenvolvimentos futuros irão corrigir e afinar.

A nomenclatura que serve a dita “arrumação” das espécies segue princípios de há muito enunciados, designadamente por Jorge de Alarcão (1974). De facto, nas «Cerâmicas Comuns», como noutras classes como as *sigillatae*, nenhum dos três critérios de designação (nome latino; nome em linguagem natural; meta-linguagem) satisfazem plenamente, pois a cada um deles se podem apontar problemáticas e limitações diversas e evidentes (Silva, 2012). Em sentido oposto, parece conveniente retirar de cada uma delas o proveito que pode proporcionar,

deste modo se explicando a aparente disparidade metodológica.

2.9.2.1. «Cerâmica Cinzenta» (e “Cinzenta” oxidante) de mesa (Estampa 6)

Num período e numa região onde imperam os fabricos de cerâmicas avermelhadas e/ou claras, um grupo de elementos vasculares produzido em ambiente redutor destaca-se visualmente do restante. Noutros âmbitos geográficos recebeu a designação de «Cerâmica Cinzenta Fina Polida», remontando à Idade do Ferro (Alarcão, 1974). O termo, porém, dificilmente se aplica a recipientes com as características que o grupo em causa ostenta, maioritariamente de feitura mais grosseira do que os seus antecedentes sidéricos, e só excepcionalmente polida.

O repertório do grupo é altamente limitado, constituído maioritariamente por taças de carena muito baixa (n.ºs 240, 165, 50, 953, 773, 962, 202, 500, 438, 1033, 446, 742, 781, 986, 239, 247, 428, 779, 141, 219 (?), 537, 779 e 141 - 20 NMI), e em muito menor medida jarros, inspirados em modelos metálicos (n.ºs 1068, 197, 157? - 4 NMI), e potinhos de bordo divergente (3 NMI- n.ºs 203, 838, 387, 746 e 468), por vezes com decoração externa a roletilha (n.º 947).

O modelo dominante é a taça, de bordo indistinto arredondado com ou sem demarcação pelo exterior, carena muito baixa e acusada e fundo de pé em anel alto. Esta continua a reproduzir modelos radicados nos finais da República, de que o exemplo regional mais bem estratigrafado se assinalou no Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2013, p. 73, n.º 6, em fabrico oxidante). A assimilação deste elemento vascular a protótipos em «verniz negro» tem sido sugerida como explicação, mas talvez se devessem aduzir a estas “influências” as dos recipientes em *sigillata* hispânica precoce, especificamente os modelos hispânicos da taça do tipo Martínez I, como dos tipos *Conspectus* 7 e 8 em fabrico de modo itálico seus contemporâneos.

Parece interessante registar que o conservadorismo local do gosto por loiça de mesa escura se mantém ainda em período cláudio (19/25 NMI

«Cerâmica Cinzenta»), como assinalar que este sofre já a concorrência pela preferência pelas cores mais claras, como o acastanhado (n.º 537), o bêge (n.ºs 239, 247, 428, 779 e 141) e o vermelho (n.º 219), que impropriamente aqui se designaram como «Cinzentas Oxidantes».

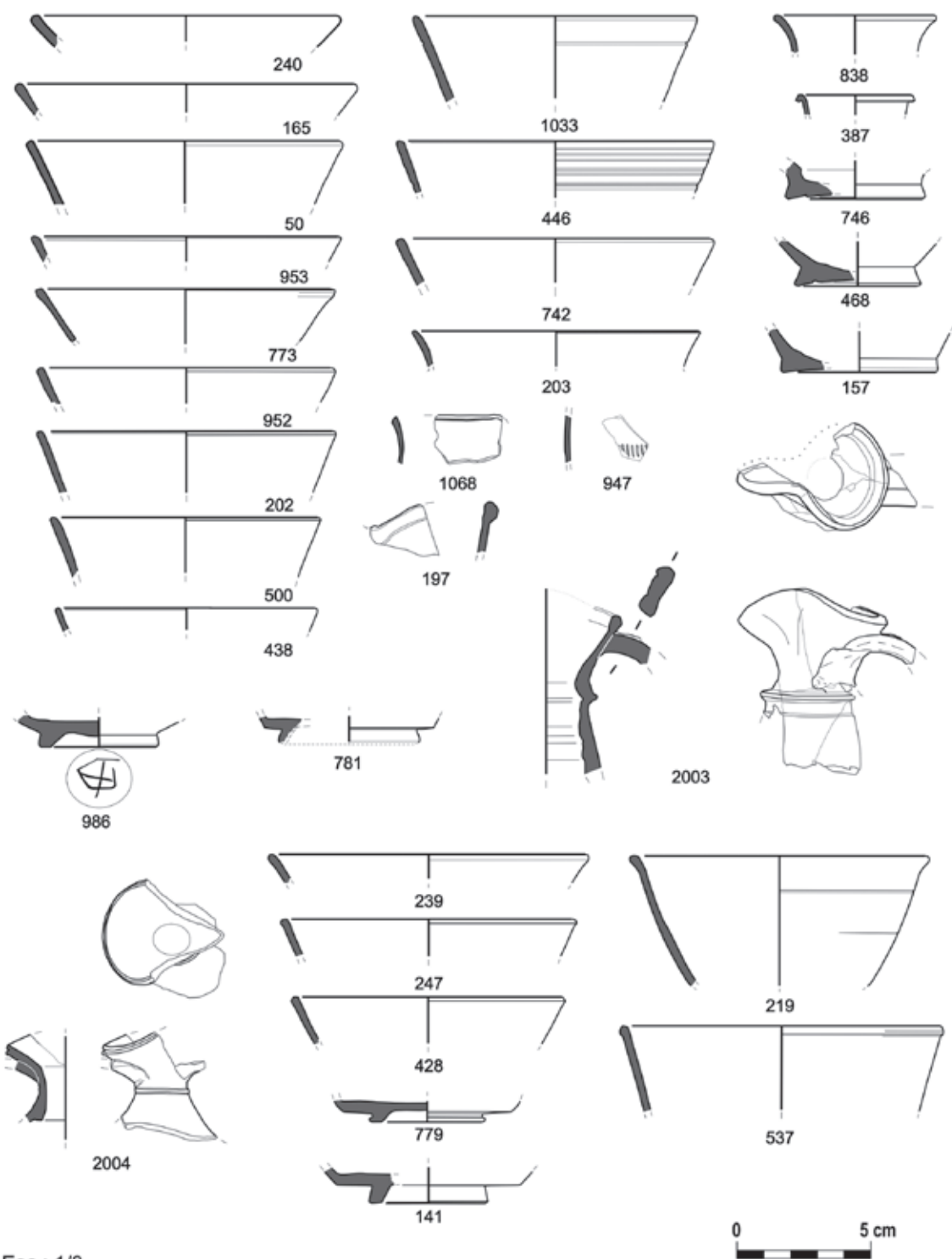
2.9.2.2. Cerâmica Comum de uso culinário e de armazenamento doméstico (Estampas 7 a 9)

Sobre a designação genérica indicada, necessariamente de contornos difusos, agrupámos o conjunto de elementos vasculares associados a usos domésticos mais estritamente culinários e de armazenamento.

As pastas do seu fabrico apresentam as mesmas características a nível de textura, normalmente de aspecto esponjoso e/ou foleáceo, e inclusões, estando presentes pequenas micas, elementos quartzosos (quartezitos, quartzos), ferruginosos, cerâmica moída, sendo frequentes pequenas fendas e alvéolos e raramente ocorrendo cavernas. Embora as cozeduras sejam variáveis, verificando-se exemplares redutores-oxidantes, o arrefecimento fez-se de forma invariavelmente oxidante, o que conferiu às superfícies tonalidades dentro do acastanhado, bêge, alaranjado e avermelhado. No estado actual dos conhecimentos é impossível adscrever os elementos vasculares a origens específicas dentro da região, sendo prudente lembrar que certas oficinas cuja existência ignoramos poderão ter existido em zonas próximas à cidade, por exemplo em áreas de intensa actividade oleira conhecida para a Idade Média e Época Moderna, de que as ocupações ulteriores terão obliterado os vestígios.

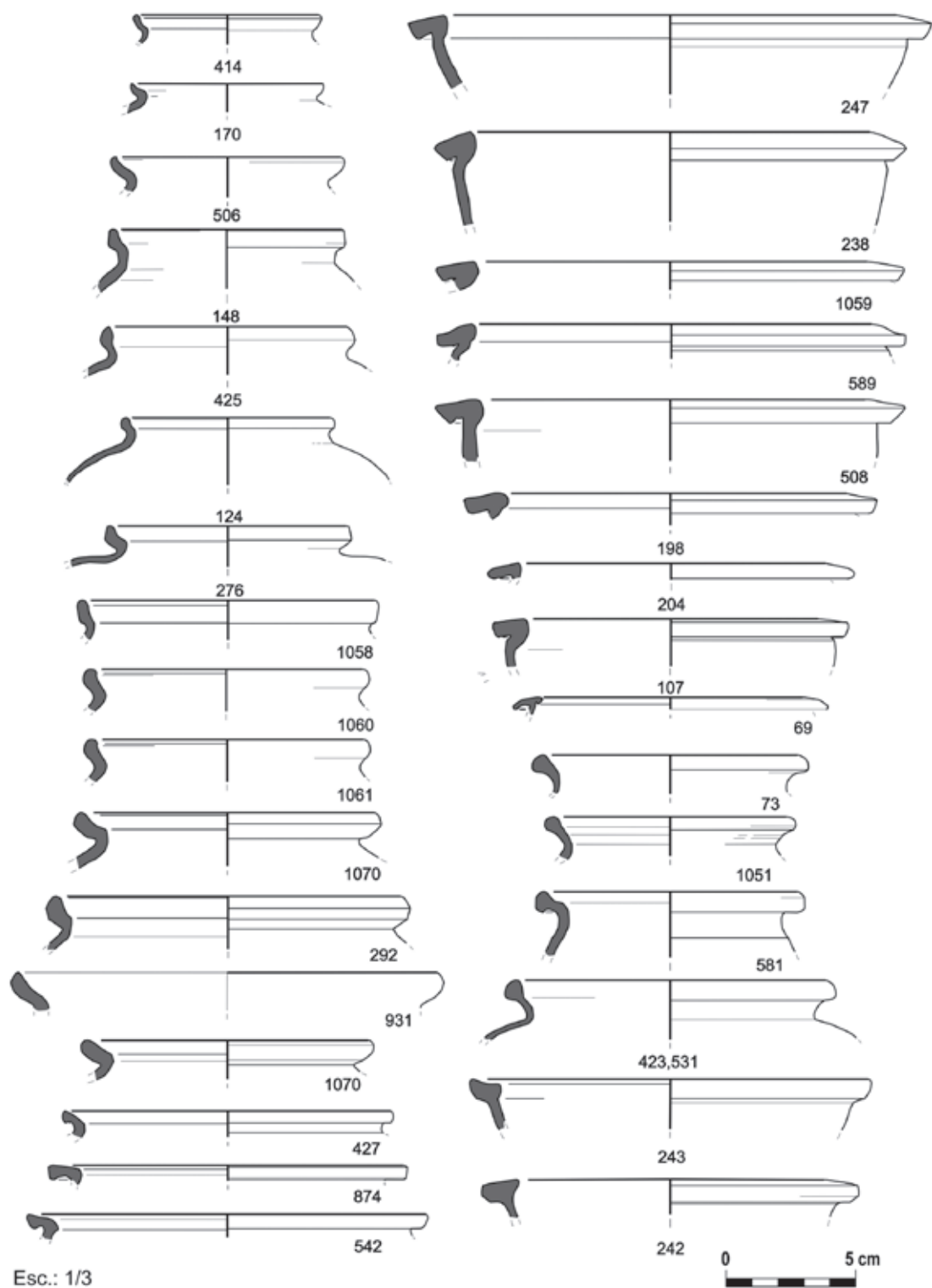
De um ponto de vista funcional, o número mais elevado de recipientes corresponde a uma relação equilibrada de potes e tachos (64 NMI), havendo uma representação menos significativa de terrinas (2 ou 3 NMI), jarros (7 NMI), pequenos potes/púcarinhos (5 NMI), tigelas (6 NMI) e testos (9 NMI).

Dentro dos potes/panelas, a forma mais representada teria corpo ovóide ou de tendência esférica e seguramente fundo ligeiramente côncavo, de que se conhecem vários exemplares de cronologia cláudio-neroniana e posterior de Lisboa, recolhidos

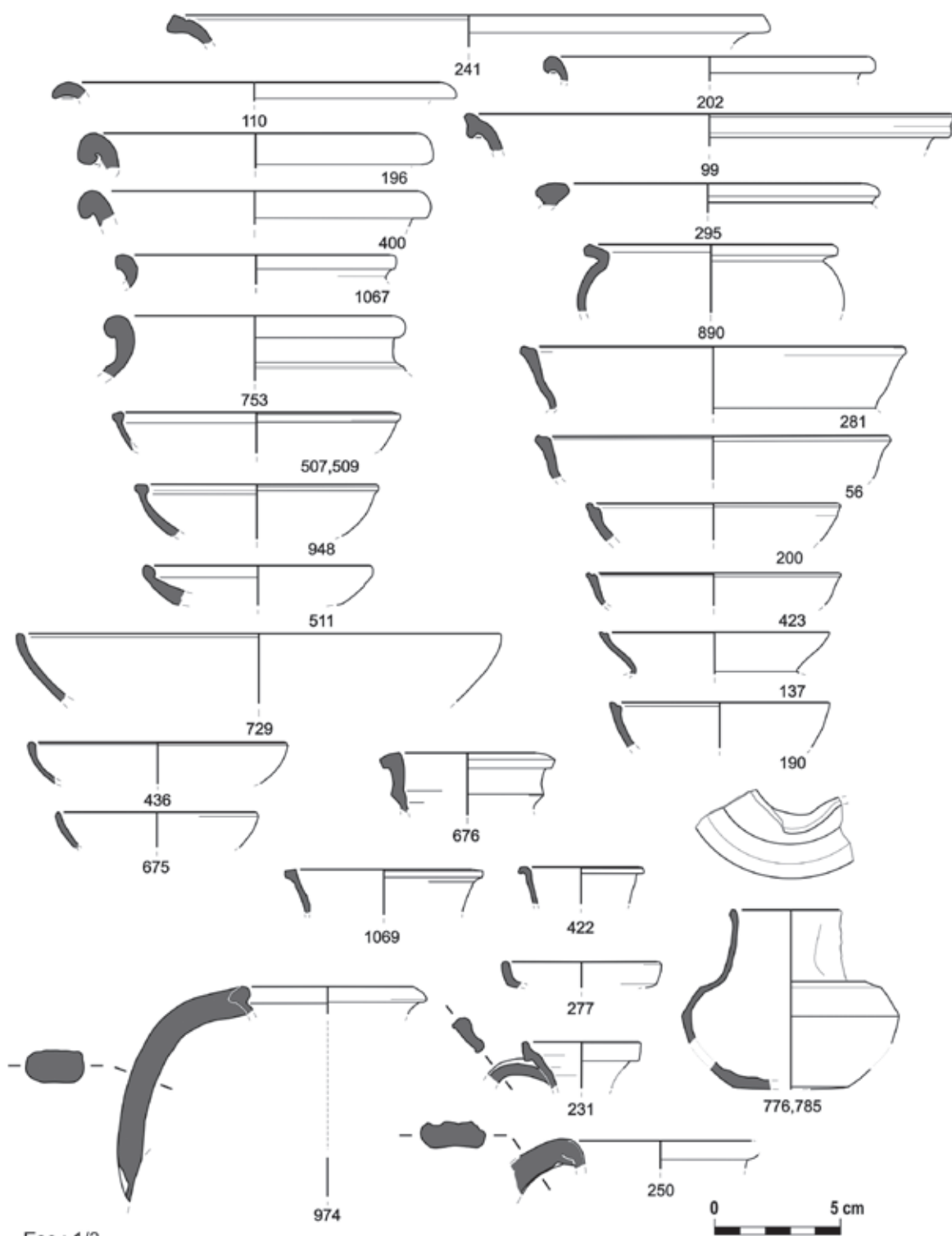


Esc.: 1/3

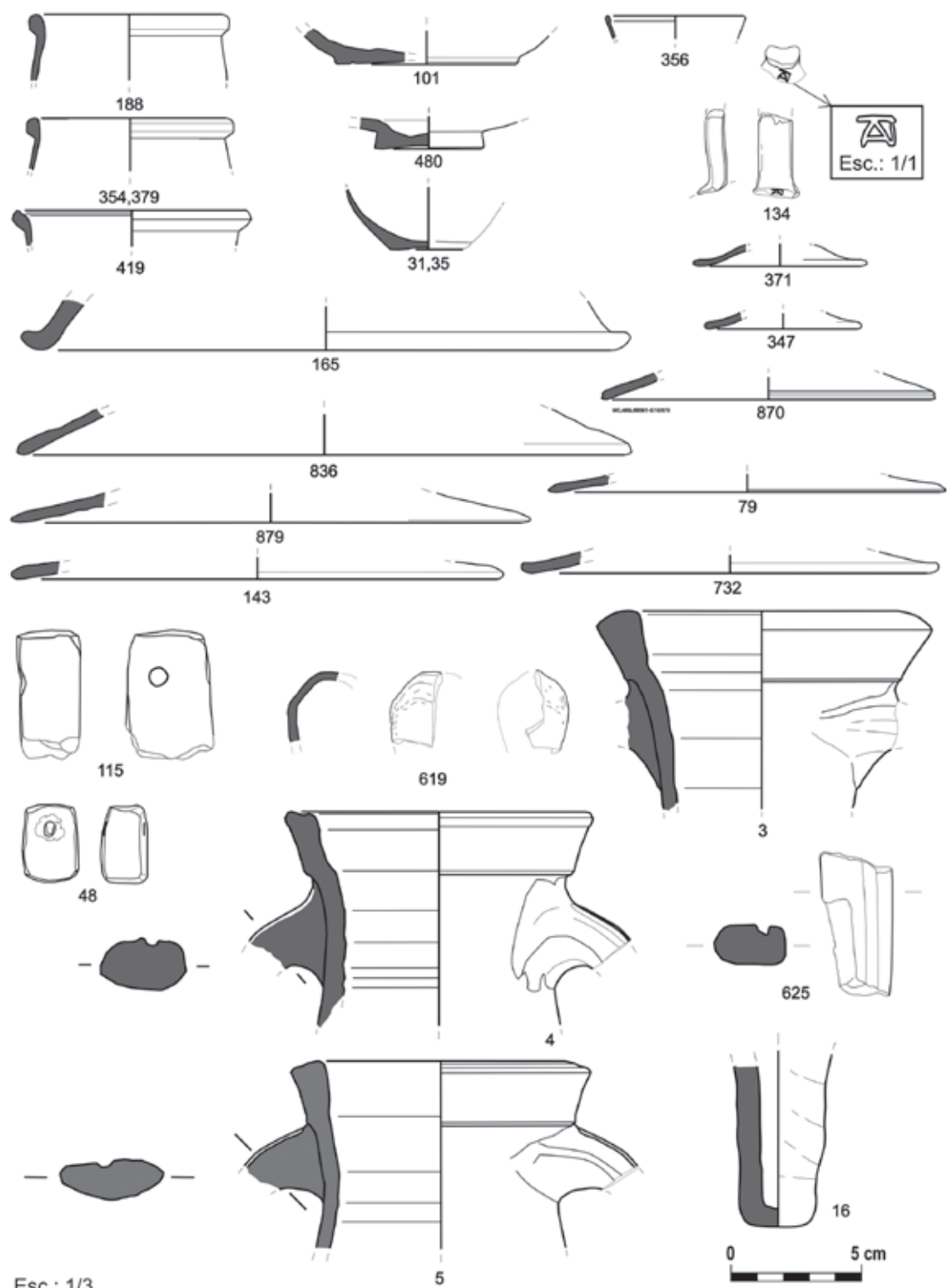
Estampa 6



Estampa 7



Estampa 8



Estampa 9

por Irisalva Moita e Bandeira Ferreira em contextos funerários da Praça da Figueira (Moita, 1968; Ferreira, 1962). O atributo mais característico desta forma é a de, e citando Inês Vaz Pinto a propósito do conjunto de S.Cucufate, onde se assinalaram morfologias idênticas, ostentarem um “bordo anguloso em L formando garganta interna” (Pinto, 2005- tipo VIII-C-1). O bordo é exvasado, pode ser de lábio apontado (n^{os} 414, 170, 506, 425 e 931), arredondado (n^{os} 414, 148, 124, 276, 1070), arredondado de ligeiro ressalto interno (n^{os} 1060, 1061) e num caso, em fita (1058). Pressupondo-se um corpo e fundo similar, três outros potes apresentam bordo esvasado de secção rectangular, com ressalto interno (n^{os} 427, 874, 572). Se os exemplares de S.Cucufate são ligeiramente mais tardios, em Abúl surgem igualmente num contexto formado no tempo de Tibério (Mayet; Silva, 2002, p. 52, n^o 206 e segs.; 53, n^{os} 215 a 218). Em todos os casos a modelação destes bordos sugere que o modelo foi concebido para aplicar tampa.

Um outro modelo de pote apresenta um bordo espessado externamente, de perfil tendencialmente circular (**Estampa 7, n^{os} 73, 1051, 581 e 423**). Num caso a projecção subsistente do corpo sugere um formato menos globular (**Estampa 7, n^o 581**).

Um pequeno grupo de potes de lábio extrovertido encerra um interesse especial. Muito embora as pastas entronquem dentro do que é mais corrente no universo da «Cerâmica Comum» tagana e sadina, no caso foram mais intensamente depuradas, assemelhando-se ao que conhecemos para a Idade do Ferro local. Um exemplar evoca claramente os *pithoi* sidéricos dado o seu elevado diâmetro e o detalhe de ostentar uma canelura na parte interior do lábio (n^o 241). O mesmo aspecto sugerindo radicar numa tradição ancestral encerram os potes de bordo extrovertido de lábio afilado n^{os} 110 e 202 (**Estampa 7**).

Ilustrando outro tipo de modelo de pote cujo modelo remonta a períodos anteriores, tardo-republicanos, estão presentes os potes de bordo voltado para fora e secção circular (**Estampa 8, n^{os} 196, 400, 106 e 753**), num caso dotado de ressal-

to distintivo entre o curto colo e o corpo (n^o 753), com paralelos no acampamento militar de Alto dos Cacos (Pimenta; *et Al.*, 2012, p. 60, n^{os} 46-48) e no Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2013).

Já o n^o 99, um pote de boca larga e lábio duplamente amendoado, e o n^o 295, de bordo dobrado sobre o ombro e voltado para o interior, tratam-se de exemplares representados apenas uma única vez no conjunto.

Seis bordos extrovertidos (**Estampa 8, n^{os} 281, 56, 200, 423, 137, 190**) constituem um sub-grupo muito homogéneo de potes de dimensões variáveis, onde se assinalam dois tamanhos, apresentando todos cuidadoso alisamento exterior, e vestígios de aguada também externa. O lábio é bifido e bordo sempre de perfil ligeiramente sinuoso. Em Lisboa conhecemos este modelo de pote mas somente em produção bética e em contextos tibérios a neronianos (Silva, no prelo), e a modelação leva a que pequenos fragmentos possam ser facilmente confundidos com tigelas, como aconteceu com exemplares também meridionais hispanos na lixeira tibéria de Abúl (Mayet; Silva, 2002, p. 45, 104-106). Deverá sublinhar-se que ao contrário do contexto da Rua dos Remédios a morfologia em fabrico lusitano está ausente no citado contexto júlio de Abúl.

O tacho (*caccabus*) de bordo em aba horizontal extrovertida e ligeira inflexão ou carena um pouco abaixo do bordo (**Estampa 7, n^{os} 247, 238, 1059, 589, 508, 198, 204, 107**) tem origem no modelo itálico Celsa 79.28 ou no protótipo metálico idêntico com a mesma origem (Aguarod, 1991, p. 99). No caso, a elaboração tagana/sadina distingue-se do protótipo por não dispor da acentuada carena interna, e aparece já com esta modelação no campo militar romano de Alto dos Cacos (Pimenta; *et Al.*, 2012, p. 60, n.º 45), tendo sido assinalado igualmente em Abúl, em estratigrafia tibéria contendo cerâmicas com esta data e augústeas (Mayet, Silva, 2002, p. 52, 193 e segs.).

O tacho ou terrina n^o 69 apresenta muito pouca espessura, e um perfil em forma de martelo. Duas terrinas sugerem o mesmo tipo de corpo, com paredes de perfil convergente, com duas variantes de

lábio de secção sub-rectangular, um esvasado e outro introvertido (**Estampa 7, nºs 242 e 243**).

As tigelas são, como se disse, em número reduzido, e tamanho normalmente pequeno, podendo distinguir-se três modelações do bordo, com lábio espessado interna e externamente (**Estampa 8, nºs 507 e 948**), demarcado interna e externamente (**nº 511**) ou arredondado (**nºs 729, 436 e 675**).

Os pequenos potes mostram, de igual modo, elevada variabilidade na modelação, equivalendo a cada um dos exemplares uma morfologia distinta (**Estampa 8, nºs 1069 e 422; Estampa 9, nºs 186, 354 e 419**). Fenómeno similar ocorre com os jarros, com variabilidade nos modelos de bordo, direitos com dobra (**Estampa 8, nºs 277 e 231**) e extrovertidos, de secção triangular (**Estampa 8, nºs 250 e 974**).

Um único jarro mostra corpo de dupla carena, uma média e outra alta, pequeno ressalto demarcando o colo alto e convergente, bordo simples de lábio arredondado, muito ligeiramente extrovertido, e boca trilobada (**Estampa 8, nº 776**).

Os púcarinhos asados estão representados por duas porções distintas de dois distintos indivíduos. Num primeiro caso apresenta um colo extrovertido e bordo um pouco espessado internamente (**Estampa 9, nº 356**). O outro exemplar (**Estampa 9, nº 134**), uma asa, é talvez dos mais interessantes contributos do presente trabalho no que respeita à «cerâmica comum» regional, tão ágrafa, pois na base externa do arranque da asa apresenta uma marca impressa onde se pode ler *ATI*, de que apresentamos a proposta de leitura *Ati(i)* (de *Atius*).

Um conjunto de 9 (NMI) testos mostra dois tipos principais: um primeiro, de dimensões variáveis, com bordo simples ou levemente espessado, onde três séries de tamanhos são evidentes, podendo-se talvez assimilar os de menor diâmetro a pequenos potes ou púcarinhos (**Estampa 9, nºs 371 e 347**), os medianos a potes, tachos e terrinas (**Estampa 9, nºs 870, 79, 732, 879 e 143**) e um maior a potes de maior dimensão (**Estampa 9, nº 836**); um segundo modelo equivale a um único indivíduo (**Estampa 9, nº 165**), de corpo campanular, lábio

extrovertido e demarcado, pertencente a um recipiente de maior dimensão. Este último encerra algumas afinidades formais com o tipo Celsa 79.106, de filiação helenística ou púnica, bem representado nos naufrágios tardo-republicanos romanos do Grand Conglué e Madrague de Giens (Aguarod, 1991, p. 118-119), mas porventura será mais próximo de Celsa 79.15, com modelação do bordo idêntica, presente nas estratigrafias de Cosa de 120/110 a 40/30 a.C. (Aguarod, 1991, p. 117). Deverá assinalar-se, de novo, o aparecimento de exemplares com esta morfologia na fossa detritica formada no principado de Tibério na olaria de Abúl, com origem no local (Mayet; Silva, 2002, p. 54, nºs 247-249).

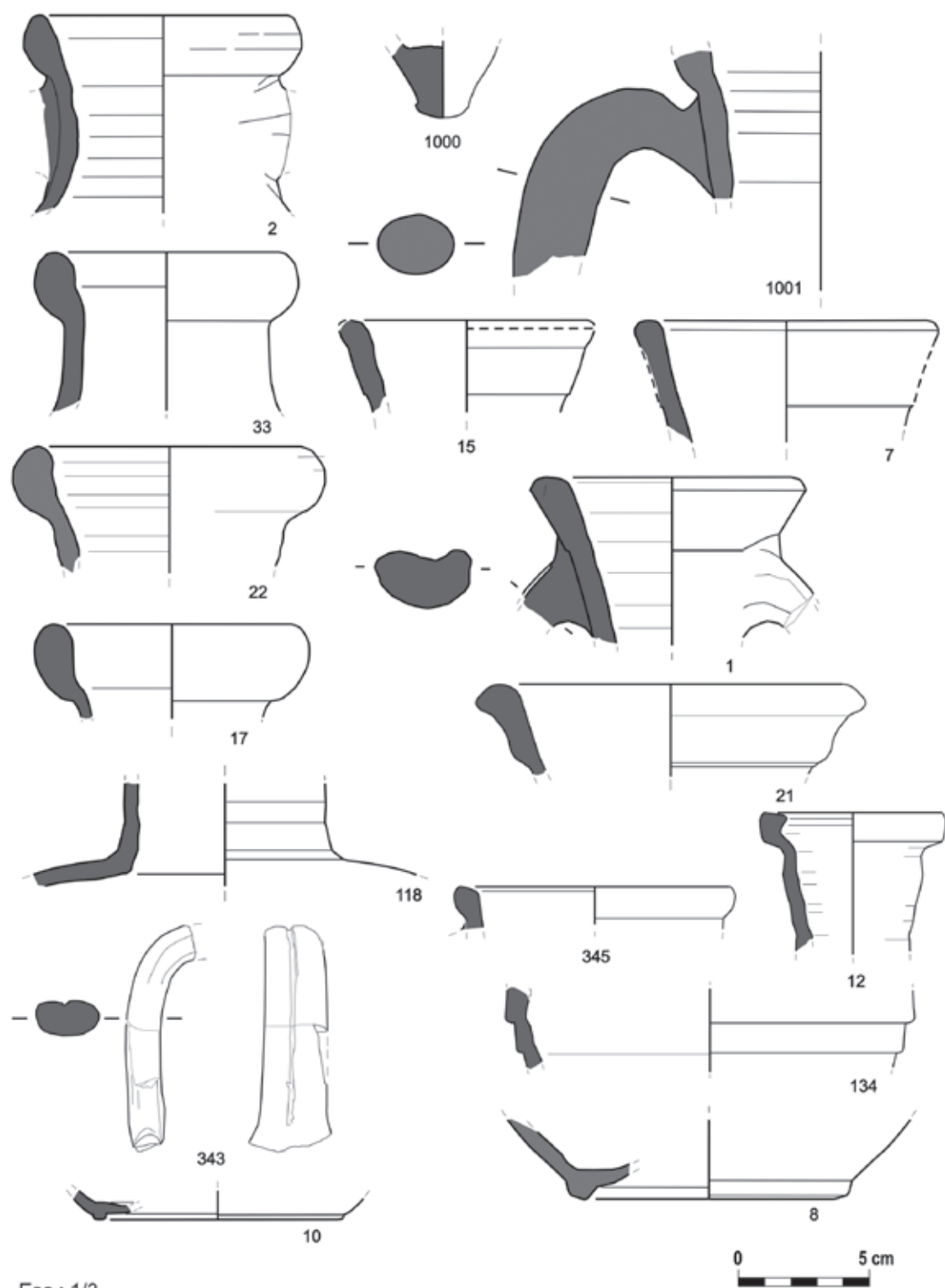
2.10. Ânforas (Estampas 9 e 10)

O conjunto anfórico recolhido nas intervenções arqueológicas da Rua dos Remédios é composto, como o restante, por exemplares muito fragmentários, maioritariamente fragmentos de parede. Para além destes foi possível assinalar 28 espécies passíveis de serem classificadas porque preservaram porções do bordo, colo, asa e fundo.

Nestes, o predomínio dos fabricos oriundos do Guadalquivir é evidente, com 15 indivíduos (NMI), sendo seguidos pelas elaborações das áreas do Tejo/Sado, com 10 (NMI), apresentando-se os provindos da Baía de Cádiz de forma minoritária, com 3 exemplares apenas (NMI).

Em termos tipológicos o conjunto anfórico não é muito diversificado e compreende os tipos béticos e lusitanos mais correntes no período julio-cláudio, tendo-se documentado as morfologias Oberaden 83 / Ovóide 7 (3 ou 5 NMI), Dressel 20 (4 ou 6 NMI), Haltern 70 (5 NMI), Dressel 7/11 (1 NMI), “lusitana antiga”/Lusitana 12 de Diogo (9 NMI – conf. Diogo, 1987[1992]; Fabião, 1997) e Dressel 28 e/ou de “tipo *urceus*” (4 NMI – conf. Moraes, 2007).

O equilíbrio em termos das categorias básicas dos conteúdos dos envases é, portanto, um traço caracterizador dos contextos deste ponto de *Olisipo*, assinalando-se o predomínio dos envases oleícolas e vinícolas béticos, e uma expectável escassa competência desta origem nos produtos piscícolas en-



Estampa 10

vasados em ânforas, onde dominam os fabricos lusitanos, geograficamente bem mais próximos.

Os exemplares lusitanos denotam uma grande homogeneidade formal no que respeita à configuração da modelação do bordo, colo e asas, aspecto que interessa sobretudo ao estudo específico destes modelos julio-cláudios, que desenvolvemos noutro local (Silva; *et Al.*, no prelo).

Merece também neste âmbito uma referência especial à presença dos envases denominados por Rui Morais como de “tipo *urceus*” (Morais, 2007). Muito característicos pelos seus detalhes morfológicos, pelo menos dois dos exemplares representam três partes distintas destes contentores (bordo, asa e fundo), numa fábrica de muito pequeno tamanho sobre cuja correcção da aplicação do termo “ânfora” se pode interrogar. Todavia, não se pode olvidar tratarem-se efectivamente de ânforas, mais propriamente de “ânforas de mesa”, fenómeno de qualquer das formas bem atestado na Antiguidade. Seja como for, não poderá deixar de se enfatizar a enorme similitude formal e de fabrico com os restantes contentores anfóricos vinários “mais clássicos” oriundos das mesmas paragens meridionais hispânicas (Baía de Cádiz e Guadalquivir), factor que encerra significado no que respeita ao conteúdo respectivo, pelo que nesta óptica se justificará plenamente a sua consideração neste apartado.

2.11. Pesos de tear (Estampa 9)

No contexto foram identificados dois pesos de tear, cuja relação com as actividades domésticas é inevitável, bem patentes no esboçamento do nº 115. Embora sejam ambos de pequena dimensão, os menos de 4 cm de altura máxima do exemplar nº 48 são pouco usuais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da Rua dos Remédios constitui um repositório quantitativamente rico e diversificado de elementos vasculares vítreos e metálicos a uso até à época de Cláudio. As inferências mais correntes, e de há muito elaboradas a propósito deste tipo

de realidades, reportam-se aos aspectos morfo-tipológicos, cronológicos e de origem dos diversos indivíduos, bases a partir das quais se exploram a um outro nível aspectos concernentes à economia antiga, designadamente a definição dos ritmos do sítio e o esclarecimento das conexões que se estabeleceram no passado entre o local do achado, na sua qualidade de sítio de consumo, com as áreas e sítios de origem do aprovisionamento, e as redes existentes que permitiram os fluxos dos objectos.

Nesta óptica, fica patente que o contexto da Rua dos Remédios desenha um quadro com razoável correspondência noutros pontos arqueológicos de *Olisipo* (Silva, no prelo), onde se notam as fortes conexões com a Península Itálica e, a um nível superior, com a vizinha Bética, e, por fim, uma elevada competência das artesanias e/ou manufacturas oleiras regionais/loais no abastecimento à cidade da Foz do Tejo, todavia circunscritas a determinados segmentos de mercado.

No entanto, e antes do mais, convém ter presente que o contexto presente constitui tão só uma *amostragem*, dado que os espaços urbanos são caracteristicamente heterotópicos, e que a composição daquela depende não somente dos ritmos e mecanismos económicos de difusão dos objectos, como de igual modo ela é o resultado de uma determinada identidade cultural que, por definição, é colectiva (Poblome, 2013; Lund; *et Al.*, 2013; Poblome; *et Al.*, 2014), e de um perfil socio-económico, que em sentido inverso varia necessariamente no interior da cidade e que se reflecte de forma distinta de um tipo funcional de contexto para outro, no interior do espaço urbano, e ao longo do tempo (Peña, 2007).

Noutro sentido, outras problemáticas têm de ser igualmente consideradas, por serem parte do pano de fundo das amostragens: reportamo-nos, no concreto, ao diferente *tempo de vida a uso* dos diferentes tipos de objectos, aspecto pela primeira vez enfrentado teoricamente de forma estruturada por J. Theodor Peña (2007), e à necessidade de melhor conhecermos (e estudarmos) os mecanismos de descarte praticados especificamente na cidade e naquele momento.

Começando por esta última matéria, verifica-se a detecção de fossas detriticas em áreas suburbanas olisiponenses, de dimensões variáveis mas limitadas, encerrando datas julio-cláudias, contendo elementos dotados de relativa homogeneidade cronológica. Nelas reiteradamente se constata que o vidro é escasso, o metal está ausente ou é raro, os materiais de construção pouco numerosos ou ausentes, e a representação faunística francamente discreta e seleccionada (Casimiro; *et Al.*, no prelo), conjunto de atributos que compõem um indicador sugestivo de uma prática de soluções de carreamento dos detritos sólidos urbanos previamente triados, feita a partir das áreas residenciais para o exterior, por modo próprio ou contratualizado.

Neste âmbito, as dimensões limitadas deste tipo de entidades arqueológicas sugerem formações originadas em espaços curtos no tempo, podendo pressupor-se neste sentido não serem porventura o resultado somatório do saneamento de numerosos espaços dispersos pelo interior da cidade, podendo pressupor-se-lhes alguma fiabilidade como elementos de aferição dos padrões de consumo das zonas mais próximas. Corroborando esta noção, embora discretos são notórios os elementos de contraste entre as zonas norte-ocidental, aferidas na Praça da Figueira, e oriental, de que se conhecem a Rua dos Remédios e uma pequena fossa não muito distante, na Rua da Regueira: o surgimento nos dois pontos da zona de Alfama de cerâmica vidrada, almofarizes itálicos ou de “ânforas-de-mesa” parece indiciar um perfil sócio-económico mais elevado do que o que deu origem aos contextos da Praça da Figueira. Pode ser que o futuro das investigações sobre Lisboa venha a documentar de uma outra forma mais suportada em dados materiais, que esta zona da cidade, por estar menos exposta aos cheiros exalados pelas *officinae* de *garum* que pululavam no subúrbio ocidental, terá merecido alguma preferência por parte de segmentos sócio-económicos mais elevados da sociedade de *Olisipo*, perspectiva para já somente intuída porque feita a partir de uns poucos conjuntos cerâmicos e vítreos, o que é manifestamente insuficiente.

Noutro sentido, o desenvolvimento recente das pesquisas sobre a composição dos trens cerâmicos domésticos de Pompeia poderá dar indicações acerca da escala de origem do contexto da Rua dos Remédios, elemento de fiabilidade necessariamente limitada dadas as grandes distâncias históricas e geográfico-culturais entre ambas as realidades. Ora, na cidade campana Penelope Allison estimou em torno da dezena os elementos em *terra sigillata* que integravam os serviços de mesa das habitações destruídas em 79 d.C., crendo como mais representativa a “*Casa de Iulius Polibius*”, onde dos cinquenta e oito recipientes em vários materiais, oito eram em *terra sigillata* (Allison, 2010, p. 24), calculando Rinse Willet e Jeroen Poblome, através de um estudo mais amplo e compreensivo sobre a cidade do Vesúvio, em curso, um valor estatístico de 8,9 vasos em *sigillata* por habitação familiar média (Willet; Poblome, 2011, p. 103; Poblome, 2013). Tomando em consideração estes números, os 34 indivíduos da mesma classe cerâmica da Rua dos Remédios implicariam respeitar a mais do que três habitações, no mínimo, podendo ter-se verificado no passado a possibilidade de acumulação de elementos vasculares entretanto descartados no interior das habitações. Esta indicação aparece corroborada pelos números atingidos pelas *ollae* e *caccabii* em fabrico regional, que podem remontar o número mínimo de habitações a valores um pouco mais elevados.

No que respeita ao tempo de vida a uso dos objectos, a *sigillata*, como as «cerâmicas de paredes finas», sugerem tempos de vida bem mais amplos praticados na cidade do Tejo do que, por comparação, em Roma, onde se estimaram valores em torno dos 1-3 anos (Peña, 2007). Esta conclusão, aliás, já se encontrava plenamente suportada para Lisboa pelos dados dos sepultamentos escavados em 1961 e 1962 na Praça da Figueira, onde se constatou que nos períodos de Cláudio e Nero os conjuntos de *terra sigillata* podiam incluir, a par de vasos presumidamente novos ou próximo disso, outros congéneres com mais de 15 anos (Silva, 2005).

Por fim, importa retomar a questão relativa ao perfil da identidade cultural local. É de uma eviden-

te utilidade a este propósito o contributo proporcionado pela epigrafia regional, onde se assinala forte contraste entre as áreas rurais e a urbana, sendo ali significativa a teonímia e onomástica céltica, que estão quase ausentes na cidade, sendo sempre forte a componente itálica, alguma da qual antiga e traduzindo a remota fixação de contingentes populacionais com aquela origem, assinalando-se alguma onomástica urbana helénica (Guerra, 2003). O cosmopolitismo portuário do ambiente urbano é evidente, como o é a presença e robusta influência itálica sentida no período tardo-republicano, que tem aliás múltiplas outras expressões.

É este perfil dos consumidores que nos ocorre de alguma maneira plasmado nas escolhas vasculares locais, e parece-nos ser esta a explicação que melhor se ajusta quer ao constatado conservadorismo do hábito olisiponense no uso de cerâmica de mesa escura («cerâmica cinzenta»), quer em relação à assimilação dos modelos formais itálicos em cerâmica comum observados, largamente dominantes em termos quantitativos face aos que radicam em tradições prévias à «romanização» do território.

O impacte nas inferências arqueológicas do conjunto das problemáticas afloradas limita a extrapolação dos dados para uma leitura mais geral da cidade, que requer a contrastação com outras amostragens similares de Lisboa e a revisão e refinamento de outras, todavia ainda por executar. Ainda assim, e em função dos poucos dados disponíveis (Silva, no prelo), o contexto da Rua dos Remédios transmite uma imagem de alguma coerência do fácies cerâmico e vítreo olisiponense de meados do séc. I d.C..

BIBLIOGRAFIA

AGUAROD ORAL, Carmen (1991) – *Ceramica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Saragoça, Institución Fernando El Católico.

ALLISON, Penelope. M. (2010) – Understanding Pompeian households practices through their material culture. *Facta. A Journal of Roman Material Culture Studies*. 3. Pisa, Roma, p. 11-33.

AMARO, Clementino (1982) – Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica. *Arqueologia*. nº 6. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, p. 96-111.

AMARO; Clementino; SEPÚLVEDA, Eurico de (2007) – Casa dos Bicos 25 anos depois: as marcas de oleiro em *terra sigillata*, *Al-madan*. II Série, nº 15, *Adenda Electrónica*, VIII. Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 1-9 (<http://www.almadan.publ.pt>). [Consultado a 02.08.2009]

AMORES, Fernando; KEAY, Simon J. (1999) – Las sigillatas de imitación tipo Peñaflores o una serie de Hispánicas Precoces. In ROCA ROUMENS, Mercedes; FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel (Coords.) – *La Terra Sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales, Homenaje a M^a Ángeles Mezquíz*. Jáen/Málaga, Universidad de Jáen, Universidad de Málaga, p. 235-252.

ARCELIN, Patrick; TUFFREAU-LIBRE, M., Dir. (1998) – *La quantification des céramiques. Conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glenne, 7-9 avril 1998)*. Glux-en-Glenne, Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (*Collection Bibrat* ; 2).

BENEDETTO, G. E. DE; GIANNOSSA, L.; MANGONE, A.; SABBATINI, L. (2008) – “Glazed ceramics in the Vesuvian Area: results of an archaeometric investigation”. In *Vesuviana-Archeologie a Confronto (Convenio Internazionale 14-16 gennaio 2008)*. Poster (www.academia.edu) [consultado a 29 de Setembro 2014].

BUGALHÃO, J. (2001) – *A Indústria Romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 15).

BUGALHÃO, Jacinta; ARRUDA, Ana Margarida; Sousa, Elisa; DUARTE, Cidália (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do núcleo arqueológico da rua dos Correiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 16. Lisboa, Direção Geral do Património Cultural, p. 243-275.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena; HUGUET ENGUITA, Esperanza (2007) – Las cerámicas «Tipo Peñaflores». In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA y LACOMBA, A., Dir. – *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 297-306.

- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (2005) – “Olaria Romana do Morraçal da Ajuda (Peniche-Portugal)”. In *Actas do Congresso «A Presença Romana na Região Oeste»*. Bombarral, Câmara Municipal do Bombarral, Museu Municipal do Bombarral, p. 83-102.
- CASIMIRO, Silvia; MONTEIRO, Martina; SILVA, Rodrigo Banha (no prelo) – Faunal samples from closed contexts of the Roman *Olisipo* – in between the Principalities of Tiberius and Nero. In *Actas de la Reunión Científica Arqueozoológica de la Romanización – La Romanización de la Península Ibérica: Una visión desde la Arqueozoológica* (Léon, 19 e 20 de Setiembre, 2013). León: Universidad de León.
- DICOCER = PY, Michel, dir. – *Dicocer – Dictionnaire des Céramiques Antiques (VII^e ème s. av. n. è. – VII^e ème s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan), Lattara*. 6. Lattes, Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental.
- DIOGO, A.M. Dias (1987) [1992] – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano”, in *O Arqueólogo Português*, IV Série, n.º 5. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p.179-191.
- FABIÃO, Carlos (1997) – A exploração dos Recursos Marinhos. In *Portugal Romano, A exploração dos Recursos Naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 35-58.
- FERNANDES, Lúcia; FILIPE, Vítor (2007) – Cerâmicas de engobe vermelho pompeiano do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 10, fasc. 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 229-253.
- FERREIRA, Fernando António R. (1962) – *Diário das Escavações Sistemáticas na Praça da Figueira em Lisboa*. Lisboa, Junta Nacional da Educação (manuscrito-exemplar policopiado a partir de microfilme).
- GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra (2007) – As muralhas de *Olisipo* – O troço junto ao Tejo. In *Muralhas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio, Lucus Augusti como paradigma, Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26 – 29.XI.2005), en el aniversario de la Declaración por la UNESCO, de la muralha de Lugo como Património de la Humanidad*. Lugo: Servicio de Publicaciones de la Departación Provincial de Lugo, p. 687-697.
- GUERRA, Amílcar (2003) – Algumas notas sobre o Mundo Rural do território olisiponense e as suas Gentes. In SANTOS, A. R.; KUZNETZOVA-RESENDE, T.; GUERRA, A., dirs. – *Mundo Antigo. Economia Rural*. Lisboa: Colibri, p. 123-150.
- ISINGS, C. (1959) – *Roman glass from dated finds*. Groningen e Djakarta, Academiae Rheno-Traiectinae Instituto Archaeologico (*Archaeologica Traiectina*; II).
- LOPEZ MULLOR, (1981) – Notas para una clasificación de los tipos más frecuentes de la cerámica vidriada romana en Cataluña.
- Ampúrias*. Tomo 43. Barcelona: Museu D’Arqueologia de Catalunya, p. 201-216.
- LUND, John; POBLOME, Jeroen; MALFITANA, Daniele (2013) – Negotiating the complexity of Material Culture. *HEROM- Journal of Hellenistic and Roman Material Culture*. 2. Lovaina: University Press Leuven, p. 7-10.
- MARTIN-KILCHNER, Stephanie (1983) – Les amphores romaines à huile de Bétique (Dr.20 et 23) d’August (Augusta Rauricum) et Kaiseraugst (Castrum Rauracense). In *Segundo Congreso Internacional Producción y Comercio del aceite en la Antigüedad* (Sevilla, 24 a 28 Febrero de 1982). Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, p. 337-347.
- MARTINEZ RODRÍGUEZ, Fernando (1989) – Las cerámicas béticas de imitación tipo Peñafior: bases para el estudio de un nuevo grupo cerámico de época altoimperial. *Boletín de la Asociación Española de los Amigos de la Arqueología*. 26. Madrid: Asociación Española de los Amigos de la Arqueología, p. 60-65.
- MAYET, Françoise (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion De Boccard.
- MAYET, Françoise; SILVA, Carlos Tavares (2002) – *L’atelier d’amphores de Abul. Portugal*. Paris: Diffusion de Boccard.
- MOITA, Irisalva (1968) – Achados de época romana no sub-solo de Lisboa. *Revista Municipal*. Ano 19, nº 116-117. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 33-71.
- MORAIS, Rui (2007) – Ânforas tipo *urceus* de produção Bética e produções regionais e locais do NW Peninsular. In *Congresso Internacional CETARIAE 2005. Salsas y Salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad*. Oxford: Archaeopress (*British Archaeological Reports, International Series*; 1686), p. 401-415.
- NOTS = HARTLEY, Brian; DICKINSON, Brenda (2008-2012) – *Names in Terra Sigillata, an Index of maker’s stamps & signatures on gallo-roman terra sigillata (samian ware)*, 9 vols. Londres: Institute of Classical Studies, University of London (*Supplementum*; 102-1 a 102-9).
- OCK = OXÉ, August; COMFORT, Howard; KENRICK; Phillip. (2000) – *Corpus Vasorum Arretinorum* (2ª Ed., revista e ampliada). Bona: Dr. Rudolf Von Habelt GMBH (*Antiquitas*; 41).
- PEÑA, J. Theodore (2007) – *Roman Pottery in the Archaeological Record*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PEREIRA, Maria Amélia Horta (1970) – O dolium cinerário, com skyphos vidrado a verde, da necrópole de Paredes (Alenquer). *Conimbriga*. IX. Coimbra: Instituto de Arqueologia, p. 45-74.
- PIMENTA, João; CALADO, Marco; LEITÃO, Manuela (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8, fasc. 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 313-334.

- PIMENTA, João; HENRIQUES, Eurico; MENDES, Henrique (2012) – *O acampamento Romano do Alto dos Cacos. Almeirim*. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, João (2013) – *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca e a conquista romana do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PINTO, Inês Vaz (2005) – *A Cerâmica Comum das uillae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- PINTO, Inês Vaz; MORAIS, Rui (2007) – Complemento do comércio das ânforas: a cerâmica comum bética no território português. In *Congresso Internacional CETARIAE 2005. Salsas y Salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad*. Oxford, Archaeopress (*British Archaeological Reports, International Series*; 1686), p. 235-254.
- POBLOME, Joeroen (2013) – Money makes pottery go round. In POBLOME, J., ed. – *Exempli Gratia. Sagalassos, Mark Waelkens and interdisciplinary archaeology*. Lovaina: University Press Leuven, p. 81-94.
- POBLOME, Jeroen; MALFITAMA, Daniele; LUND, John (2014) – It's complicate... Past cultural identity and broken pottery. Editors Preface. *Rei Cretariae Romanae Fautores. Acta* 43. Xanten: Rei Cretariae Romanae Fautores, p. xi-xvii.
- QUARESMA, José Carlos (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão morfocronológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 9, fasc. 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 149-166.
- REVILLA, Victor; ROCA, Mercè (2010) – *Contextos ceràmics i cultura material d'època augustal a l'occident romà. Actes de la reunió celebrada a la Universitat de Barcelona els dies 15 i 16 d'abril de 2007*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- SALVADO, Sallete Simões (1994) – 2. Lisboa Evolução: Período Romano. In SUCENA, E.; SANTANA, F., dir. – *Dicionário de História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e Associados, p. 503-509.
- SANTOS, Cézer Renato dos (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol (Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia orientada pelos Prof.s Dr.s Carlos Fabião e Catarina Viegas)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- SILVA, Augusto Vieira da (1945) – *Epigrafia de Olisipo Subsídios para a história da Lisboa Romana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, Rodrigo Banha da (2005) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.) (Dissertação de mestrado em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana, apresentado à Universidade do Minho)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais (policopiado).
- SILVA, Rodrigo Banha da (2012) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. Lisboa: FCSH-UNL (policopiado).
- SILVA, Rodrigo Banha da (no prelo) – O facies cerâmico em Olisipo (Lisboa): o período julio-cláudio. In GARCÍA FÉRNANDEZ, M. I.; RUIZ MONTEZ, P., ed. – *Actas del Simposio Internacional «Facies» y Contextos Cerámicos Alto-Imperiales en el Sul de la Península Ibérica (Granada, 2013)*. Granada: Universidad de Granada.
- SILVA, Rodrigo Banha da; FILIPE, Victor; ALMEIDA, Rui (no prelo) – Julio-Claudian amphorae: a perspective on selected contexts from Olisipo (Lisboa). In PINTO, I. V.; LOPES, M. C., ed. – *Proceedings of the International Congress on Lusitanian Amphorae (Tróia, 10-12 November 2013)*. Oxford: Archaeopress (*B.A.R., International Series*).
- WILLET, Rinse; POBLOME, Jeroen (2011) – The pale red slip dot. *Facta. A Journal of Roman Material Culture*. 5. Pisa, Roma, p. 101-110.
- VIEIRA, Vasco Noronha (2012) – Os Mosaicos, pinturas e elementos arquitectónicos do Beco da Cardosa em Alfama. In *Portugal Romano.com – Revista de Arqueologia Romana*. Ano I, nº 3 (<http://www.portugalromano.com/tag/revista-portugal-romano>) [Consultado a 20 de Junho de 2014].

CONTEXTOS E MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS DO SÍTIO ROMANO DA PÓVOA DO MILEU (GUARDA)

Vítor Pereira¹, Alcina Cameijo², António Marques³

¹ Câmara Municipal da Guarda / vitor.pereira@mun-guarda.pt

² Agência para a Promoção da Guarda

³ Câmara Municipal de Celorico da Beira

Resumo

O artigo que agora apresentamos tem por base a investigação arqueológica que temos vindo a desenvolver no sítio arqueológico da Póvoa do Mileu, atualmente integrado na malha urbana da cidade da Guarda.

Apesar de a escavação deste sítio estar longe de concluída e apesar das escassas intervenções arqueológicas realizadas na área em que se integra – a região do Planalto Guarda-Sabugal – podemos no entanto apresentar já alguns dos principais resultados conhecidos e avançar com algumas considerações sobre este sítio e sobretudo realçar a sua importância no contexto onde está integrado. Com efeito, a qualidade, a raridade e o elevado número de materiais arqueológicos importados recolhidos no Mileu de proveniência mais longínqua, bem como o aparato arquitetónico/construtivo que o sítio deveria apresentar em período Alto-Imperial parecem afastar a hipótese de o sítio ter constituído uma simples *uilla* romana, tal como foi inicialmente proposto nos anos 50 do século XX, aquando da sua descoberta. A partir do estudo do sítio e da análise dos materiais ganha atualmente força a hipótese de o sítio do Mileu ter constituído um dos núcleos urbanos da Beira Interior.

Palavras-chave: Núcleo urbano, Termas romanas, Comércio, Cerâmica do serviço de mesa.

Abstract

The article that we now present is based on archaeological research we have been developing in Póvoa do Mileu archaeological site, now integrated into the urban fabric of the city of Guarda.

Despite the excavation of this site is far from complete, we can make a few comments and especially highlight their importance in the Plateau Guarda-Sabugal region because, despite the meager archaeological interventions in the area, taking into account the large number of archaeological materials collected in Mileu some from distant sources as well as constructive apparatus that the site should presented in the High Imperial period, the possibility of constituting a Roman *uilla* first proposed in the 50s of the twentieth century when it was discovered, is now outdated, and currently its identification as one of the urban centers of Beira Interior is an increasingly consistent hypothesis.

Keywords: Urban center, Roman baths, Trade, Ceramic tableware.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico do Mileu foi descoberto acidentalmente em 1951, durante as obras de construção da estrada que faz a ligação entre o Bairro da Estação e a cidade, implantada no cerro contíguo desde o século XII. As obras da estrada, cujo traçado original era quase tangente à capela românica de Nossa Senhora do Mileu (**Fig. 5**) permitiram a descoberta de achados arqueológicos de tal envergadura que mereceram a atenção das autoridades da época.

Foram então feitos todos os esforços no sentido de salvaguardar os importantes elementos arqueológicos descobertos, tendo sido solicitado parecer e apoio técnico à Junta Nacional da Educação e à antiga Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, entidade que então tutelava os trabalhos arqueológicos e que estava sob a alçada do Ministério da Educação Nacional. Os resultados da investigação do sítio suscitaram o desvio do traçado previsto da estrada, a fim de preservar as estruturas entretanto descobertas e escavadas. Os trabalhos então desenvolvidos, coordenados pelo arqueólogo João Manuel Bairrão da Silva Oleiro, então muito jovem, permitiram pôr a descoberto diversas estruturas arqueológicas, que mais tarde foram reconhecidas como sendo o *hipocaustum* do *caldarium* e do *tepidarium* de um complexo termal monumental (**Fig. 3**), identificado por Adriano V. Rodrigues (1962; 2001: 58) e que, segundo este autor, foi o primeiro complexo termal romano a ser identificado em Portugal.

A suspensão dos trabalhos de escavação do sítio arqueológico após a construção do desvio da estrada, a memória das importantes estruturas e vestígios descobertos em 1951 e 1952 e a própria descoberta do torso de uma extraordinária estátua *lauricata* monumental de mármore soterrada no piso da capela contígua da Senhora do Mileu, bem como o relativo abandono desde então e durante um período de mais de 50 anos, tornaram o Mileu num dos sítios arqueológicos mais enigmáticos da Beira Interior.

As escavações antigas, em articulação com as

mais recentes, levadas a cabo mais de 60 anos depois da descoberta do sítio arqueológico do Mileu, puseram a descoberto importantes componentes de edifícios, alguns de carácter monumental (**Fig. 4**)¹. Estas estruturas, nomeadamente as que foram escavadas durante as intervenções arqueológicas mais recentes (**Fig. 1**) filiam-se plenamente na arquitetura romana não só pelas tipologias arquitetónicas em presença e pelo seu próprio desenho, mas também pela via dos materiais e tecnologias construtivas o que, tudo somado, denuncia um ambiente plenamente romanizado que tudo indica possa ter sido um centro urbano regional de alguma importância, uma das raras e ainda muito pouco conhecidas capitais de *ciuitates* da Beira Interior (**Fig. 2**)².

No presente artigo incidiremos no estudo do espólio arqueológico recolhido nas escavações dos últimos anos e na análise da integração do Mileu nas rotas do comércio antigo do Império. De facto, os materiais detetados permitem-nos afirmar que, já durante a segunda metade do século I d.C. e sobretudo na centúria seguinte, este território e, em particular, o sítio do Mileu, se encontravam plenamente integrados nas grandes rotas de comércio que atravessavam a região interior da faixa ocidental da Península Ibérica.

Na análise dos materiais arqueológicos optámos pela metodologia inerente ao Número Mínimo de Indivíduos (NMI), segundo o qual efetuámos a contagem dos fragmentos que permitem uma atribuição formal e tipológica, de acordo com os diferentes fabricos e com as unidades estratigráficas onde surgem (Raux, 1998, p. 12).

¹ Para uma descrição mais aprofundada sobre as mais recentes escavações arqueológicas no sítio romano da Póvoa do Mileu confira-se Pereira, 2012.

² Um dos primeiros investigadores a chamar a atenção para o destaque do Mileu na malha de povoamento da bacia hidrográfica do Rio Còa foi Sabino Perestrelo (2003, p. 134), classificando o sítio como uma das possíveis capitais de *ciuitates* da Beira Interior. Da mesma opinião partilham Marcos Osório (2006, p. 95) e Pedro Carvalho (2005, p. 169), este último que reforçou a hipótese de o Mileu ter sido a capital dos *Lancienses Transcudani*, também defendida por Amílcar Guerra (2007, p. 177). Sobre as características destes núcleos urbanos veja-se Pedro Carvalho (2010).

2. A FASE I

A ocupação do pequeno planalto onde se localiza o sítio do Mileu parece remontar a finais da primeira metade do século I d.C., período de construção do complexo termal. Apesar de na sua maioria este edifício ter sido escavado nos anos 50, aquando da descoberta da estação arqueológica, parece-nos possível afirmar que a [U.E. 2] detetada no compartimento 6 (quadrícula E11), assente sobre o afloramento rochoso, corresponde ao nivelamento do terreno para a construção do conjunto arquitetónico, utilizando terras provenientes de outro local, certamente das suas proximidades.

Apesar de todas as reservas quanto ao grau de fiabilidade desta unidade estratigráfica, não deixa

de ser interessante notar que os respetivos materiais arqueológicos apresentam elevada uniformidade de fabrico, pois todos eles estão inseridos no grupo de cerâmica cinzenta polida de tradição indígena, cuja produção não ultrapassa os meados do século I d.C. (Alarcão, 1974, p. 62). Teríamos assim 11 NMI (n.ºs 1 a 11), destacando-se neste grupo os *potinhos* e os *potes*, *pratos* e a tampa, oito dos quais detêm bordo interno polido, uma das características das peças deste fabrico. Todavia, verifica-se neste grupo o surgimento de uma forma já de tradição romana, que inclui nomeadamente os *pratos*, de parede aberta e arqueada, com bordo em aba descaída. Embora seguindo uma tradição de fabrico ancestral, estas peças evidenciam já a influência da cultura romana.

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Prod.	%NMI Prod.
Cerâmica cinzenta polida de tradição indígena	Local/regional	Potinho	5	5	11	100%
		Pote	3	3		
		Prato	2	2		
		Tampa	1	1		
Total			11	11	11	100%

Tabela 1 – Fase Ia: NMI da [U.E.2] da quadrícula E11.

Trata-se daquele que definimos como o momento construtivo da Fase I, à qual pertenceria uma estrutura de planta circular (quadrículas C3 / D3), associada a uma conduta de drenagem de águas (quadrícula F3), desativada aquando da construção da Fase II. Do interior desta conduta de drenagem de águas, que classificámos como Conduta 1, foi possível recolher um número elevado de materiais arqueológicos, correspondentes à utilização do complexo termal, momento que designámos como Fase Ib, e que atribuímos à segunda metade do século I d.C. (ou entre o período de 60-100, tendo em conta a presença de Drag. 35, 36, 37 de TSH e da escassez de TSSG). Sobre a Conduta 1 assentaram parcialmente os muros do Edifício B, cuja construção – na fase II – implicou a desativação desta conduta de drenagem de águas, bloqueada com a colocação de uma das pedras da sua cobertura.

Por esta razão consideramos que esta unidade estratigráfica apresenta elevada fiabilidade.

A análise incidiu sobre a [U.E. 9] da quadrícula H11, do interior da conduta 1, e confirmámos que na sua maioria os materiais detetados correspondem a exemplares de *terra sigillata*, pois num total de 80 NMI mais de metade corresponde a peças desta produção, na sua maioria (62,5%) de origem hispânica e apenas um fragmento da produção de La Graufesenque.

Tal como já tínhamos registado em trabalhos anteriores, a presença no Mileu de *terra sigillata* proveniente do centro produtor de La Graufesenque é muito reduzida (Pereira, 2012, p. 272), situação também comum nas demais estações da Beira Interior³.

³ Veja-se, a título de exemplo Pedro Carvalho, 2007, ou Albuquerque, 2005.

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Prod.	%NMI Prod.
Terra Sigillata	La Graufesenque	Drag. 27	3	1	1	1.25%
	La Rioja	Drag. 15/17	1	1	50	62,5%
		Drag. 24/25	4	4		
		Drag. 27	17	17		
		Drag. 35	4	4		
		Drag. 36	1	1		
		Drag. 35/36	1	1		
		Hisp. 4	1	1		
		Hisp. 10	3	3		
		Drag. 29	3	3		
		Drag. 37A	1	1		
		Fg. decorados	13	13		
		Indiferenciados	16	1		
		Paredes Finas	Bética (?)	Mayet XXXVIIIB		
Decorado	1			1		
Lucernas	Mérida (?)	Dressel 11	1	1	10	12,5%
		volutas	5	5		
		Indiferenciados	29	4		
Vidro		Frasco ovoide, bordo dobrado	1	1	5	6,25%
		taça troncocónica	1	1		
		copo	1	1		
		Ficha de jogo	1	1		
		Indiferenciados	12	1		
Cerâmica comum	Local / Regional	Tigela	2	2	12	15%
		Pote	1	1		
		Prato	1	1		
		Indiferenciados	30	8		
Total			155	80	80	100%

Tabela 2 – Fase Ib: NMI da [U.E. 9] da quadrícula H11.

Disso é exemplo a escassa representatividade na [U.E. 9] da quadrícula H11 do Mileu, com apenas um exemplar (**n.º 12**), da forma Drag. 27, com uma pasta compacta e verniz aderente e muito brilhante. Trata-se de um exemplar possivelmente datado de época neroniana, tendo em conta a sua classificação como Drag. 27b, que é a mais pequena das variantes de bordo anguloso e topo liso, formando lábio (Quaresma, 2009, p. 36).

A escassa representatividade desta produção por toda a Beira Interior pode ter várias explicações, desde o reduzido poder aquisitivo das populações

desta região, nesta época em particular, mas também a própria localização geográfica, afastada das grandes rotas comerciais que asseguravam a sua distribuição, bem como a relativamente tardia integração deste território na esfera do Império.

Como seria de esperar, e como já anteriormente tínhamos confirmado em diversos sítios do interior da Lusitânia, nomeadamente na *Ammaia*, Idanha-a-Velha e no Mileu (Pereira, 2006), a maioria dos exemplares de *terra sigillata* recolhidos nestes sítios foram produzidos na Península Ibérica, merecendo destaque especial os materiais do centro produtor de La

Rioja, embora se encontrem representados também os centros produtores de Andújar (na *Ammaia*) e do Vale do Douro (Mileu e Idanha-a-Velha).

Assim, na análise dos exemplares de *terra sigillata* hispânica da [U.E. 9] da quadrícula H11 do Mileu verificámos, uma vez mais, que surgem em clara maioria as taças, com especial destaque para a forma Drag. 27, seguida da forma Drag. 35.

Os exemplares da forma Drag. 27 que surgem nesta unidade (n.ºs 18 a 25) apresentam indícios de antiguidade, inseridas na fase de imitação dos materiais sudgálicos, caracterizados pela reduzida dimensão, pelo lábio destacado e verniz espesso, brilhante e aderente. Segundo Françoise Mayet (1984, p. 72), esta primeira fase produtiva recuaria ao período flaviano e era caracterizada pelo quarto de círculo superior curto, com uma curvatura muito acentuada e uma ranhura sob o bordo, levando ao destacamento do lábio, de perfil boleado.

Da forma Drag. 24/25 identificámos quatro exemplares (n.ºs 14 a 17). Trata-se de uma pequena taça, pouco comum na maioria dos sítios, o que dificulta a análise da sua evolução⁴, tendo um fabrico datável da segunda metade do século I d.C., mas que se prolongou na centúria seguinte (Mayet, 1984, p. 72). Os exemplares desta forma recolhidos no Mileu constituem um conjunto heterogéneo, pois os quatro exemplares apresentam diferenças significativas, contemplando os exemplares de fabrico mais cuidado, de pequenas dimensões, com um *guilhocché* mais fino e ranhura interna sob o bordo (como o n.º 16) associados a outros, de maiores dimensões, com um *guilhocché* mais grosseiro (como o n.º 17).

Relativamente aos exemplares da forma Drag. 35 (n.ºs 26 a 29) verificámos que na sua maioria também se inserem na primeira fase de produção, que remonta à segunda metade do século I d.C. (nunca antes dos Flávios), caracterizados pela pequena

dimensão, bordo encurvado, afastado da parede, mas horizontal descendente e com folhas de água. Uma vez mais confirmámos que correspondem a peças de excelente fabrico, com verniz espesso, brilhante e aderente.

Destacamos ainda o surgimento das formas tipicamente hispânicas, como um exemplar da Hisp. 4 (n.º 30), com o seu característico *guilhocché* na aba, rodeado por duas caneluras, e com uma asa em forma de laço. Segundo M. Romero Carnicero (1985) no seu estudo sobre os materiais de Numância, é a partir dos fins do século I d.C. e ao longo de toda a centúria seguinte que se generalizam as asas em forma de laço, período de maior difusão desta forma. Contudo, o facto de surgir um exemplar nesta unidade do Mileu (que, como já mostrámos, apresenta um elevado grau de fiabilidade) coloca-nos perante a possibilidade de um fabrico com estas características ser mais antigo.

Outra das formas representada é a Hisp. 10, com três exemplares (n.ºs 31 a 33). É uma forma tipicamente hispânica, limitada geograficamente ao Norte da Península Ibérica e escassamente representada na maioria dos sítios⁵.

Entre as formas decoradas salientamos os três exemplares de Drag. 29 (n.ºs 34 e 35). Observa-se em dois deles a decoração com métopas. O surgimento destes exemplares nesta unidade encontra-se de acordo com o proposto para esta fase, pois a sua produção encontra-se balizada entre os anos 55/60 d.C. e prolonga-se até aos Flávios, com apogeu no período entre 80/85 (Mayet, 1984, p. 82). Os exemplares analisados evidenciam um fabrico cuidado, de pasta compacta e engobe brilhante, homogéneo e aderente, características que atribuíramos a uma primeira fase produtiva das oficinas hispânicas.

⁴ Todavia, é possível que corresponda a uma forma também produzida durante o Baixo-Império, uma vez que no Mileu surgiu um fragmento de bordo desta forma exibindo características deste período.

⁵ Em *Conimbriga* conhecem-se poucos exemplares (Delgado; Mayet; Alarcão, 1975, p. 154), em Belo apenas um exemplar (Bourgeois; Mayet, 1991, p. 200), em Santarém é desconhecida, assim como em Idanha-a-Velha (Pereira, 2006). Porém, em *Petavonium* é comum, com quinze indivíduos (Carretero Vaquero, 2000, p. 395), enquanto na *Ammaia* foram detetados quatro exemplares (Pereira, 2006, p. 45). Pelo contrário, no Mileu identificámos dezanove exemplares (Pereira, 2012, p. 298).

Como seria de esperar, no Mileu - e na unidade agora analisada - detetámos apenas dois NMI de cerâmica de paredes finas, destacando-se a presença de um exemplar da forma Mayet XXXVII (**n.º 42**), decorado com merlões. Apresenta engobe alaranjado, com reflexos metálicos, e com uma pasta de coloração ocre esbranquiçada, características produtivas da Bética, e foi uma forma que - a partir da época tibério-claudiana, e prolongando-se até à década de 80 do século I d.C. (López Mullor, 2008, p. 369) - deu início à produção nesta região.

A análise da distribuição da cerâmica de paredes finas na Península Ibérica permite confirmar uma presença eminentemente costeira ou fluvial, podendo contudo atingir áreas mais interiores, de que são exemplo as peças do Mileu ou de Idanha-a-Velha (Carvalho, 2009, p. 122). Estes produtos não possuíam um circuito comercial próprio, encontrando-se a sua distribuição ligada à comercialização de azeite bético, sobretudo à presença de ânforas Dressel 20 (Carretero Vaquero, 2000, p. 473).

No conjunto de materiais desta unidade destacam-se ainda os exemplares de lucernas, grupo relativamente bem representado, com dez NMI (**n.ºs 38 a 41**), seis dos quais inseridos no grupo de fabrico proveniente de *Augusta Emerita*⁶, entre o qual evidenciamos duas representações da Vitória alada⁷, pertencendo o **n.º 39** à forma Dr. 11. Neste exemplar do Mileu a divindade encontra-se em posição frontal, sobre o *orbis*, de pé, segurando na mão direita o *clipeus virtutis* (o escudo redondo), e na outra uma palma caída, destacando-se a nitidez dos motivos, distinguindo-se claramente o *peplos* e o *apotygmata* que enverga, figuração semelhante à de um outro exemplar encontrado em Santa Bárbara (Castro Verde; Maia; Maia, 1997, p. 87, n.º 265) ou a um outro, proveniente de Mérida (Rodríguez Martín, 2002, p. 306, n.º 81).

⁶ Sobre os grupos de fabrico de lucernas do sítio romano de Mileu confira-se Pereira, 2012, p. 325-326.

⁷ O tema da personificação divinizada de Vitória é um dos mais comuns por todo o Império, encontrando-se atestado no Mileu em seis exemplares (Pereira, 2012, p. 332).

Embora o início de fabrico destes exemplares recue a Augusto, já o final de produção não é consensual, tendo Loeschcke proposto o período flaviano, enquanto Deneauve, bem como Ponsich, propuseram como data final de produção os fins do século I d.C. (Maia; Maia, 1997, p. 33). Relativamente à cerâmica comum, grupo pouco representado nesta unidade, verificámos o surgimento de apenas 12 NMI (**n.ºs 43 a 46**), com a presença de peças de pequenas dimensões, como as tigelas, mas também outras de maiores dimensões, como um pote e um prato, este último inserido no grupo de cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial.

Uma última nota referente a estes materiais: os cinco NMI em vidro (**n.ºs 47 a 50**), dos quais se destaca um pequeno copo ou cálice (**n.º 49**)⁸, incolor, com decoração por lapidação em alto relevo na parede exterior, características que nos permitem atribuir a sua produção ao período da segunda metade do século I d.C. e a toda a centúria seguinte (Cruz, 2009, II, p. 69). No conjunto de vidros da unidade em análise detetámos ainda um exemplar de frasco ovoide de bordo dobrado (**n.º 47**)⁹, incolor, caracterizado por possuir o bordo em aresta dobrado sobre si mesmo, produzido entre os fins do século I d.C. e toda a centúria seguinte (Cruz, 2009, II, p. 193). Destacamos ainda o surgimento de uma pequena ficha de jogo (**n.º 50**), de cor negra, em forma de botão cego, peça produzida especificamente com esta funcionalidade.

3. FASE II

Sobretudo nos edifícios termiais são comuns profundas alterações, reparações e construções. Neste sentido, a Fase I do Mileu terá tido um curta duração, denunciando que o primitivo complexo termal foi profundamente alterado, com a desativação da

⁸ Trata-se da forma mais bem representada entre os vidros detetados nas escavações do Mileu, embora os copos sejam raros no contexto arqueológico da maioria dos sítios, talvez pelo facto de serem produtos de importação (Cruz, 2009, II, p. 71).

⁹ Corresponde à forma Ising 67.

estrutura circular e da conduta 1, construindo-se numa fase posterior um conjunto mais amplo, com novos espaços arquitetónicos.

A construção desta Fase II parece denunciada pelas [U.E. 29] e [U.E. 28] da Quadrícula M5, associadas à escavação da Conduta 4, localizada a Norte do Edifício B. Apesar de as unidades do interior da conduta estarem seladas pelas pedras de cobertura, os materiais que de seguida iremos descrever surgiram já no seu exterior, não apresentando estas unidades – por esta razão – um elevado grau de fiabilidade.

São unidades com escassos materiais arqueológicos, mas que indiciam que esta fase teve início nos fins do século I d.C. ou já em inícios do século II d.C., período em que terá ocorrido não só a monumentalização do sítio do Mileu, com a reorganização dos compartimentos sobre *hipocaustum*, mas também a construção do Edifício B e o arranjo dos espaços contíguos, o espaço ajardinado e a colunata, bem como a edificação de outras condutas de drenagem de águas.

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Prod.	% NMI Prod.
Terra Sigillata	La Rioja	Drag. 27	4	3	12	25,5%
		Lw Tb	1	1		
		Decoradas	6	4		
		Indiferenciadas	24	4		
Paredes Finas	Bética	Indiferenciados	1	1	1	2,1%
Lucernas	Mérida	Indiferenciados	12	6	6	12,7%
Cerâmica comum	Local -Regional	Púcaro	1	1	28	59,5%
		Potinho	2	2		
		Indiferenciados	62	25		
Total			114	47	47	100%

Tabela 3 – Fase IIa: NMI das [U.E. 29] e [U.E. 28] da quadrícula M5.

Neste período o sítio do Mileu ainda não recebia elevada quantidade de materiais importados, destacando-se apenas 13 indivíduos de *terra sigillata* de produção hispânica, identificando-se apenas duas formas: uma taça Ludowici Tb (n.º 53), de bordo oblíquo, de perfil mais avançado – já de finais do século I d.C. ou inícios do século II d.C.; duas taças Drag. 27 (n.ºs 51 e 52), ambas apresentando perfis que nos levaram a inseri-las no segundo grupo evolutivo desta forma, proposto por Françoise Mayet (1984), e datado por Santiago Carretero Vaquero (2000, p. 375-376) – tendo em conta os materiais de *Petavonium* – do fim do século I d.C. até ao fim da primeira metade do século II¹⁰.

¹⁰ Ambos os exemplares apresentam um excelente fabrico, com pasta compacta, e engobe de boa qualidade, homogéneo, brilhante e aderente. Seriam caracterizados pelo aumento de dimensões do diâmetro de bordo, parede oblíqua e alta, de meio círculo bem pronunciado e sem a definição do lábio.

No conjunto destacamos um número elevado de exemplares de cerâmica comum, com 28 indivíduos, metade dos quais inseridos no grupo da cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial, onde se destacam as formas de pequenas dimensões, como os *potinhos* ou os *púcaros* (n.ºs 55 e 56).

Já o período seguinte – Fase IIb, datada do segundo quartel do século II d.C. – é marcado pela plena utilização do conjunto arquitetónico e por profundas alterações ao nível da participação do Mileu nas rotas comerciais terrestres.

Assim, iremos focar a nossa atenção nas [U.E. 16], [U.E. 18] e [U.E. 27] da quadrícula M5, que se sobrepõem às da fase IIa, verificando-se que alguns dos seus materiais se encontram repartidos sobretudo pelas duas primeiras unidades, destacando-se os fragmentos de parede de uma ânfora, classificada como Dressel 20, com características de fabrico da Bética.

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Prod.	%NMI Prod.
Terra Sigillata	La Rioja	Drag. 15/17	3	3	39	60,9%
		Drag. 27	2	2		
		Drag. 33	1	1		
		Drag. 35	1	1		
		Drag. 36	1	1		
		Drag. 46	1	1		
		Drag. 30	1	1		
		Drag. 37A	2	2		
		Decoradas	8	8		
		Indiferenciadas	49	19		
Paredes Finas		Indiferenciados	1	1	1	1,5%
Lucernas	Mérida	Volutas	1	1	1	1,5%
		Indiferenciados	12	-		
Ânfora	Bética	Dr. 20	1	1	2	3,1%
	Lusitana (?)	Indiferenciada	1	1		
Cerâmica comum	Local – regional	Púcaro	2	2	19	29,6%
		Potinho	3	3		
		Panela	4	4		
		Tampa	1	1		
		Taça	1	1		
		Indiferenciados	184	7		
	Regional	Potinho	1	1	1	1,5%
Vidro		Frasco ovoide	1	1	2	3,1%
		Indiferenciado	4	1		
Total			286	64	64	100%

Tabela 4 – ase IIb: NMI das [U.E. 16], [U.E. 18] e [U.E. 27] da quadrícula M5, do sítio do Mileu.

As unidades agora em análise denunciam uma vez mais um número elevado de exemplares de *terra sigillata*, todos eles de produção hispânica, correspondente a 60,9% no conjunto de 64NMI. Trata-se de um período em que o sítio do Mileu já se encontrava plenamente inserido nas rotas comerciais, onde a *terra sigillata* hispânica de La Rioja detinha o monopólio de comercialização, destacando-se três exemplares da forma Drag. 15/17 (n.ºs 57 a 59), a mais bem representada nestas unidades, exemplares estes caracterizados por perfis de contornos hispânicos, com paredes que se tornam mais altas e esvasadas, sem o friso sob o bordo, inseridos numa terceira fase produtiva desta forma, que nos remete para a primeira metade do século II d.C. (Mayet, 1984, p. 71).

Destacam-se ainda dois exemplares da forma Drag. 27 (n.º 60), e um da forma Drag. 35 (n.º 62), todos eles apresentando características de perfis mais avançados, ou seja da primeira metade do século II d.C., bem como um exemplar da forma Drag. 33 (n.º 62), também ele evidenciando um perfil mais avançado, com uma produção a partir de inícios do século II d.C. (Mayet, 1984, p. 73).

Entre as formas decoradas destacamos um fragmento (n.º 63) que, com as devidas reservas, filiamos na forma Drag. 30 e ainda dois da forma Drag. 37A (n.ºs 64 e 65). O surgimento do primeiro exemplar, com uma produção até finais do século I d.C. poderá permitir prolongar a datação da comercialização desta forma pelo menos até inícios do século II d.C. Todavia, a reduzida dimensão do frag-

mento impõe-nos algumas reservas. Salientamos ainda cinco fragmentos decorados, inseridos no tema de círculos (n.ºs 66 e 67).

Entre a cerâmica comum, uma vez mais não podemos deixar de realçar o elevado número de exemplares inseridos no grupo de fabrico da cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial (n.ºs 68 a 71), com a sua característica decoração polida – em linhas paralelas oblíquas – na parede exterior e as formas de pequenas dimensões, como os *potinhos* e os *púcaros*. Saliente-se ainda a presença de um exemplar produzido numa pasta com características da cerâmica da Bética, um *potinho* (n.º 72) produzido a partir de pasta calcária, pouco compacta e porosa.

Por fim, na [U.E. 27] não podemos deixar de mencionar o surgimento de um denário de prata, do Imperador Adriano, exibindo no anverso cabeça laureada, virada à direita e no reverso a representação de Vitória alada, virada à direita, a segurar um estandarte, possivelmente de 120 d.C.¹¹.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pequeno lote de materiais do Mileu em análise é muito homogéneo em termos de funcionalidade, esmagadoramente cerâmica do serviço de mesa. Trata-se, na sua maioria, de *terra sigillata*, mas também cerâmica de paredes finas, lucernas, vidro e cerâmica comum fina. Este facto só poderá ser explicado por os materiais em análise serem provenientes de um local muito específico do sítio arqueológico, o complexo termal. Disso são exemplo as pequenas *taças* de *terra sigillata* hispânica, onde se destacam as formas Drag. 27 e Drag. 35, os *potinhos* e os *aribalos* e os *unguentários*, em vidro ou em cerâmica (Pereira, 2012). Ficamos assim com uma ideia genérica dos materiais utilizados neste complexo termal.

Os materiais importados correspondem essencialmente a exemplares de *terra sigillata*, recolhidos no Mileu em número elevado, denunciando que seriam materiais de retorno de um fluxo comercial possivelmente baseado na exportação de metais,

sobretudo cobre e estanho, abundantes na região do Planalto Guarda-Sabugal.

O estudo destes materiais mostra-nos que o Mileu, bem como a região circundante, estaria integrado numa rede de trocas com regiões longínquas da Península Ibérica, que comercializava produtos manufaturados importados para a Meseta Norte, possivelmente a partir de Mérida, permitindo-nos desta forma alargar a área de influência deste centro produtor e distribuidor. *Augusta Emerita* teria um papel fulcral enquanto centro distribuidor de *terra sigillata* de La Rioja. Este comércio, nesta região em concreto, seria efetuado através das rotas terrestres, entre as quais a estrada de ligação de Mérida a Braga desempenharia um papel fundamental, apoiando-se nos centros urbanos¹², onde inserimos o Mileu, para posteriormente serem distribuídos e comercializados pela região envolvente.

Com maior importância após a construção da Ponte de Alcântara em inícios do século II d.C. (Mantas, 2012), parece-nos que a participação do Mileu nestas redes de comércio é já tardia, atingindo o seu auge apenas na primeira metade do século II d.C., facto que poderá estar relacionado com a construção das estruturas monumentais do sítio do Mileu, mas também com a afirmação das oficinas de distintas produções na Península Ibérica e dos seus produtos face à importação de produtos sudgálicos ou norte-africanos. Não obstante, encontram-se representados outros centros produtores, de que são exemplo a *terra sigillata* das oficinas do Douro, mas também as lucernas de Mérida e da Bética, destacando-se duas marcas do oleiro AGATOP (Pereira, 2012, p. 336), provenientes da oficina localizada em *Italica*, na Bética.

Esta breve análise de materiais arqueológicos do sítio do Mileu permite-nos não só compreender o grau de aculturação e de romanização dos seus habitantes (fator importante sobretudo por se tratar de uma região ainda pouco conhecida neste e noutros períodos históricos), mas também apreender a

¹¹ CAESAR TRAIAN ADRIANUS P.M. TR. P. COS III.

¹² Como defendeu Carlos Fabião (1994, p. 238), relativamente à distribuição de ânforas de azeite da Bética.

dinâmica e a vitalidade com que o sítio participou nos circuitos da economia antiga, sobretudo no período alto-imperial. Em suma, a análise dos materiais acima referenciados mostra o sítio arqueológico do Mileu como um dos mais importantes na rede de povoamento romano dos territórios, ainda tão mal conhecidos, localizados entre o Vale do Côa, o alto Mondego e o alto Zêzere.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1974) – *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

ALBUQUERQUE, Elisa M. M. A. (2005) – *Entre sigillata e faiança: primeiro estudo sobre a cerâmica da Torre de Almofala*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).

BOURGEOIS, Ariane; MAYET, Françoise (1991) – *Les sigillées. Fouilles de Belo*. VI. Madrid: *Collection de la Casa de Velázquez*. 34 (*Archéologie*, XIV).

CARRETERO VAQUERO, Santiago (2000) – *El campamiento romano del Ala II Flavia en Rosinos de Vidriales (Zamora). La cerámica*. Zamora: Universidad de Valladolid.

CARVALHO, Pedro C. (2005) – Identificação e representação espacial das capitais de civitates da Beira Interior. *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia* (Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior). Guarda: CEI/ARA, p. 155-170.

CARVALHO, Pedro C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Fundão/Coimbra: CMF/IAFLUC (Conimbriga. Anexos 4).

CARVALHO, Pedro C. (2009) – O Fórum dos Igaeditani e os primeiros tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 82, p. 115-131.

CARVALHO, Pedro (2010) – O interior norte da Lusitânia romana: resistências, mudanças e rupturas nos primeiros tempos do Império. *El bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania*. Castilla y León: Junta de Castilla y León, p. 79-91.

CRUZ, Mário (2009) – *O vidro romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho. 2 vols. (policopiado).

DELGADO, M., MAYET, F., ALARCÃO, A. (1975) – *Les sigillées. Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion E. de Boccard. IV.

FABIÃO, C. (1994) – O azeite da Bética na Lusitânia. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 219-245.

JORGE, Filipe, coord. (2009) – *A Guarda Vista do Céu*. Lisboa: Edições Argumentum.

GUERRA, Amílcar (2007) – Sobre o território e a sede dos Lancienses (Oppidani e Transcudani) e outras questões conexas. *Conimbriga*. Coimbra. XLVI, p. 161-206.

LÓPEZ MULLOR, Alberto (2008) – Las cerámicas de paredes finas en la fachada mediterránea de la Península Ibérica y las Islas Baleares. *Cerámicas Hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidade de Cádiz, p. 343-384.

MAIA, G. P.; MAIA, M. (1997) – *Lucernas de Santa Bárbara*. Castro Verde: Núcleo de Arqueologia da Cortiçol.

MANTAS, Vasco Gil (2012) – As Vias Romanas da Lusitânia. *Studia Lusitana*. Mérida. 7.

MAYET, Françoise (1984) – *Les Céramiques Sigillées Hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire romain*. Paris: Dif. de Boccard.

OSÓRIO, Marcos (2006) – O Povoamento romano do alto Côa. *Territoria*. 1, Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

PEREIRA, Vitor (2006) – *Terra Sigillata em três locais da Lusitânia: Ammaia, Idanha, Mileu*. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).

PEREIRA, Vitor (2012) – *O sítio romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma pequena ciuitas localizada nos confins ocidentais do Império Romano*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).

PERESTRELO, Manuel S. (2003) – *A romanização na bacia do rio Côa*. [s.l.]: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

QUARESMA, José Carlos (2009) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).

RAUX, S. (1998) – Méthodes de quantification du mobilier céramiques. Etat de la question et pistes de réflexion. *La quantification des céramiques, conditions et Protocole*. Glux-en-Glenne: Mont Beuvray (Collection Bibacte; 2), p. 37-46.

RODRIGUES, Adriano V. (1962) – Elementos para o estudo da romanização nos Montes Herminios. Sep. *Lucerna*. Porto. II: 1/2, p. 5-16.

RODRÍGUEZ MARTÍN, Francisco G. (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)*. (Monografías Emeritenses; 7).

ROMERO CARNICERO, M. V. (1985) – *Numancia I. La Terra sigillata*. Madrid (EAE; 146).

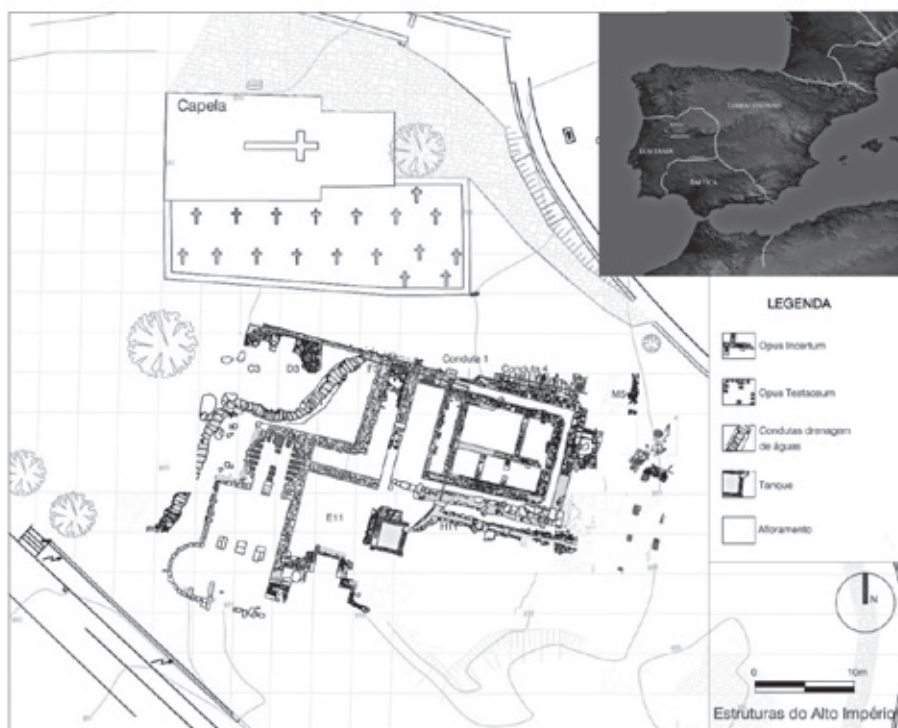


Figura 1 – Planta do conjunto histórico do Mileu e delimitação de quadrículas em análise.



Figura 2 – Vista aérea do conjunto histórico do Mileu (Jorge, 2009).



Figura 3 – Conjunto termal romano.



Figura 4 – Vista do Edifício B (Imagem: Marco Pitt).



Figura 5 – Capela românica do Mileu.

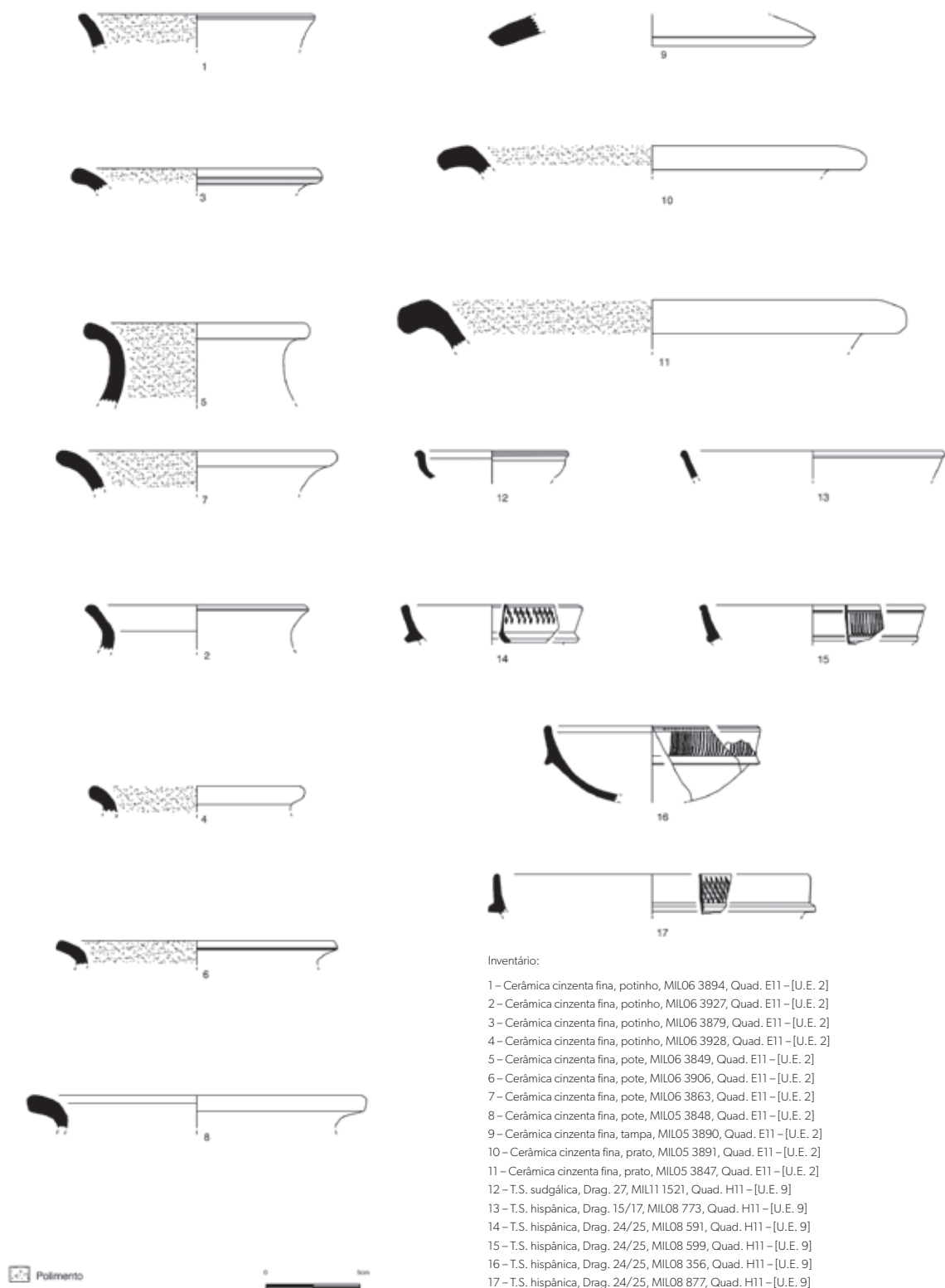
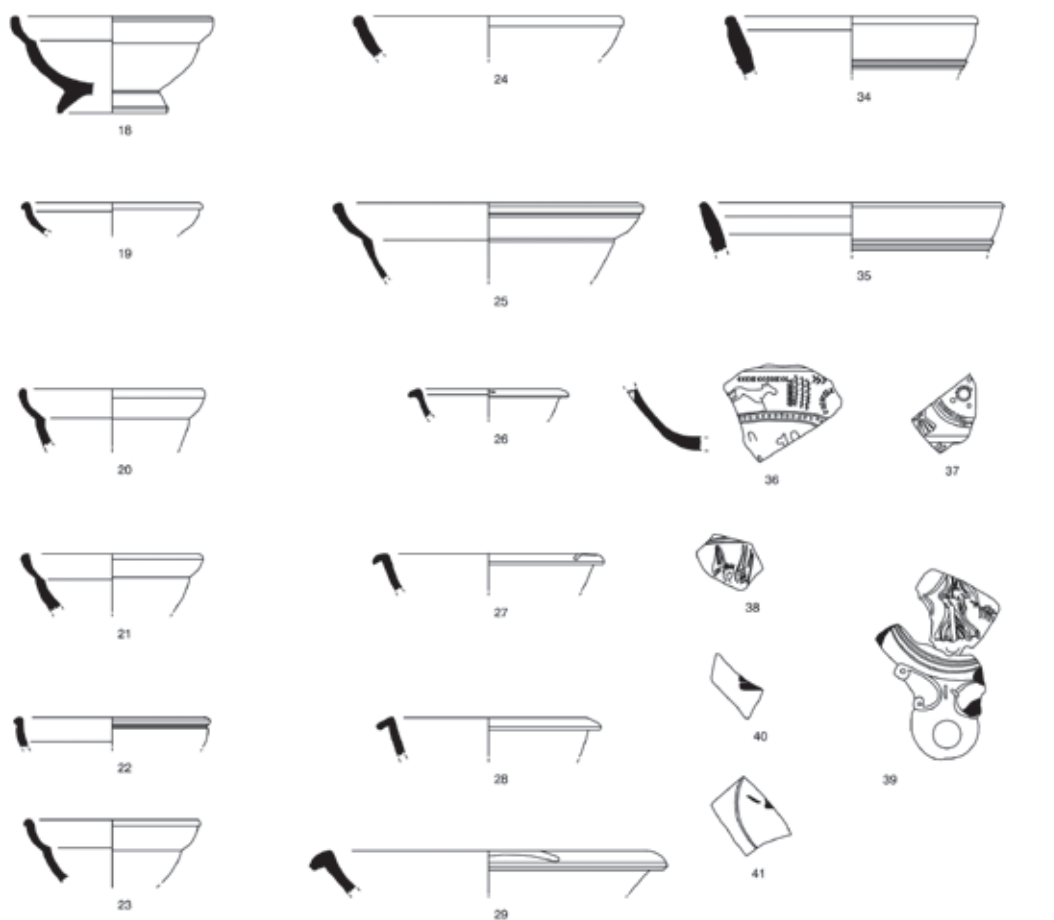


Figura 6 – Cerâmica do Mileu. Fases Ia (UE 2) e Ib.



Inventário:

- 18 – T.S. hispânica, Drag. 27, MIL08 554, Quad. H11 – [U.E. 9]
 19 – T.S. hispânica, Drag. 27, MIL08 357, Quad. H11 – [U.E. 9]
 20 – T.S. hispânica, Drag. 27, MIL08 569, Quad. H11 – [U.E. 9]
 21 – T.S. hispânica, Drag. 27, MIL08 552, Quad. H11 – [U.E. 9]
 22 – T.S. hispânica, Drag. 27, MIL08 667, Quad. H11 – [U.E. 9]
 23 – T.S. hispânica, Drag. 27, MIL11 557, Quad. H11 – [U.E. 9]
 24 – T.S. hispânica, Drag. 27, MIL08 451, Quad. H11 – [U.E. 9]
 25 – T.S. hispânica, Drag. 27, MIL08 459, Quad. H11 – [U.E. 9]
 26 – T.S. hispânica, Drag. 35, MIL08 753, Quad. H11 – [U.E. 9]
 27 – T.S. hispânica, Drag. 35, MIL08 642, Quad. H11 – [U.E. 9]
 28 – T.S. hispânica, Drag. 35, MIL08 607, Quad. H11 – [U.E. 9]
 29 – T.S. hispânica, Drag. 35/36, MIL08 440, Quad. H11 – [U.E. 9]
 30 – T.S. hispânica, Hisp. 4, MIL08 5978, Quad. H11 – [U.E. 9]
 31 – T.S. hispânica, Hisp. 10, MIL11 565, Quad. H11 – [U.E. 9]
 32 – T.S. hispânica, Hisp. 10, MIL11 600, Quad. H11 – [U.E. 9]
 33 – T.S. hispânica, Hisp. 10, MIL08 763, Quad. H11 – [U.E. 9]
 34 – T.S. hispânica, Drag. 29, MIL08 572, Quad. H11 – [U.E. 9]
 35 – T.S. hispânica, Drag. 29, MIL08 815, Quad. H11 – [U.E. 9]
 36 – T.S. hispânica, decorada, MIL08 443, Quad. H11 – [U.E. 9]
 37 – T.S. hispânica, decorada, MIL08 392, Quad. H11 – [U.E. 9]
 38 – Lucerna, Loes. IV, MIL08 751, Quad. H11 – [U.E. 9]
 39 – Lucerna, Loes. IV, MIL08 597, Quad. H11 – [U.E. 9]
 40 – Lucerna, marca planta pedis, MIL08 696, Quad. H11 – [U.E. 9]
 41 – Lucerna, marca planta pedis, MIL08 577, Quad. H11 – [U.E. 9]
 42 – Cer. Paredes finas, Mayet 37b, MIL08 508, Quad. H11 – [U.E. 9]
 43 – Cerâmica comum, tigela, MIL08 551, Quad. H11 – [U.E. 9]
 44 – Cerâmica comum, tigela, MIL08 861, Quad. H11 – [U.E. 9]
 45 – Cerâmica comum, pote, MIL08 564, Quad. H11 – [U.E. 9]
 – T.S. hispânica, Drag. 24/25, MIL08 877, Quad. H11 – [U.E. 9]

Figura 7 – Cerâmica do Mileu. Fase Ib.

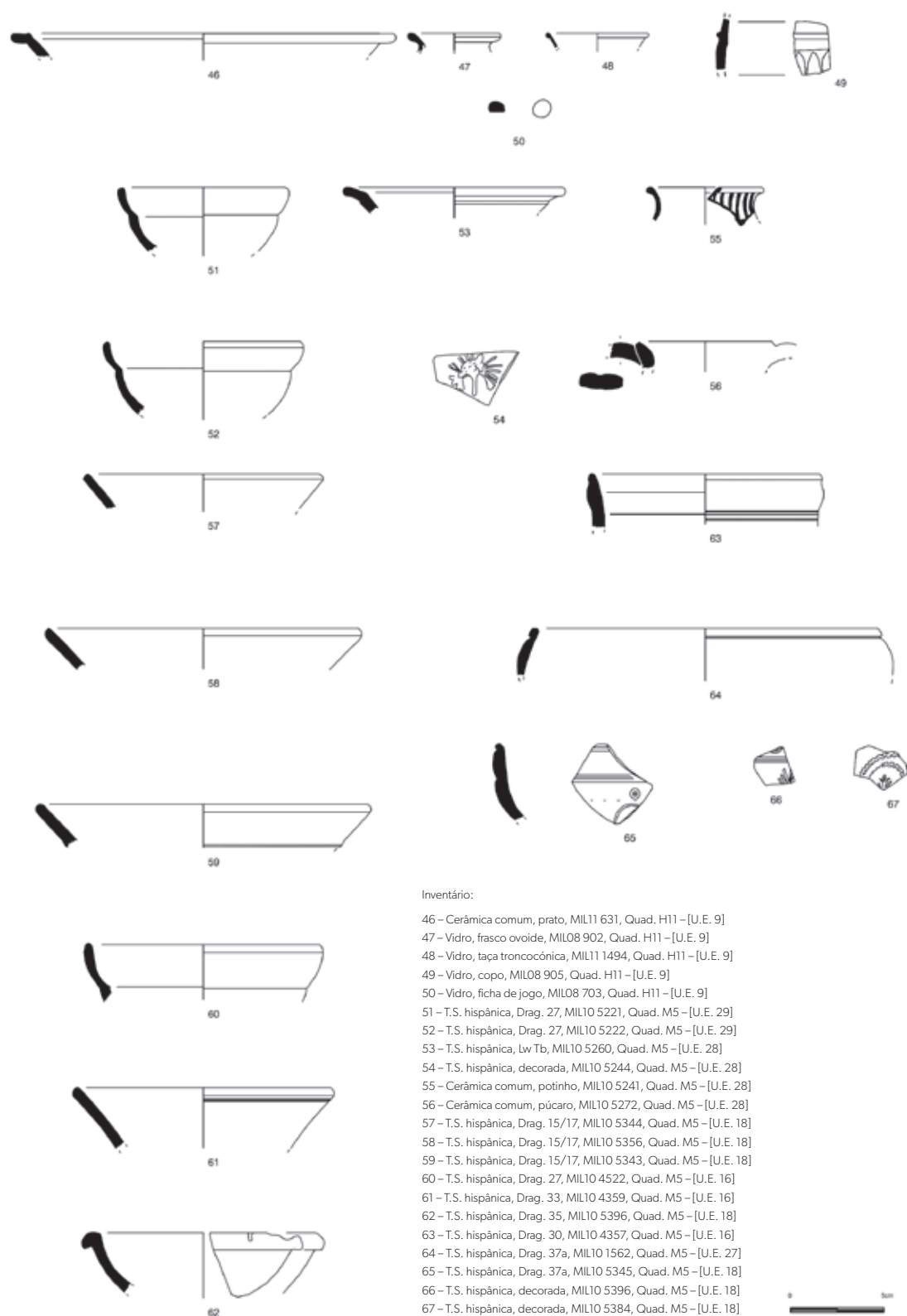
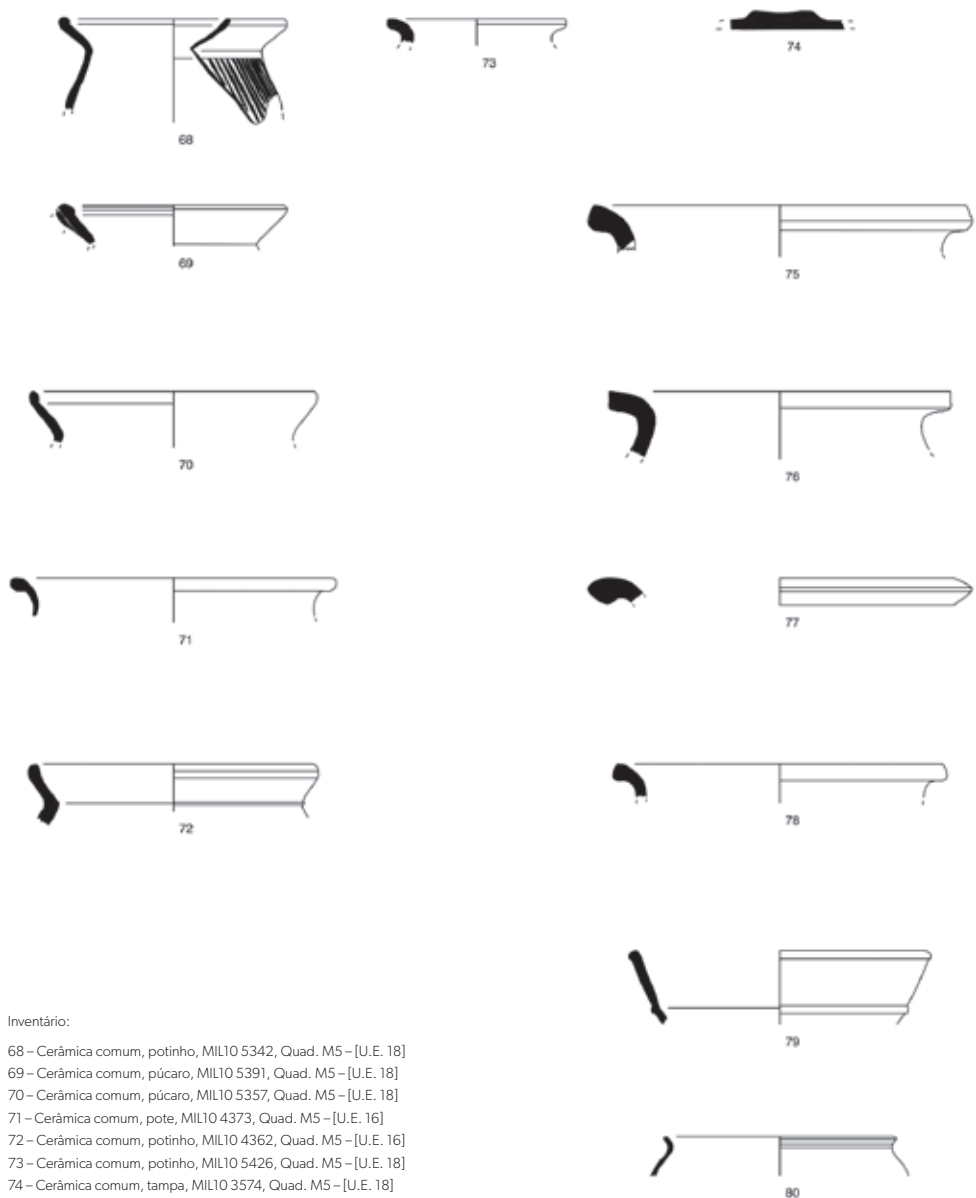


Figura 8 – Cerâmica do Mileu. Fase Ib (UE 9), fase IIa (UEs 29 e 28), fase IIb (UEs 16, 18, 27).



Inventário:

- 68 – Cerâmica comum, potinho, MIL10 5342, Quad. M5 – [U.E. 18]
- 69 – Cerâmica comum, púcaro, MIL10 5391, Quad. M5 – [U.E. 18]
- 70 – Cerâmica comum, púcaro, MIL10 5357, Quad. M5 – [U.E. 18]
- 71 – Cerâmica comum, pote, MIL10 4373, Quad. M5 – [U.E. 16]
- 72 – Cerâmica comum, potinho, MIL10 4362, Quad. M5 – [U.E. 16]
- 73 – Cerâmica comum, potinho, MIL10 5426, Quad. M5 – [U.E. 18]
- 74 – Cerâmica comum, tampa, MIL10 3574, Quad. M5 – [U.E. 18]
- 75 – Cerâmica comum, panela, MIL10 5348, Quad. M5 – [U.E. 18]
- 76 – Cerâmica comum, panela, MIL10 4120, Quad. M5 – [U.E. 18]
- 77 – Cerâmica comum, panela, MIL10 5341, Quad. M5 – [U.E. 18]
- 78 – Cerâmica comum, panela, MIL10 5138, Quad. M5 – [U.E. 27]
- 79 – Cerâmica comum, taça, MIL10 4364, Quad. M5 – [U.E. 16]
- 80 – Vidro, frasco ovoide, MIL10 A, Quad. M5 – [U.E. 16]

Figura 9 – Cerâmica do Mileu. Fase IIb (UEs 16, 18, 27).

UM CONTEXTO DO SEGUNDO QUARTEL DO SÉCULO II: A VALA DO ESTACIONAMENTO DE AMMAIA, SÃO SALVADOR DE ARAMENHA, MARVÃO

José Carlos Quaresma¹, Vítor Dias²

¹ Bolseiro de Pós-doutoramento FCT. Investigador do CIDEHUS (Un. Évora) e da UNIARQ (Un. Lisboa) / josecarlosquaresma@gmail.com

² Bolseiro de Doutoramento FCT. Investigador do CIDEHUS (Un. Évora) / vitorsilvadias@gmail.com

Resumo

A vala do estacionamento de *Ammaia* é um contexto exterior à muralha urbana, cujo enchimento se data entre 125 e 150 d.C.. A sua escavação realizou-se entre 2002 e 2006, sob a coordenação de Sérgio Pereira. Na investigação em curso dos signatários, foi possível contabilizar 114 fragmentos de cerâmicas finas e 39 de cerâmica comum, correspondentes a 48 e 29 indivíduos, respectivamente. Este contexto revela-se, pelo seu elevado grau de fiabilidade estratigráfica e estatística, de enorme importância para a caracterização comercial do interior lusitano num segmento cronológico do século II. Permite igualmente traçar vectores tipológicos para esse quadro temporal.

Palavras-chave: *Ammaia*, *Lusitania* central, 125-150 d.C., Conjunto cerâmico.

Abstract

"Vala do Estacionamento" (*Ammaia*) is a context in the outer area of the urban ramparts, whose filling is dated to 125-150 AD. Its excavation has taken place between 2002 and 2006, under the supervision of Sérgio Pereira. In the on-going research of the authors we have quantified 114 sherds of fine wares and 39 of coarse ware, respectively 48 and 20 individuals. Given its high degree of stratigraphical and statistical reliability, this context proved to be of major importance for the commercial characterization of the Lusitanian central hinterland during a segment of the 2nd c. AD. Furthermore, it has allowed the outline of typological vectors for that chronological framework.

Keywords: *Ammaia*, Central *Lusitania*, 125-150 AD, Ceramic assemblage.

1. INTRODUÇÃO

A cidade romana de *Ammaia* (São Salvador de Aramenha, Marvão) situa-se na franja da Serra de São Mamede, em pleno interior centro da província lusitana e na esfera da capital *Augusta Emerita*, com quem desenvolve uma intensa actividade económica no Alto-Império (Quaresma, no prelo b). Ter-se-á tornado *civitas* em 44-45 d.C. e *municipium* entre esta data e 166 d.C., época da epígrafe que atesta esse estatuto, sendo plausível uma cronologia flávia para essa promoção, já que os seus municípes foram integrados na tribo *Quirina*. Aliás, nessa época, Plínio refere a extracção de cristal de rocha nos montes ammaienses (Guerra, 1995 – *Plinius, Hist. Nat.*, 37, 24; Mantas, 2000; 2010; Guerra, 1996).

O presente artigo resulta da fusão de conclusões em curso, a partir da investigação que ambos os signatários estão a desenvolver enquanto bolseiros de pós-doutoramento e doutoramento da FCT, acerca das cerâmicas finas e comuns do sítio, respectivamente. Este trabalho conta com a actual orientação de Carlos Fabião tendo sido, entre 2010 e 2011 orientado por Frank Vermeulen. Este investigador, a par de Cristina Corsi, conduziram um vasto projecto de investigação para a cidade romana, com o recurso a métodos de prospecção não intrusiva, prospecção tradicional e escavação. O programa, de título *Radio-Past*, decorreu em paralelo à prossecução das nossas bolsas individuais e produziu uma série de publicações, das quais podemos destacar: Vermeulen; Corsi; De Dapper (2012); Vermeulen; *et Al.* (2005); Vermeulen; Taelman (2010); Corsi; *et Al.* (2013).

2. A “VALA DO ESTACIONAMENTO”. UM CONTEXTO DO SEGUNDO QUARTEL DO SÉCULO II. METODOLOGIA, CONTEX- TUALIZAÇÃO ESPACIAL, ESTRATIGRÁFICA E ARTEFACTUAL

Ao nível metodológico, quantificámos totalmente os espólios de cerâmica fina presentes no contexto (*terra sigillata* e lucernas), bem como a cerâmica comum. Aplicámos em ambas as categorias o cálculo



Figura 1 – Localização aproximada de *Ammaia* na Península Ibérica.

do número de fragmentos e do número mínimo de indivíduos, segundo os protocolos enunciados em Raux (1998). Aplicámos igualmente o cálculo dos graus de residualidade (tipos cuja cronologia tipológica é anterior à do contexto) e de intrusibilidade (tipos cuja cronologia tipológica é posterior à do contexto, estando presentes por infiltração posterior à formação do contexto). Os valores de residualidade obtidos para as cerâmicas finas e comuns, respectivamente de 4,1 e 10%, conferem a este contexto um excelente grau de fiabilidade, reforçado por uma nula intrusibilidade.

O conjunto foi exumado na sequência dos trabalhos de escavação arqueológica desenvolvidos entre 2002 e 2006 por Sérgio Pereira (Pereira, 2009, p. 99). Corresponde a um contexto estratigráfico associado à anulação e consequente enchimento de uma vala com perfil em “v”, construída paralelamente à muralha da cidade de *Ammaia*, na área do actual parque de estacionamento. A atenção atribuída a este contexto estratigráfico surge na continuidade dos interessantes resultados alcançados pela investigação das cerâmicas finas. Cedo se perspetivou uma profícua relação que cerâmicas finas e cerâmica comum poderiam obter num contexto balizado no segundo quartel do século II.

Sérgio Pereira (Pereira, 2009) autor da escavação arqueológica que está na origem da exumação dos materiais agora estudados considera que a construção da via paralela à muralha da cidade terá originado a demolição da construção interpretada

como habitação ou oficina (Pereira, 2009, p. 100), sendo a construção da vala (também designada como fosso-cloaca) com perfil em “V”, praticamente simultânea à construção da muralha (Pereira, 2009, p. 104). O mesmo autor afirma ainda que «o preenchimento da vala foi efetuado com entulhos resultantes da demolição total ou parcial da construção identificada em B 1 e B 2» (Pereira, 2009, p. 102). Em síntese, interessa destacar que segundo

esta fonte, a maioria do material cerâmico agora estudado proveniente da vala fará parte das estruturas murais romanas demolidas e identificadas em E 1, E 2 e E 3, como estrutura habitacional ou oficial. Ponderando a proximidade espacial, no caso da cerâmica comum, serão sobretudo os materiais cerâmicos exumados dos quadrados A 2 e A 3, provenientes do estacionamento 1, que correspondem a esta indicação.



Figura 2 – Plano das ruínas de Ammaia, com localização aproximada (estrela) da vala do estacionamento (imagem: Fundação Cidade de Ammaia).



Figura 3 – Foto da vala do estacionamento (Pereira, 2009).

A amortização da vala, ao assinalar transformações urbanísticas relacionadas com a perda de função da estrutura negativa, possibilita simultaneamente a associação sincrónica do uso das morfologias e tecnologias cerâmicas ali depositadas. A nova funcionalidade do espaço urbano periférico da muralha, apesar de confirmar o termo *post quem* da vala, não significará certamente o mesmo para o uso das cerâmicas comuns. Todavia, indica a não funcionalidade do conjunto aquando do enchimento da vala. Somente assim se percebe a presença destes fragmentos cerâmicos que curiosamente revelam menor índice de fragmentação do que o restante

universo cerâmico exumado na área intramuros da cidade de *Ammaia*. A obtenção de fragmentos de cerâmica comum com dimensão considerável e de perfis quase completos, resultando em diversas colagens, regista-se neste contexto estratigráfico devido à selagem da vala, reforçando a possibilidade de se terem quebrado num momento não muito anterior ao aterro.

Já o espólio da zona intramuros da cidade regista um índice de fragmentação consideravelmente maior, demonstrando também um maior rolamento. Associa-se a esta característica do registo cerâmico a maior nitidez dos elementos decorativos da cerâmica comum, mesmo quando se trata de polimentos ou incisões ligeiras (veja-se, por exemplo, os **nºs 36, 37 e 41**).

O carácter fragmentado e danificado dos recipientes terá atribuído um inevitável valor aleatório à relação morfológico-funcional e tecnológica das unidades presentes neste contexto estratigráfico. Apesar disso, de modo a possibilitar posteriores comparações com todo o universo de cerâmica comum, identificado na zona intramuros e na área de influência geográfica ammaiense, identificam-se formas, fabricos e funções, como os critérios estruturais da presente análise.

A coerência cronológica atribuída a este contexto estratigráfico pelas cerâmicas finas permitiu, não só datar com rigor o momento de enchimento da vala, como atribuir valores cronológicos precisos às formas e fabricos da cerâmica comum. A multiplicação desta interação entre cerâmicas finas e comuns poderá possibilitar no caso ammaiense, o gradual e desejado afinamento da cronologia do segundo dos conjuntos cerâmicos.

3. CERÂMICAS FINAS: FONTE DE DATAÇÃO DO CONTEXTO

No que toca às cerâmicas finas, esta UE denominada “vala do estacionamento” possui três produções de *sigillata* com escassos fragmentos (2% cada uma): as produções itálica e sudgálica são já residuais, mas a hispânica de Andújar estará ainda em circulação

coeva (veja-se, por exemplo, as evidências estratigráficas da primeira metade do século II para a circulação hispânica em mercados de consumo do litoral lusitano, como *Mirobriga* ou Ilha do Pessegueiro: Quaresma, 2012; no prelo c; Silva; Soares, 1993). Verifica-se também a ausência de paredes finas, nomeadamente emeritenses, abundantes nas fases anteriores do sítio (Quaresma, no prelo b), sinal de provável fim da sua produção. Nesta fase estratigráfica, a *terra sigillata* (91,4%) é assim hegemónica nos materiais finos, mas o século II é de difícil caracterização comercial e cronológica, devido à ausência de importações de *sigillata* africana A, fenómeno recorrente nos sítios interiores desta época (Quaresma, 2012, capítulo 4). O tipo Hayes 8A atinge porém *Augusta Emerita*, já na década de 80 do século I (Bustamante, 2010, p. 169).

A datação deste contexto em estudo é-nos dada assim por uma forma hispânica, mas sobretudo por uma marca em *terra sigillata* igualmente de oleiro hispânico, discutida *infra*.

A principal produção de *terra sigillata* é a de La Rioja, dominada pelo prato Drag. 15/17, seguido pela tigela Drag. 27. Os diâmetros no prato Drag. 15/17 variam entre 210 e 280mm. Apenas dois casos possuem canelura externa ao bordo, sendo a maioria composta por bordos lisos. O perfil da Drag. 15/17 (**nºs 1-3**) encaixa na morfologia mais tardia, definida por Mayet (1984), tal como a Drag. 27 (**nºs 4-5**), com quartos de círculo superiores pouco encurvados e diâmetros relativamente pequenos (110 e 93mm).

A Drag. 37a enquadra-se no estilo de círculos (Saénz Preciado, 1998, p.154-155). Um indivíduo não desenhado apresenta círculo grande; o **nº 8**, com 180mm de diâmetro e perfil ligeiramente carenado, possui dois frisos de círculos concêntricos com motivo vegetal no interior, alternados com motivo vegetal (folha no inferior e roseta no superior) (ver Bustamante, 2010, est. 257, nº 4, para o motivo no interior do círculo); o **nº 9**, de perfil esvasado, possui friso superior de círculos com roseta de cinco pétalas no interior (ver Bustamante, 2010, est. 223, nº 4 e est. 222, nº 3).

Quanto às morfologias hispânicas lisas, a Hisp. 17 (210mm de diâmetro) possui roleta sobre a aba oblíqua e asa cega apensa ao lábio da aba (nº 6). A Hisp. 77, taça larga, com 340mm de diâmetro (nº 7), está datada no *Suburbio Norte* de *Augusta Emerita* (Bustamante, 2010, p.756) entre 110 d.C. e 180 d.C., o que confere desde logo uma cronologia do século II ao nosso contexto.

La Rioja é também hegemónica ao nível das marcas de oleiro, com um total de seis. A primeira é uma cartela rectangular com marca ilegível (tigela). A segunda possui o texto OF[, com cartela rectangular de lados menores côncavos (Drag. 15/17); a terceira possui cartela rectangular sinuosa de lados menores arredondados (taça), com texto anepígrafo EX O IIIIIA (?), do qual a única parte clara é a expressão EX O(fficina), sendo o nome do oleiro indecifrável (nº 11). O quarto caso pertence ao oleiro *Sempronius* (nº 7), com marca OF.SE[em cartela sub-rectangular (Hisp. 17). Saenz Preciado e Saenz Preciado (1999, p. 124) inventariam as marcas OF SEMP e OF SEM em Drag. 15/17, 27, 18, 35 e Hisp. 4, mas nunca em Hisp. 17, sendo assim uma novidade deste oleiro do Ebro (Roca Roumens e Fernández García, 1999, p. 295). Este punção não surge no *Suburbio Norte* de *Augusta Emerita*, onde o oleiro está datado entre Vespasiano e meados do século II (Bustamante, 2010, p. 693).

A quinta marca é a mais importante pelo seu significado cronológico para o contexto. Pertence ao oleiro *Valerius Paternus* (Drag. 27), com cartela rectangular de lados menores arredondados e texto OFVAPA, com a letra A sempre sem haste (nº 5). Roca Romens e Fernández García (1999, p. 296) localizam este oleiro em La Rioja e Saenz Preciado e Saenz Preciado (1999, p. 130) documentam também o punção OFVAPA em Drag. 27 com este tipo de cartela. No *Suburbio Norte* de *Augusta Emerita* (Bustamante, 2010, p. 697), o punção OFVAPA surge a partir de Adriano e, até aos inícios do século III, representa 90% dos punções de *Valerius Paternus*. Esta marca afina a datação da UE “vala do estacionamento” no segundo quartel do século II, não sendo expectável uma cronologia posterior, em face da

ausência de *terra sigillata* africana A, que entretanto vai surgindo em vários pontos interiores (Quaresma 2012; Delgado, 1968), ou a ausência de formas mais recentes de lucernas, como as derivadas de disco ou a Dressel 28 (Bussière, 2000).

A sexta marca, com cartela rectangular e texto OFMANP, está aposta sobre fundo indeterminável (nº 10). No *Suburbio Norte* de *Augusta Emerita*, apenas se identificou um oleiro *Manlius* com punção EX.OF.MNL (Bustamante, 2010, p. 688). Saenz Preciado e Saenz Preciado (1999, p. 110) inventariam 4 oleiros parecidos, mas diversos do que estará presente em *Ammaia*. O punção OFMANP pertence assim a um novo oleiro, com leitura (EX) OF(ficina) MAN(lui) P(raesentis), referente a um *Manlius Praesens*.

Todas as lucernas provêm da capital provincial, *Augusta Emerita*. O tipo Deneauve 5G (nº 13, com sobremoldagem) é ainda muito importante em meados do século II, segundo Rodríguez Martín (2002, p. 212). O tipo de volutas é o mais representado numa fase onde seria de esperar uma presença importante de lucernas de disco, que estão porém ausentes. O nº 12, com três caneluras a separar a orla clássica (perfis Loeschcke I-IVb: Bailey, 1988, p. ix), exhibe também sobremoldagem e um disco com *Vitoria* frontal, com disco na mão direita (Rodríguez Martín, 2002, p. 72). O nº 14, com orla suavizada e voluta sobremoldada, possui uma única canelura a separar a orla do disco. Esta lucerna de volutas com ombro suavizado pertence ao tipo Loeschcke IV (perfis Loeschcke V-VIIIb: Bailey, 1988, p. ix; Bussière, 2000, n.ºs 321-499). O disco possui um Sátiro a tocar dupla flauta ou siringa, enquanto se desloca para a esquerda, com a siringa perpendicular à cabeça (Rodríguez Martín, 2002, p. 61: motivos semelhantes, mas não idênticos). Revela alguma sobremoldagem, acentuada na marca sobre o fundo do reservatório,]OP[, cuja leitura fazemos com reservas. O oleiro C.OPPI.RES trabalhou em *Augusta Emerita* entre a época flávia e os meados do século II (Rodríguez Martín, 2002, p. 212), embora também seja oriundo de Itália e tenha trabalhado igualmente no Norte de África (Casas i Genover; Soler i Fusté,

2006, p. 48-49). Falamos pois do mesmo oleiro, de sucursais, ou de cópias de uma produção famosa, em províncias distantes?

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Prod.	% NMI Prod.
Terra sigillata	Itálica	Ind.	2	1	1	2
	Sudgálica	Prato	1	1	1	2
	Hispânica-Andújar	Ind.	5	1	1	2
	Hispânica-La Rioja	D15/17	32	20	41	85,4
		D27	7	6		
		D37a	3	3		
		Hisp.17	1	1		
		Hisp.77	1	1		
		Tigela	8	8		
		Taça	1	1		
Ind.		44	1			
Lucernas	Augusta Emerita	Volutas	4	1	4	8,3
		Loeschcke IV	1	1		
		Den. 5G	1	1		
		Ind.	3	1		
Total			114	48	48	100
Residualidade: 4,1%						
Intrusibilidade: 0%						

Figura 4 – Quantificação dos materiais finos.

Catálogo

- 1 – AM-04-A-[Z19]-s/n inv. (*Terra sigillata* hispânica – La Rioja – Drag. 15/17)
- 2 – AM-03-A-[A19]-1 (*Terra sigillata* hispânica – La Rioja – Drag. 15/17)
- 3 – AM-04-A-[Z20]-6 (*Terra sigillata* hispânica – La Rioja – Drag. 15/17)
- 4 – AM-03-A-[A2]-1 (*Terra sigillata* hispânica – La Rioja – Drag. 27)
- 5 – AM-03-A-[B16-C16]-1 (*Terra sigillata* hispânica – La Rioja – Drag. 27 – oleiro *Valerius Paternus*)
- 6 – AM-04-A-[Z19]-s/n inv. (*Terra sigillata* hispânica – La Rioja – Hisp.77)
- 7 – AM-04-A-[Z21]-1 (*Terra sigillata* hispânica – La Rioja – Hisp.17 – oleiro *Sempronius*)
- 8 – AM-04-A-[Z20]-3 (*Terra sigillata* hispânica – La Rioja – Drag. 37a)
- 9 – AM-03-A-[A2]-9 (*Terra sigillata* hispânica – La Rioja – Drag. 37a)

- 10 – AM-04-A-[Z20]-s/n inv. (*Terra sigillata* hispânica – La Rioja - ind. – oleiro *Manlius Praesens*?)
- 11 – AM-03-A-[A4]-1 (*Terra sigillata* hispânica – La Rioja – taça)
- 12 – AM-03-A-[A2]-8 (Lucerna-*Augusta Emerita* – Volutas)
- 13 – AM-03-A-[A3]-5 (Lucerna-*Augusta Emerita* – Den.5G)
- 14 – AM-04-A-[Z19]-10 (Lucerna-*Augusta Emerita* – Loeschcke IV. Oleiro C.OPPI.RES ?)

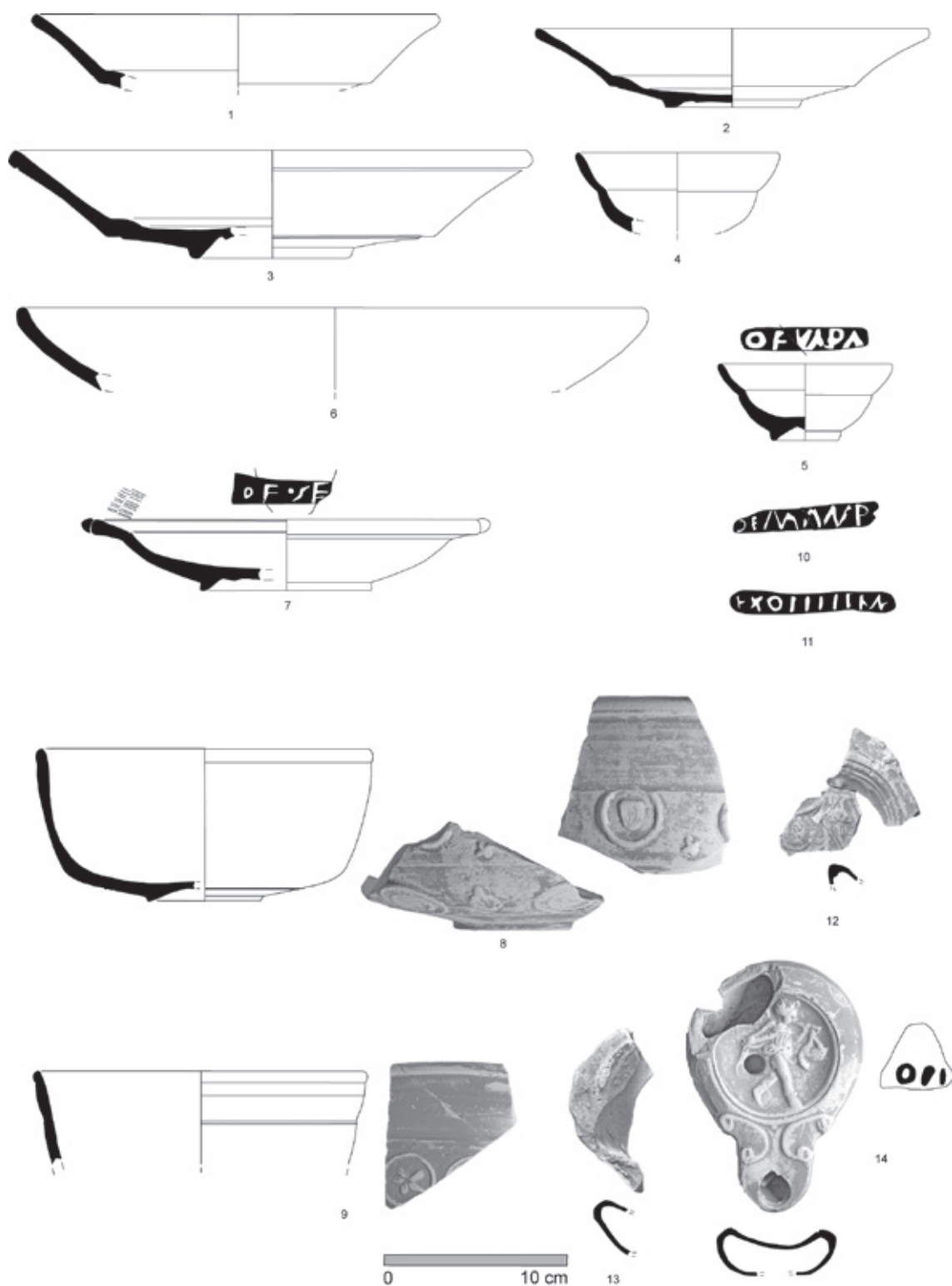


Figura 5 – Materiais finos.

4. CERÂMICA COMUM. INFORMAÇÃO MORFOLÓGICA E TECNOLÓGICA

Os dados morfológicos registam uma clara supremacia de potes (35 %), potes/panelas (16 %) e de

potinhos/púcaros (12 %), representando este conjunto 63 % do número total de formas. Todas as restantes morfologias apresentam valores iguais ou inferiores a 10 %. Destacam-se desta escassa representatividade os fragmentos de jarros (10 %), pratos covo (7 %), e alguidares (7 %).

Classe	Origem	Categoria Morfológica	Frag.	NMI	NMI %
Cerâmica comum	Local	Prato Covo	2	2	7%
	Local	Almofariz	1	1	3%
	Local e não local	Alguidar	3	2	7%
	Local	Panela	1	1	3%
	Local	Pote / Panela	9	5	16%
	Local e não local	Pote	13	9	35%
	Local	Potinho / Púcaro	4	4	12%
	Local	Jarro	4	3	10%
	Local e não local	Bilha	1	1	3%
	Local	Fundo	1	1	3%
Total			39	29	100%
Residualidade: 10 %					
Intrusibilidade: 0 %					

Figura 6 – Quantificação da cerâmica comum por origem e categoria morfológica.

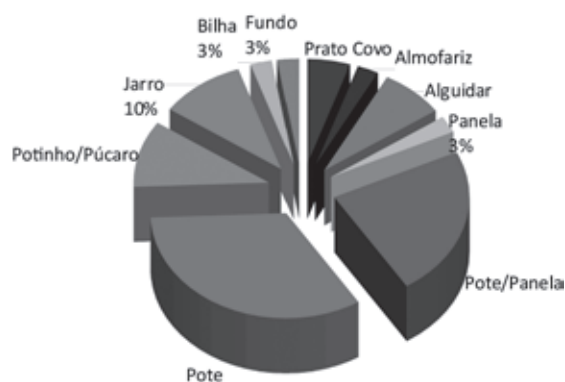


Figura 7 – Distribuição da representatividade das categorias morfológicas.

Sendo o universo cerâmico em estudo uma amostra de reduzido valor numérico, o que aconselha prudência, indicia contudo predileção pela loiça de cozinha. Estes valores poderão significar uma maior tendência para o uso deste conjunto morfológico-funcional nas imediações da vala donde foram exumados. Relembra-se nesta sequência as estruturas murais interpretadas por Sérgio Pereira como estruturas habitacionais ou oficinais. Igualmente bem representados estão os recipientes de servir à mesa como os jarros (10 %) e os pratos covo (7 %). Apesar da inexistência no presente contexto estratigráfico duma seleção criteriosa das formas, a representatividade morfológica parece traduzir um claro pendor para uma maior produção de potes, potes/panelas nos quadrados A 2 e A 3 e de potinhos/púcaros nos quadrados Z 19, Z 21 e Z 22.

Destaca-se das características morfológicas do conjunto a forma do pote **nº 34** que apesar de muito fragmentada lembra os potes meleiros abordados por Rui Morais (Morais, 2006). Os potinhos/púcaros **nº 35**, **nº 36** e **nº 37** registam paralelos nas necrópoles alentejanas (Nolen, 1985, est. XXV nº 30, 39, 42), em *Conimbriga* (Alarcão, 1975, pl. XXVII, p. 97) e em Mérida (Sánchez Sánchez, 1992, fig. 14, nº 69-75), registando todos os paralelos cronologia flávia. A ampla disseminação desta forma com perfil ovoide, com aperto na zona superior, indicia um elevado índice de aceitação, destacando-se pela decoração polida com motivos geométricos no colo (**nºs 36 e 37**) e, por vezes, meandros horizontais em torno do bojo (**nº 37**).

A presença desta forma em contextos do segundo quartel do século II, podendo demonstrar residualidade do contexto estratigráfico, indicia igualmente a continuidade da sua utilização, no caso ammaicense, pelo menos até esta data. Os recursos decorativos de polimento do jarro **nº 41**, localizados entre o bojo e o bordo, aproximam este jarro dos potinhos/púcaros, **nº 36** e **nº 37**. Interessante é também a presença dos jarros, **nº 39** e **nº 40**, de bocal trilobado, muito semelhantes entre si, permitindo associar com segurança esta forma ao contexto estratigráfico em estudo. Todos os números mencionados compreendidos entre o **nº 35** e o **nº 41** são provenientes dos quadrados Z 19, Z 21 e Z 22, localizando-se no estacionamento 2, a Sul da actual entrada do museu cidade de *Ammaia*.

Considerando as particularidades do contexto estratigráfico e a representatividade do conjunto, o alcance das deduções tecnológicas apresenta fragilidades semelhantes aos dados morfológicos.

O fabrico mais expressivo é o G, com 31 % dos recursos técnicos identificados. Seguem-se a longa distância o fabrico B, com 17 %, e os fabricos A, E e H2, todos com 10 %. Desta análise sobressai a natural superioridade de fabricos de origem local quando comparada com a parca representatividade do único fabrico de origem não local (fabrico E = 10 %).

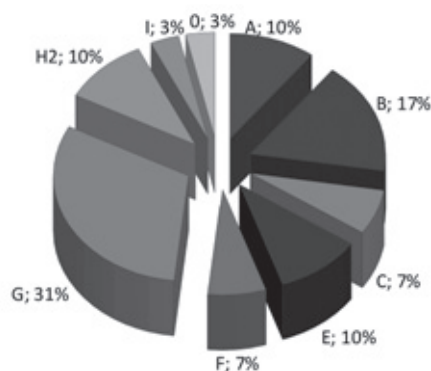


Figura 8 – Distribuição da representatividade dos fabricos.

Recapitulando as ilações do autor da escavação e tomando como válida a simultaneidade da muralha e da vala defendida por Sérgio Pereira, terá sido a posterior abertura de uma estrada paralela à muralha a mudança estrutural que originou a anulação do fosso-cloaca e a consequente demolição de estrutura habitacional ou ofical contígua. Perante esta sequência construtiva acrescentam-se os dados cerâmicos. Partindo da convicção do autor de que o material da estrutura demolida terá funcionado como sedimento de aterro para a vala, ambos os momentos (demolição e aterro) serão contemporâneos (segundo quartel do século II).

O significado cronológico dos dois conjuntos de cerâmica comum (estacionamento 1: quadrados A 2 e A 3; estacionamento 2: quadrados Z 19, Z 21, Z 22), separados espacialmente cerca de 15 metros, é idêntico. Todavia, são distintas as ilações morfológico-funcionais. O primeiro grupo corresponde maioritariamente a potes, potes/panelas e panelas, registando preferência pela loiça de cozinha. O segundo, composto essencialmente por potinhos/púcaros, destaca a loiça de mesa. Na origem deste registo parece estar o critério de proximidade sedimentar que impera em qualquer aterro. A validade desta ilação será certificada pela funcionalidade das estruturas e compartimentos adjacentes, devendo os resultados da amostra cerâmica estar em sintonia com os valores de produção e critérios de utilidade.

N.º catálogo	N.º Inv.	Categoria morfológica	Fabrico
15	1169	Prato Covo	H2 (local)
16	1148	Prato Covo	I (local)
17	1161	Almofariz	C (local)
18	1179	Alguidar	E (não local)
19	1152	Alguidar	C (local)
20	1171	Panela	G (local)
21	1185; 1186; 1187	Pote/Panela	G (local)
22	1176; 1174	Pote/Panela	G (local)
23	1178	Pote/Panela	H2 (local)
24	1151	Pote/Panela	F (local)
25	1162	Pote/Panela	H2 (local)
26	1180	Pote	A (local)
27	1177; 1166; 1168, 1173	Pote	A (local)
28	1170	Pote	A (local)
29	1172	Pote	G (local)
30	1154	Pote	G (local)
31	1164	Pote	E (não local)
32	1160; 1165; 1167	Pote	F (local)
33	1182; 1183	Pote	G (local)
34	1184	Pote	G (local)
35	1190	Potinho/púcaro	B (local)
36	1194	Potinho/púcaro	B (local)
37	1193	Potinho/púcaro	B (local)
38	1192	Potinho/púcaro	B (local)
39	1188; 1189	Jarro	G (local)
40	1195	Jarro	G (local)
41	1191	Jarro	B (local)
42	1159	Bilha	E (não local)
43	1181	Fundo	O (local)

Figura 9 – Tabela síntese das características morfológicas e tecnológicas.

Catálogo

15 – AM nº 1169- 2003 (Cerâmica comum – fabrico: H2 – cor: 2.5Y 6/1- prato covo)

16 – AM nº 1148- 2003 (Cerâmica comum – fabrico: I – cor: 10YR 6/3- prato covo)

17 – AM nº 1161- 2003 (Cerâmica comum – fabrico: C – cor: 10YR 7/4- alguidar)

18 – AM nº 1179- 2003 (Cerâmica comum – fabrico: E – cor: 5YR 6/4- alguidar)

19 – AM nº 1152- 2003 (Cerâmica comum – fabrico: C – cor: 10YR 7/4- alguidar)

20 – AM nº 1171- 2003 (Cerâmica comum – fabri-

co: G – cor: 10YR 7/3- panela)

21 a – AM nº 1185- 2003 (Cerâmica comum – fabrico: G – cor: 10YR 7/4- pote/panela)

21 b – AM nº 1186- 2003 (Cerâmica comum – fabrico: G – cor: 10YR 7/4- pote/panela)

21 c – AM nº 1187- 2003 (Cerâmica comum – fabrico: G – cor: 10YR 7/4- pote/panela-)

22 a – AM nº 1176- 2003 (Cerâmica comum – fabrico: G – cor: 5YR 6/4- pote/panela)

22 b – AM nº 1174- 2003 (Cerâmica comum – fabrico: G – cor: 5YR 6/4- pote/panela)

23 – AM nº 1178- 2003 (Cerâmica comum –

fabrico: H2 – cor: 10YR 6/3- pote/panela)
 24 – AM nº 1151- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: F – cor: 7.5YR 8/4- engobe? – pote/panela)
 25 – AM nº 1162 – 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: H2 – cor: 10YR 5/4- pote/panela)
 26 – AM nº 1180 v 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: A – cor: 5YR 7/4 - pote/panela)
 27 a – AM nº 1166 – 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: A – cor: 5YR 6/4- pote)
 27 b – AM nº 1168 – 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: A – cor: 5YR 6/4- pote)
 27 c – AM nº 1173- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: A – cor: 5YR 6/4- pote-
 27 d – AM nº 1177- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: A – cor: 5YR 6/4- pote)
 28 – AM nº 1170- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: A – cor: 5YR 8/2- pote)
 29 – AM nº 1172- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: G – cor: 10YR 7/4- pote)
 30 – AM nº 1154- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: G – cor: 10YR 8/4- pote)
 31 – AM nº 1164- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: E – cor: 5YR 5/6- pote)
 32 a – AM nº 1160- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: F – cor: 10YR 7/3- pote)
 32 b – AM nº 1165- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: F – cor: 10YR 7/3- pote)
 32 c – AM nº 1167- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: F – cor: 10YR 7/3- pote)
 33 a – AM nº 1182- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: G – cor: 10YR 8/3- pote)
 33 b – AM nº 1183- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: G – cor: 10YR 8/3- pote)
 34 – AM nº 1184- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: G – cor: 10YR 7/3- 20- 18- 2,5- pote)
 35 – AM nº 1190- 2004 (Cerâmica comum –
 fabrico: 84-B – cor: 7.5YR 6/4- potinho/púcaro)
 36 – AM nº 1194- 2004 (Cerâmica comum –
 fabrico: B – cor: 7.5YR 7/3- potinho/púcaro)
 37 – AM nº 1193- 2004 (Cerâmica comum –
 fabrico: B – cor: 7.5YR 7/4- potinho/púcaro)
 38 – AM nº 1192- 2004 (Cerâmica comum –
 fabrico: B – cor: 7.5YR 6/4- potinho/púcaro)
 39 a – AM nº 1188- 2004 (Cerâmica comum –

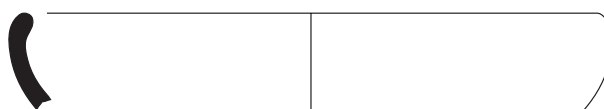
fabrico: G – cor: 10YR 8/3- jarro)
 39 b – AM nº 1189- 2004 (Cerâmica comum –
 fabrico: G – cor: 10YR 8/3- jarro)
 40 – AM nº 1195- 2004 (Cerâmica comum –
 fabrico: G – cor: 10YR 7/4- jarro)
 41 – AM nº 1191- 2004 (Cerâmica comum –
 fabrico: B – cor: 10YR 7/4- jarro)
 42 – AM nº 1159- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: E – cor: 5YR 6/6- bilha)
 43 – AM nº 1181- 2003 (Cerâmica comum –
 fabrico: O – cor: 5YR 5/4- fundo de base plana)

- I. 1. Prato covo de bordo direito, lábio bifurcado espessado, parede tendencialmente recta ou levemente arqueada, corpo de perfil troncocónico invertido, evasado



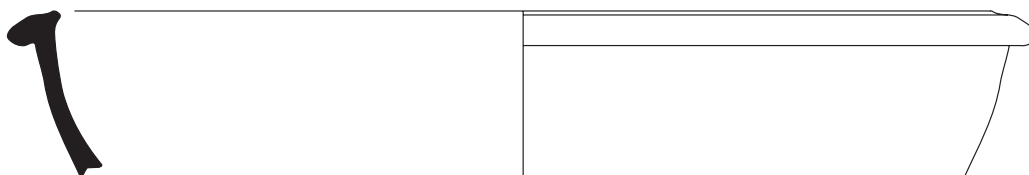
cc 15
(Ammaia 1169)

- I. 2. Prato covo de bordo introvertido, lábio boleado reentrante, parede arqueada, corpo de perfil troncocónico invertido, evasado



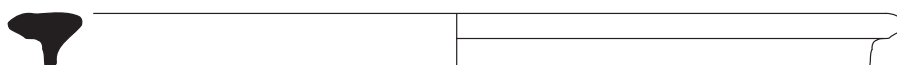
cc 16
(Ammaia 1148)

- II. 1. Almofariz de bordo extrovertido formando aba horizontal por vezes pendente, lábio amendoado com ressalto em toro na orla superior, parede levemente arqueada, oblíqua, corpo de perfil troncocónico invertido, evasado



cc 17
(Ammaia 1161)

- III. 1. Alguizar de bordo extrovertido formando aba horizontal pronunciada, reentrante, lábio boleado com decoração incisa ondulada muito frequente, por vezes com sulcos, parede tendencialmente recta, com orientação praticamente vertical, corpo de perfil troncocónico invertido, evasado

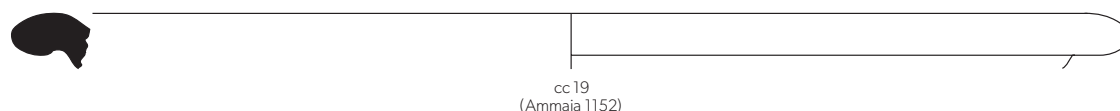


cc18
(Ammaia 1179)

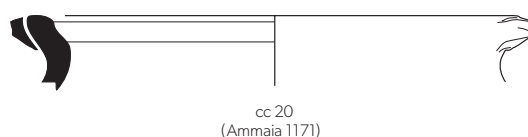


Figura 10 – Cerâmica comum.

III. 2. Alguidar de bordo extrovertido formando aba horizontal ligeiramente soerguida, lábio boleado por vezes biselado no remate, com colo na contracurva marcado por um rebaixo, parede arqueada, corpo de perfil troncocónico invertido, evasado

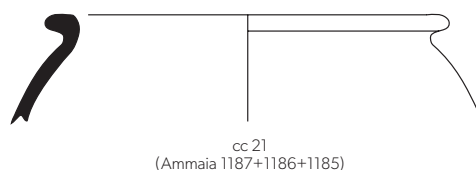


IV. 1. Panela de bordo extrovertido formando aba soerguida oblíqua por vezes contracurvada, lábio biselado, bifurcado ou boleado, pontualmente com caneluras a separar o bordo do colo ou dupla asa vertical a arrancar ao nível do bordo, colo com perfil em S formando garganta interna, indicia corpo de perfil envasado



Estacionamento 1

V. 1. Pote/Panela de bordo extrovertido formando aba horizontal, lábio boleado, direito ou afilado geralmente espessado, colo curto assinalado por forte inflexão, corpo de perfil ovoide com aperto na zona superior, envasado, fundo de base plana e assentamento discoidal



V. 2. Pote/Panela de bordo extrovertido pronunciado formando aba côncava, lábio boleado, triangular ou direito, espessado, colo curto com inflexão acentuada, pontualmente com caneluras ao nível do colo e ombro, indicia corpo de perfil largo envasado

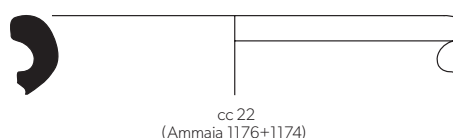
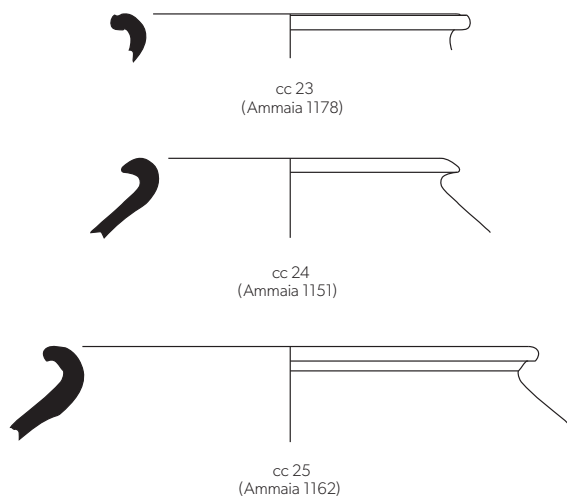
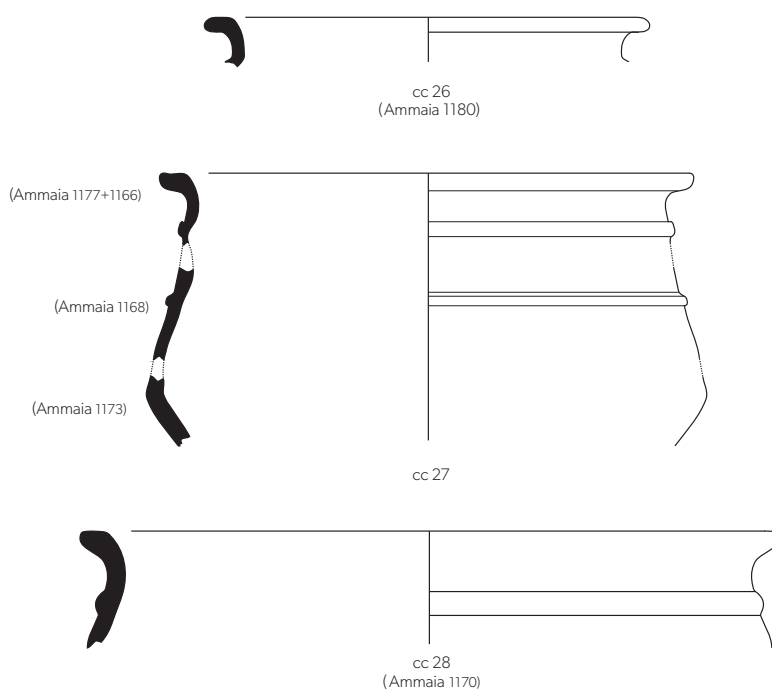


Figura 11 – Cerâmica comum.

V. 3. Pote/Panela de bordo extrovertido pronunciado, lábio boleado, triangular, direito ou semi-circular, frequentemente com leves depressões, colo curto com inflexão acentuada, indicia corpo de perfil largo envasado



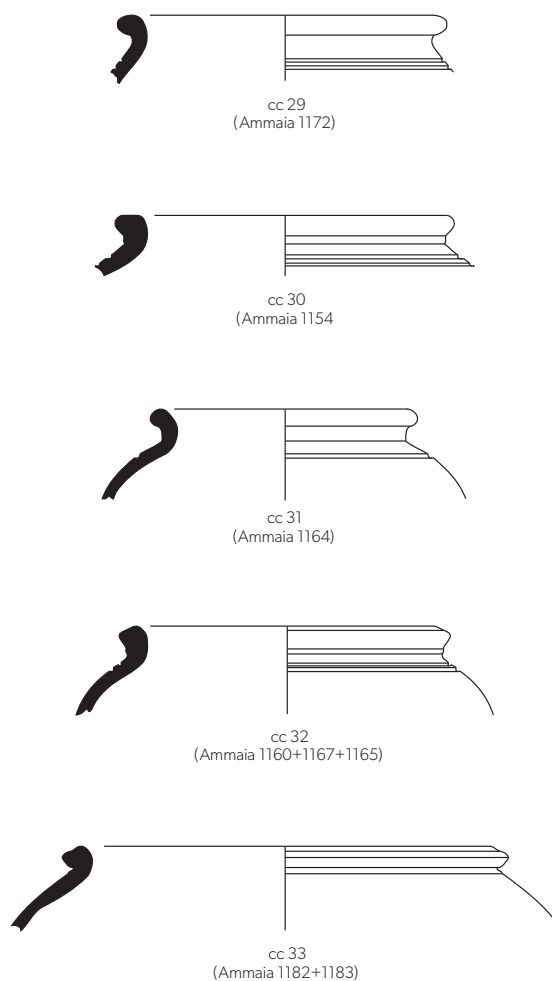
VI. 1. Pote de bordo extrovertido, formando aba horizontal lábio boleado, amendoado ou biselado, colo na contracurva do bordo marcado por um rebaixo definido por um cordão liso, frequentemente seguido por bandas verticais ou oblíquas, brunidas ou incisas paralelas entre si, corpo de perfil ovoide com aperto na zona superior, por vezes carenado, envasado, fundo de base plana e assentamento discoidal



0 10 cm

Figura 12 – Cerâmica comum.

VI. 2. Pote de bordo extrovertido, formando pequena aba por vezes soerguida, lábioboleado, biselado, semicircular ou triangular espessado, colo com inflexão leve, ombro por vezes assinalado com canelura ou dupla canelura, parede arqueada, indicia corpo de perfil envasado, ovoide com aperto na zona superior (?)



VI. 3. Pote de bordo introvertido, lábio boleado, com uma aparadeira ligeiramente soerguida a toda a volta, colo marcado por canelura, parede levemente arqueada, indicia corpo de perfil envasado

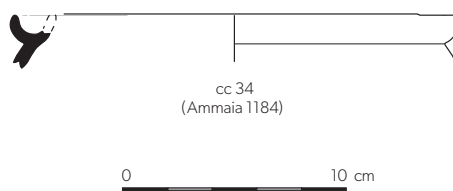
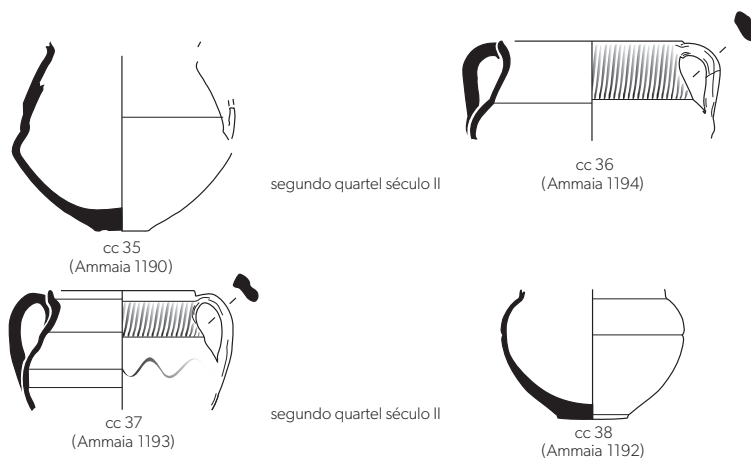


Figura 13 – Cerâmica comum.

VII. 1. Potinho de bordo extrovertido com aba oblíqua soerguida por vezes com ressalto, lábio afilado ou boleado, corpo com perfil ovoide com aperto na zona superior, formando estreitamento na garganta, moldura com curvatura saliente a separar o bojo do colo, geralmente com decoração ondulada polida ou esgrafitada de linhas onduladas no bojo e linhas oblíquas ou verticais paralelas entre si localizadas entre o ombro e o colo, dupla asa vertical com arranque entre o bordo e o colo e prolongamento até ao bojo, fundo de base plana e assentamento discoidal ou em aresta, por vezes com leve canelura concêntrica



VIII. 1. Jarro de bordo extrovertido formando aba soerguida levemente espessado, bocal trilobado, formando estreitamento apertado na garganta, por vezes com caneluras entre o colo e o ombro, corpo de perfil ovoide com aperto na zona superior, fundo de base plana de assentamento discoidal

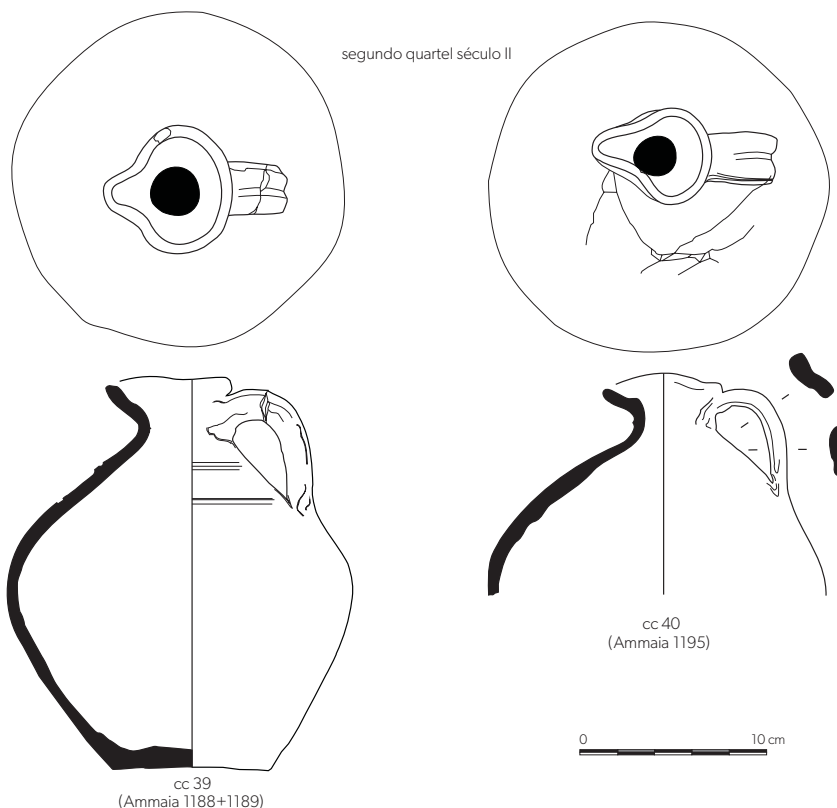
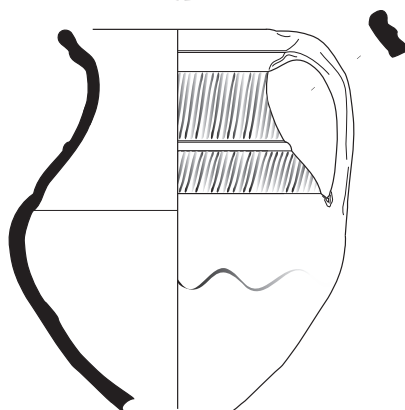
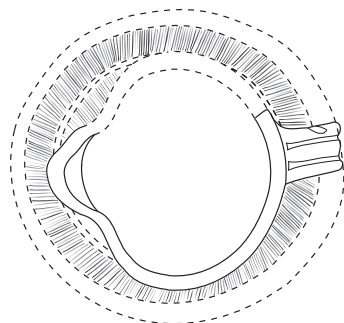


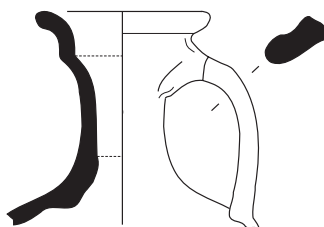
Figura 14 – Cerâmica comum.

IX. 1. Jarro de bordo extrovertido formando aba soerguida levemente espessado, bocal trilobado, formando leve estreitamento na garganta, cordão ao nível do ombro, geralmente com decoração entre o colo e o bojo de linhas oblíquas ou verticais paralelas entre si, asa vertical com arranque ao nível do bordo e prolongamento até ao bojo, corpo de perfil ovoide com aperto na zona superior



cc 41
(Ammaia 1191)

X. 1. Bilha de bordo extrovertido, com inflexão e ressalto formando dobra, lábio boleado ou amendoado, colo cilíndrico alongado formando L, asa vertical arrancando ao nível do colo com desenvolvimento até ao ombro, dupla ou tripla moldura muito leve, horizontal e paralela entre o colo e o ombro, por vezes regista moldura com curvatura no bojo, corpo de perfil ovoide, com aperto na zona superior, fundo de base plana ou côncava, de assentamento discoidal, levemente em aresta ou anelar com pé pouco desenvolvido



cc 42
(Ammaia 1159)



XI.1. Fundos (pratos/potes/potinhos ?) de base plana de assentamento discoidal



cc 43
(Ammaia 1181)

Figura 15 – Cerâmica comum.

5. REFLEXÃO FINAL

O presente caso de estudo é um extraordinário exemplo da importância que assume a análise dos materiais cerâmicos para a prática arqueológica. O hiato que permeia a escavação arqueológica e o estudo dos artefactos demonstra simultaneamente as dificuldades que envolve o trabalho arqueológico e a necessidade imperiosa do estudo dos espólios exumados.

Ao nível das cerâmicas finas, este contexto foi possível de datar com precisão graças a uma marca do oleiro *Valerius Paternus* entre 125 e 150 d.C. e a cronologia do século II era já apontada pela presença da *Hispanica 77*, igualmente de La Rioja. Mas todo o conjunto evidencia uma estatística tipológica bastante coerente com esta proposta de datação. A *terra sigillata* itálica e a sudgálica são já residuais e o domínio da produção hispânica é praticamente total e feito basicamente através dos oleiros de La Rioja, sendo Andújar perfeitamente secundário. Ao nível das lucernas, este contexto também revela a hegemonia de *Augusta Emerita*, centro produtor que domina intensamente o mercado alto-imperial ammaiese, tanto nesta tipologia como nas paredes finas (Quaresma, no prelo b). A ausência desta última tipologia leva-nos por isso a propor que já não seja produzida na capital provincial, nesta fase.

Como dissemos *supra*, a “normal” ausência de *terra sigillata* africana A (e de cerâmica africana de cozinha) nos contextos do interior peninsular, nesta fase (Quaresma, 2012), torna muito difícil a datação dos mesmos, quando os restantes espólios não são evidentes. O contexto ora apresentado revela também por isso uma importância extrema, pois permite-nos esboçar um quadro estatístico de referência para horizontes estratigráficos desta cronologia no interior lusitano, ou pelo menos nesta região em particular.

Na cerâmica comum, salienta-se a importância das ilações morfológico-funcionais, evidenciada essencialmente pela primazia da loiça de cozinha (potes, potes/panelas e panelas), nos quadrados A2 e A3, e pela predominância da loiça de mesa (potinhos/púcaros), nos quadrados Z 19, Z 21 e Z 22. Merece igualmente destaque, no contexto estrati-

gráfico, o fragmento de pote meleiro (nº 34), a consistente presença dos jarros de bocal trilobado (nº 39 e nº 40), bem como a prevalência da decoração polida, típica dos potinhos/púcaros (nºs 35, 36, 37) também no jarro, nº 41.

No que diz respeito às questões tecnológicas, confirma-se a expectável maioria dos fabricos locais. Todavia, foi possível detetar um fabrico não local (fabrico E).

Constata-se que, graças a boas práticas metodológicas, parte do espólio proveniente do aterro da vala foi estudado. Este feliz exemplo, que possibilita, passado uma década, a harmonização de informação urbanística e defensiva com dados cerâmicos provenientes das escavações, alerta para a necessidade do estudo dos espólios e do cumprimento rigoroso de metodologias, sob pena de se omitir e truncar informação válida, mesmo que devidamente armazenada.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. M.; ALARCÃO, J. (1966) – *O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel)*. *Conímbriga*, 5, p. 7-104.
- ALARCÃO, J. (1974) – *A necrópole do Monte do Farrobo (Aljustrel)*. *Conímbriga*, 13, p. 5-32.
- ALARCÃO, J. (1974) – *Cerâmica Comum local e Regional de Conímbriga*. (*Suplementos de Biblos*; 8). Coimbra.
- BAILEY, D. (1988) – *A catalogue of the lamps in the British Museum*. III (*Roman provincial lamps*). London.
- BUSSIÈRE, J. (2000) – *Lampes antiques d'Algérie*. (*Monographies Instrumentum*; 16). Éditions Monique Mergoil.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2010) – *Terra Sigillata hispânica tardia en Augusta Emérita (Mérida, Badajoz)*. *Valoración tipocronológica a partir de los vertederos del subúrbio norte*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidad de Cádiz. Edição policopiada.
- CASAS I GENOVER, J.; SOLE I FUSTÉ, V. (2006) – *Llànties romanes d'Empúries. Materials augustals i alto-imperials*. Girona: Museu d' Arqueologia de Catalunya (*Monografies Emporitanes*; 13).
- CORSI, C.; et Al. (2013) – *Ammaia. A Roman town in Lusitania*. Évora: CIDEHUS/Universidade de Évora.
- DELGADO, M. (1968) – *Terra sigillata clara de museus do Alentejo e Algarve*. *Conímbriga*. 7, p. 41-66.

- DIAS, V. S. (2013) – Notícia sobre a cerâmica comum da cidade de *Ammaia*: almofarizes de importação bética. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES C., eds. – *Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 821-825.
- DIAS, V. S. (no prelo) – A cerâmica de “engobe vermelho pompeiano: imitações. O caso de São Salvador de Aramenha. A cidade de *Ammaia*: Porta Sul. In *Actas do II Congresso Internacional de La SECAH – Ex Officina Hispania*. Braga: Ex Officina Hispania, 2013.
- ETTLINGER, E.; et Al. (1990-2002) – *Conspectus formarum terrae sigillatae italico modo confectae*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GMBH (Materialien zur römisch-germanischen Keramik; Heft 10).
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1987) – Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar da Lomba do Canho, Arganil. *Separata Da Pré-História à História, homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*, Lisboa, Editorial Delta, p. 287-308.
- GENIN, M.; et Al. (2007) – *La Graufesenque (Millau, Aveyron)*. Vol. II (*Sigillées lisses et autres productions*). Aquitania: Éditions de la Fédération Aquitania.
- GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri.
- GUERRA, A. (1996) – *Ammaia, Medobriga* e as ruínas de S. Salvador de Aramenha. Dos antiquários à historiografia actual. *A Cidade*. 11, p.7-33.
- MANTAS, V. (2000) – A sociedade luso-romana do município de *Ammaia*. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., coords. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana. IV mesa internacional*. Mérida (*Série Estudos Portugueses*; 13), p.391-420.
- MANTAS, V. (2010) – *Ammaia e civitas igaeditanorum*. Dois espaços forenses lusitanos. In NOGALES BASARRATE, T., ed. – *Ciudad y foro en Lusitania romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (*Studia lusitana*; 4), p.167-188.
- MAYET, F. (1984) – *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Bocard. 2 vols.
- MORAIS, R. (2006) – Potes meleiros e colmeias em cerâmica: uma tradição milenar. In GARCÍA BORJA, P.; DOMINGO SANZ, I.; ROLDÁN GARCIA, C., eds. – *SAGVNTVM, Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. 38. Universitat de València, Facultad de Geografía I Historia. Valencia: Universitat de Valencia Departament de Prehistòria i d'Arqueologia, p. 149-161.
- MUNSELL (1994) – *Soil Color Charts*, edição revista. Nova Iorque: Macbeth Division of Kollmorgan Instruments Corporation.
- NEVES, J. C. (1972) – Uma colecção particular de materiais romanos de Aramenha. *Conímbriga*. 11. Coimbra, p. 5-34.
- NOLEN, J. U. S. & DIAS L. F. (1981) – A Necrópole de Santo André, Parte II. Os Materiais. *Conímbriga*. 20. Coimbra, p. 33-180.
- NOLEN, J. U. S. (1985) – *Cerâmica comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança. Lisboa.
- NOLEN, J. U. S. (1988) – A *Villa* romana do Alto da Cidreira (Cascais). Os Materiais. *Conímbriga*. 17. Coimbra, p. 61-140.
- NOLEN, J. U. S. (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, Incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- PASSELAC, M.; VERNHET, A. (1993) – Céramique sigillée sud-gauloise. *Latara*. 6, p. 569-580.
- PINTO, I. V. & SCHMITT A. (2010) – Cerâmica comum. In ALARCÃO, J.; CARVALHO, C.; GONÇALVES, A., coords. – *Castelo da Lousa: Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002* (p. 219-444) (*Studia Lusitana*; 5). Mérida: Museu Nacional de Arte Romano.
- PINTO, I. V. (1999) – *A Cerâmica Comum de São Cucufate*. Partes I-IV. Dissertação de doutoramento, Universidade Lusitana, Lisboa, Portugal.
- PINTO, I. V. (2006) – A Cerâmica comum bética das villae romanas de São Cucufate: uma revisão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 9. 1. Lisboa, p. 167-184.
- POLAK, M. (2000) – *South gaulish terra sigillata from Vechten*. Nijmegen (*Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta; supplementum* 9).
- QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa: UNIARQ (*Estudos e Memórias*, 4).
- QUARESMA, J. C. (no prelo a) – Les contextes stratigraphiques des *thermae* de *Ammaia* (Portugal): Ile-Ve siècles. *II Congreso internacional de la SECAH*. Braga, 3-6 de abril de 2013.
- QUARESMA, J. C. (no prelo b) – Contextos alto-imperiais de *Ammaia*, na *Lusitania*. In FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., ed. – *La configuración de las facies cerámicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica (siglos I-II d.C.)*. Evolución tempo-espacial e implicaciones económico-culturales.
- QUARESMA, J. C. (no prelo c) – Contextos alto-imperiais de Chãos Salgados, Santiago do Cacém (*Mirobriga?*), na *Lusitania*. In FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., ed. – *La configuración de las facies cerámicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica (siglos I-II d.C.)*. Evolución tempo-espacial e implicaciones económico-culturales.

- QUARESMA, J. C. (no prelo d) – Cerâmicas finas e territorialidade no Baixo-Império e Antiguidade Tardia: o caso da *Ammaia* (São Salvador de Aramenha, Marvão). *I Congreso Internacional de la SECAH – EX OFFICINA HISPANA. Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania*. Cadis, 3 e 4 de Março de 2011.
- QUARESMA, J. C. (no prelo e) – *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão, Portugal): fine ware imports. In: CORSI, C.; VERMEULEN, F., eds – *Ammaia*. 2.
- QUARESMA, J. C.; DIAS, V. (no prelo) – Tendências de consumo na *Ammaia*, entre os séculos III e V d.C.. *1º Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição. "Entre o Mundo Romano e a Idade Média"*. 3 a 5 de Maio. Universidade de Évora.
- RAUX, S. (1998) – Méthodes de quantification du mobilier céramique. État de la question et pistes de réflexion. In ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (1998) – *La quantification des céramiques. Conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glenne, 7-9 Avril 1998)* (Collection Bibracte; 2), p.11-16.
- ROCAROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., coords. (1999) – *Terra sigillata hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Universidad de Jaén / Universidad de Málaga.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (Monografías Emeritenses; 7).
- SAÉNZ PRECIADO, M. (1998) – El complejo alfarero de *Tritium Magallum* (La Rioja): alfares altoimperiales. In FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., ed. (1998) – *Terra sigillata hispánica. Estado actual de la investigación*. Universidad de Jaén (Colección Martínez de Mazas. Serie Estudios), p.123-164.
- SAÉNZ PRECIADO, M.; SAÉNZ PRECIADO, C. (1999) – La *terra sigillata* hispánica altoimperial. In ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., coords. (1999) – *Terra sigillata hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Universidad de Jaén / Universidad de Málaga, p.61-136.
- SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M. Á. (1992) – Cerámica común romana de Mérida: estudio preliminar. *Serie de Arqueología Extremeña*. 3. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M. Á. (1995) – Producciones importadas en la vajilla culinaria romana del Bajo Guadalquivir. In AQUILUÉ, X.; ROCA, M., eds. – *Cerámica comuna romana d'època Alto-imperial a la Península Ibérica. Estat de la qüestió*. (Monografies Empuritanes; VIII). Empúries: Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 251-279.
- SANTOS, C. R. (2011) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- VERMEULEN, F.; CORSI, C.; DE DAPPER, M. (2012) – Surveying the Townscape of Roman *Ammaia* in Portugal: An Integrated Geoarchaeological Investigation of the Forum Area. *Geoarchaeology: An International Journal*. 27, p.123–139.
- VERMEULEN, F.; et Al. (2005) – Geoarchaeological observations on the Roman town of *Ammaia*. *Internet Archaeology*. 19. (http://intarch.ac.uk/journal/issue19/corsi_index.html).
- VERMEULEN, F.; TAEMLAN, D. (2010) – From cityscape to landscape in Roman *Lusitania*: the *municipium* of *Ammaia*. In CORSI, C.; VERMEULEN, F. (eds.) – *Changing Landscapes. The impact of Roman towns in the Western Mediterranean (Proceedings of the International Colloquium, Castelo de Vide – Marvão 15th-17th May 2008)*. Bologna, pp.31.

A FIGLINA DO MORRAÇAL DA AJUDA, PENICHE – ÚLTIMA FASE DE PRODUÇÃO

Guilherme Cardoso¹, Severino Rodrigues², Eurico Sepúlveda², Inês Ribeiro²

¹ Assembleia Distrital de Lisboa

² Associação Cultural de Cascais

Resumo

Identificada ocasionalmente, em 1998, a olaria romana do Morraçal da Ajuda revelou-se como uma das mais antigas da Lusitânia.

Fundada no tempo do imperador Augusto por um *negociator* romano, Lúcio Arvénio Rústico, produzia maioritariamente ânforas para o envasamento de conservas do pescado das águas do mar de Peniche.

Em 2011, uma escavação preventiva na área nascente do sítio revelou uma bolsa de rejeitados, da última fase daquela *figlina*, com produções anfóricas e de cerâmica comum, acumuladas sobre um edifício de taipa. O estudo deste conjunto permite-nos apresentar a sua tipologia e atribuir cronologia para a última fase de laboração da *figlina*.

Palavras-chave: Fornos romanos, Estruturas, Nova tipologia, Peniche, Portugal.

Abstract

In 1998, during the earthmoving works, at Morraçal da Ajuda, archaeological structures of one of the most ancient amphorae kilns, of Roman times in Lusitania, were found.

Established by Lucius Arvenius Rusticus, a Roman *negociator*, the *figlina* had as its main production amphorae aiming the transport of fish preserves and maybe salted fish.

In 2011, an archaeological survey took place in the western side of the *figlina*.

A dumping pit of rejected amphorae and common ware, belonging to the last phase of production was found over a building of mud walls.

This paper aims to present a new amphorae typology and the chronology of the last phase of the *figlina*.

Keywords: Roman kilns, Structures, New amphorae typology, Peniche, Portugal.

1. INTRODUÇÃO

Quando, em 1998, tomámos contacto com o sítio arqueológico do Morraçal da Ajuda encontrámos um antigo terreno agrícola rebaixado e planificado por máquinas de modo a preparar o piso para a construção de três courts de ténis (Cardoso; Gonçalves; Rodrigues, 1998, p. 178-179).

Numa rápida observação apercebemo-nos que tinham sido retiradas grandes camadas do solo que cobrira originalmente o local ficando unicamente o substrato geológico a descoberto, excepto no caso de algumas bolsas com materiais arqueológicos e a câmara de um grande forno de cerâmica romano, cortado pela máquina.

Ficámos, no entanto, com a dúvida do grau de destruição que teria sofrido o sítio arqueológico não só nos trabalhos de terraplanagem mas também de séculos de lavoura e erosão natural.

Após várias campanhas de escavações arqueológicas de curta duração, levantamentos topográficos com estação total¹ e comparação com antigos levantamentos topográficos do sítio pelo serviço de topografia da Câmara Municipal de Peniche (CMP), foi possível obter uma noção exacta das destruições.

Numa das plantas da CMP, para além de estarem localizadas valas para alicerces², de um edifício que esteve previsto para o local, abertas por volta de 1970 (que foi fundamental para compreender a existência de uma vala que identificámos durante a escavação de S5), estavam também desenhadas as curvas de nível do terreno.



Figura 1 – Planta do sítio arqueológico com a marcação das valas abertas nos anos 70 do século XX (rectângulo a negro), das estruturas arqueológicas já conhecidas e identificação dos cortes topográficos realizados.

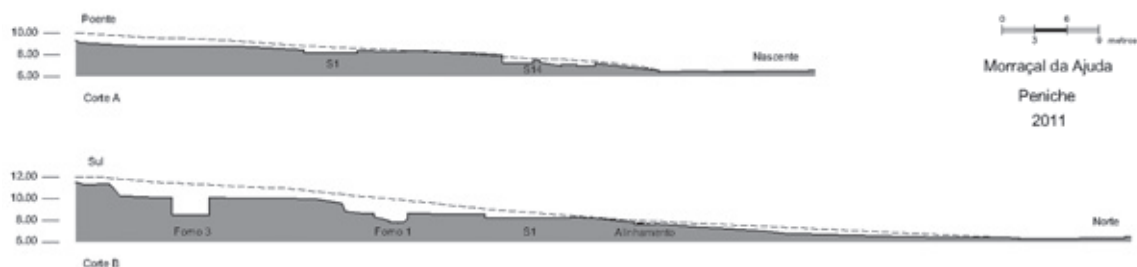


Figura 2 – Cortes topográficos realizados de Poente para Nascente e de Sul para Norte. A linha a tracejado indica o topo do terreno original, a cinzento representa-se o corte do terreno actual após as sondagens arqueológicas.

Segundo os cálculos realizados, tendo como base o relevo indicado na planta já referida do município de Peniche, à escala 1:2000, e os levantamentos to-

pográficos mais recentes, foi removido um volume de terra de cerca de 2163 m³ durante a obra de terraplanagem de 1998.

¹ Realizados por José António de Oliveira, a quem agradecemos a colaboração graciosa de anos de trabalho que tem desenvolvido desde 1998.

² Mais tarde o arqueólogo Adriano Constantino, natural de Peniche, informou-nos de que ainda eram visíveis há cerca de 30 anos.

Esta diferença foi obtida através da modelação digital do terreno antes e depois dos referidos trabalhos, tratando-se pois de um volume de terra muito significativo que explica a ausência da maior parte das camadas de terra dos níveis superiores que ali teriam existido até 1998.

Justifica-se assim, a sua presença unicamente na área poente das envolventes das terraplanagens, bem como a Norte e Oriente, nos pontos mais baixos do sítio arqueológico. Nesses locais verificou-se que o sítio esteve sujeito a trabalhos de lavou- ra, bem como ao efeito erosivo da escorrência das águas pluviais durante séculos e, por último, ao nivelamento do piso pela terraplanagem.

Quanto aos estratos mais antigos, identificados desde os inícios da escavação, revelaram-se signifi- cativos, não deixando dúvidas quanto ao início da laboração da *figlina* durante o principado de Au- gusto. No entanto, ao analisar os cortes topográficos “A” e “B” (figs. 1 e 2) verificamos facilmente que as camadas de terra que saíram entre o forno 3 e a son- dagem S1 chegavam a atingir uma espessura de mais de um metro de altura, o que nos permite afirmar

da viabilidade da existência de um ou mais fornos, de pequenas dimensões, como será de especular³. Nesses fornos poderiam ter sido cozidos os peque- nos recipientes de paredes finas e de cerâmica co- mum de que recolhemos fragmentos e que teriam laborado entre os principados de Augusto e Tibério.

2. ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DE 2011

No seguimento de um projecto de musealização dos fornos 1 e 3, a pedido da Câmara Municipal de Peniche, efectuámos sondagens de diagnóstico numa área na zona nascente do sítio do Morraçal, para avaliar o impacto arqueológico da construção de um caminho de acesso aos referidos fornos.

Foi assim aberta uma sondagem com 16m de comprimento por 2m de largura, que se iniciou jun- to ao passeio da Rua Calouste Gulbenkian até uma área perto do forno 1, que tinha sido rebaixada, em 1998, e se sabia estar no substrato geológico, onde não havia qualquer vestígio arqueológico. Para um registo mais simples, a sondagem foi dividida em três secções.

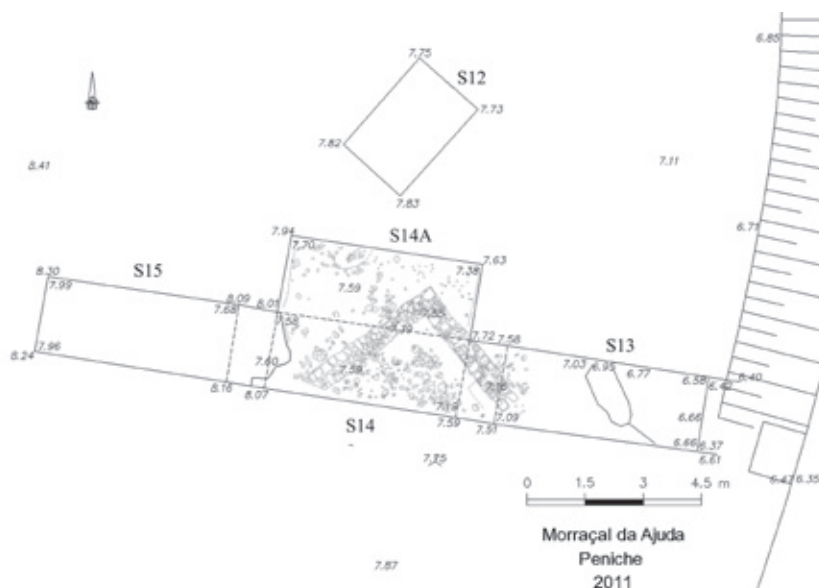


Figura 3 – Planta de localização das sondagens efectuadas no ano de 2011.

³ Durante a apresentação da comunicação no congresso de homenagem a Françoise Mayet, realizado em Setúbal, em 2004, o Professor Jorge Alarcão perguntou-nos se tínhamos identificado

algum forno pequeno, como seria de esperar, para cozer as pe- ças de pequenas dimensões.

2.1. S13

Localizada no plano mais inclinado das sondagens, a Poente do lancil do passeio, era composta por três camadas em que a primeira e segunda, estavam muito revolidas, apresentavam materiais de plástico, vidro e entulhos de obras que teriam para ali sido levados durante a construção dos blocos de apartamentos construídos no lado oposto da rua, bem como alguns materiais romanos (fig. 13). A terceira camada continha raros materiais romanos, muito fragmentados e todos ligeiramente rolados devido à pendente do terreno.

2.2. S14

Abriu-se inicialmente um rectângulo de 2m x 5m. A primeira camada da sondagem tinha sofrido um grande revolvimento pelos trabalhos das máquinas de terraplanagem, sendo frequente o aparecimento de pedaços de ferros de obra, fragmentos de tijolos, azulejos, argamassa recente, plásticos e cerâmica romana entre as quais um separador de cozedura idêntico aos encontrados em Mérida (Bustamante Álvarez, 2012, p. 428 e 429, fig. 19, 2 e 3). A segunda camada embora com algumas intrusões de materiais recentes encontrava-se menos revolvida.

Abaixo da segunda camada, do lado Poente, principiou a aparecer uma camada de argila cinzenta e restos das paredes de um forno, enquanto do lado nascente aflorava uma terceira camada de entulhos de rejeitados.



Figura 4 – S14. Na parte superior pode observar-se os vestígios do muro de taipa, de argila cinzenta, seguido do depósito de rejeitados na parte inferior.

Aprofundando a camada de argila cinzenta verificou-se que existia sob ela um muro de alvenaria no sentido Norte-Sul, que se prolongava para além dos extremos, e outro, Oeste-Este, no sentido da S13. Para confirmarmos que estávamos em presença de um edifício, ampliámos a largura da sondagem mais dois metros para Norte (S14A).

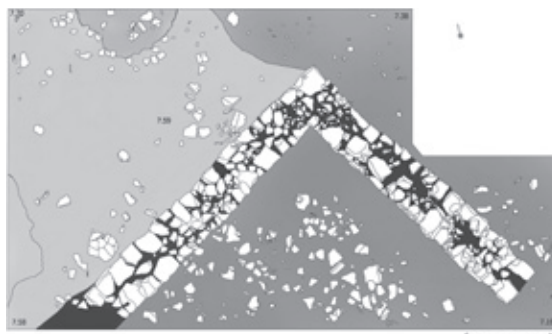


Figura 5 – S14. Planta do alicerce de alvenaria seca que suportava as paredes de taipa em S14 e S14A.

2.3. S14A

A mesma edificação revelou ser um edifício de taipa que assentava sobre uma base de alvenaria seca irregular. Desconhecemos as suas funções e o seu tamanho, pois foi apenas parcialmente escavado.

Não se trata da única construção em terra encontrada na *figlina* do Morraçal. Em 1998, tinha-se observado que as paredes externas do forno 1 eram de adobe, mas que, devido ao calor das sucessivas fornadas a que foram sujeitas, cozeram, visto que se encontravam em contacto com a zona de aquecimento (Cardoso; Rodrigues, 2002, p. 6).



Figura 6 – S13 e S14. Vista das sondagens, tirada de Nascente para Poente.



Figura 7 – S14, vista de poente para nascente. Alicerce onde assentava o muro de taipa.

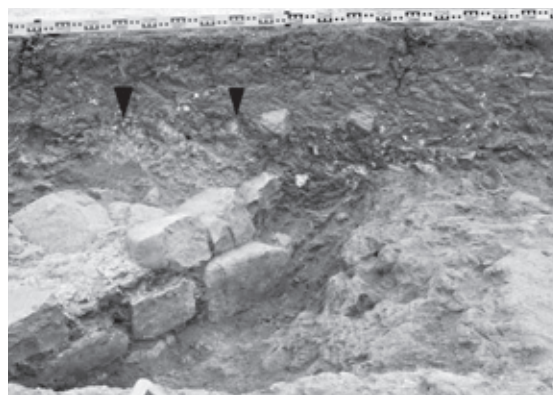


Figura 8 – S14, fotografia do corte sul. Entre as setas, restos de parede de taipa sobre alvenaria seca.

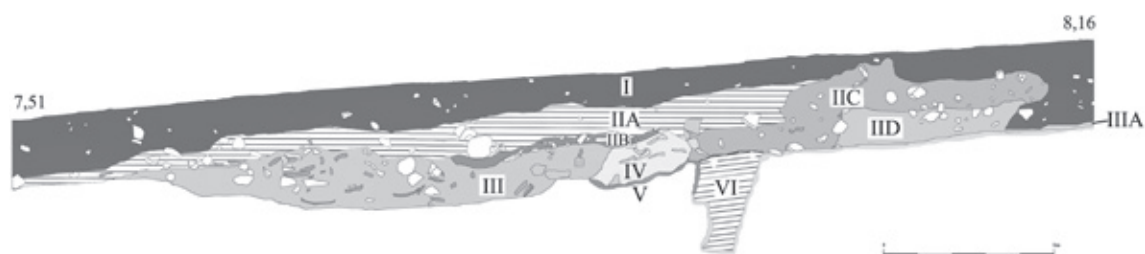


Figura 9 – S14, corte sul. Camadas estratigráficas naturais. I, camada de solo bastante remexido; IIA-D, várias bolsas de terra com algumas intrusões recentes; III e IIIA, camadas preenchidas com argila e materiais romanos; IV, bolsa com argila proveniente da desagregação da taipa; V, alicerce de alvenaria seca; VI, bolsa que serviu para extrair argila e posteriormente preenchida com fragmentos de paredes de fornos romanos.

Embora sejam raros os exemplos deste tipo de *opus* (taipa), conhece-se outras estruturas em época romana, como sejam as identificadas em Idanha-a-Velha, por Pedro Carvalho, na área do *forum* da *civitas Igaeditanorum*, datáveis da época de Augusto (Carvalho, 2010, p. 1-9). São estruturas difíceis de identificar devido à utilização de terra na sua construção (figs. 4 e 9), que com o passar dos anos tende a diluir-se, com a chuva, tornando-se impossíveis de identificar se não forem observados os devidos cuidados que requerem durante a sua escavação. O edifício em questão encontrava-se construído numa área de um antigo barreiro onde os oleiros romanos ter-se-ão abastecido de argila. Não se encontrou nenhum indicador que possibilite saber qual a cronologia referente à construção; no entanto, o seu interior encontrava-se coberto por um depósito de rejeitados de produção (fig. 9, camada III),

constituído essencialmente por fragmentos de ânforas dos tipos Peniche 10 e 12⁴ (fig. 14).

Fragmentos do tipo Peniche 12 apareceram aplicados na estrutura do forno 1, assim como na parede da galeria entre o *prae-furnium* e a câmara de combustão deste forno (figs. 10 e 11), pelo que se pode afirmar serem rejeitados provenientes das últimas fornadas efectuadas no forno 1, o que indicia que o edifício, *supra*, se encontrava em ruínas já em meados do século II d. C.

⁴ Tipologia que se encontra presentemente no prelo (Actas do Congresso de Tróia, 2013), (fig. 12).



Figura 10 – Forno 1. Metades de ânforas do tipo Peniche 12, que serviram, conjuntamente com os tijolos de adobe, para a construção da parede da câmara de cocção.



Figura 11 – Forno 1. Fragmentos de ânfora do tipo Peniche 12 encastrados na parede entre o *praefurnium* e a câmara de combustão.

2.4. S15

Tal como nas sondagens anteriores, também a primeira camada tinha sofrido um grande revolvimento devido aos trabalhos das máquinas de terraplanagem, sendo frequente o aparecimento de fragmentos recentes de tijolos, azulejos, argamassa e plásticos. A segunda camada é idêntica à da S14.

A terceira camada tinha pouca espessura e cor-

respondia ao topo da camada de argila esverdeada uma continuidade do que se tinha observado durante a intervenção arqueológica em S1, onde os estratos mais profundos (fig. 9, camadas IID e IIIA) continham as cerâmicas da primeira fase de laboração da *figlina*, em contacto com bolsas de argila esverdeada, local (figs. 15 e 16).

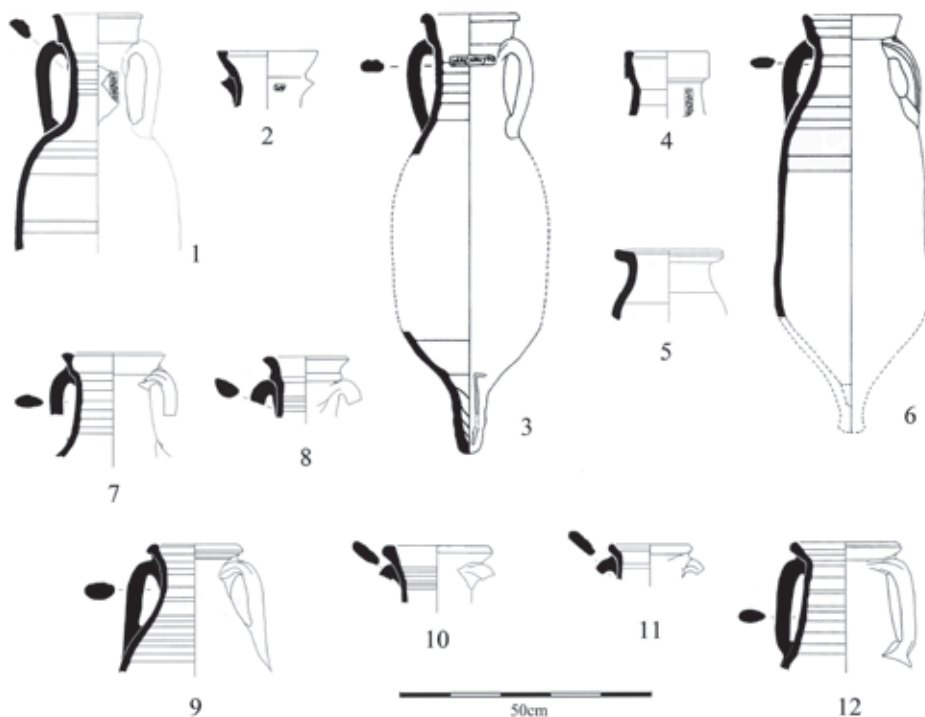


Figura 12 – Tabela tipológica das produções de Peniche.



Figura 13 – Fragmentos de ânfora de S13, camadas I e II. Nº 3, Peniche 12; nºs 1, 2, 4 e 5, indefinidas.

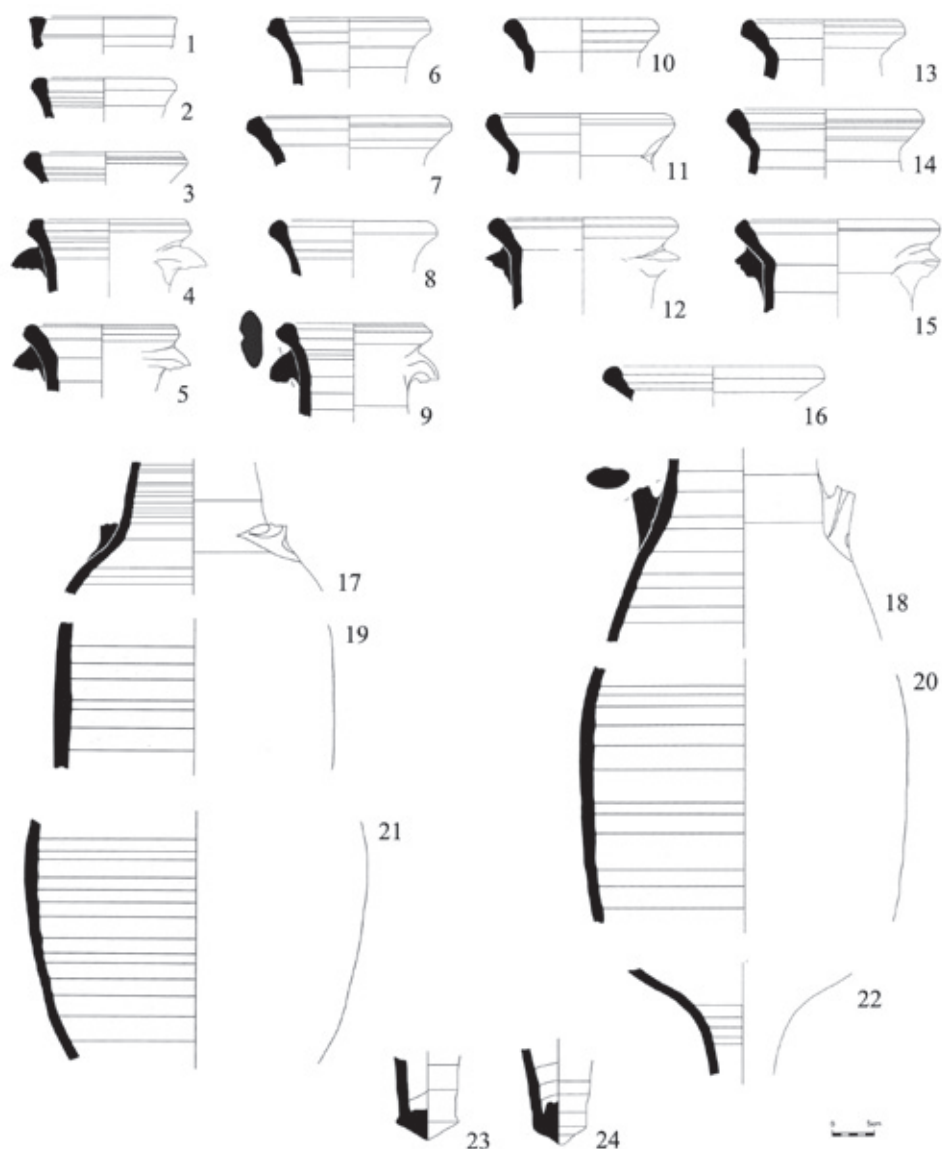


Figura 14 – Fragmentos de ânforas recolhidos em S14, camada III: Nº 1, Peniche 7; nºs 2-9, Peniche 10; nºs 10-16, Peniche 12; nºs 17-22, bojos indefinidos; nºs 23-24, pés indefinidos.

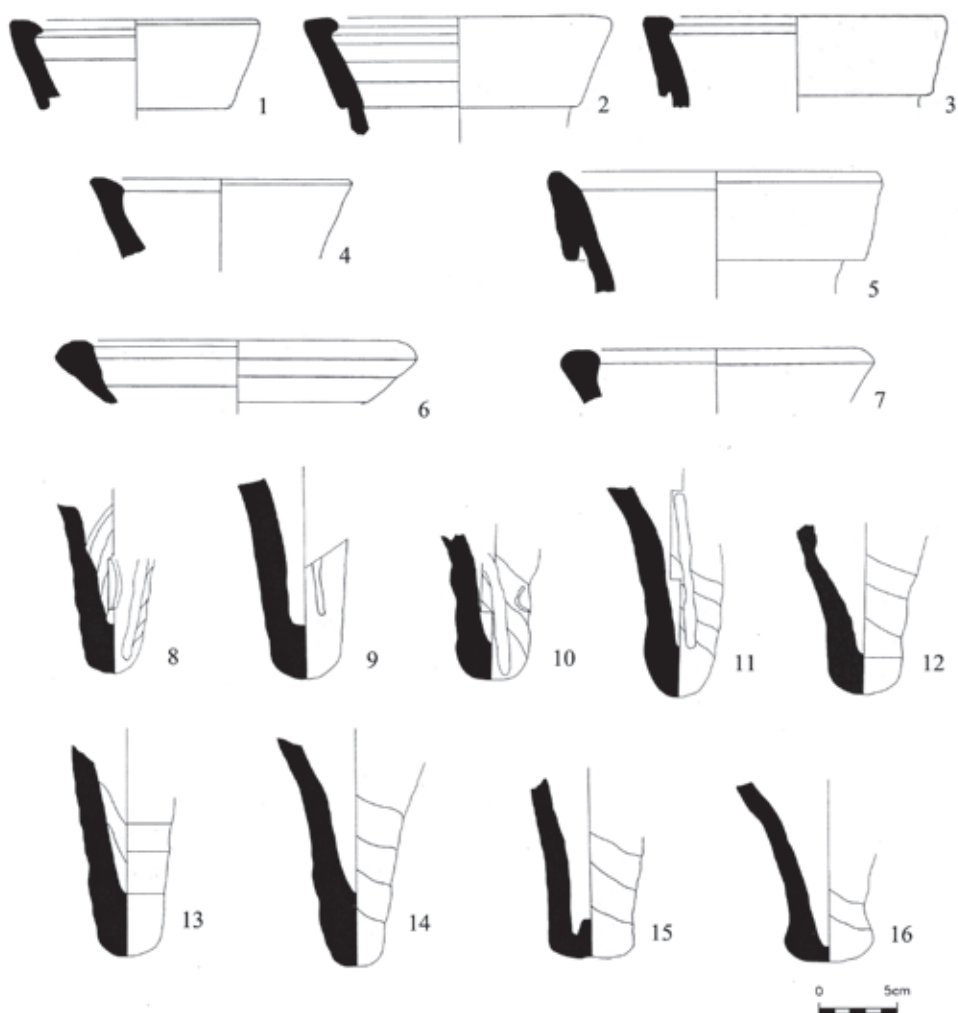


Figura 15 – Fragmentos de ânfora de S15, camada I: N^{os} 1-4, Peniche 2; n^o 5, Peniche 3; n^o 6, Peniche 12; n^o 7, bordo indefinido; n^{os} 8-16, pés indefinidos.

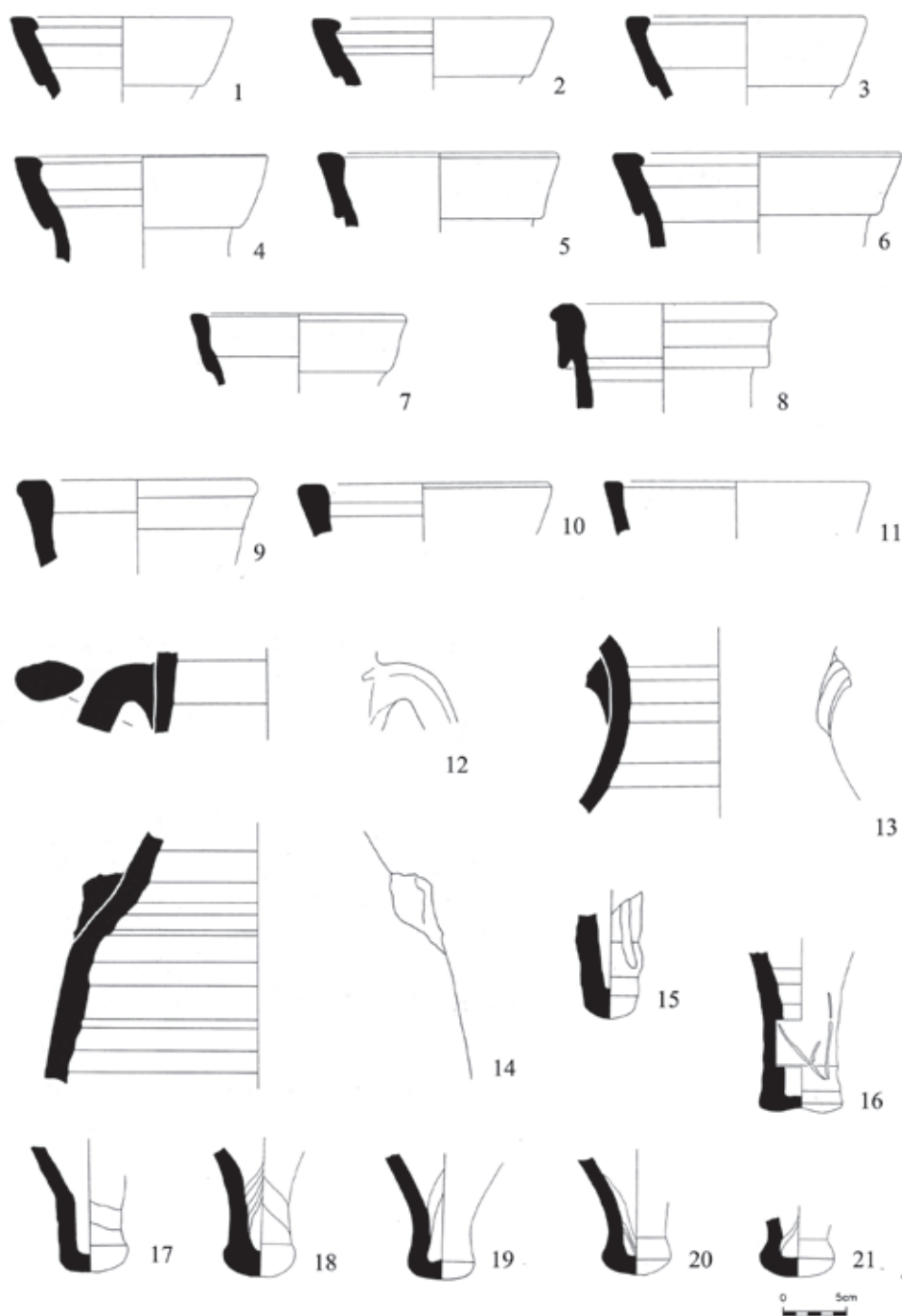


Figura 16 – Fragmentos de ânfora de S15, camada II: N^{os} 1-7, Peniche 2; n^o 8, Peniche 3; n^{os} 9-11, bordos indefinidos; n^{os} 12 e 13, colos indefinidos; n^o 14, bojo indefinido; n^{os} 15-21, pés indefinidos.

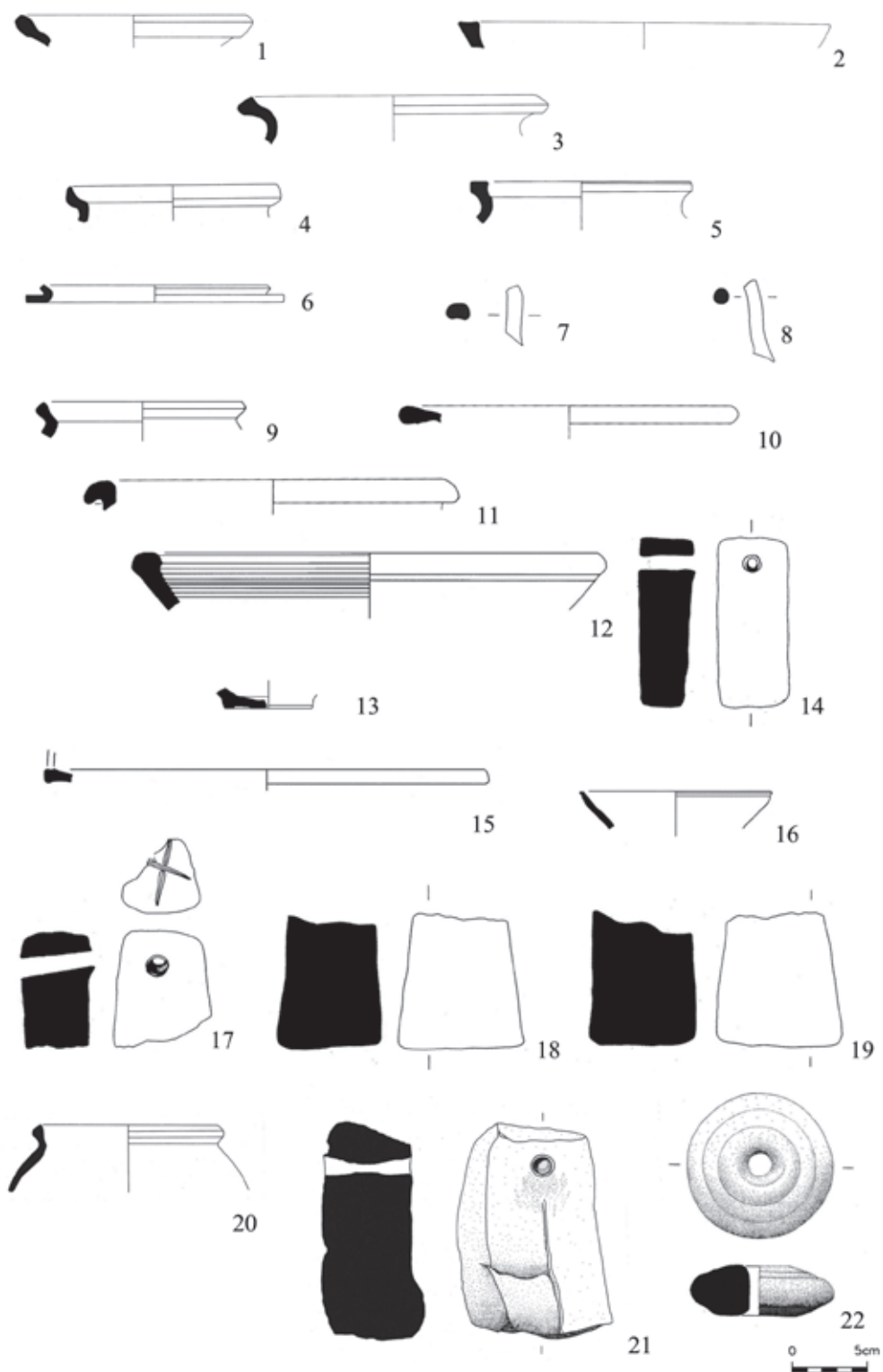


Figura 17 – Fragmentos de cerâmica comum: N^{os} 1-3, S13; n^{os} 4-8, S14, camada I; n^{os} 9-14, S14, camada II; n^{os} 15-19, S14, camada III; n^{os} 20-22, S15.

Tipos Cerâmicos		Sondagens								Total	%
		S13		S14		S14A		S15			
		NMI	%	NMI	%	NMI	%	NMI	%		
Ânfora	Peniche	67	91,8	68	69,4	22	81,5	39	52,0	196	71,8
	Tejo/Sado	1	1,4	–	–	–	–	–	–	1	0,3
	Bética	1	1,4	2	2,0	–	–	1	1,3	4	1,5
Cerâmica Comum		4	5,4	28	28,6	5	18,5	35	46,7	72	26,4
Total		73	100,0	98	100,0	27	100,0	75	100,0	273	100,0

Tabela 1 – MNI referentes a ânforas e a cerâmica comum (percentagens por sondagem).

ÂNFORAS	S13	S14	S14A	S15	Total	%
Peniche 2	5	7	2	13	27	13,8
Peniche 3	1	–	1	2	4	2,0
Peniche 4	–	1	–	–	1	0,5
Peniche 7	4	4	–	–	8	4,1
Peniche 10	1	19	2	–	22	11,2
Peniche 12	8	21	5	2	36	18,4
Peniche ind.	48	16	12	22	98	50,0
Total	67	68	22	39	196	100,0

Tabela 2 – MNI referentes a ânforas de Peniche recolhidas nas sondagens S13, S14 e S15 e percentagens.

3. CONCLUSÕES POSSÍVEIS

O facto de não terem sido terminados os trabalhos arqueológicos nas sondagens de diagnóstico realizadas em S14 e S14A impede-nos de concluir, com afirmações bem suportadas, sobre todos os materiais arqueológicos e momentos observados nestes espaços, nomeadamente no que se refere às cronologias associadas à fundação do edifício identificado.

Acresce a esta circunstância o grande volume de sedimentos contemporâneos e antigos deslocados por terraplanagem e que se encontravam misturados com as camadas mais recentes da olaria na área intervencionada.

Os cortes que apresentámos com base na altimetria, quer de como se apresentava o terreno na década de setenta do século passado, quer com as cotas altimétricas actuais, mostram bem as profundas transformações deste espaço que, embora não conservando o perfil original, ao tempo da labora-

ção da olaria, preservariam ainda importantes vestígios arqueológicos que entretanto se perderam com os trabalhos de terraplanagem.

Uma análise mais pormenorizada das tabelas, feita com base na contabilização dos NMI, quer das ânforas, quer das cerâmicas comuns, demonstra que a sua maior concentração se circunscreve aos limites das paredes da edificação (S14). Refira-se ainda o facto de, para além da cerâmica comum ser contabilizada como a segunda maior concentração em S14, é no entanto aqui neste espaço que surge a maior percentagem de ânforas importadas, todas elas provenientes da Bética.

A pendente natural do subsolo e os recentes trabalhos de construção, regularização e delimitação da Rua Calouste Gulbenkian afectaram, sem dúvida, a convergência de espólios, uma vez que naturalmente existiria aqui, na S13, uma maior concentração do que a que veio a verificar-se – sendo o NMI de ânforas em S13 quase idêntico ao de S14 e havendo um desequilíbrio quanto aos valores da cerâmica comum.

Fica portanto nítido que as cronologias para as últimas produções desta olaria, uma vez demonstrada a predominância das formas mais tardias inscritas na tipologia das ânforas do Morraçal (Peniche 10, dos Flávios até aos finais do século II, e Peniche 12, da segunda metade do século II até aos inícios do século III), é consistente com a dos tipos de ânforas rejeitadas nas últimas fornadas do Forno 1, algumas das quais encastradas até nas paredes do próprio forno.

Só a continuação dos trabalhos arqueológicos e a sua extensão a espaços contíguos é que nos

permitirá vir a compreender, eventualmente, as funcionalidades deste edifício de taipa, assente sobre alvenaria de pedra seca, e a sua relação com as restantes estruturas da olaria.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge (1976) – Les amphores. In ALARCÃO, Jorge; ÉTIENNE, Robert, eds. *Fouilles de Conimbriga*. Paris. 6, p. 79-91.

BUGALHÃO, Jacinta; LOURENÇO, Sandra (2006) – As ânforas romanas da Ilha da Berlenga. In TAVARES da SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina, eds. – *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. (2004, Maio 7 a 9). Setúbal Arqueológica. Setúbal. 13, p. 279-294.

BURACA, Ida; CORREIA, Virgílio (no prelo) – As ânforas Lusitanas na cidade romana de Conimbriga. In *International Congress Lusitanian amphorae production and diffusion 10-13th – October 2013*, Tróia, Portugal.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena (2012) – Las cerámicas comunes altoimperiales de Augusta Emerita. In BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA I LACOMBA, Albert, eds. – *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales. Monografías Historia y Arte*, Cádiz, p. 407-433.

CARDOSO, Guilherme; GONÇALVES Ludgero; RODRIGUES, Severino (1998) – Forno romano de cerâmica descoberto em Peniche. *Al-Madan*. Almada. IIª série 7, p. 178-179.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (2002) – 4ª Campanha de sondagens arqueológicas na olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche). *Al-Madan*. Almada. IIª Série. 11, p. 6.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; SEPÚLVEDA, Eurico (2006) – A olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche). In TAVARES da SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina, eds. – *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. (2004, Maio 7 a 9). Setúbal Arqueológica. Setúbal. 13, p. 253-278.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; SEPÚLVEDA, Eurico; RIBEIRO, Inês (no prelo) – The amphorae production during the Principate in Peniche. Raw materials, kilns and amphorae typologies. In *International Congress Lusitanian amphorae production and diffusion 10-13th – October 2013*, Tróia, Portugal.

CARVALHO, Pedro – Construções de terra da época augustana na capital da *civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova, Portugal), 6ATP, 9 SIACOT, (Coimbra, Fevereiro de 2010). CD anexo às Actas, p. 1-9.

HUSI, Philippe (2001) – Quantification et datation en céramologie (Le nombre minimum d'individus: la technique de quantification la mieux adaptée à la datation des contextes archéologiques à partir de l'exemple de Tours). (*Les petits cahiers d'Anatole*. 6). Tours.

LAUBENHEIMER, Fanette (1998) – Les amphores en Gaule. Du comptage à l'interprétation. In ARCELIN, Patrice; TUFFREAU-LIBRE, Marie, eds. – *La quantification des céramiques. Conditions et protocole*. Actes de la table ronde du Centre archéologique européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glenne, 7-9 avril 1998). Bibracte. Glux-en-Glenne. 2, p. 85-91.

PINTO, Inês; LOPES, Conceição (2006) – Ânforas das villae romanas alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora). In TAVARES da SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina, eds. – *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. (2004, Maio 7 a 9). Setúbal Arqueológica. Setúbal. 13, p. 197-224.

REVILLA CALVO, Víctor (1993) – *Producción cerámica y economía rural en el bajo Ebro en época romana. El Alfár de l'Aumedina, Tivissa (Tarragona)*. Instrumenta. Barcelona. 1.

ANÁLISE CRONO-ESTRATIGRÁFICA DA OLARIA ROMANA DA QUINTA DO ROUXINOL (CORROIOS, SEIXAL)

Cézer Santos¹, Jorge Raposo², José Carlos Quaresma³

¹ Câmara Municipal do Seixal – Ecomuseu Municipal do Seixal, UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / cezer.santos@cm-seixal.pt

² Câmara Municipal do Seixal – Ecomuseu Municipal do Seixal, Centro de Arqueologia de Almada, UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / jorge.raposo@cm-seixal.pt

³ CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Bolsa Pós-Doutoramento Fundação para a Ciência e a Tecnologia / josecarlosquaresma@gmail.com

Resumo

Interpretação sintética da crono-estratigrafia da olaria romana da Quinta do Rouxinol e relacionamento da mesma com o estudo das produções cerâmicas locais e dos materiais exógenos.

São considerados os elementos datantes que suportam as cronologias apontadas (*terra sigillata*, cerâmica africana de cozinha, cerâmica comum africana, cerâmica de imitação de engobe vermelho não vitrificado, almozarizes de importação, vidros e numismas).

Trata-se também um pequeno grupo de formas de cerâmica comum de produção local, representativo da influência de modelos técnicos e culturais da cerâmica fina norte-africana (individualizando tipos gerais de pratos, pratos covos e tigelas).

Por fim, abordam-se as produções locais de ânforas mais representativas (Almagro 51c, Almagro 50 / Keay 16 e Lusitana 9).

Palavras-Chave: Centro produtor da Quinta do Rouxinol, Estratigrafia dos séculos III/V d.C., Terra sigillata / cerâmica comum / ânforas.

Abstract

In this paper we intend to make an interpretation of the chrono-stratigraphy from Quinta do Rouxinol and its relation to the study of the local and imported wares.

In that sense, we have taken into account the fine wares (*terra sigillata*, African cooking ware, African coarse ware and IEV-*Imitação de engobe vermelho não vitrificado*), imported mortars, glasses and coins for the establishment of the stratigraphical chronologies.

Secondly we analyse a small group of forms from the local coarse ware (dishes, deep dishes and cups), morphologically closed to African prototypes from *terra sigillata*.

Finally we discuss the more representative local amphorae (Almagro 51c, Almagro 50 / Keay 16 and Lusitana 9).

Keywords: Production centre of Quinta do Rouxinol, 3rd/5th c. AD stratigraphy, Terra sigillata /coarse ware / amphorae.

1. INTRODUÇÃO

A identificação da olaria romana da Quinta do Rouxinol, em 1986, deu início a um intenso processo de investigação arqueológica. Até 1991, este teve por objectivo prioritário a escavação e registo do sítio, no âmbito de projecto regional dedicado à ocupação romana na margem esquerda do estuário do Tejo (Amaro 1990; Duarte 1990).

Paralelamente, iniciaram-se os primeiros estudos sobre os materiais exumados, com particular destaque para as produções anfóricas, abordadas tanto na perspectiva formal e tecnológica, como na da caracterização química das pastas cerâmicas utilizadas (Raposo, Sabrosa e Duarte, 1995; Duarte e Raposo 1996; Cabral, Gouveia e Morgado 1993-1994; Cabral, Fonseca e Gouveia, 2002).

O estudo arqueológico e arqueométrico das produções anfóricas locais conheceu novo impulso a partir de 1999, no contexto de um segundo projecto de investigação centrado na realidade estuarina do Tejo em Época Romana, mas agora alargado a centros de produção e de consumo das duas margens e à sua comparação com outros contextos coevos, mas de diferente enquadramento geográfico (Raposo *et al.*, 2005; Dias, Prudêncio e Rocha, 2003; Dias *et al.*, 2001, 2010 e 2012; Prudêncio *et al.*, 2003).

Desde a descoberta, o sítio entrou em processo de conservação e patrimonialização que conduziu à sua integração na estrutura descentralizada do Ecomuseu Municipal do Seixal e à posterior classificação como Monumento Nacional pelo Estado português (1992). A Câmara Municipal do Seixal tem em curso um programa de interpretação e valorização cujas linhas gerais estão há muito definidas (Raposo e Duarte, 2000).

O valor patrimonial da olaria e o seu potencial cultural e científico justificaram a realização no Seixal de dois importantes eventos científicos, em 1991 e em 2010 (Filipe e Raposo, 1996; Fabião *et al.*, no prelo), o último dos quais associado a um ateliê de arqueologia experimental dedicado à modelação e cozedura de cerâmicas em forno que restitui a ar-

quitectura e o modo de funcionamento de um dos fornos da olaria romana (Raposo e Oliveira, 2010; Raposo *et al.*, 2014; Raposo, 2014).

Em paralelo com a investigação sobre a arquitectura e o modo de funcionamento dos fornos, foi possível avançar com o estudo detalhado das cerâmicas comuns e de construção produzidas localmente, no âmbito do qual se efectuou também a análise petrográfica e tecnológica que permitiu definir e descrever os fabricos cerâmicos em presença (Santos, 2011). Na ocasião, realizou-se ainda a revisão geral da documentação de campo e a interpretação da crono-estratigrafia global do sítio (Santos, 2011), em estreita ligação com o estudo dos materiais de cronologia fina, incluindo a *terra sigillata*, a cerâmica africana de cozinha e os vidros (Quaresma, no prelo), bem como os numismas¹.

Nesta conjuntura reactivou-se igualmente o estudo das ânforas de produção local, principalmente ao nível da classificação, definição de fabricos, quantificação e tratamento estatístico, desenvolvendo a linha de abordagem metodológica iniciada na década de 1990 (Raposo, Santos e Antunes, no prelo).

É uma síntese destes resultados mais recentes que se apresenta nos pontos seguintes.



Figura 1 – Localização aproximada do ateliê da Quinta do Rouxinol na Península Ibérica.

¹ Os autores agradecem a António Faria a classificação do espólio numismático romano exumado na olaria.

2. INTERPRETAÇÃO CRONO-ESTRATIGRÁFICA DO SÍTIO

A análise detalhada de todos os registos de campo, fichas de camada, cadernos, fotografias e desenhos, esteve na base da abordagem global à estratigrafia natural da zona da olaria alvo de escavação arqueológica e permitiu compreender as suas transformações.

Em paralelo com as várias frentes de estudo de materiais, daí resultou uma matriz estratigráfica cronologicamente sustentada, abrindo caminho a uma nova fase de investigação do sítio e à interpretação de contextos, espaços e relações, nomeadamente

a que se estabelece entre os fornos e as fossas detriticas, ou a que respeita ao conjunto estrutural onde se integra o Forno 2.

O sector conhecido desta olaria inclui uma área de fornos, permanecendo desconhecidas as zonas de tratamento e preparação de matérias-primas, bem como de conformação e armazenamento das peças. Numa segunda fase, o espaço foi parcialmente reutilizado como vazadouro de material rejeitado durante a produção oleira. Uma das fossas de despejo localiza-se a Sul dos fornos, sem interferir com as estruturas, enquanto a outra reaproveita o negativo de um deles (Fig. 2).

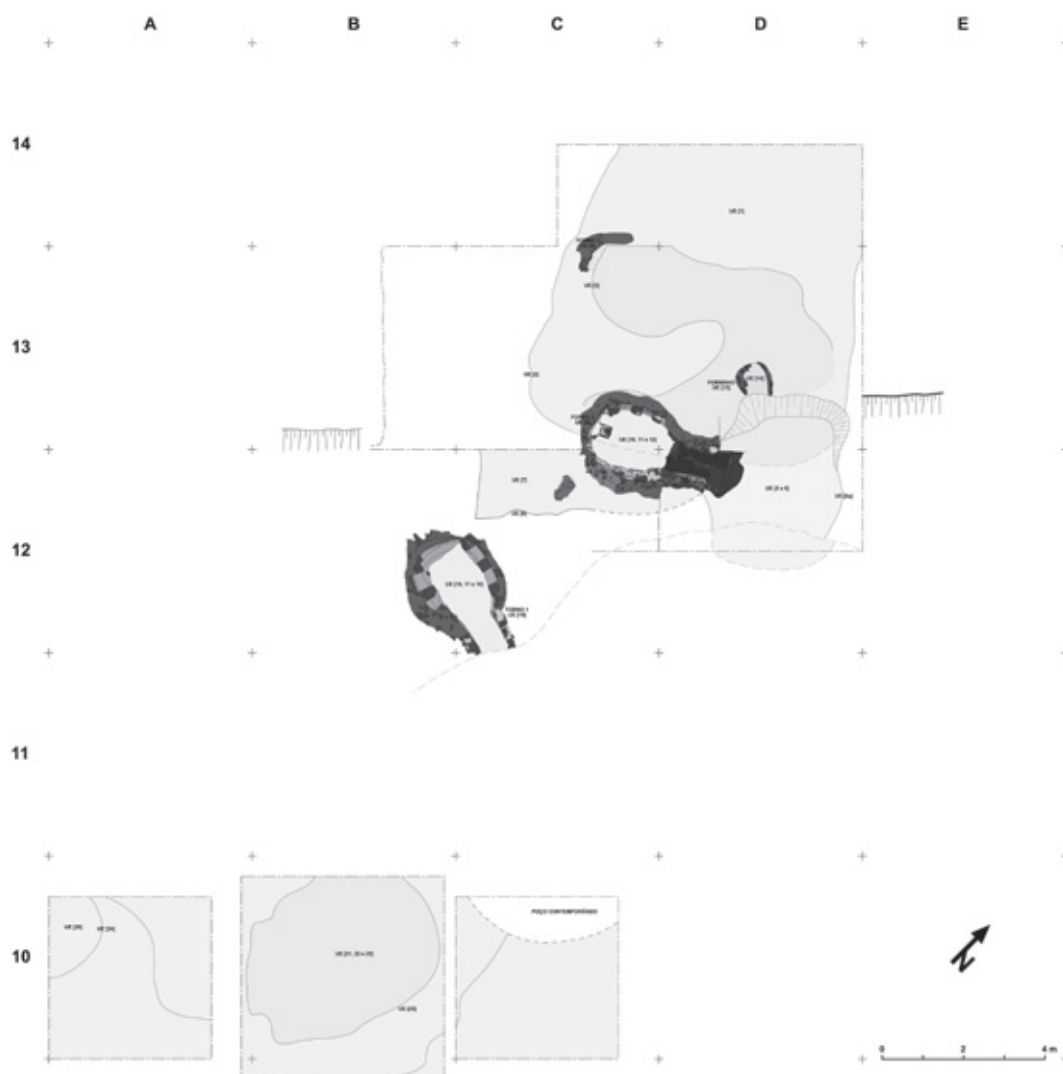


Figura 2 – Plano geral da área escavada na olaria romana da Quinta do Rouxinol, entre 1986 e 1991.

O Forno 1 foi a primeira estrutura identificada no sítio. Dela conservam-se as bases da câmara de combustão, onde restam os arranques dos três arcos que suportariam a grelha que a separava da câmara de cozedura. No fundo acumulava-se uma camada de cinzas negras e esbranquiçadas resultantes das últimas utilizações, a UE 16. O resto do forno estava preenchido com sedimentos que incluíam fragmentos de ânforas, cerâmica comum e cerâmica de construção proveniente do desmoronamento ou demolição da estrutura. Correspondem às UEs 17 e 18 e integram um conjunto de peças completas ou quase, em cerâmica comum, que provavelmente marca o abandono da estrutura, por volta da segunda metade do século III.

O Forno 2 é arquitetonicamente similar ao Forno 1, mas apresenta o fundo do corredor de acesso à câmara de combustão revestido com placas de argila e fragmentos de cerâmica, e um pequeno pilarete vertical junto à arcada de suporte da grelha mais interior. Melhor preservado, está associado a uma outra pequena estrutura de combustão, com a qual partilha uma depressão para abastecimento de lenha. Também aqui as zonas mais profundas estão preenchidas por cinzas negras e esbranquiçadas relacionadas com os últimos momentos de funcionamento, caracterizados pelas UEs 6 e 12. As camadas que se sobrepõem ilustram a fase de abandono ou abatimento e apresentam grandes quantidades de cerâmica de construção, de ânforas e de cerâmica comum, distribuídas pelas UEs 5, 11 e 10. Genericamente, o abandono desta área produtiva datará da segunda metade do século III.

Num depósito estratigráfico precedente à construção do Forno 2 – UE 7, datável de 235-250, que pode ser interpretado como fossa fundacional da estrutura de combustão ou como contexto pré-existente, sem relação directa com esta –, encontrava-se uma “urna” em posição horizontal, com as duas extremidades tapadas por grandes fragmentos de panças de ânfora e telha. A peça está classificada como grande pote no estudo da cerâmica comum de produção local da Olaria (forma 2.7.4.3 – Santos, 2011, p. 98). Apresenta bordo

voltado para o exterior com aba alongada, boleada e oblíqua. O colo é curto e o corpo tem perfil cónico, com alguns sulcos transversais paralelos na face externa. Não conserva o fundo (Fig. 3).

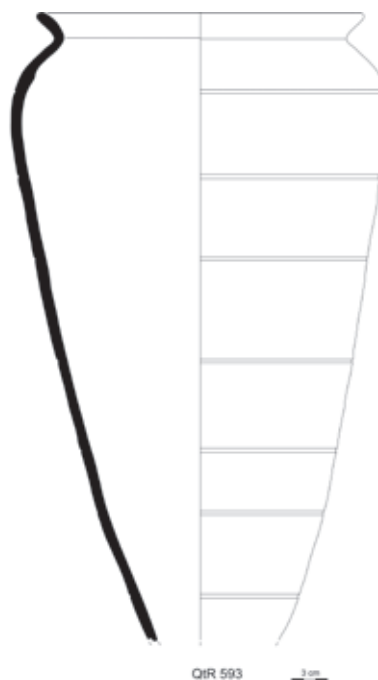


Figura 3 – QtR593. Grande pote canelado recolhido na UE 7.

Do Forno 3 apenas restam um pequeno fragmento de parede e o negativo da estrutura e da possível zona de abastecimento, cujas cavidades foram reutilizadas como parte de uma fossa detritica que corresponde às UEs 2 e 3. É abundante o material cerâmico que preenche toda a depressão, quer sejam ânforas ou cerâmica comum. Integra a UE 1, que cobre toda a área Noroeste da escavação, desenvolvendo-se pelas quadrículas C13-D13 e C14-D14, até ao Forno 2 e à sua fossa de abastecimento. Este uso secundário para despejo de materiais rejeitados durante o processo de fabrico ter-se-á iniciado no segundo quartel do século V.

Uma outra fossa de despejo é materializada pela UE 25, centrada na quadrícula B10, mas com pequenos prolongamentos para A10 e C10. Distingue-se pela morfologia, pois, enquanto a UE 1 é um depósito relativamente superficial, de pequena potência estratigráfica, a UE 25 ocupa uma área se-

melhante mas que atinge quase quatro metros de profundidade. Na base deste depósito detritico foram depositadas ânforas praticamente completas e restos de troncos e galhos de madeira por queimar. O seu enchimento inclui as UEs 23 e 22c, que correspondem à fase inicial do preenchimento da estrutura negativa, provavelmente na primeira metade do século IV.

As UEs 22a e 22b marcam os depósitos da segunda metade da mesma centúria e, por fim, as UEs 20 e 21 estarão relacionadas com a fase final de col-

matação da fossa, já no primeiro quartel do século V.

Em síntese, esta abordagem global permitiu evidenciar duas grandes fases cronológicas na zona escavada da olaria romana da Quinta do Rouxinol: uma primeira correspondente ao funcionamento dos fornos aí identificados, compreendida genericamente entre os anos 235 e 300; uma segunda que marca o fim da produção nesse sector, e a formação das fossas detriticas associadas a um uso secundário iniciado com o século IV e que terá perdurado até momento posterior a 425.

Fase	Subfase	Cronologia	UE	Descrição	
1	1.1	235-250	7	Enchimento da vala detritica que subjaz ao forno 2	Fase correspondente à construção e funcionamento dos fornos.
	1.2	250-300	16, 17, 18	Utilização e abandono do forno 1	
			14	Abandono e enchimento do "forninho"	
			5, 6, 10, 11, 12	Utilização e abandono do forno 2 e enchimento da sua fossa de abastecimento	
2	2.1	300-350	22c, 23	Fase inicial do enchimento da grande fossa de despejos da quadrícula B10	Fase correspondente ao fim de produção deste sector da olaria, abandono dos fornos e formação das fossas detriticas.
	2.2	350-400	22a, 22b	Fase intermédia do enchimento da grande fossa de despejos da quadrícula B10	
	2.3	400-425	20, 21	Unidades de topo do enchimento da grande fossa de despejos da quadrícula B10	
	2.4	425+	1	Enchimento da fossa que reocupa parcialmente o forno 3, previamente desmantelado	

Figura 4 – Faseamento crono-estratigráfico da Olaria da Quinta do Rouxinol.

Na Fase 1 podemos individualizar o contexto associado à abertura e preenchimento da vala subjacente ao Forno 2 (Subfase 1.1), situada entre 235-250, e a ocupação da segunda metade do século III (Subfase 1.2), relacionada com a utilização e abandono dos fornos 1 e 2 e de uma outra pequena estrutura de combustão ("forninho").

Na Fase 2 distinguem-se três períodos de enchimento da profunda fossa detritica que se desenvolve nas quadrículas A10, B10 e C10: subfases 2.1, 2.2 e 2.3, datáveis da primeira metade do século IV, da segunda metade da mesma centúria e do primeiro quartel do século V, respectivamente. Aqui se inclui também o enchimento da fossa que reocupa par-

cialmente o espaço do forno 3, ocorrido no segundo quartel do século V ou em momento posterior (Subfase 2.4).

Balizando-se a evidência crono-estratigráfica da olaria da Quinta do Rouxinol entre 235 e 425+, existem, contudo, indicadores que apontam para uma ocupação que poderá recuar à segunda metade do século II. É o caso de alguns exemplares de *terra sigillata* hispânica de La Rioja e Andújar, de *terra sigillata* africana A (Hayes 3 ou 6, 3C e 9), Imitações de Engobe Vermelho, paredes finas locais e vidros (Isings 82 e AR23) (Quaresma, no prelo).

Ainda que o mau estado de conservação não permita classificação precisa e a recolha tenha ocorrido em sedimentos descontextualizados, deve referir-se também o achado no sítio de uma moeda em cobre (QtR1985: sem estampa) provavelmente cunhada no século I, imitando cunhagens dos reinados de Augusto (27 a.C.-14 d.C.) ou Cláudio (41-54).

Por fim, a possibilidade de uma ocupação e eventual produção cerâmica da olaria da Quinta do Rouxinol na segunda metade do século II é indicada pela presença de contentores anfóricos das formas Dressel 14, Lusitana 3 e Dressel 28 com os fabricos característicos da zona estuarina do Tejo (Duarte, 1990; Raposo, Sabrosa e Duarte, 1995; Duarte e Raposo, 1996; Fabião, 2004).

3. METODOLOGIA ESTATÍSTICA E CRITÉRIOS DE ABORDAGEM

Ao nível metodológico, relativamente às tipologias de cerâmica fina, almofarizes de importação, vidros e numismas, presentes em cada UE e subsequentemente em cada fase estratigráfica, calculámos o número de fragmentos e o número mínimo de indivíduos, segundo os protocolos de Raux (1998). No capítulo relativo aos materiais datantes, aplicámos também o cálculo dos graus de residualidade (tipos cuja cronologia tipológica é anterior à do contexto) e de intrusibilidade (tipos cuja cronologia tipológica é posterior à do contexto, estando presentes por infiltração posterior à formação do contexto), para

determinação dos graus de fiabilidade cronológica de cada fase.

Uma metodologia de apresentação semelhante, mas com alterações, foi utilizada nos capítulos relativos às ânforas e às cerâmicas comuns. Na primeira tipologia, calculou-se o número mínimo de indivíduos com base em dois grandes conjuntos de fragmentos analisados: os bordos e os fundos. A classificação formal foi complementada com a identificação dos fabricos cerâmicos, permitindo quantificar a presença relativa de cada forma nas diversas subfases e fases cronológicas. Tendo o estudo da cerâmica comum sido já objecto de uma monografia da autoria de um dos signatários (Santos, 2011), o capítulo respectivo seguiu a metodologia aplicada então: para filtrar eventuais desvirtuações estatísticas na amostra estudada, a contagem simples do número máximo de fragmentos de bordo presentes na colecção foi seguida do cálculo da *Estimativa de Equivalente de Peça (EEP)*, inspirado no modelo de quantificação de Orton, Tyers e Vince (1993, p. 168-173; Santos, 2011, p. 30), que permite determinar o número aproximado de peças individuais presentes no conjunto, onde se incorpora, igualmente, o produto dos fabricos, de modo a obter-se um maior rigor quantitativo. Na criação dos modelos interpretativos assentes nos dados estatísticos, os dois métodos foram fundamentais para validar e aferir os resultados finais, permitindo também uma uniformização dos critérios quantitativos com outras publicações.

4. ESTUDO DAS PRODUÇÕES LOCAIS E EXÓGENAS

4.1. Materiais datantes

Como nota prévia, devemos chamar a atenção para o facto de incluirmos nesta secção duas tipologias extraídas do estudo das cerâmicas comuns realizado por um dos signatários (Santos, 2011). São elas as cerâmicas de imitação de engobe vermelho não vitrificado (IEV), cuja tipologia ora apresentada é uma primeira abordagem ao espólio do sítio e um contraponto crono-estratigráfico e tipológico ao

estudo de Fernández Fernández e Morais (2012), sobre a produção de *Bracara Augusta*, e as cerâmicas comuns de imitação que equivalem ao conceito de cerâmicas de imitação de *sigillata* proposto por Juan Tovar (2012), para a Península Ibérica.

4.1.1. Subfase 1.1 (235-250)

A UE 7, a única unidade que constitui esta subfase, diz respeito ao enchimento da vala detritica que subjaz ao forno 2. Com apenas seis indivíduos, no que respeita aos materiais de cronologia fina, não é assim de datação totalmente segura (apesar de ter uma residualidade nula), pelo que colocamos a hipótese de poder pertencer à grande fase da segunda metade do século III, cujas UEs formam já o enchimento da vala de abastecimento do mesmo forno 2. Temos contudo uma diferenciação estratigráfica clara entre as duas grandes unidades re-

feridas, às quais acresce o facto de a *terra sigillata* africana C, nomeadamente o tipo Hayes 50, ainda estar ausente, o que nos permite datar esta primeira subfase 1.1 ainda antes de meados do século III. Se este é o seu *terminus ante quem*, já o seu *terminus post quem* é-nos dado pelo numisma de 235-238 d.C. presente (Duarte e Raposo, 1996; Raposo *et al.*, 2005). Temos assim uma fossa detritica anterior à fundação do forno 2, datada entre 235 e 250 d.C., um período aparentemente curto, consonante com a exiguidade de mobiliário presente.

Nesta subfase verifica-se um domínio completo da *terra sigillata* africana A (Fig. 6, n.º 1), no que toca à cerâmica fina de mesa, com a ausência de africana C e de africana de cozinha. Por outro lado, atesta-se que, pelo menos nesta subfase (se não antes), já se iniciara a produção local de Imitação de Engobe Vermelho (Fernández Fernández e Morais, 2012).

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Prod.	% NMI Produção
Vidro	Vidro	Isings 82b	1	1	1	16,7
<i>Terra sigillata</i>	<i>Terra sigillata</i> africana A	Hayes 27=L9a	2	2	3	50,0
		Hayes 27=L9a2	1	1		
		Ind.	2			
Imitação de Engobe Vermelho	Engobe	Hayes 3C (1.3.4.5)	1	1	1	16,7
Numisma	Numisma	235-238 d.C.	1	1	1	16,7
Total			8	6	6	100,0
Residualidade: 0%						
Intrusibilidade: 0%						

Figura 5 – Quantificação do espólio fino da Subfase 1.1 (235-250).

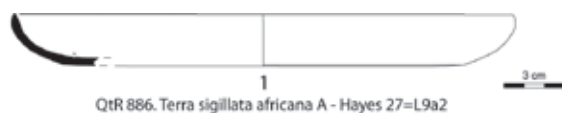


Figura 6 – Espólio fino da Subfase 1.1 (235-250).

4.1.2. Subfase 1.2 (250-300)

As unidades desta subfase constituem o enchimento da fossa de abastecimento do forno 2, sendo assim contemporâneas do seu funcionamento, que pode durar cerca de meio século. Sinalizam também os úl-

timos momentos de utilização e o abandono do forno 1 e do denominado “forninho”. O surgimento de exemplares de *terra sigillata* africana C, tipo Hayes 50, dá-nos um *terminus post quem* de 250 d.C., enquanto a ausência de *terra sigillata* africana D aponta para um *terminus ante quem* de 300 d.C.. A baixa residualidade desta fase (4,5 %) é também um bom indicador de segurança cronológica. Poderemos estar em face de uma fossa datável entre 240 e 250 d.C. (sendo 240 d.C. a cronologia inicial da Hayes 50 – Hayes, 1972), o que obrigaria a recuar a data-

ção da subfase 1.1 (UE 7: vala subjacente ao forno 2) para 235-238/240 d.C.? Contudo, na perspectiva de futuros desenvolvimentos da investigação, esta cronologia absoluta deve ser encarada com muita prudência.

Na Subfase 1.2 mantém-se o domínio da *terra sigillata* do Norte da Tunísia, que duplica a nova produção da Bizacena, confirmando a ideia da continuidade dessa produção após os meados do século III, seguramente através do tipo Hayes 15, mas talvez também pelos tipos Hayes 14B e 27 (**Fig. 8, n.º s 2-3**) (Bonifay, 2004; Quaresma, 2011, 2012, 2013, no prelo). O segundo aspecto a relevar é o da

confirmação da produção de Imitação de Engobe Vermelho (IEV), que engloba não só a técnica de engobe, mas também uma nova técnica, a do polimento. No século III, as cerâmicas de IEV da Quinta do Rouxinol inspiram-se em duas regiões de produção de *terra sigillata*, a hispânica e a africana (Norte da Tunísia), mas também na produção de cerâmica africana de cozinha, muito provavelmente da área meridional da Tunísia, se tivermos em conta que a técnica usada no tipo Hayes 181B é a do polimento, o que condiz com a tecnologia empregue na Bizacena para a produção de cerâmica de cozinha (Bonifay, 2004, p. 213: categoria B, de verniz lustrado).

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Prod.	% NMI Produção
Terra sigillata	Terra sigillata africana A	Hayes 9 ou 14	3	3	10	45,5
		Hayes 14B	1	1		
		Hayes 14C	1	1		
		Hayes 15	2	2		
		Hayes 26 ou 27	1	1		
		Hayes 27=L9a	4	2		
		Ind.	5			
	Terra sigillata africana C	Hayes 50	2	2	5	22,7
		Hayes 50A	3	3		
		Ind.	5			
Terra sigillata hispânica – La Rioja	D15/17	1	1	1	4,5	
	Ind.	1				
Imitação de Engobe Vermelho	Polimento	Hayes 181B (1.1.2.2)	1	1	2	9,1
		Hisp.42	1	1		
	Engobe	Hayes 3C (1.3.4.5)	1	1	1	4,5
Paredes Finas	Local/Regional	Forma facetada	1	1	1	4,5
Vidro		Isings 50	1	1	2	9,1
		AR 23	1	1		
Total			35	22	22	100,0
Residualidade: 4,5%						
Intrusibilidade: 0%						

Figura 7 – Quantificação do espólio fino da Subfase 1.2 (250-300).



Figura 8 – Espólio fino da Subfase 1.2 (250-300).

4.1.3. Subfase 2.1 (300-350)

As unidades desta subfase constituem as primeiras deposições do enchimento da grande fossa de despejos da quadrícula B10, cuja cronologia global decorre até aos inícios do século V. Estas primeiras UEs datam-se já no século IV, em face da presença de um exemplar de almofariz bizaceno (Fig. 10, n.º 5), cuja variante se enquadra na primeira metade do século IV (Bonifay, 2004, p. 252). Regista-se um aumento significativo da residualidade, que atinge agora os 35%.

Nesta subfase assiste-se à extinção das importações de *terra sigillata* africana A e ao início da pre-

dominância da produção bizacena, que alarga o repertório e as técnicas presentes (C, C/E? e relevos aplicados – Fig. 10, n.º 4). Por outro lado, surgem pela primeira vez cerâmicas culinárias e comuns (almofariz), tanto do Norte como do Centro da Tunísia. A produção de IEV mantém-se baixa percentualmente e ligada a um tipo já conhecido anteriormente, a Hayes 181B (inspirada na cerâmica africana de cozinha), agora pela primeira vez com engobe, técnica que só havia produzido até então formas inspiradas na Hayes 3C (*terra sigillata* africana A). Um aspecto crucial nos vectores comerciais espelhados nesta subfase é o da ausência de *terra sigillata* africana D, cujo início em muitos sítios peninsulares deve rondar igualmente os meados do século IV, sendo então a primeira metade da centúria dominada pela produção bizacena. Noutro lugar já havíamos colocado esta hipótese, com base nas evoluções estatísticas dos grandes conjuntos tipológicos peninsulares, onde urge encontrar estratos desta fase (Quaresma, 2012, cap. 4).

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Prod.	% NMI Produção
Terra sigillata	Terra sigillata africana A	Hayes 3 ou 6	1	1	6	42,9
		Hayes 14	1	1		
		Hayes 14A	1	1		
		Hayes 15	3	3		
		Ind.	2			
	Terra sigillata africana C	Hayes 44	2	2	2	14,3
		Ind.	2			
	Terra sigillata africana C3 de relevos aplicados	Hayes 52B	1	1	1	7,1
	Terra sigillata africana C ou C/E	Hayes 45A	1	1	1	7,1
Cerâmica Africana Cozinha	Norte da Tunísia	Hayes 181B (Bonifay, 2004)	1	1	1	7,1
Cerâmica Comum Africana	Bizacena	Tipo 10 (Bonifay, 2004)	1	1	1	7,1
Imitação de Engobe Vermelho	Engobe	Hayes 181B (1.1.2.2)	2	2	2	14,3
Total			18	14	14	100,0
Residualidade: 35%						
Intrusibilidade: 0%						

Figura 9 – Quantificação do espólio fino da subfase 2.1 (300-350).

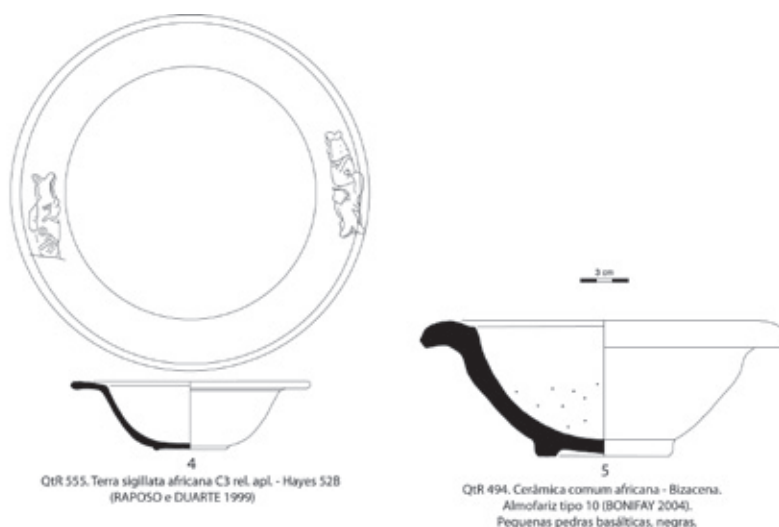


Figura 10 – Espólio fino da subfase 2.1 (300-350). Decorações à escala de 1/2.

4.1.4. Subfase 2.2 (350-400)

As unidades da segunda metade do século IV continuam o enchimento da grande fossa detritica da quadrícula B10. O nível de residualidade mantém-se em torno dos 30%, nos quais se engloba toda a *terra sigillata* africana A e hispânica de La Rioja. Apesar da escassez de numismas em estratigrafia no sítio, é de salientar o aparente aumento de circulação monetária no século IV, sendo as cunhagens presentes nesta fase datáveis na fase anterior, em termos de produção (uma das cunhagens é atribuível a 310-320 d.C. – Raposo *et al.*, 2005). O surgimento de Hayes 67A, em cerâmicas de Imitação de Engobe Vermelho, dá-nos um *terminus post quem* para esta fase estratigráfica que, por outro lado, não deve ultrapassar a charneira para o século V (Bonifay, 2004).

A segunda metade do século IV assiste à manutenção do comércio de *terra sigillata* africana C (e relevos aplicados) (Fig. 12, n.ºs 6-7), bem como de cerâmica africana de cozinha do Norte da Tunísia (Fig. 12, n.º 8), região que passa a fornecer timidamente *terra sigillata* africana D. A grande questão a realçar nesta subfase é a da importância crescente dos fenómenos de imitação de engobe vermelho (IEV), através de um tipo covo inspirado na Hayes 67A (tipo 1.3.4.9 de Santos, 2011) e do surgimento de cerâmicas comuns com motivos de imitação de

sigillata (CIS) aplicados no seu fundo inspirados na mesma produção fina africana, de que falaremos na próxima subfase.

4.1.5. Subfase 2.3 (400-425)

As unidades de topo do enchimento da vala detritica da quadrícula B10 possuem uma residualidade muito alta, com o valor mais elevado de toda a estratigrafia. Neste bolo residual estão todos os elementos de *terra sigillata* hispânica e africana A e C, bem como a cerâmica africana de cozinha do Norte da Tunísia, já que os tipos Hayes 181B e Hayes 196 (variante B) não alcançam os inícios do século V (Bonifay, 2004, p. 225-227). O mesmo se pode dizer do tipo Hayes 3C de cerâmica de IEV, tanto em engobe como em polimento, cuja datação não ultrapassa a primeira metade do século III. Também o único vidro presente, tipo Isings 50, é residual (Rütti, 1991). O numisma provavelmente cunhado entre 375-395 d.C. dá-nos um *terminus post quem*, reforçado pelo tipo Hayes 67B, datado por Bonifay (2004, p. 117) a partir de finais do século IV. Esta subfase é dominada pela *terra sigillata* africana D, que à Hayes 67B acrescenta a Hayes 59B (Fig. 14, n.º 9).

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Prod.	% NMI Produção
Terra sigillata	Terra sigillata africana A	Hayes 9B, n.16=L2b	1	1	6	24,0
		Hayes 14A	1	1		
		Hayes 14B	3	3		
		Hayes 27=L9a	1	1		
		Ind.	6			
	Terra sigillata africana C	Hayes 44	1	1	8	32,0
		Hayes 45	2	2		
		Hayes 45A	1	1		
		Hayes 50	3	3		
		Hayes 50A=L40 bis	1	1		
		Ind.	1			
	Terra sigillata africana C3 de relevos aplicados	Hayes 52B	1	1	1	4,0
	Terra sigillata africana D1	Hayes 59A	1	1	1	4,0
		Ind.	1			
		Terra sigillata hispânica-Andújar	D27	1	1	1
Cerâmica Africana Cozinha	Norte da Tunísia	Hayes 197	1	1	2	8,0
		Hayes 23	1	1		
Imitação de Engobe Vermelho	Engobe	Hayes 3C (1.3.4.5)	1	1	2	8,0
		Hayes 67A (1.3.4.9)	1	1		
	Polimento	Hayes 67A (1.3.4.9)	1	1	1	4,0
Cerâmica Comum Imitação	Sem engobe	Tigela (1.3)	1	1	1	4,0
Numisma		310-320 d.C.	1	1	2	8,0
		Séc. IV	1	1		
Total			33	25	25	100,0
Residualidade: 32%						
Intrusibilidade: 0%						

Figura 11 – Quantificação do espólio fino da subfase 2.2 (350-400).

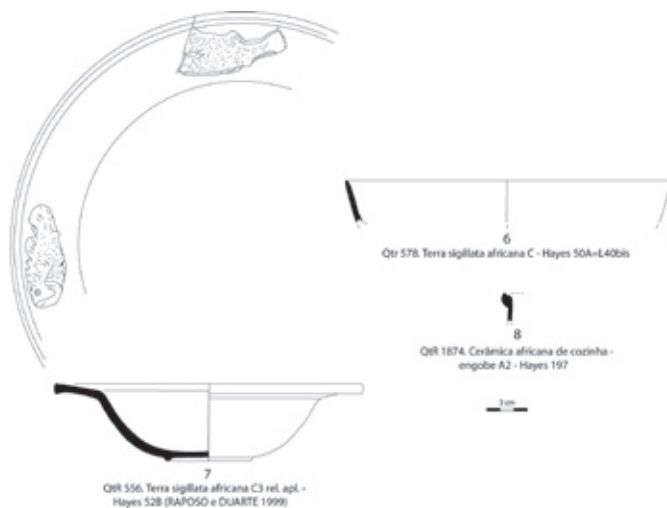


Figura 12 – Espólio fino da subfase 2.2 (350-400). Decorações à escala de 1/2.

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Prod.	% NMI Produção
Terra sigillata	Terra sigillata africana A	Hayes 3C	1	1	4	25,0
		Hayes 27=L9a	2	2		
		Hayes 27=L9a2	1	1		
	Terra sigillata africana C	Hayes 44	1	1	1	6,3
		Ind.	2			
	Terra sigillata africana D1	Hayes 59B	1	1	2	12,5
		Hayes 67B	1	1		
	TSH-La Rioja	Prato	1	1	1	6,3
Cerâmica Africana Cozinha	Norte da Tunísia	Hayes 181B (Bonifay, 2004)	1	1	2	12,5
		Hayes 196	1	1		
Imitação de Engobe Vermelho	Polimento	Hayes 3C (1.3.4.5)	2	2	2	12,5
	Engobe	Hayes 3C (1.3.4.5)	2	2	2	12,5
Vidro	Azul	Isings 50	1	1	1	6,3
Numisma		375-395 d.C.	1	1	1	6,3
Total			18	16	16	100,0
Residualidade: 68,7%						
Intrusibilidade: 0%						

Figura 13 – Quantificação do espólio fino da subfase 2.3 (400-425).



Figura 14 – Espólio fino da subfase 2.3 (400-425).

4.1.6. Subfase 2.4 (425+)

A UE 1 consiste na amortização da fossa do forno 3 e é a subfase estratigráfica mais rica em indivíduos, embora apresente também o segundo nível mais elevado de residualidade. Cinco produções são completamente residuais: a *terra sigillata* africana A e C, a hispânica de La Rioja, os vidros e as paredes finas.

A cronologia em torno aos inícios do segundo quartel do século V que atribuímos a esta subfase é-nos fornecida pelo exemplar de cerâmica de IEV inspirado possivelmente na Hayes 80A africana, forma que está datada por Bonifay (2004, p. 173) em meados ou segunda metade do século V, enquanto Mackensen (1993, p. 406) recua o seu início a 420 d.C. Em Cartago (Hayes 80/81) está diagnosticada desde o primeiro quartel do século V (Reynolds, 1995, p. 149; Fulford e Peacock, 1984, p. 57), mas é sem dúvida a partir do segundo quartel que esta

forma surge com mais intensidade em vários contextos ocidentais (Anselmino *et al.*, 1986; Bonifay, Carré e Rigoir, 1998; Orfila Pons e Cau Ontiveros, 1994; Santamaria, 1995; Deneauve, 1972; TED'A, 1989).

Nesta subfase, estamos perante um domínio da *terra sigillata* africana D1 (Fig. 16, n.ºs 10-12), mas num quadro comercial de fraca intensidade e através de tipos em final de vida (Hayes 59 e 67A, B). Estes inícios do segundo quartel do século V assumem-se como uma fase de expansão das cerâmicas de IEV – dominadas pelo tipo Hayes 61 (Fig. 20, n.ºs 15 e 17), seguido ao longe pelos tipos Hayes 67A (Fig. 28, n.º 33: o perfil deste exemplar, bem como o do n.º 11 em *terra sigillata*, é similar ao tipo *Atlante* XXXVIII, 2, com rupturas de perfil suavizadas. Está datado em Cartago em níveis imediatamente anteriores à muralha de *Theodosius* II – 425 d.C. – e no naufrágio de Anse Gerbal – *Atlante*, 1981, p. 259. Surge também no contexto de 425-450 d.C. de *Portus Sucronem* – Hurtado *et al.*, 2008, fig. 7, n.º 7) e Hayes 80A –, que ultrapassam largamente os valores da *terra sigillata* africana D1. A esta tipologia acresce também uma pequena quantidade de

cerâmica comum com temáticas decorativas de inspiração africana, nomeadamente o estilo A de Hayes (1972), datável até à primeira metade do século V, que denominamos de Cerâmica Comum de

Imitação (Fig. 26, n.º 28) e que Juan Tovar denomina de Cerâmica de Imitação de *Sigillata* (CIS), com datações estratigráficas entre 425 e 500 d.C. (Juan Tovar, 2012).

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Prod.	% NMI Produção
Terra sigillata	Terra sigillata africana A	Hayes 9 ou 14	1	1	14	24,6
		Hayes 14C	1	1		
		Hayes 15	4	4		
		Hayes 16	2	2		
		Hayes 26 ou 27	1	1		
		Hayes 27=L9a	4	4		
		Hayes 27=L9a2	1	1		
		Ind.	4			
	Terra sigillata africana C	Hayes 50A	4	3	3	5,3
		Ind.	4			
	Terra sigillata africana D1	Hayes 59	1	1	3	5,3
		Hayes 67A	1	1		
		Hayes 67B	1	1		
	Terra sigillata hispânica-La Rioja	D15/17	1	1	1	1,8
Imitação de Engobe Vermelho	Engobe	Drag. 27	1	1	19	33,3
		Hayes 3C (1.3.4.5)	1	1		
		Hayes 14B (1.3.2.2)	1	1		
		Hayes 61 (1.2.3.3)	10	10		
		Hayes 61 (1.2.3.4)	1	1		
		Hayes 67A (1.3.4.9)	2	2		
		Hayes 80A	1	1		
		Hayes 91 (1.5.10.1)	2	2		
	Polimento	Hayes 181B (1.1.2.2)	1	1	8	14,0
		Hisp. 42	1	1		
		Hayes 14B (1.3.2.2)	4	4		
		Hayes 61 (1.2.3.3)	1	1		
		Hayes 70/Hayes 73 (1.3.4.8)	1	1		
Cerâmica Comum Imitação	Engobe	Tigela (1.3.4.6)	1	1	1	1,8
	Sem engobe	Prato (1.1)	1	1	3	5,3
		Tigela (1.3)	2	2		
Vidro		Isings 92	1	1	4	7,0
		Isings 80	1	1		
		Isings 50	1	1		
		AR 98	1	1		
Paredes Finas	Local/Regional	Forma facetada	1	1	1	1,8
Total			66	57	57	100,0
Residualidade: 55,3%						
Intrusibilidade: 0%						

Figura 15 – Quantificação do espólio fino da subfase 2.4 (425+).

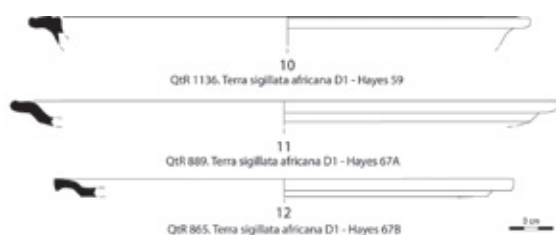


Figura 16 – Espólio fino da subfase 2.4 (425+).

4.2. Cerâmica comum

No que cabe à produção da cerâmica comum, este centro oleiro apresenta uma vasta gama de formas e variantes tipológicas que visavam suprir todas as necessidades do quotidiano da população local e/ou regional. Como pode observar-se no quadro quantitativo de síntese (Fig. 17), estão presentes todas as formas básicas do repertório romano.

Formas	N.º de Subvariantes Tipológicas	N.º de Fragmentos de bordo	Estimativa de Equivalente de Peça (EEP)	Fase 1	Fase 2	Cronologia Indeterminada
Prato	9	1513	99	314	1123	76
Prato Covo	4	526	40	26	467	33
Tigela	12	650	74	137	470	43
Bacia	5	79	11	17	57	5
Almofariz	4	282	25	58	205	19
Alguidar	9	510	39	46	425	39
Funil	1	3	3	0	2	1
Tacho	5	2013	245	486	1373	154
Pote/Panela	8	2115	198	323	1637	155
Potinho	8	589	82	152	406	31
Jarro	4	275	45	48	210	17
Bilha	11	329	69	68	241	20
Cântaro	3	73	6	10	50	13
Grande Pote Canelado	3	41	7	8	32	1
Talha	5	27	7	9	15	3
Tampa	6	262	70	66	171	25
Lucerna	3	6	6	0	6	0
Molde	2	3	3	0	3	0
Suporte	7	330	78	51	256	23
Peso	4	12	12	3	9	0
Total	113	9638	1124	1822	7158	658

Figura 17 – Formas de cerâmica comum presentes na olaria romana da Quinta do Rouxinol, com a sua distribuição pelas duas grandes fases de ocupação do sítio: Fase 1 – 2.º quartel a finais do século III; Fase 2 – Início do século IV a momento posterior ao 1.º quartel do século V.

Por ser impossível tratar neste artigo toda a realidade acima exposta, cingimo-nos a um pequeno grupo representativo da influência de modelos técnicos e culturais da cerâmica fina norte-africana, constituído exclusivamente por pratos, tigelas e almofarizes (Fig. 18). Para além dos aspectos técni-

cos e morfológicos, também se verificam alguns esquemas decorativos de inspiração norte-africana, muitas vezes ilustrando uma fusão estilística (ver *supra* discussão na fase de 425+, acerca das cerâmicas datantes).

Classe	Origem	Tipo	N.º de Frag.	EEP	EEP Produção	% EEP Produção
Cerâmica Comum	Lusitania, Tejo (Rouxinol)	1.1.2.2 (H181b)	104	9	105	8,6%
		1.1.3.4 (H61)	512	38		36,2%
		1.1.4.1 (H58)	29	3		2,9%
		1.2.3.3 (H61)	156	13		12,4%
		1.3.2.2 (H14b)	170	18		17,1%
		1.3.4.5 (H3c)	54	5		4,8%
		1.3.4.6 (H3e?)	34	8		7,6%
		1.3.4.8 (H44 e 73)	10	2		1,9%
		1.3.4.9 (H67a)	24	4		3,8%
		Fundo Prato 1.1	1	1		1,0%
		Fundo Tigela 1.3.4.6	1	1		1,0%
		Fundo Tigela 1.3	3	3		2,9%
Total			1098			100%

Figura 18 – Formas de cerâmica comum tratadas no presente artigo, com correspondente representatividade proporcional.

Parece-nos cada vez mais importante o desenvolvimento do estudo das cerâmicas de produção local/regional para compreender as variações socio-económicas de pequena escala e complementar os dados cronológicos obtidos pelas cerâmicas finas. No conjunto que agora apresentamos é possível verificar estes aspectos, sobretudo por pertencer a contextos bem caracterizados, estratigráfica e cronologicamente.

Na generalidade do conjunto, as formas são bastante coerentes no que respeita ao contexto crono-estratigráfico do sítio. No entanto, surgem “anomalias” que induzem alguma perplexidade quando temos em conta a forma, a decoração e a cronologia.

4.2.1. Pratos e pratos covos

Foram seleccionadas quatro formas de pratos que apresentam características morfológicas que podem remeter para três tipos de cerâmicas finas: Hayes 32/58, Hayes 61 e Hayes 181B (Fig. 23).

A forma 1.1.2.2/H181B (Fig. 19) encontra-se representada em todas as subfases cronológicas da olaria, tendo, no entanto, uma expressão mais significativa nos depósitos da fossa detrítica do sector B10, com cronologia do século IV (subfases 2.1 a 2.3). Esta forma de prato é relativamente comum no elenco das cerâmicas romanas, com paralelos que vêm desde os pratos de verniz vermelho pompeiano, forma Aguard 6 (Aguard Otal, 1991), e aqui se atesta a sua continuidade no século IV. Porém, uma presença tão importante nesta fase tardia pode ter a ver com a elevada residualidade de cerâmicas mais antigas neste contexto de entulheira. Apesar da perduração deste tipo de prato, verifica-se que dos 104 fragmentos existentes só dois apresentam uma aguada de revestimento, levando-nos a crer que nesta forma não há, aparentemente, uma deliberada intenção de imitar as características típicas das cerâmicas norte-africanas, mas apenas a continuidade da morfologia.

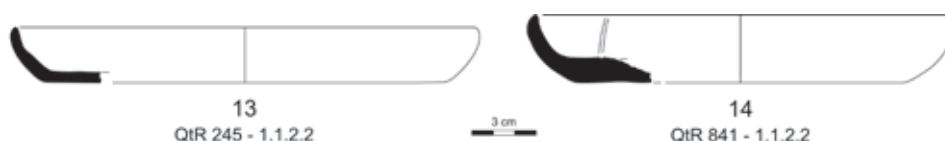


Figura 19 – Pratos da forma 1.1.2.2 / Hayes 181B.

Quanto às formas 1.1.3.4 e 1.2.3.3/H61, observam-se dois momentos produtivos de maior expressão: um, correspondente aos meados do segundo quartel do século III e finais desta centúria; outro, entre a segunda metade do século IV e a primeira do V.

Os exemplares da primeira fase apresentam perfis ligeiramente menos complexos, sem decorações ou sulcos evidentes no fundo, e sem que qualquer fragmento apresente vestígios de aguada ou polimento na superfície. Em contrapartida, todos os fragmentos

que evidenciam este tipo de acabamento (Imitação de Engobe Vermelho – IEV) inserem-se no contexto da segunda fase de produção (Fase 2). Neste âmbito cronológico encontram-se peças claramente inspiradas no modelo africano Hayes 61, o que é cronologicamente coerente, como sucede nas peças **n.ºs 15 e 16 (Fig. 20)**, que tentam reproduzir a variante Hayes 61A, embora o último só tenha alisamento de superfície (e um bordo atrofiado), e no **n.º 17 (Fig. 20)**, que se aproxima da variante Hayes 61B.

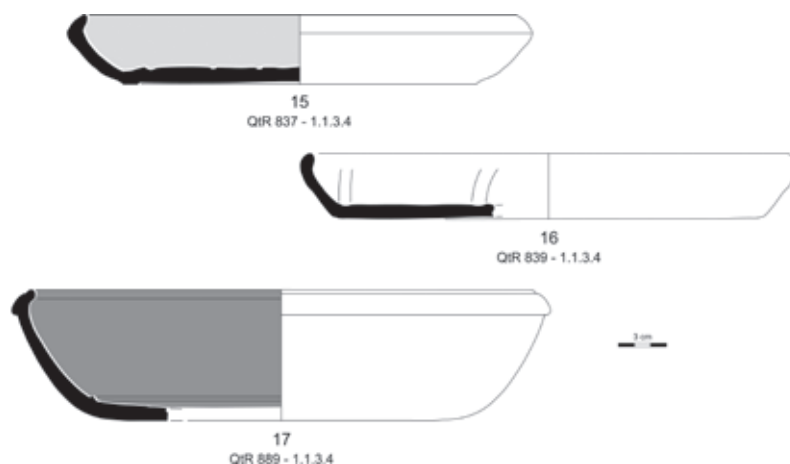


Figura 20 – Pratos e prato covo das formas 1.1.3.4 e 1.2.3.3 / Hayes 61.

O prato da forma 1.1.4.1 (**Fig. 21**) sugere-nos alguma afinidade com o modelo norte-africano Hayes 58, cuja cronologia é concordante com a fase tardia da olaria, do início do século IV a momento posterior ao primeiro quartel do século V (Fase 2). Há, contudo, na fase anterior, do segundo quartel a finais do século III (Fase 1), uma presença significativa deste tipo de prato, algo que poderá estar relacionado com a forma Hayes 32.

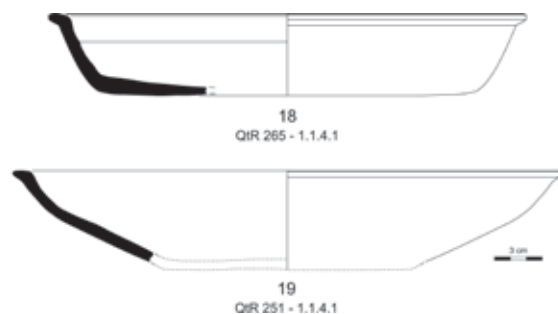


Figura 21 – Pratos da forma 1.1.4.1 / Hayes 32-58.

A decoração de peças não é muito frequente na olaria romana da Quinta do Rouxinol. Contudo, as que aparecem são muito interessantes e intrigantes. Exemplo disso é a decoração que surge na parte interna de um fundo de prato **n.º 20 (Fig. 22)**. Trata-se de um duplo “guilhocé” aplicado em direcções opostas e com palmeta central (Viegas, 2003, p. 188), correspondendo, também, às linhas enquadadas em sulcos concêntricos que procuram imitar o “double rouletted band” das cerâmicas africanas – segundo Hayes (1972, p. 282), utilizado sobretudo no final do século IV e no início do século V, cronologia que é harmoniosamente coincidente com a datação do contexto (Subfase 2.4 – UE 1) onde se recolheram os fragmentos que compõem esta peça, que datará do primeiro quartel do século V.



Figura 22 – Fundo de prato em cerâmica comum, decorado na face interna.

4.2.2. Tigelas

Do conjunto das tigelas, seleccionaram-se seis tipos que, à partida, parecem evidenciar clara inspiração em modelos exógenos: *terra sigillata* africana, tipos Hayes 3C, 14B, 44, 67A, 73 (Fig. 30).

A tipologia de tigela 1.3.2.2 / Hayes 14 (Fig. 24) é a mais abundante na olaria, representando um quarto da totalidade. É igualmente o tipo com cronologias tendencialmente mais antigas, com forte expressão entre a segunda metade do século III e a primeira do século IV, revelando continuidade na morfologia da Hayes 14B. Também é a forma onde está melhor representado o acabamento de superfície com aguada e polimento, naturalmente devido à intenção de a aproximar ao modelo norte-africano.

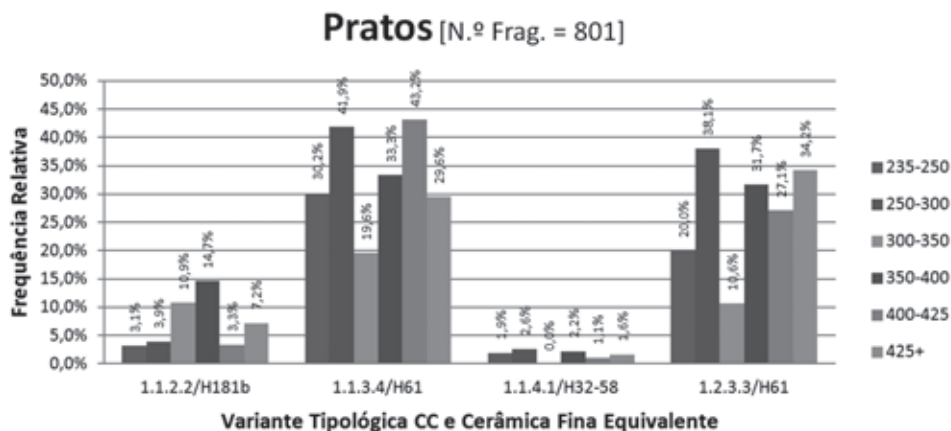


Figura 23 – Gráfico da frequência relativa dos pratos por cronologia.

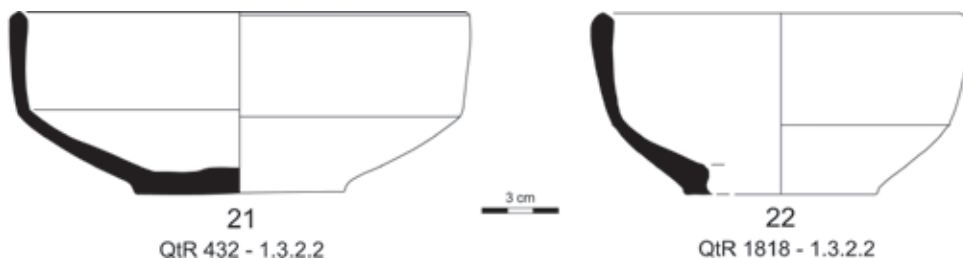


Figura 24 – Tigelas da forma 1.3.2.2 / Hayes 14.

A tigela 1.3.4.5 / Hayes 3B (Fig. 25) apresenta algumas variações na aba, por vezes curta, recta ou ligeiramente pendente. Porém, julgamos serem derivações da *terra sigillata* norte-africana Hayes 3B, reafirmando uma vez mais a continuidade da morfologia na cerâmica de âmbito local e mantendo alguma regularidade quantitativa nas diversas fases da vida da olaria da Quinta do Rouxinol. É igualmente importante referir a forte presença de peças com acabamentos de superfície (aguada, polimento e engobe).

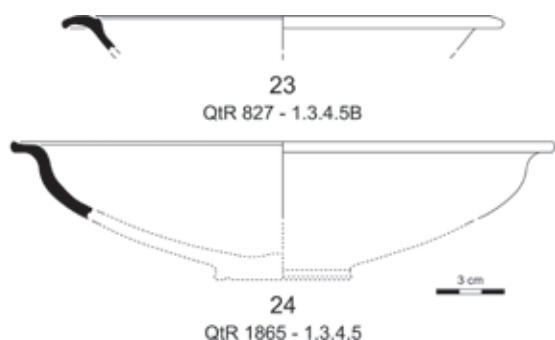


Figura 25 – Tigelas da forma 1.3.4.5 / Hayes 3B.

As tigelas do tipo 1.3.4.6 (Fig. 26) são, provavelmente, as peças mais intrigantes da olaria no que tem a ver com o seu enquadramento cronológico. Trata-se de uma forma cujas características morfológicas e decorativas remetem para a *sigillata* foceen-

se tardia Hayes 3, de meados do século V a meados do século VI. No entanto, as peças produzidas na Quinta do Rouxinol surgem em unidades estratigráficas mais antigas e com uma forte preponderância na segunda metade do século III (Fig. 30). Podemos assim interpretar este facto como uma coincidência ou uma originalidade desta olaria? Temos alguma dificuldade em admitir isso de forma categórica. Parece-nos mais provável ser um modelo inspirado na forma Drag. 24/25 da *sigillata* hispânica, que terá sido produzida até próximo dos finais do século II, encaixando de forma mais lógica na cronologia desta olaria, podendo ser assim uma continuação/ adaptação tardia de uma ideia alto-imperial.

O esquema decorativo é genericamente composto por um guilhoché ou ziguezague inciso na falange do bordo. Num dos fundos, que conseguimos atribuir à forma devido ao característico engobe branco, encontra-se representada uma *rouletted band* incisa em torno de uma palmeta (Fig. 30). Tal como o fundo de prato n.º 20 (fig. 22), esta peça foi recolhida na Subfase 2.4 / UE 1, cuja cronologia coincide com a datação proposta por Hayes (1972, p. 220) para este estilo decorativo.

Outro exemplar interessante é o n.º 29 (fig. 26), uma peça sobrecozida intencionalmente e com pintura a branco que contrasta com o fundo cinzento-escuro.

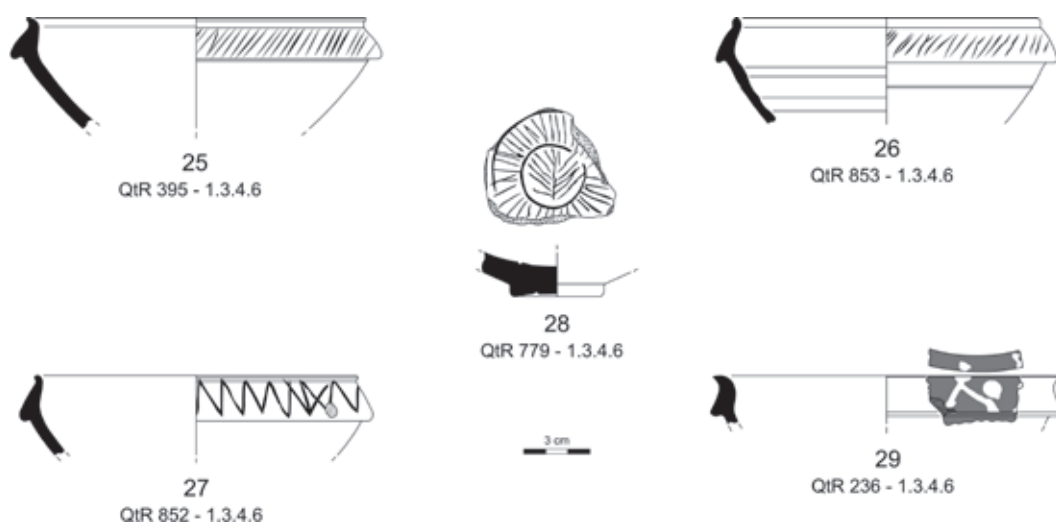


Figura 26 – Tigelas da forma 1.3.4.6.

A forma 1.3.4.8 subdivide-se em dois tipos de tigelas: as que são afins à Hayes 44 (**Fig. 27, n.º 30**) e as que apresentam maior proximidade com a Hayes 73 (**Fig. 27, n.º 31**). É interessante observar esta subdivisão, pois ela reflecte-se na crono-estratigrafia

de forma muito coerente. As peças afins à Hayes 44 encontram-se confinadas à primeira subfase da olaria, Subfase 1.1, situada entre 235 e 300, enquanto as do tipo Hayes 73 surgem na subfase final, 2.4, datada a partir do segundo quartel do século V.

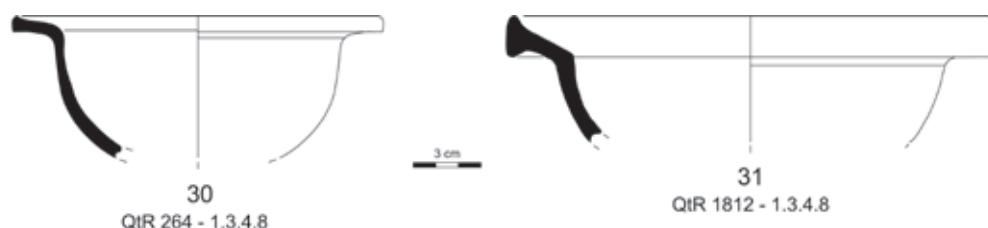


Figura 27 – Tigelas da forma 1.3.4.8 / Hayes 44-73.

Absolutamente consensual quanto à sua fonte de inspiração é a tigela do tipo 1.3.4.9 (**Fig. 28**), que reproduz a *terra sigillata* norte-africana Hayes 67 e apresenta cronologias absolutamente coerentes – da segunda metade do século IV ao segundo quartel do século V –, à excepção de um fragmento recolhido na Subfase 1.2 / UE 12, datada da segun-

da metade do século III. Nos termos da tipologia da cerâmica comum local, a peça enquadra-se neste grupo. Porém, nada tem a ver com o bordo escalonado característico da Hayes 67. Considera-se assim como sendo um *outlier* (ver *supra* discussão deste perfil no capítulo relativo às cerâmicas datantes da fase 425+).

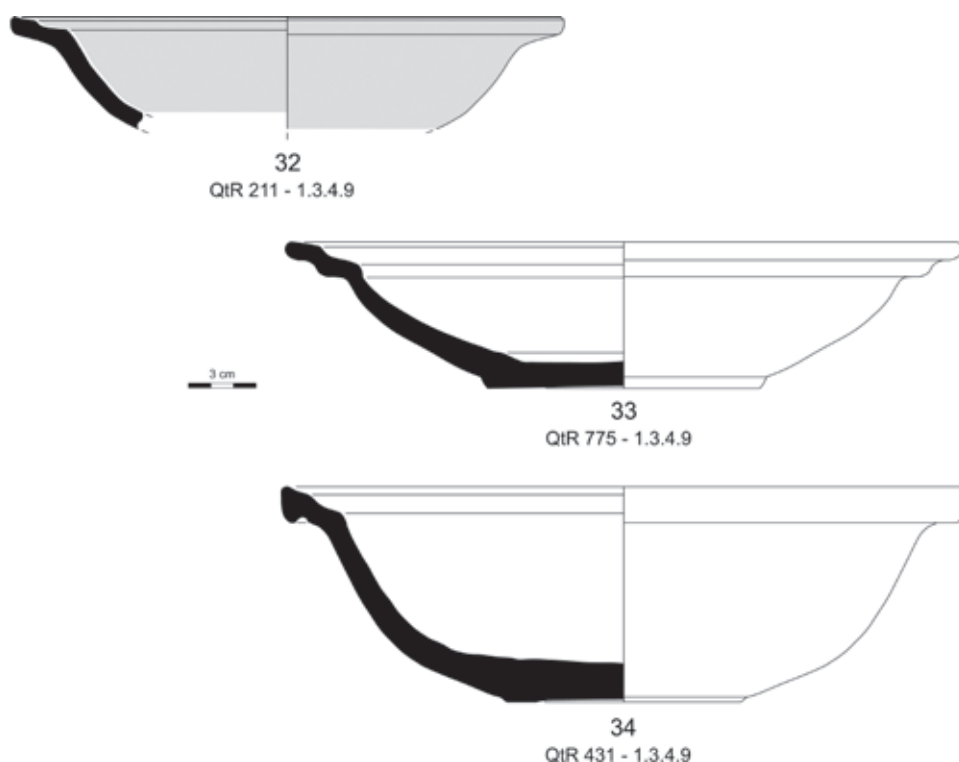


Figura 28 – Tigelas da forma 1.3.4.9 / Hayes 67.

Tanto nas tigelas (Fig. 29, n.ºs 35-36) como nos pratos, a palmeta incisa protagoniza o elenco dos motivos decorativos da olaria. Geralmente apresenta-se isolada e inclusa em círculos concêntricos, seguindo, grosso modo, os estilos decorativos da *sigillata* norte-africana que Hayes classifica como estilo A(ii), com datação proposta entre 350 e 420 (Hayes, 1972, p. 218-219). Para além destas representações mais ou menos canónicas, existe um fundo de cerâmica comum (Fig. 29, n.º 37) cuja decoração evidencia características locais na sua composição: quatro palmetas em disposição radial, com a particularidade

de estarem orientadas no sentido do exterior para o interior, rodeadas por uma banda de ziguezagues e dois círculos concêntricos. Trata-se de uma fusão entre as temáticas locais e o estilo A da *terra sigillata* africana D (Hayes, 1972, p. 218; Quaresma, no prelo).

Estes temas decorativos da cerâmica comum são bons elementos datantes pois, segundo o que pode observar-se na cerâmica produzida na olaria da Quinta do Rouxinol, apresentam uma forte coerência cronológica com os modelos da *sigillata* norte-africana, surgindo apenas em contextos datados a partir da primeira metade do século IV.

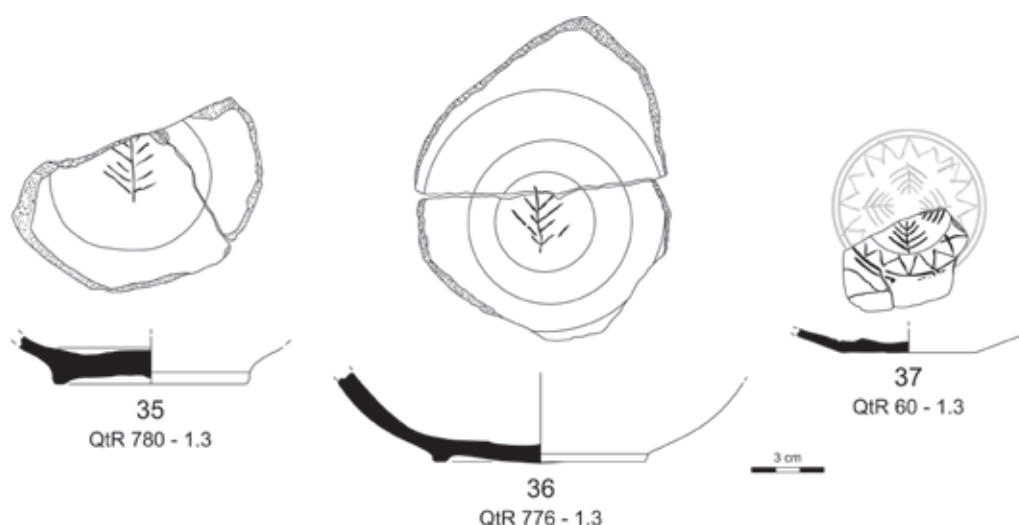


Figura 29 – Fundos de tigela em cerâmica comum, decorados na face interna.

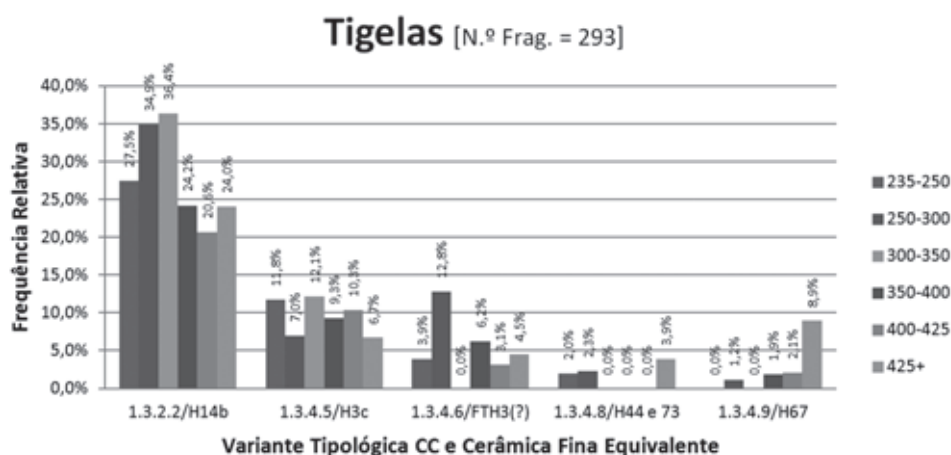


Figura 30 – Gráfico da frequência relativa das tigelas por cronologia.

4.3. Ânforas

No que respeita às ânforas, a olaria da Quinta do Rouxinol centrou a sua actividade principal em peças das formas Almagro 50 / Keay 16, Almagro 51c e Lusitana 9. Na presente fase de investigação, a análise de 4726 fragmentos cerâmicos destas formas

(3548 bordos e 1178 fundos) permitiu contabilizar um Número Mínimo de Indivíduos (NMI) superior a sete centenas, qualquer que seja a zona da peça considerada: 753 a partir dos bordos; 713 com base nos fundos.

Formas	Bordos			Fundos		
	Frag.	NMI Prod.	% NMI Prod	Frag.	NMI Prod.	% NMI Prod
Almagro 50 / Keay 16	1194	259	34,4	301	197	27,6
Almagro 51c	2139	414	55,0	687	472	66,2
Lusitana 9	215	80	10,6	190	44	6,2
Total	3548	753	100	1178	713	100

Figura 31 – Produções anfóricas da olaria da Quinta do Rouxinol, incluindo o número de fragmentos de bordos e de fundos das formas Almagro 50 / Keay 16, Almagro 51c e Lusitana 9 tratados na presente fase de estudo, com quantificação do Número Mínimo de Indivíduos identificado e da sua representatividade percentual.

É claro o predomínio da forma Almagro 51c, que terá constituído a principal produção do sítio. A sua representatividade na amostra em estudo varia entre os 55,0 e os 66,2 %, conforme tenhamos presentes os dados dos bordos ou dos fundos. A Almagro 50 /

Keay 16 representa cerca de um terço a um quarto dos mesmos subconjuntos (34,4 e 27,6 %, respectivamente), enquanto a Lusitana 9 tem muito menor expressão, oscilando entre 10,6 % nos bordos e 6,2 % nos fundos.

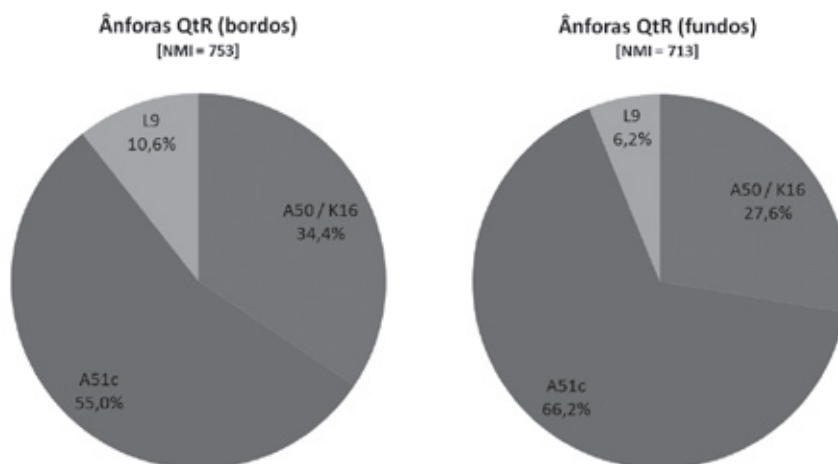


Figura 32 – Gráficos de distribuição do Número Mínimo de Indivíduos identificado na olaria da Quinta do Rouxinol, considerando os bordos (à esquerda) e os fundos (à direita) e as produções anfóricas em presença: Almagro 50 / Keay 16, Almagro 51c e Lusitana 9.

Esta proporção mantém-se quando o universo é reduzido aos indivíduos com contexto estratigráfico bem definido, isto é, descartando os exemplares de

zonas de remeximento ou cronologia indeterminada. O NMI passível de estudo passa a 699 e 664, para os bordos ou os fundos, respectivamente.

Formas	Bordos						Fundos					
	Fase 1		Fase 2		Subtotal		Fase 1		Fase 2		Subtotal	
	NMI	% NMI	NMI	% NMI	NMI	% NMI	NMI	% NMI	NMI	% NMI	NMI	% NMI
Almagro 50 / Keay 16	11	27,5	221	33,5	232	33,2	12	30,8	174	27,8	186	28,0
Almagro 51c	27	67,5	363	55,1	390	55,8	25	64,1	412	65,9	437	65,8
Lusitana 9	2	5,0	75	11,4	77	11,0	2	5,1	39	6,2	41	6,2
Subtotais	40	100,0	659	100,0	699	100,0	39	100,0	625	100,0	664	100,0

Figura 33 – Número Mínimo de Indivíduos das formas Almagro 50 / Keay 16, Almagro 51c e Lusitana 9 tratados na presente fase de estudo, com valores absolutos e percentuais relativos às duas grandes fases de ocupação do sítio: Fase 1 – 2.º quartel a finais do século III; Fase 2 – Início do século IV a momento posterior ao 1.º quartel do século V.

Se exceptuarmos a intrusão de dois indivíduos identificados pelo bordo e de outros dois pelo fundo, a forma Lusitana 9 é associável à segunda fase ocupação do sítio. Ao nível da distribuição percentual dos bordos, é visível que adquire então razoável representatividade na produção global da olaria (11,4 %), assinalada igualmente nos fundos mas em menor escala (6,2 %). Atendendo ainda aos bordos, a presença relativa da forma Almagro 50 / Keay 16

também aumenta ligeiramente na segunda fase (de 27,5 para 33,5 %), tendo por consequência a diminuição proporcional da Almagro 51c (de 67,5 para 55,1 %) que, ainda assim, representa mais de metade da amostra.

Nos fundos, o predomínio da Almagro 51c mantém-se e mostra até um ligeiro aumento (de 64,1 para 65,9 %), por contraponto com pequeno decréscimo da Almagro 50 / Keay 16 (de 30,8 para 27,8 %).

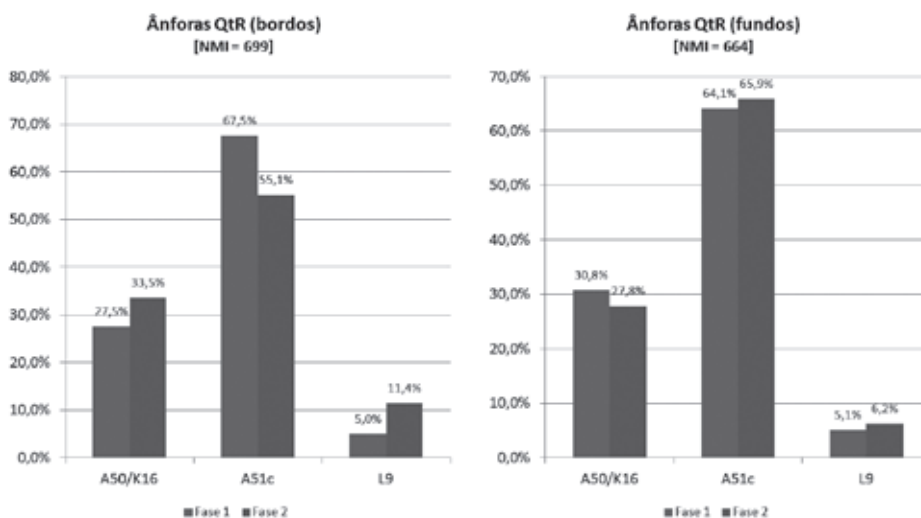


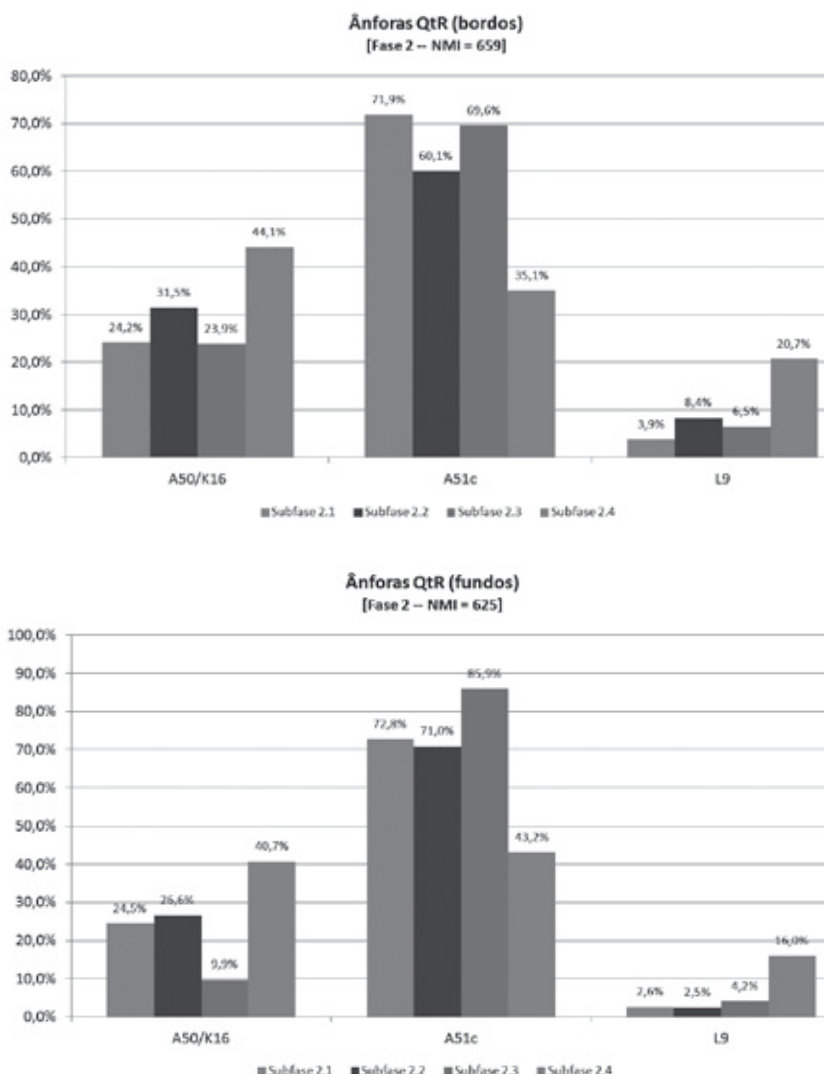
Figura 34 – Distribuição percentual do Número Mínimo de Indivíduos das formas Almagro 50 / Keay 16, Almagro 51c e Lusitana 9 tratados na presente fase de estudo, considerando as duas grandes fases de ocupação do sítio.

Para compreensão das transformações ocorridas na fase final de laboração da olaria, vale a pena detalhar a análise da UE 1 (subfase 2.4), datável de momento posterior ao primeiro quartel do século V e uma das mais bem representadas no universo considerado: 222 dos 699 bordos (31,8 %) e 162 dos

664 fundos (24,4 %). Aqui se concentra a maioria das ocorrências da Lusitana 9 (59,7 % dos bordos e 63,4 % dos fundos desta forma foram recolhidos na UE 1), fazendo com que corresponda a 20,7 % da totalidade dos bordos e 16,0 % dos fundos provenientes desta unidade estratigráfica. Este aumento

proporcional da Lusitana 9 é acompanhado de uma subida também relevante da Almagro 50 / Keay 16, que atinge 44,1 % nos bordos e 40,7 % nos fundos.

Consequentemente, a Almagro 51c, que dominara com valores acima dos 70 %, cai abruptamente na UE 1 para 35,1 % nos bordos e de 43,2 % nos fundos.



Figuras 35 e 36 – Distribuição percentual do Número Mínimo de Indivíduos das formas Almagro 50 / Keay 16, Almagro 51c e Lusitana 9 tratados na presente fase de estudo, considerando o NMI de bordos e de fundos na segunda e última fase crono-estratigráfica do sítio – Fase 2, individualizando as subfases 2.1 (300-350), 2.2 (350-400), 2.3 (400-425) e 2.4 (425+).

Na presente fase de estudo dos materiais anfóricos, parece poder concluir-se que, nas primeiras décadas do século V, a produção da olaria da Quinta do Rouxinol se terá transferido parcialmente da forma Almagro 51c para a forma Almagro 50 / Keay 16 e, principalmente, para a forma Lusitana 9. Atendendo a que as duas primeiras estão associa-

das ao envase de preparados piscícolas e, por outro lado, as evidências conhecidas apontam para que a Lusitana 9 tenha servido o transporte de vinho, esta alteração produtiva integrar-se-á nas transformações então ocorridas na economia local da região estuarina do Tejo e nos circuitos comerciais de média e longa escala.

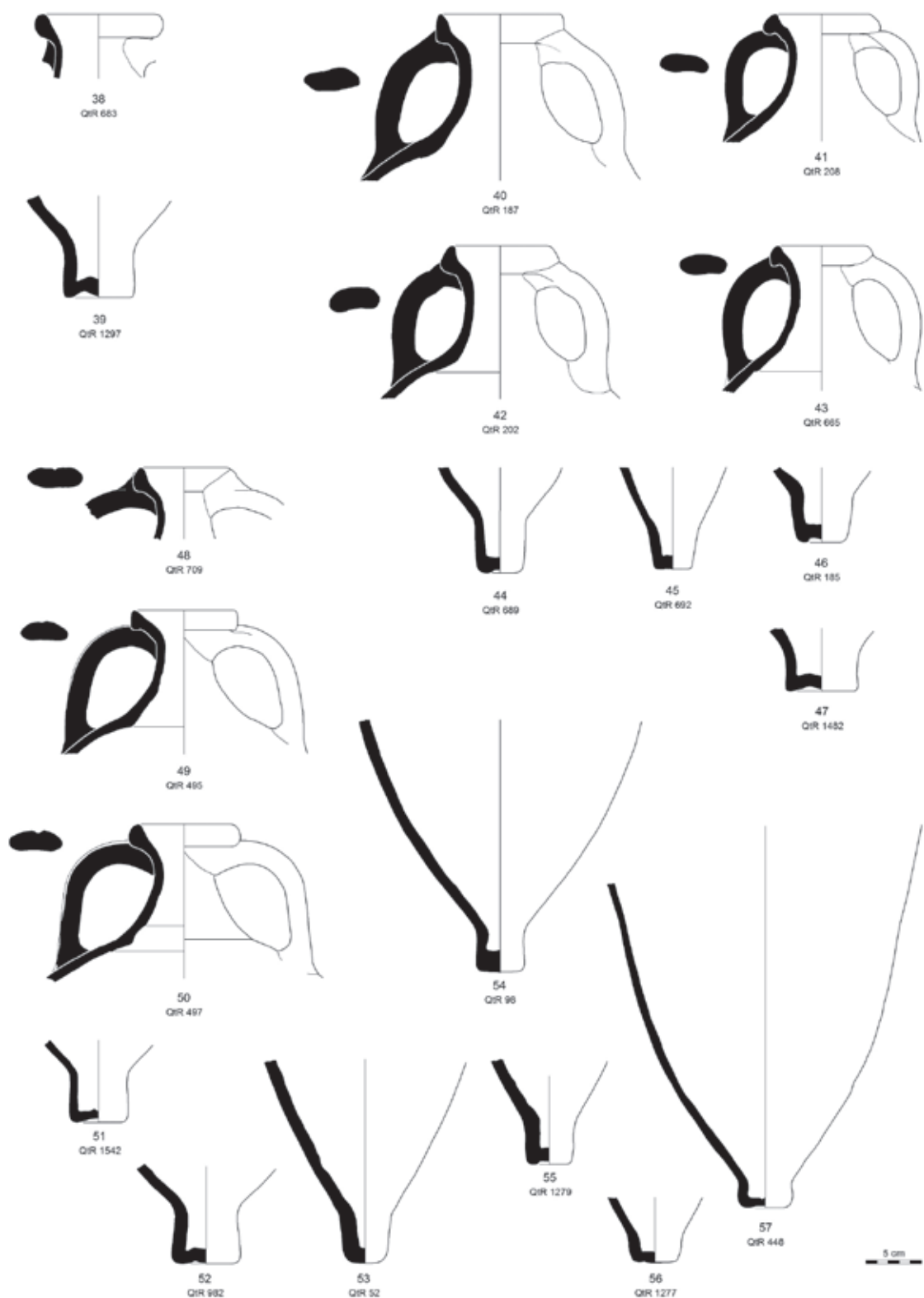


Figura 37 – Ânforas da forma Almagro 51c associadas às diferentes subfases crono-estratigráficas da olaria da Quinta do Rouxinol: – n.ºs 38-39, subfase 1.1 (235-250); n.ºs 40-47, subfase 1.2 (250-300); n.ºs 48-57, subfase 2.1 (300-350).

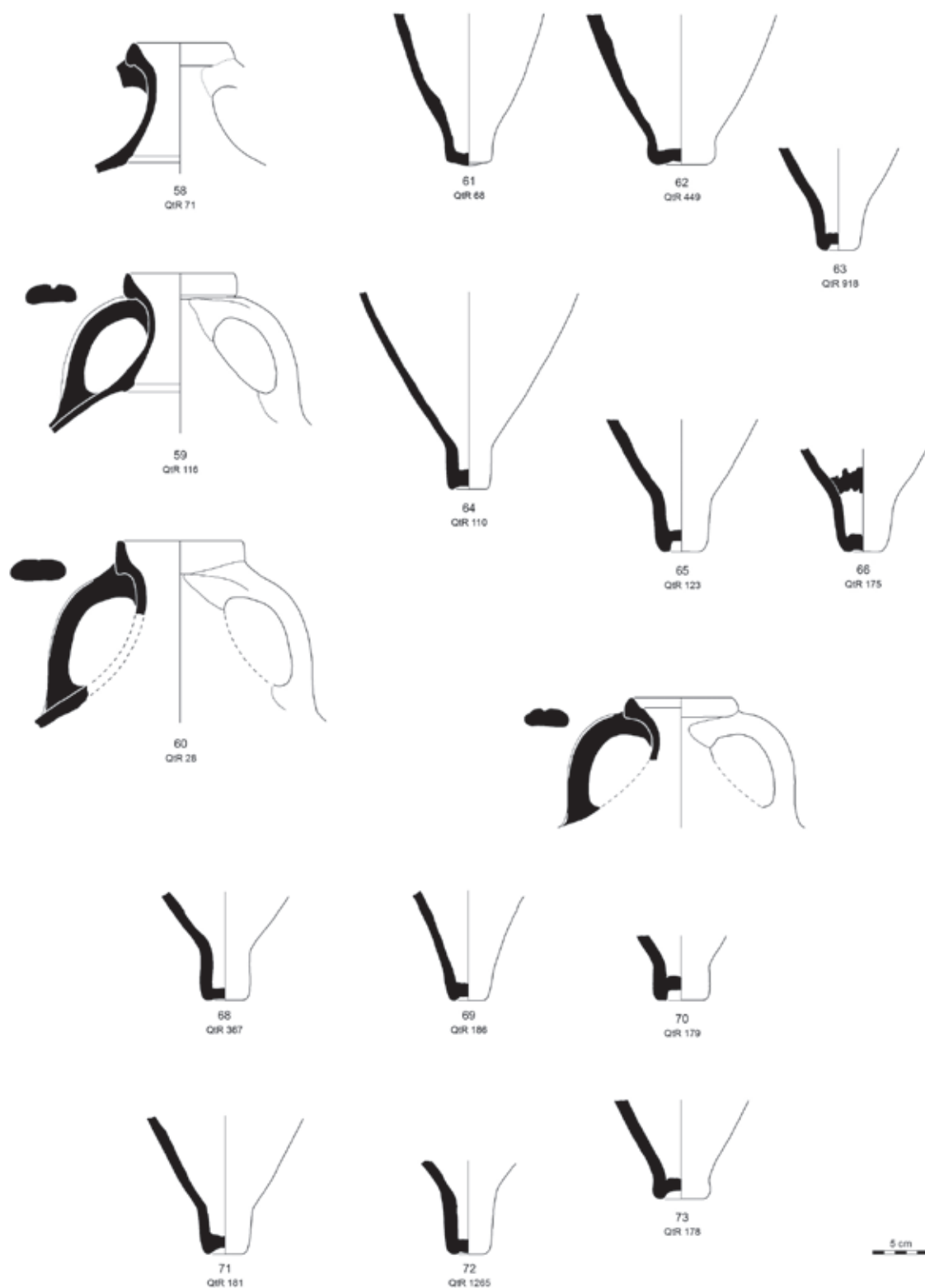


Figura 38 – Ânforas da forma Almagro 51c associadas às diferentes subfases crono-estratigráficas da olaria da Quinta do Rouxinol: – nºs 58-66, subfase 2.2 (350-400); nºs 67-73, subfase 2.3 (400-425).

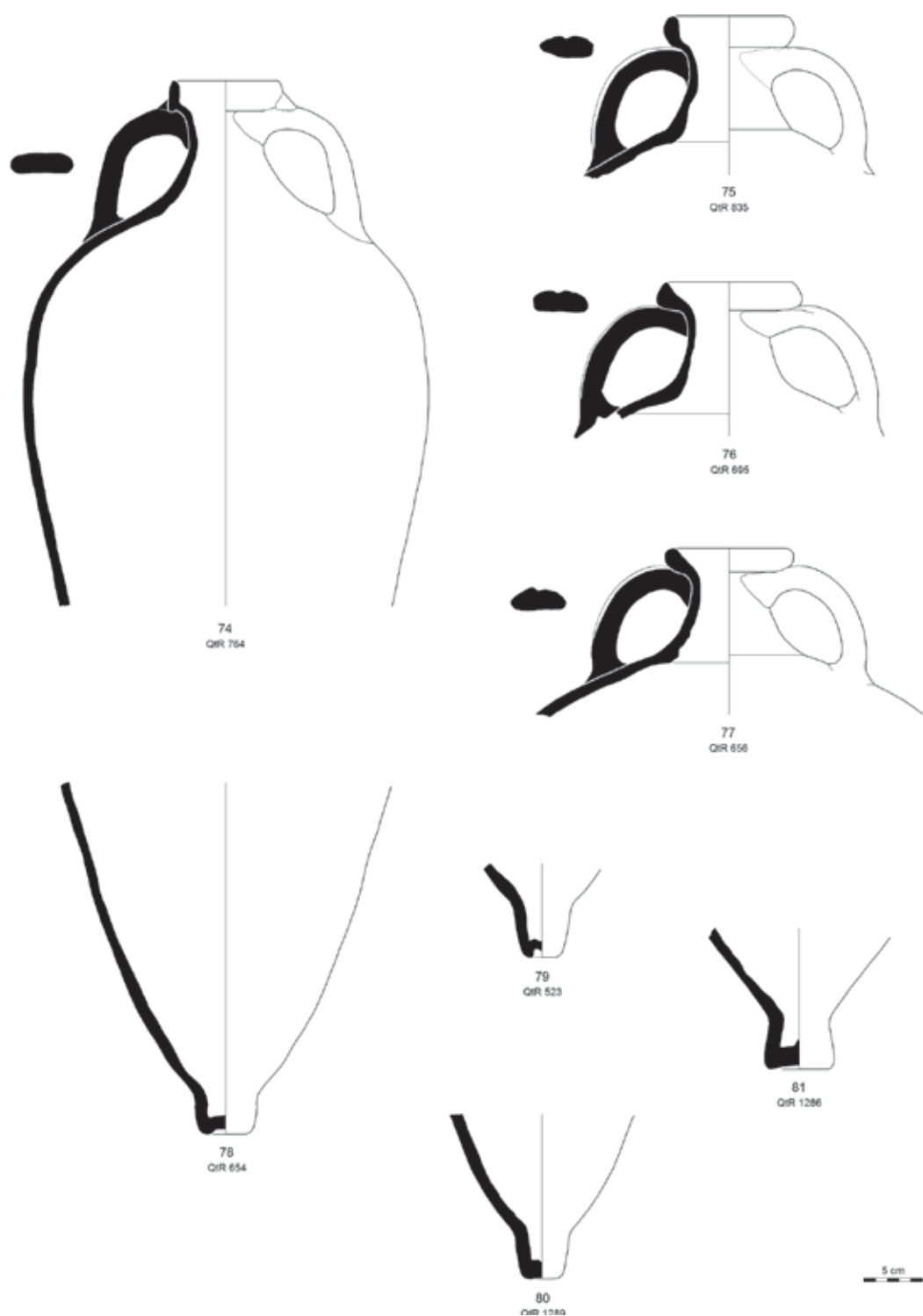


Figura 39 – Ânforas da forma Almagro 51c associadas às diferentes subfases crono-estratigráficas da olaria da Quinta do Rouxinol: – nos 74-81, subfase 2.4 (425+).

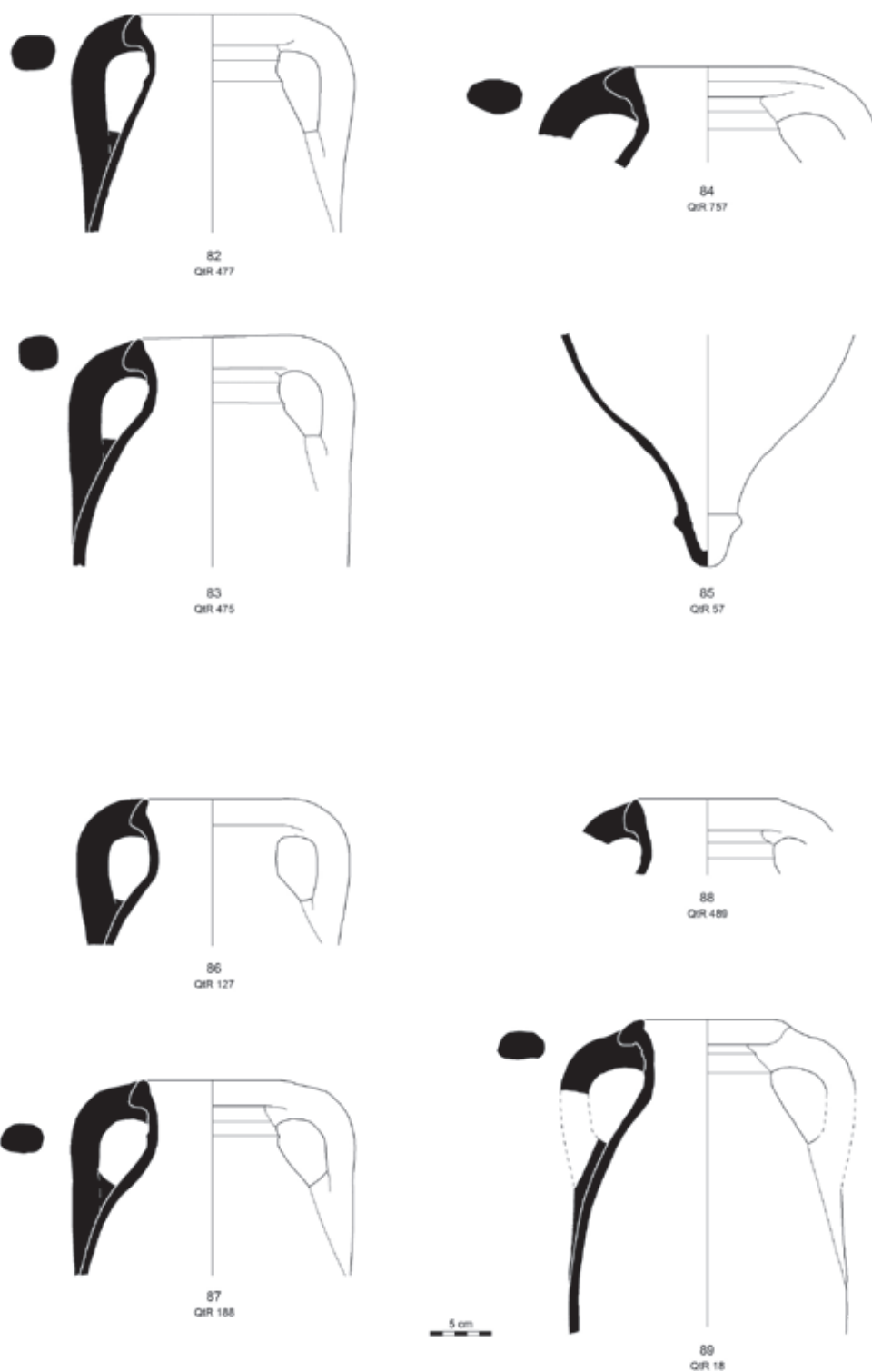


Figura 40 – Ânforas da forma Almagro 50 / Keay 16 associadas às diferentes subfases crono-estratigráficas da olaria da Quinta do Rouxinol: – **nºs 82-85**, subfase 2.1 (300-350); **nºs 86-89**, subfase 2.2 (350-400).

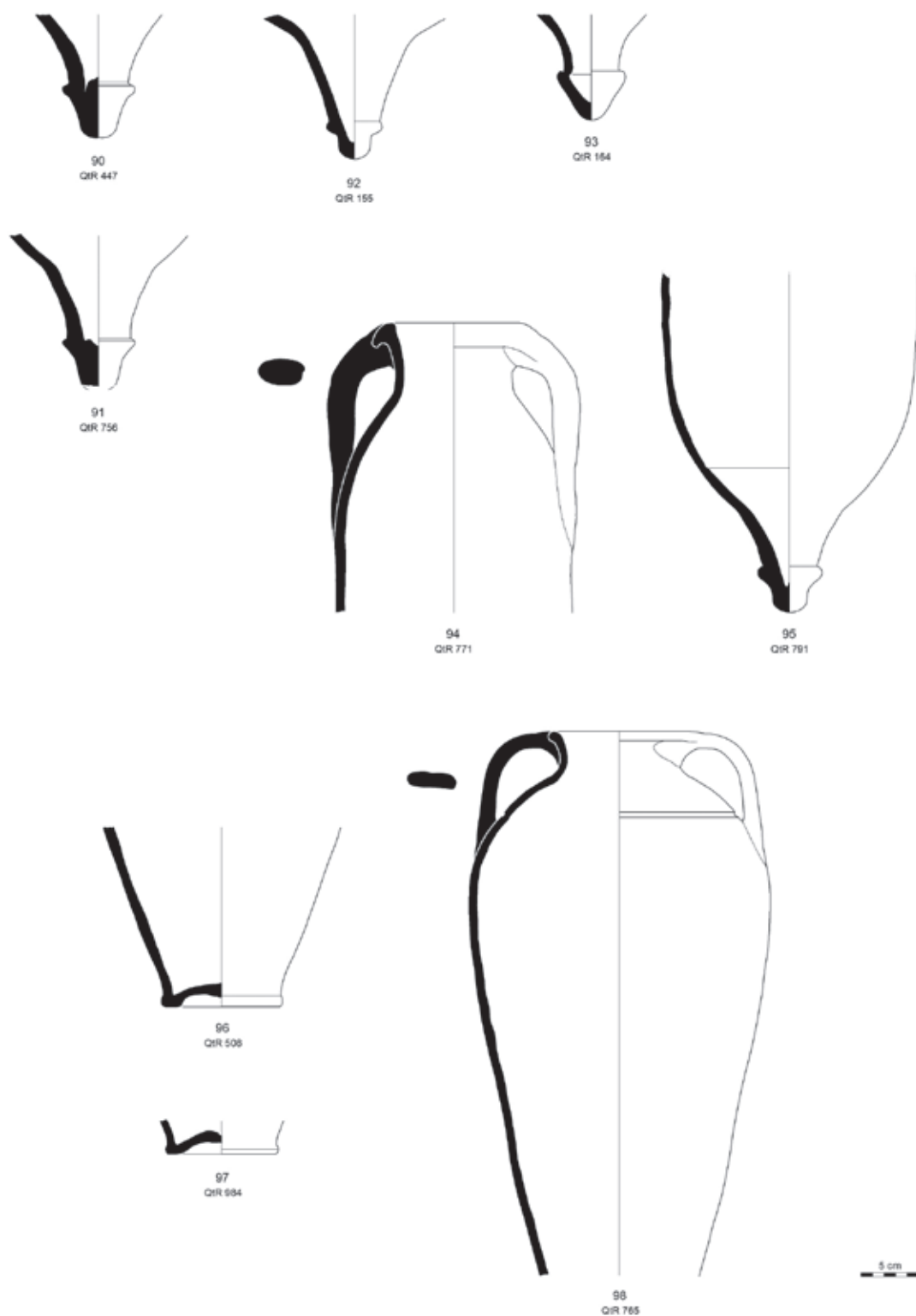


Figura 41 – Ânforas das formas Almagro 50 / Keay 16 e Lusitana 9 associadas às diferentes subfases crono-estratigráficas da olaria da Quinta do Rouxinol: – nºs 90-93, A50 / K16, subfase 2.2 (350-400); nºs 94-95, A50 / K16, subfase 2.4 (425+); nº 96, L9, subfase 2.1 (300-350); nº 97, L9, subfase 2.2 (350-400); nº 98, L9, subfase 2.4 (425+).

5. NOTAS FINAIS

Os estudos recentes ou em curso sobre a olaria da Quinta do Rouxinol evidenciam a importância da adopção de uma metodologia de intervenção operativa e rigorosa, traduzida num registo de campo diversificado e exaustivo. A base documental, coligida entre 1986 e 1991 e enriquecida posteriormente, continua a permitir novas abordagens qualitativas e quantitativas à olaria, às suas produções cerâmicas e aos materiais exógenos, enquadrando-as no contexto da sociedade e da economia romanas, numa escala que ultrapassa claramente a da região estuária do Tejo. Esses resultados evidenciam a importância e as potencialidades da análise estratigráfica fina dos centros produtores de cerâmica e do estudo detalhado dos materiais datantes, com interacção de várias linhas de investigação que se revelam fundamentais para a caracterização e atribuição cronológica das produções locais de ânforas e de cerâmica comum e de construção, entre outras.

Em linhas breves, diríamos que esta estratigrafia indicia, ao nível da *terra sigillata* africana, a continuidade da produção A na segunda metade do século III, quando ainda aparenta ser maioritária relativamente à congénere da Byzacena (africana C). Esta última é hegemónica ao longo do século IV, dando-se o aparecimento da africana D apenas na segunda metade desta centúria, mas numa posição secundária. A *terra sigillata* africana D conquista a hegemonia do mercado apenas no primeiro quartel do século V, mas a viragem para o segundo quartel é marcada por uma produção intensa de cerâmicas de imitação de engobe vermelho não vitrificável. Esta produção remonta ao século III, mas nesta época parece substituir a *terra sigillata* africana D, cuja ausência é assim suprida por uma tipologia de imitação local/regional. A quantidade apreciável constatada na Quinta do Rouxinol permite-nos questionar um eventual prolongamento da cronologia final do sítio, já que esta tipologia, na produção bracarense, surge em grandes quantidades em Vigo nas décadas centrais do século V (Fernández Fernández, 2014). Porém, a ausência de motivos como os cres-

centes e o respectivo estilo A(iii) de Hayes (1972), apela à prudência na atribuição cronológica da última fase do ateliê, que poderá não se afastar em muitas décadas do início do segundo quartel do século V. Segundo Juan Tovar (2012), iniciar-se-á também neste segundo quartel do século V a produção de cerâmicas de imitação de *sigillata* na Península Ibérica central/setentrional, mas na Quinta do Rouxinol os primeiros indícios dessa prática recuam à segunda metade do século IV.

Quanto à cerâmica comum, é evidente uma forte componente de influência norte-africana – não apenas no conjunto aqui abordado, mas, de uma forma geral, na maior parte das formas identificadas na olaria, envolvendo desde a morfologia aos detalhes decorativos e técnicos. Podemos admitir que o elenco morfológico na produção oleira de cerâmica comum da Quinta do Rouxinol tende a acompanhar as tendências da época.

Genericamente, observa-se uma grande coerência cronológica entre as formas que reproduzem modelos africanos e o seu contexto estratigráfico. Contudo, há alguns casos particulares, como a forte presença do prato 1.1.2.2 em fases muito tardias da olaria, ou da tigela 1.3.4.6, que parece recordar, na morfologia e na decoração, as formas graças da *terra sigillata* foceense tardia Hayes 3, de finais do século V a meados do século VI, mas cuja presença no Rouxinol ocorre em contextos mais antigos, a partir da segunda metade do século III, o que torna categoricamente inviável qualquer inspiração da produção local na tipologia fina mediterrânica oriental, possivelmente até posterior ao final de vida do próprio ateliê da Quinta do Rouxinol.

No que respeita às ânforas do mesmo ateliê, o universo das produções locais mostra uma grande coerência quando analisado a partir dos fragmentos de bordo ou de fundo exumados no sítio. A forma Almagro 51c é largamente maioritária em todos os momentos produtivos (com percentagens de 60 a mais de 80 % do NMI contabilizado), com excepção do mais tardio, a subfase 2.4, iniciada com o segundo quartel do século V. Aí evidencia-se um aumento proporcional da forma Almagro 50 / Keay 16 (que

supera os 40 %) e adquire expressão relevante a forma Lusitana 9 (cerca de 20 %). Se as duas primeiras formas (Almagro 51c e Almagro 50 / Keay 16) estão presentes em todo o registo crono-estratigráfico do sítio, apontando para uma produção que abrangerá o período 235-425+, o fabrico de Lusitana 9 é claramente associável ao século V. Com o início dessa centúria, parte da produção do Rouxinol parece ter-se transferido dos contentores destinados ao envase de preparados de peixe (A51c e A50/K16) para os que serviram o transporte de vinho (L9). É uma linha de investigação a desenvolver e a integrar no estudo mais geral das transformações sociais, culturais e económicas que marcaram o período tardo-romano.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1981) - *Enciclopedia dell'Arte Antica Classica e Orientale. Atlante delle Forme Ceramiche*. I (Ceramica Fine Romana nel Bacino Mediterraneo. Medio e Tardo Impero). Roma.
- AGUAROD OTAL, C. (1991) - *Cerámica romana importada de cocina en Tarraconense*. Zaragoza: Institución "Fernando el Católico".
- AMARO, C. (1990) - Ocupação Romana da Margem Sul do Estuário do Tejo: um (des)alinhamento de ideias. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). - *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio / Les Amphores Lusitaniennes: typologie, production, commerce*. Coimbra / Paris: Museu Monográfico de Conimbriga / Diff. E. de Boccard, p. 71-85.
- ANSELMINO, L. et al. (1986) - *Ostia. Terme del nuotatore*. In GIARDINA, A. - *Società romana e impero tardoantico. Le merci. Gli insediamenti*. Editori Laterza, pp. 45-81.
- BONIFAY, M. (2004) - Études sur la céramiques romaine tardive d'Afrique. Oxford (*British Archaeological Reports. International Series*, 1301).
- BONIFAY, M.; CARRE, M.-B. e RIGOR, Y. (dir.) (1998) - *Fouilles à Marseille. Les Mobiliers (Ier-VIIIe siècles ap. J.-C.)*. Paris: Errance / Lattes: A.D.A.M. (*Travaux du Centre Camille-Julian*, 22 / Études Massaliètes, 5).
- CABRAL, J. M. P.; FONSECA, S. M. e GOUVEIA, M. A. (2002) - Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo. III - Quinta do Rouxinol (continuação). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 5 (2), p. 325-338. Em linha: http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/5_2/12.pdf.
- CABRAL, J. M. P.; GOUVEIA, M. A. e MORGADO, I. (1993-1994) - Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo. II - Quinta do Rouxinol. *Conimbriga*. 32-33, p. 191-200.
- DENEAUVE, J. (1972) - Céramiques et lampes africaines sur la cote de Provence. *Antiquités Africaines*. 6, p. 219-40.
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I. e ROCHA, F. (2003) - Amphorae Production at Occidental Lusitania: identification of raw material and production. In PÉREZ-RODRÍGUEZ, J. L. (ed.). *Applied Study of Cultural Heritage and Clays*. Madrid: CSIC, p. 187-200.
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; GOUVEIA, M. Â.; TRINDADE, M. J.; MARQUES, R.; FRANCO, D.; RAPOSO, J.; FABIÃO, C. e GUERRA, A. (2010) - Chemical Tracers of Lusitanian Amphorae Kilns from the Tagus Estuary (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 37, p. 784-798. Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; RAPOSO, J.; GOUVEIA, Â.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.; BUGALHÃO, J.; DUARTE, A. L. e SABROSA, A. (2001) - Caracterização Química por AAN das formas de ânfora de um centro de produção do estuário do Tejo: Quinta do Rouxinol (Portugal). In *Actas do IV Congreso Nacional de Arqueometría*. Valência, p. 88-93. Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- DIAS, M. I.; TRINDADE, M. J.; FABIÃO, C.; SABROSA, A.; BUGALHÃO, J.; RAPOSO, J.; GUERRA, A.; DUARTE, A. L. e PRUDÊNCIO, M. I. (2012) - Arqueometria e o Estudo das Ânforas Lusitanas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa) e de Centros Produtores do Tejo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 19, p. 57-70. Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- DUARTE, A. L. (1990) - Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas no vale do Tejo. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio / Les Amphores Lusitaniennes: typologie, production, commerce*. Coimbra / Paris: Museu Monográfico de Conimbriga / Diff. E. de Boccard, p. 97-115. Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- DUARTE, A. L. e RAPOSO, J. (1996) - Elementos para a Caracterização das Produções Anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal). In FILIPE, G. e RAPOSO, J. (eds.). *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote, p. 237-247. Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- EVANS, M. (no prelo) - An archaeomagnetic investigation of ancient kilns in Portugal. *Geophysic Journal International*.
- FABIÃO, C. (2004) - Centro Oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas da investigação. In *Actas del Congreso Intenacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*. Oxford, pp 379-410 (*British Archaeological Reports. Inter-*

national Series, 1266). Em linha: <https://lisboa.academia.edu/CarlosFabião>.

FABIÃO, C.; RAPOSO, J.; GUERRA, A. e SILVA, F. (eds.) (no prelo) – *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental / Roman Pottery Works: international seminar and experimental archaeological workshop*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal / Centro de Arqueologia de Almada.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2014) – *El comercio tardoantiguo (ss.IV-VII) en el Noroeste peninsular através del registro arqueológico de la Ría de Vigo*. Archaeopress (RLAMP; 5).

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. e MORAIS, R. (2012) – *Terra sigillata Bracarense Tardía (TSBT)*. O Grupo II das Cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável (Delgado 1993-94). O Cerâmicas de Engobe Vermelho. Grupo II (Delgado y Morais, 2009). In BERNAL CASASOLA, D. Y RIBERA I LACOMBA, A. (eds.). *Cerâmicas hispanorromanas II: Producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz, p.131-176 (*Monografías. Historia y Arte*).

FILIPPE, G. e RAPOSO, J. (eds.) (1996) – *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado: actas das primeiras jornadas sobre a romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote.

FULFORD, M. G. e PEACOCK, D. P. S. (eds.) (1984) – *Excavations at Carthage: the british mission*. The British Academy. 1, 2 (The Avenue President Habib Bourguiba, Salammbô. The pottery and other ceramic objects from the site).

HAYES, J. W. (1972) – *Late roman pottery*. London: The British School at Rome.

HURTADO, T. ET AL. (2008) – Un nivel de destrucción del siglo V en el *Portus Sucronem* (Cullera, Valencia). Contexto material. *Cuadernos de Prehistoria de Arqueologia Castellana*. 26, p. 95-141.

JUAN TOVAR, L. C. (2012) – Las cerâmicas imitación de *sigillata* (CIS) en la Meseta norte durante el siglo V. Nuevos testimonios y precisiones cronológicas. In *Durii regione romanitas. Homenaje a Javier CortesPalencia/Santander 2012*, p. 365-372.

MACKENSEN, M. (1993) – *Die spätantiken Sigillata – und Lampentöpfereien von El Mahrine (Nordtunesien). Studien zur Nordafrikanischen Feinkeramik des 4. bis 7. Jahrhunderts (mit einem Beitrag von Sebastien Storz)*. 2 vol. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung (*Müncher Beiträge zur Vor – und Frühgeschichte*, 50).

ORFILA PONS, M. e CAU ONTIVEROS, M. (1994) – Las cerâmicas finas procedentes de la cisterna de sa Mesquida, Calvià (Mallorca). In *III Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Mao (1988). Barcelona, p. 257-288.

ORTON, C.; TYERS, P. e VINCE, A. (1993) – *Pottery in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

PRUDÊNCIO, M. I.; DIAS, M. I.; RAPOSO, J.; GOUVEIA, Â.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.; BUGALHÃO, J.; DUARTE, A. L. e SABROSA, A. (2003) – Chemical Characterisation of Amphorae from the Tagus and Sado Estuaries Production Centres (Portugal). In *Ceramic in the Society*. Fribourg: University of Fribourg, p. 245-253.

QUARESMA, J. C. (2011) – Chronologie final de la sigillée africaine A à partir des contextes de Chãos Salgados (*Mirobriga?*): différences chronologiques entre l'Orient et l'Occident de l'Empire Romain. In CAU ONTIVEROS, M.; REYNOLDS, P. e BONIFAY, M. (eds.). *Late Roman Pottery: solving problems of typology and chronology*. Archaeopress (RLAMP; 1), p. 67-86.

QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa: UNIARQ (*Estudos e Memórias*, 4).

QUARESMA, J. C. (2013) – Les contextes de Chãos Salgados, *Mirobriga* (Portugal): début du IIIe s. – premier quart du Ve s.. *SFECAG (Congrès International de Amiens. 9-12 Mai. 2013. Amiens)*, p. 385-408.

QUARESMA, J. C. (no prelo) – A evolução crono-estratigráfica do atelier da Quinta do Rouxinol (Seixal): segundo quartel do século III aos inícios do segundo quartel do século V. In FABIÃO et al. (no prelo). *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental / Roman Pottery Works: international seminar and experimental archaeological workshop*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal / Centro de Arqueologia de Almada.

RAPOSO, J. (2014) – Arqueologia Experimental na Olaria Romana da Quinta do Rouxinol (Seixal): investigação, interpretação, valorização e divulgação patrimonial de um Monumento Nacional. *Movimento Cultural*. Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal, pp. 81-89. Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.

RAPOSO, J. e DUARTE, Ana L. (1999) – Duas Taças de *Terra Sigillata* Africana na Quinta do Rouxinol. *Al-Madan*. 2ª Série. 8, p. 75-86. Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>

RAPOSO, J. e DUARTE, Ana L. (2000) – Olaria Romana da Quinta do Rouxinol: investigação arqueológica e valorização patrimonial. In *1ªs Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ri-beirinha Sul*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, p. 126-140. Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.

RAPOSO, J. e OLIVEIRA, A. (2010) – Tecnologias de Informação e Comunicação, Património Cultural e Museologia: a propósito de um dos fornos romanos da Quinta do Rouxinol. *Museologia.pt*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação. 3, p. 165-172. Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.

- RAPOSO, J.; COROADO, J.; TRIÃES, R.; FABIÃO, C.; ALMEIDA, J. e SANTOS, C. R. (2014) – Restitución Formal y Funcional de un Horno Romano de la Alfarería de Quinta do Rouxinol (Seixal, Portugal): arqueología experimental, controlo de condiciones de cocción y análisis del material cerâmico. In PALOMO, A.; PIQUÉ, R. e TERRADAS, X. (eds.). *Experimentación en Arqueología. Estudio y difusión del pasado*. Girona, p. 461-469 (Sèrie Monogràfica del MAC. Actas del III Congrés internacional d'Arqueologia Experimental, Banyoles, 2011). Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.; BUGALHÃO, J.; DUARTE, A. L.; SABROSA, A.; DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I. e GOUVEIA, Â. (2005) – OREsT Project: late Roman pottery productions from the Low Tejo. In GURT I ESPARRAGUERA, J. M.; BUXEDA I GARRIGÓS, J. e CAU ONTIVEROS, M. A. (eds.) – *Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. (British Archaeological Reports. International Series, 1340), p. 37-54. Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J.; SABROSA, A. e DUARTE, A. L. (1995) – Ânforas do Vale do Tejo: as olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 35 (3), p. 331-352. Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J.; SANTOS, C. R. e ANTUNES, O. (no prelo) – Olaria Romana da Quinta do Rouxinol (Seixal): quantificação e classificação das produções anfóricas. In Actas do Congresso Ânforas Lusitanas: produção e distribuição (Tróia, 2013).
- RAUX, S. (1998) – Méthodes de quantification du mobilier céramique. État de la question et pistes de réflexion. In ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (1998) – *La quantification des céramiques. Conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glenne, 7-9 Avril 1998)* (Collection Bibracte; 2), p.11-16.
- REYNOLDS, P. (1995) – *Trade in the Western Mediterranean. A.D. 400-700: the ceramic evidence* (TEMPVS REPARATVUM / British Archaeological Reports. International Series, 604).
- RÜTTI, B. (1991) – *Die römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst*. Augst: Römermuseum Augst (Forschungen in Augst, Band 13).
- SANTAMARIA, C. (1995) – L'épave Dramont «E» à Saint-Raphael (Ve siècle ap. J.-C.). (Archaeonautica, 13).
- SANTOS, C. R. dos (2011) – *As Cerâmicas de Produção Local do Centro Oleiro Romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em linha: <https://cm-seixal.academia.edu/cezersantos>.
- TED'A (Taller Escola d'Arqueologia) (1989) – *Un abocador del segle V d.C. en el fòrum provincial de Tàrraco*. Tarragona: Ayuntamiento de Tarragona.
- VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 26).

O CASTELO DE CRESTUMA (VILA NOVA DE GAIA): UM CONTEXTO ESTRATIGRÁFICO TARDO-ANTIGO NO EXTREMO NOROESTE DA *LUSITANIA*

António Manuel S. P. Silva¹, Pedro Pereira², Teresa P. Carvalho³, Filipe Pinto⁴, Laura Sousa⁵

¹ Gabinete de História, Arqueologia e Património – ASCR/Confraria Queirosiana (V. N. Gaia). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Porto) / amspilva@hotmail.com.

² CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Porto) / papereira@letras.up.pt

³ Gabinete de História, Arqueologia e Património – ASCR/Confraria Queirosiana (V. N. Gaia). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Porto) / tcarvalho60@gmail.com

⁴ CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Porto) / filipempinto@gmail.com

⁵ Gabinete de História, Arqueologia e Património – ASCR/Confraria Queirosiana (V. N. Gaia). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Porto) / laura_sousa@hotmail.com

Resumo

O Castelo de Crestuma situa-se num esporão rochoso na margem esquerda do rio Douro. A ocupação do local, que remonta à proto-história, teve particular expressão a partir do Baixo Império romano, a par da utilização, provavelmente portuária, de duas enseadas adjacentes. As investigações arqueológicas têm vindo a revelar uma ocupação intensa, atestada sobretudo por milhares de entalhes e outras estruturas negativas, a partir dos finais do Império, altura em que ali se terá instalado um ponto de defesa do cais que se supõe ter existido no sopé. Este texto apresenta algumas das produções cerâmicas identificadas num contexto ribeirinho (Sector P), nomeadamente a *terra sigillata* (TSHT, TSA e TSF), ânforas e *dolia* e ainda a cerâmica cinzenta tardia, materiais que documentam deposições secundárias de cronologia tardo-antiga.

Palavras-Chave: Lusitânia, Tardo-Antiguidade, Comércio, Rio Douro.

Abstract

Crestuma's Castle is a rocky hill in the Southern bank of river Douro. The archaeological project is revealing a complex multiperiodal site, occupied from Iron Age. A main settling period occurred during Late Antiquity, connected with a port or mooring dock, placed at the foot riverside. In the top and the slopes of the hill a huge amount of negative structures, like post-holes and other rock-cuts are the principal archaeological features, being difficult to assign them a chronology. Seemingly, a fortress must have been installed on the hill just to defend the port. The text presents some ceramic productions identified in Crestuma, namely fine wares as ARS, LRC and Late Hispanic *terra sigillata*, DSP imitations of grey table ware and North African and East Mediterranean amphorae, which came from Late Antiquity secondary deposits.

Keywords: Lusitania, Late Antiquity, Trade, River Douro.

1. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO: HISTORIOGRAFIA E CARACTERIZAÇÃO

A elevação conhecida como *Castelo* na freguesia gaiense de Crestuma localiza-se na margem esquerda do rio Douro à cota de cerca de 57 metros de altitude¹. É constituída por um esporão rochoso assente num substrato litológico metassedimentar de xistos, metaconglomerados, metagrauvaques e outras rochas, ladeado por dois pequenos areais onde desaguam linhas de água afluentes do Douro: a Nascente o areal do Esteiro, a jusante o de Favaios (Figs. 1 e 3).

A tradição de naquele morro pedregoso ter existido uma fortificação, registada em dicionários e corografias antigos, ter-se-á conservado tanto no microtopónimo como na própria designação da freguesia, explicada desde o século XVIII pela aglutinação da raiz *Castr* – com o nome do principal rio da terra, o Uíma. Todavia, foi apenas em meados do século XX que um erudito local, Arlindo de Sousa, trouxe a público as evidências notórias da antiga ocupação do sítio. Primeiro em breve nota (Sousa, 1945) e depois com maior detalhe (Sousa, 1957), aquele investigador noticiou a descoberta de necrópoles (provavelmente uma romana e outra medieval), o achado de uma inscrição funerária romana, restos arquitectónicos, cerâmicas e em particular, no que se refere ao monte do Castelo, “muitas covas redondas e rectangulares (...) cavadas na pedra firme”, não deixando de observar a existência de muitas pedras lavradas de granito, rocha estranha à geologia local (Sousa, 1957, p. 17-18). De acordo com os paradigmas da interpretação arqueológica da época, A. Sousa classificou o Castelo como uma “estação lusitano-romana” (Sousa, 1945, p. 405, nota 5).

¹ Coordenadas geográficas centrais: 41°04'06.97"N e 8°30'12.53"O (WGS84).



Figura 1 – O monte do Castelo, visto da margem Norte do Douro. À direita (Poente) o areal de Favaios.



Figura 2 – Uma fase de escavação dos Quadrados LM15, no Sector P.

Em finais da década de 1970, Carlos Alberto Ferreira de Almeida caracterizou o local como fortificação medieval com antecedentes proto-históricos ou, pelo menos, tardo-romanos (Almeida, 1978, pp. 11, 36, 51), acentuando mais tarde a sua cronologia tardo-antiga (Almeida, 1989, p. 43; 1992, p. 374). Referências posteriores pouco adiantaram à interpretação da estação (Guimarães, 1993a; 1993b, p. 20; Silva, 1994, p. 66), e só em data mais recente a importância e carácter multiperiodal do complexo arqueológico foram devidamente assinalados (Guimarães; Guimarães, 2001; Silva, 2007), reconhecendo-se, na esteira de A. Sousa, tratar-se de um sítio de grande extensão com evidências não só no monte do Castelo como também em toda a frente de rio a montante e a jusante e na elevação vizinha do Outeiro.

Nos finais do século passado, o sítio arqueológico entrou em processo de acelerada degradação, para o que contribuíram algumas obras públicas (Guimarães; Guimarães, 2001), situação travada com a aquisição dos terrenos pelo Município e a sua valorização, desde 2009, como Parque Botânico.

As áreas interveniadas no topo do Castelo e em plataformas próximas a Oeste e Nordeste (Fig. 3) têm evidenciado uma das características mais notáveis do sítio: uma profusão inaudita de estruturas negativas, visíveis tanto nos afloramentos rochosos que se encontram expostos, como onde a escavação

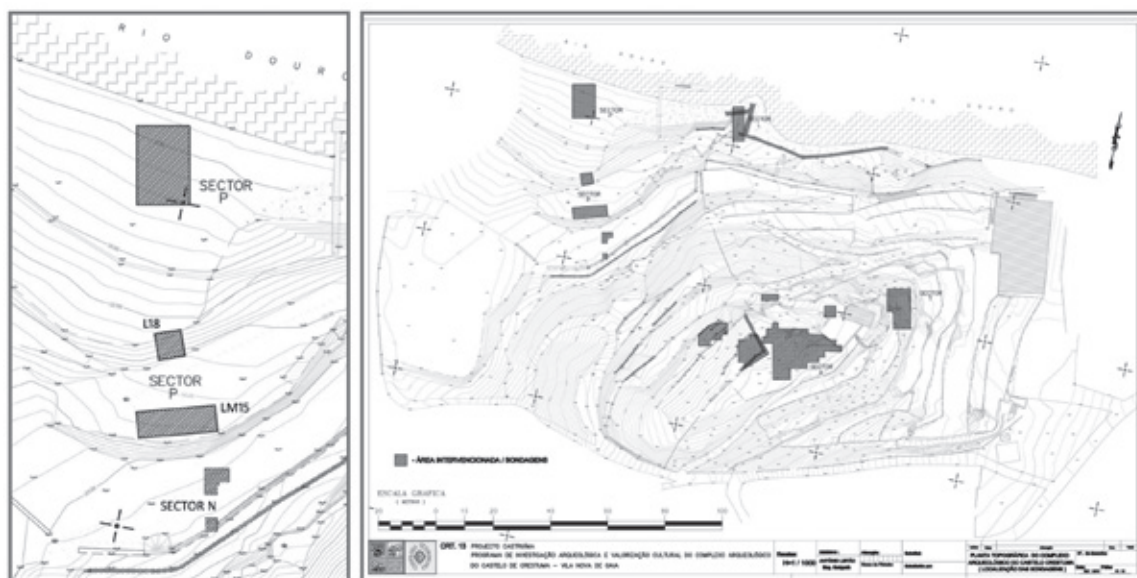


Figura 3 – Planta do Castelo de Crestuma, com implantação dos sectores escavados. À esquerda, um detalhe da área do Sector P (Levantamento: A. Leitão/Multimapa).

O projecto de investigação arqueológica em curso desde 2010 (Guimarães; Silva, 2010)² tem vindo a permitir que finalmente se comecem a desvendar alguns dos segredos que o *Castelo* guardou durante séculos, devolvendo à história o que a história aparentemente não registou.

Os trabalhos arqueológicos feitos desde 2010 incidiram em diversos sectores e totalizaram uma área escavada que ronda os 730m². Não interessando aqui pormenorizar os seus resultados, que têm vindo a ser divulgados (Silva; Guimarães, 2011; 2013a; 2013b; Pereira, 2011a; Guimarães; et Al., 2013; Silva 2013; 2014), sintetizaremos os aspectos essenciais e o faseamento geral da ocupação.

² O projecto de investigação é desenvolvido pelo Gabinete de História, Arqueologia e Património de V. N. Gaia (ASCR-CQ) com financiamento da empresa municipal Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM.

levantou os depósitos que os cobriam. Trata-se de entalhes e cavidades de diferentes dimensões e morfologias, desde os conhecidos usualmente como “buracos de poste”, de plano subcircular, passando por entalhes rectangulares de escassa profundidade até outros, de grandes dimensões ou irregulares, cuja funcionalidade nos escapa. A par destas estruturas, observam-se ainda muitos cortes, degraus, entalhes, aplanamentos e outras evidências que tentámos organizar tipologicamente (Silva; Guimarães, 2013b) mas cuja sequenciação cronológica é muito difícil de aferir, quer pela escassa possança estratigráfica da área, quer pela falta de datações absolutas.

Não obstante, é perceptível na área culminante a orientação geral das estruturas segundo dois alinhamentos predominantes, um OSO./ENE., outro sensivelmente SSE./NNO., incluindo quer os “buracos de poste” ligados a arquitecturas em madeira, como também os entalhes destinados a receber

silhares em pedra. As estruturas positivas, muito raras, limitam-se a pequenos tramos, muito desmantelados, de alicerces. Bem diferente é o ambiente dos sectores situados na zona ribeirinha de Favaios, a Noroeste da elevação, de onde provêm os materiais arqueológicos aqui descritos, que adiante se apresentará.

2. FASEAMENTO DA OCUPAÇÃO DO CASTELO DE CRESTUMA

Os trabalhos realizados permitem propor o seguinte faseamento geral da ocupação do sítio (Silva; Guimarães, 2011; 2013a):

Fase 1 – Idade do Ferro. Encontra-se atestada pelo achado disperso de cerâmicas com pastas micáceas e formas típicas destes horizontes culturais (Silva; Guimarães 2013a: 10), sem que se tenham localizado ainda depósitos homogéneos ou estruturas coevas;

Fase 2 – Alto Império Romano. Momento mal documentado, que se adivinha por uma meia dúzia de fragmentos de *sigillata* hispânica e alguns objectos de adorno em bronze, como uma fíbula e um pendente tipo sanguessuga (Silva; Guimarães, 2013a, p. 10, 18), para além da inscrição funerária romana aparecida na primeira metade do século XX, cujo contexto se desconhece;

Fase 3 – Tardo-antiguidade. A época compreendida entre os séculos IV-V e os séculos VI-VII é a que apresenta vestígios mais expressivos, correspondendo talvez ao período de mais intensa ocupação do *Castelo* e das áreas contíguas ao Douro. É ilustrada pelo conjunto ergológico mais volumoso, incluindo, entre as cerâmicas, *terra sigillata* tardia hispânica, africana e foceense, ânforas orientais e norte-africanas, para além de um bom conjunto de vidros do mesmo período, uma moeda de Constâncio II e outros objectos;

Fase 4 – Alta Idade Média. Ignoramos se o sítio arqueológico teve ocupação entre os séculos VII e IX. Todavia, algumas cerâmicas detectadas especialmente nos sectores superiores, respeitam a recipientes datáveis nos séculos X ou XI (Silva; Sousa,

2014), o que permite supor, atentas as condições topográficas, a instalação de um castelo roqueiro por essa época, no contexto da expansão do reino astur-leonês conhecida convencionalmente como “reconquista cristã”.

As fases seguintes referem-se ao percurso do local nos séculos subsequentes, que desconhecemos até à época contemporânea, altura em que foi utilizado para fins agrícolas e criação de gado, situação em que chegou à segunda metade do século XX.

3. A ÁREA DO SECTOR P, UM CONTEXTO MUITO PARTICULAR

No pequeno areal designado por Favaios, situado na zona Noroeste da estação (Figs. 1 e 3), a presença de espólio arqueológico de superfície, detectado com as oscilações das marés, levou a que ali se fizesse uma intervenção. Foram escavados nesta área (Sector P) 48 m² entre 2010 e 2012, distribuídos pelos quadrados L15-M15 (32 m²) numa plataforma à cota de 16 metros e por outra quadrícula (L18) à cota de cerca de 14 metros, já em pleno areal (Figs. 2 e 3). Os contextos usados para este estudo são provenientes dos quadrados L15/M15.

A escavação atingiu mais de dois metros e meio de profundidade nos quadrados LM15 até atingir depósitos geológicos naturais, e cerca de três metros no L18, tendo ali sido interrompida por razões de segurança. Em nenhuma das áreas se localizaram estruturas ou evidência de ocupação *in situ*, tão só depósitos secundários, essencialmente aluvionares (provenientes das cheias e marés do rio Douro e de uma linha de água que ali desagua) e, sobretudo nos quadrados LM15, também coluvionares, ou seja, resultantes de deslizamentos desde cotas superiores.

A sequência estratigráfica demonstra precisamente a orientação dos depósitos superiores quer no sentido do rio Douro (Fig. 4), quer no sentido Este-Oeste, descendo para a ribeira afluente, actualmente distanciada algumas dezenas de metros mas que em época antiga ali formaria, ao encontrar-se com o Douro, uma pequena enseada como foi sugerido por outros trabalhos feitos no local.

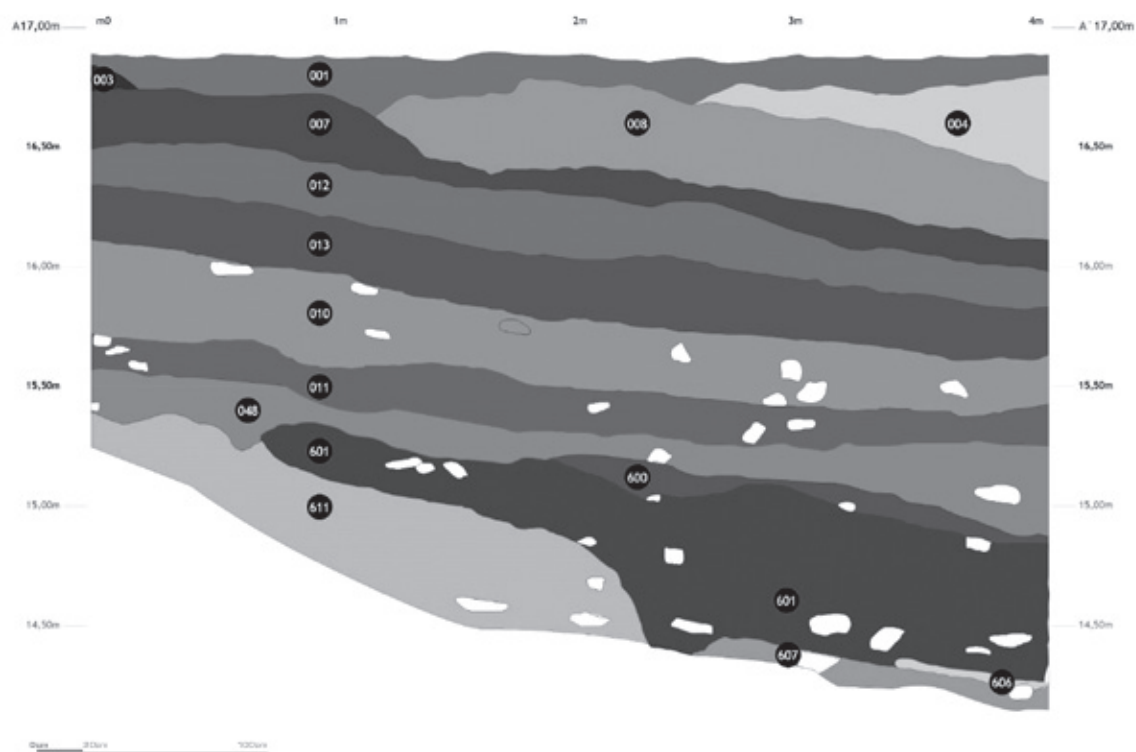


Figura 4 – Quadrado L15. Corte estratigráfico Oeste (2012).

Em termos gerais, a análise estratigráfica dos Quadrados LM15, parece sugerir dois grandes horizontes: o primeiro, que julgamos de formação moderna e contemporânea, integra os depósitos mais superficiais até à UE 13; o segundo, a partir da UE 10, não forneceu já praticamente materiais modernos e parece resultante de sedimentações mais antigas, se bem que se distingam diversos episódios coluvionares, marcados por valas de enxurrada que transportaram sedimentos, calhaus e naturalmente materiais arqueológicos. Uma vez que não dispomos ainda de datações radiométricas e a composição artefactual das diversas UEs compreendidas neste intervalo deposicional é bastante similar, não entendemos proveitoso subfasear este grande “pacote sedimentar”, optando por quantificar e estudar em lote o espólio arqueológico das UEs posicionadas na matriz estratigráfica entre a [10] e os níveis basais [611] = [245] (Fig. 5).

Outras acções relevantes para a compreensão deste ambiente foram entretanto realizadas. Em 2010 foi identificado em terrenos próximos um

conjunto de sete grandes pedras em granito com aparelhamento de tipo romano (almofadados e marcas de *forfex*), provenientes, segundo informação dos proprietários, de uma vala aberta a grande profundidade em meados da década de 1990, no âmbito da instalação do gasoduto de transporte de gás natural, que atravessa o Douro naquele ponto (Silva; Guimarães, 2013a, p. 15; Guimarães; *et. al.*, 2013, p. 52). Estes elementos, indiciando construções de certo vulto, dadas as suas dimensões, levaram a colocar a hipótese de ali poder ter existido um cais de atracagem de embarcações ou estrutura similar. Para testar esta possibilidade foram feitas prospecções com geo-radar³, as quais, entre outros elementos de interesse, revelaram expressivas anomalias num alinhamento sensivelmente paralelo ao rio Douro a uma cota de cerca de oito metros, já em área de influência das marés.

³ Trabalhos realizados pela empresa Dryas Octopetala, de Coimbra.

Em 2012 e 2013 foram feitas naquele local sondagens mecânicas, aproveitando o intervalo de poucas horas da baixa-mar, que detectaram a presença de restos de uma estrutura feita com silhares de granito a cerca de 0,75 metros de profundidade, para além de elementos em madeira ainda não caracterizados. Assim, confirmou-se a intuição de que o local terá servido como ponto de acostagem de embarcações. Entretanto, prospecções realizadas por toda a frente de rio entre os areais de Favaio e do Esteiro, a par de algumas acções de mergulho⁴, levam-nos a pensar que a “área portuária” (entendendo-se a expressão com naturais reservas face à informação disponível) seria muito mais extensa que a (hoje) pequena enseada de Favaio.

4. O CONJUNTO CERÂMICO

O material cerâmico apresentado provém dos depósitos do sector P indicados, concretamente as Unidades Estratigráficas números 10, 11, 12, 40, 48, 240, 245, 246, 261, 600, 601 e 606.

Nestes contextos foram recolhidos 14.191 fragmentos cerâmicos, sendo 75,6% correspondentes a materiais de construção, especialmente pedaços de *tegulae* e *imbrices*, um volumoso conjunto (c. de 1.100 kg), de potencial informativo não despreciable mas que não importa a este estudo. A cerâmica doméstica, de armazenamento e transporte foi contabilizada em 3.469 fragmentos e encontra-se categorizada nos seguintes grupos crono-tipológicos:

- Cerâmica micácea** (olaria proto-histórica), com 139 fragmentos (4,0% do total de cerâmica doméstica);
- Cerâmica comum**, essencialmente tardo-antiga, podendo incluir alguma já medieval, com 2.313 fragmentos (66,7%);
- Cerâmica cinzenta tardia**, incluindo, além das séries tardo-antigas alguma da Alta Idade

Média, grupo representado por 476 fragmentos (13,7%);

d) **Terra sigillata** hispânica, hispânica tardia, norte-africana e focense, com 83 fragmentos (2,4%);

e) **Material anfórico**, essencialmente representado por tipos tardo-antigos, com 409 fragmentos (11,8 %);

f) **Dolia** e outro vasilhame de armazenamento, com 46 fragmentos (1,3%);

g) **Cerâmica medieval**, atribuída genericamente aos séculos X-XI, com apenas dois exemplares (0,1%);

h) **Cerâmica moderna**, meramente vestigial e intrusiva, representada por um único fragmento (0,02%).



Figura 5 – Matriz estratigráfica dos Quadrados LM15 do Sector P.

⁴ Trabalhos para os quais se associou ao projecto a arqueóloga subaquática Cândida Simplicio (IAS – Investigação Arqueológica Subaquática, Lda.) e que contaram também com a colaboração de mergulhadores da Companhia de Bombeiros Sapadores de Vila Nova de Gaia.

Grupos crono-tipológicos	Totais	
	Frag.	%
Micácea/proto-histórica	139	4,0%
Comum	2.313	66,7%
Ânfora	409	11,8%
<i>Dolia</i>	46	1,3%
Cinzenta Tardia	476	13,7%
<i>Sigillata</i>	83	2,4%
Medieval	2	0,1%
Moderna	1	0,0%
Totais	3.469	100,0%

Quadro 1 – Distribuição do espólio cerâmico por grupos crono-tipológicos.

Esta distribuição (**Quadro 1**), que adiante comentaremos, mostra não só uma notória diversidade de origens e fabricos, nomeadamente nas *sigillatae* e ânforas, como também um espectro cronológico claramente centrado no período tardo-antigo mas com algumas cerâmicas mais antigas, romanas mas especialmente proto-históricas, cuja presença decorre do processo deposicional e da natureza secundária dos contextos, como explicitámos. Neste trabalho apresentam-se apenas a *sigillata*, a cerâmica cinzenta tardia, as ânforas e os *dolia*, não sendo abordados, por falta de espaço e porque o seu estudo se encontra menos desenvolvido, a cerâmica proto-histórica (Silva; Guimarães, 2013a, p. 10), a cerâmica comum (Silva; Pereira; Carvalho, no prelo), a cerâmica medieval (Silva; Guimarães, 2013a, p. 17; Silva; Sousa, 2014) e a moderna.

No que respeita ao espólio arqueológico de outra natureza merecem destaque algumas dezenas de fragmentos de vidro, globalmente datáveis entre os séculos IV e VI, o *nvmms* de meados do século IV já referido e alguns objectos em bronze, nomeadamente fragmentos de uma fíbula tipo Aucissa e de outra talvez mais antiga, para além de um pendente de colar tipo sanguessuga.

5. TERRA SIGILLATA

A *terra sigillata* recolhida nestes contextos, ainda que pouco representativa no conjunto cerâmico

(apenas 2,4%), é bastante significativa para a interpretação da ocupação do sítio e permite ensaiar algumas perspectivas comparativas com outros contextos do Noroeste peninsular, como é o caso de *Bracara Augusta* ou da cidade portuária de Vigo. Trata-se de um conjunto de 83 fragmentos distribuído por produções de *Terra Sigillata* Africana (TSA), com 53% dos fragmentos, hispânicas, quase todas tardias (TSHT), com 30% e foceenses (TSF), com 17% das ocorrências, permitindo o cômputo de pelo menos 43 vasilhas (**Quadro 2**).

Se bem que proveniente de contextos secundários, este conjunto de louça fina revela certa homogeneidade cronológica, podendo subdividir-se em dois grupos crono-tipológicos: um que se situa *grosso modo* entre o primeiro quartel do séc. V e inícios do séc. VI (à excepção das formas africanas Hayes 93 e *Atlante* XLVI 8-10, com uma perduração que pode ir até ao fim do séc. VI); o segundo, francamente do séc. VI, onde situaríamos as formas mais tardias da TSA (Hayes 104 A ou B) e as da TSF (Hayes 3F). Colocamos as formas de TSHT no primeiro grupo, uma vez que as poucas formas classificáveis não parecem prolongar-se para o séc. VI (**Fig. 7**).

No que se refere à *sigillata* hispânica tardia⁵ observa-se uma aparente exclusividade das produções riojanas, da chamada produção D (Paz Peralta, 1991, p. 49-51; Mayet, 1984, p. 316-17), sobretudo integráveis no Grupo 2 definido por aqueles autores, o que parece sugerir que terá chegado a Crestuma por via marítima e não fluvial, como seriam, provavelmente, as provenientes dos *ateliers* que são conhecidos no vale do Douro.

Pelas formas e pelos fabricos, julgamos que esta produção hispânica terá antecedido ligeiramente as importações mediterrânicas, uma vez que encontramos fragmentos aparentados à forma 15/17, que não terá ido muito além do terceiro quartel do séc. IV, como parecem indicar os achados em *Turiaso* (Saragoça), Santa Cruz (Burgos) ou Numancia (Paz

⁵ Registam-se escassos fragmentos de produções hispânicas do Alto Império, difíceis de tipificar, interessantes em especial por documentarem a ocupação do local nessa época.

Fabricos	Tipos	Bordo	Pança	Fundo	Frag.	%	NMI
TSA	Hayes 73	1			1	2,3	1
	Hayes 82	1			1	2,3	1
	Hayes 87A/B	2			2	4,5	2
	Hayes 91 A/B	1	1		2	4,5	1
	Hayes 93 A/B	1			1	2,3	1
	Atlante XLVI (8-10)	2			2	4,5	2
	Hayes 104 A1 e A2	2		3	5	11,4	2
	Estilo A(ii) / A(iii)			1	1	2,3	1
	Estilo A (iii)			1	1	2,3	1
	Indeterm.	2	14	12	28	63,6	12
	Subtotal	12	15	17	44	100,0	24
TSF	Hayes 3C	6			6	42,9	6
	Hayes 3F	1			1	7,1	1
	Hayes 3B	1			1	7,1	1
	Indeterm.		2	4	6	42,9	4
	Subtotal	8	2	4	14	100,0	12
TSH/TSHT	Indeterm. Alto Império	1	2		3	12,0	1
	Hisp. 5t	1			1	4,0	1
	Hisp. 37t lisa		1		1	4,0	1
	Hisp. 8t	1			1	4,0	1
	Indeterm.	2	14	3	19	76,0	3
	Subtotal	5	17	3	25	100,0	7
Totais		25	34	24	83		43

Quadro 2 – Distribuição da terra sigillata por fabricos e tipos.

Peralta, 1991, p. 61). Em Mérida, não se testemunha esta forma nos contextos do séc. IV, surgindo apenas um caso isolado num contexto do séc. V (Bustamante, 2010, p. 110). Também a forma Hisp. 8T (**Fig. 6, nº 18**), cujo perfil parece apontar para um desenho intermédio entre os tipos A e B (Paz Peralta, 1991, p. 57), aponta para uma cronologia do séc. IV (Bustamante, 2010, p. 102) ou eventualmente do séc. V. A forma Hisp. 37T (**Fig. 6, nº 20**) apresenta um bordo simples e a parede externa ligeiramente moldurada, tendo as paredes altas e esvasadas e um diâmetro de 145mm, mais próximo dos exemplares mais pequenos desta forma (Paz Peralta, 1991, p. 117), datada por este autor da segunda metade do séc. IV, mais difundida no V. Finalmente a forma Hisp. 5T (**Fig. 6, nº 19**) tem uma cronologia lata, podendo chegar aos finais do séc. V, embora muitos dos exemplares desta época tenham decoração

estampada na aba, de influência gálica tardia (*Idem*, p. 69). Apesar destes materiais sugerirem um contexto aparentemente mais antigo, não existem exemplares de TSA desta época que os acompanhem.

Só a existência de uma estratigrafia mais fina, de contextos primários, nos indicaria se a presença da TSHT seria residual junto com a africana. A TSA apresenta-se com sete formas diferentes nos fabricos D (1 e 2) e última fase do fabrico C (C5) na forma Hayes 82 (Silva; Carvalho, 2014). Trata-se, na sua maioria, de formas tardias. A cronologia geral destas produções situa-se entre o séc. V avançado e a primeira metade do século VI, sendo escassas as formas mais recentes.

Entre as peças de TSA D, situaríamos, no primeiro grupo cronológico que referimos (séc. V), as formas Hayes 73, 82, 87A e as 91, 93 e *Atlante* XLVI 8-10 (**Fig. 6, nºs 1, 3-5, 8-10**), estas últimas a

fazerem já a transição para o séc. VI. Como tipos mais característicos do século VI teríamos as formas Hayes 87B (**Fig. 6, nº 2**), 104A1 e A2 (**Fig. 6, nºs 7-6**), integráveis no primeiro e no segundo quartel do séc. VI e as decorações do estilo E (ii, **Fig. 6, nº 11**), a que se juntam as formas de origem oriental. Curiosamente, estão ausentes as formas Hayes 50, 58, 59 ou 61 em qualquer das suas variantes, tão comuns no Noroeste do nosso País (Quaresma; Morais, 2012, p. 382). Com estas formas, parece acabar o comércio mediterrânico destes fabricos, já escassos na segunda metade do séc. VI.

As produções de cerâmica foiceense, com menor peso no contexto, estão representadas maioritariamente por bordos do tipo Hayes 3 (**Fig. 6, nºs 13-17**), forma que entre meados do séc. V e meados do séc. VI domina os mercados mediterrânico e atlântico (Quaresma; Morais, 2012, p. 380). Os exemplares de Crestuma são relativamente variados, parecendo pertencer em grande parte à variante C, de bordos altos verticais, ligeiramente côncavos no exterior, tal como sucede em Braga (Quaresma, Morais, 2012, p. 375), embora o **nº 16 da Fig. 6** pudesse talvez ser classificável como Hayes 3B, devido à concavidade externa aliada à

parte mais alta do bordo, na parte interna. Apesar da dificuldade, em distinguir as variantes de bordo B e C, como admitido por Hayes (1972, p. 331), considerámos como Hayes 3C a peça **nº 17**; do mesmo modo que nos parece Hayes 3F o exemplar **nº 13**, com o bordo mais baixo e a moldura externa muito redonda, forma datável da primeira metade do séc. VI (Reynolds 2004, p. 228 e 230). Registem-se ainda alguns exemplares sem decoração roletada (**nºs 17 e 14**, este último com o bordo moldurado). Por fim, anote-se um fundo de recipiente indeterminado, decorado com uma cruz latina de dupla linha (**Fig. 6, nº 12**), talvez derivada da TSA, pertencente ao grupo III (Hayes 1972, p. 348-9), com cronologia entre 470 e 580, parecendo o nosso exemplar semelhante ao nº 71 ilustrado por Hayes (1972, p. 367), datado entre finais do século V e inícios do seguinte.

Como primeira aproximação ao comércio revelado pelos achados de Crestuma, pode sublinhar-se uma forte componente atlântica, quer pela origem da TSHT, que viria do Norte talvez até Vigo (Fernández Fernández, 2010, p. 376, 380), sendo aí embarcada até ao Douro; quer no que toca à TSA e TSF, procedentes do Sul igualmente por via marítima.

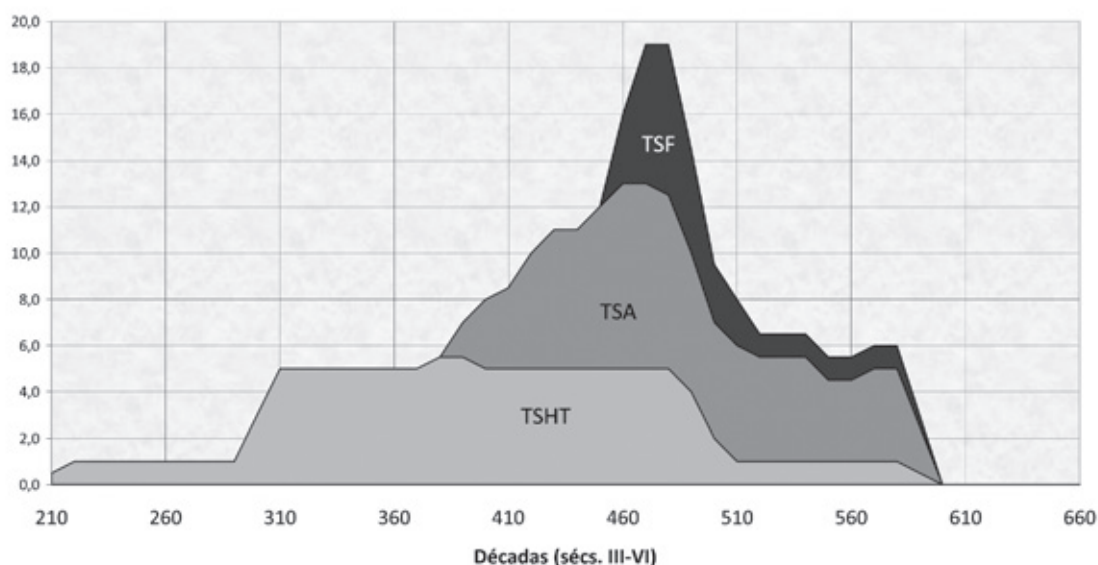


Figura 7 – Distribuição cumulativa dos fabricos de *terra sigillata* (NMI) ao longo do intervalo da sua produção.

De um ponto de vista absoluto, parece que, à semelhança de Braga (Quaresma; Morais, 2012, p. 375-6), o maior conjunto de importações de longa distância parece ser de TSA, mas se compararmos as importações e consumo de *sigillata* norte-africana, no mesmo período, com a TSF, verificamos que esta é a mais numerosa entre os fins do séc. V e os inícios do VI, como se observou também em Vigo (*Idem*, p. 382). Da mesma forma, em Braga, considerando a maior concentração de cerâmica focense a partir do terceiro quartel do séc. V, verifica-se um equilíbrio entre TSF e TSA (Quaresma; Morais, 2012, p. 376), enquanto que em Crestuma, só os fragmentos da forma Hayes 104 ou, noutros contextos, da Hayes 105 os acompanham. E é de salientar também a maior percentagem da forma Hayes 3C, seguida pela Hayes 3E, logo substituída pela Hayes 3F, para o segundo quartel do séc. VI. Também em Vigo (Fernández Fernández, 2010, p. 376, 380) é referido que a TSF substitui e inclusivamente ultrapassa a TSA no séc. VI enquanto que no séc. V o comércio ainda é dominado pela TSA.

6. CERÂMICA CINZENTA TARDIA

Este grupo cerâmico das épocas tardo-antiga e alto-medieval terá sido pela primeira vez individualizado no nosso País no estudo dos materiais provenientes das escavações luso-francesas de Conímbriga, sob a designação de “*céramiques grises du Bas-Empire*”, já então englobando quer as louças importadas, quer os fabricos locais que acusassem influência formal ou estilística das produções exógenas (Delgado, 1976, p. 65).

Todavia, foi a partir dos achados feitos em *Bracara Augusta* e depois em Dume e outros locais que o estudo e designação desta cerâmica se consolidaram (Gaspar, 1985; 1995; 2000; 2003; Fontes; Gaspar, 1997; Delgado; Morais, 2009, p. 61-69; Martínez, 2013), definindo-se claramente os dois grandes grupos em que pode classificar-se: o Grupo 1, correspondente às peças que imitam ou se inspiram de forma evidente em formas de *sigillata* norte-africana, focense ou gálica; o Grupo 2

integrando as formas comuns onde aquelas características não se evidenciam⁶.

Naturalmente, estas cerâmicas ocorrem também em outros contextos tardo-antigos pelo menos do Norte e Centro do País como é o caso do Convento da Costa, Guimarães (Freitas, 2013; Freitas; Real, 2014), do casal romano da Malafaia, Arouca (Silva, 2004; Silva; *et al.*, 2008; Silva; Lemos; Ribeiro, 2013) ou do castro de Valinhas, também em Arouca (Silva, 1995; 2004; Silva; Ribeiro, 1999), mas esses conjuntos ou são pouco numerosos, ou não se encontram ainda devidamente estudados, o que reforça o interesse do acervo de cinzentas tardias de Crestuma.

À semelhança do que se verifica em Braga, também em Crestuma se destaca neste grupo cerâmico um conjunto de recipientes de fabrico mais cuidado, constituídos exclusivamente por formas abertas que parecem imitar, com maior ou menor fidelidade, formas da *sigillata* tardia, parecendo residir nas DSP a principal fonte de inspiração (Fig. 8), reconhecendo-se, desta maneira, entre os tipos gálicos, um prato Rigoir 1 (Fig. 8, nº 7), taças Rig. 22 (Fig. 8, nº 3), tigelas Rig. 6 (nºs 4 e 5) e Rig. 16 (nºs 1 e 2), entre as formas menos claras ou aqui não representadas, como é o caso de um almofariz Rig. 29. Menos comuns parecem ter sido as imitações de *sigillata* norte-africana ou focense, podendo talvez interpretar-se um fragmento de bordo em aba como inspirado na forma Hayes 57 (Fig. 8, nº 6).

Bem mais representados estão os recipientes que podemos integrar no Grupo 2, correspondendo a modelos autóctones. Ilustram-se aqui algumas formas abertas, como taças (Fig. 8, nºs 8-10), pratos (nºs 12-13) e tachos de asa interior (nº 11); sendo todavia largamente predominantes as fechadas (Silva; Carvalho, 2014, p. 903-5), como jarros (Fig. 8, nº 14), potes (nºs 15-19) ou panelas (nº 20).

Nas cerâmicas cinzentas tardias de Crestuma está praticamente ausente qualquer decoração, salvo uma ou outra canelura ou moldura. Ao mes-

⁶ Vejam-se, para análise mais detalhada dos estudos sobre este grupo cerâmico, Silva; Carvalho, no prelo e Silva; *et. al.*, no prelo.

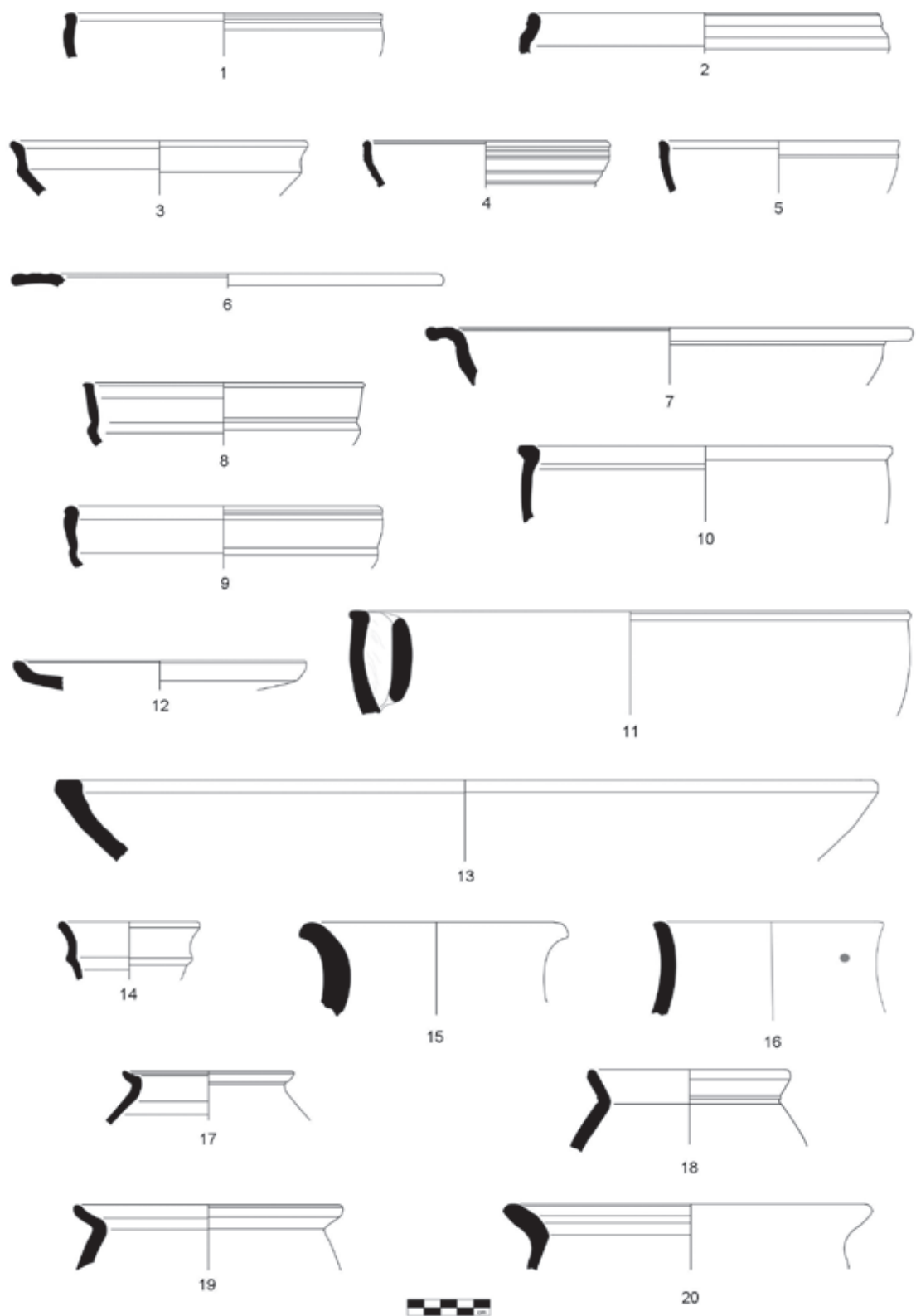


Figura 8 – Cerâmica Cinzenta Tardia.

mo tempo, observa-se em exame preliminar, dado que não foram feitas análises arqueométricas, uma notória diversidade de pastas e tratamento de superfícies, tanto entre as formas do Grupo 2, como do Grupo 1, variabilidade que tanto pode ser lida como resultado de diferentes centros produtores, como da própria diacronia e evolução destes tipos, considerando a longa perduração de alguns deles.

As questões mais prementes acerca destas cerâmicas serão certamente as da sua cronologia e locais de produção. Na verdade, se para os exemplares do Grupo 1 a datação pode ser inferida a partir dos modelos – essencialmente formas das *Derivadas das Sigillatae*, *Paleocristãs* (DSP) e aparentemente em menor quantidade também tipos norte-africanos e fozenses – o que traduz um enquadramento geral centrado nos séculos V e VI; já as formas comuns, locais, do Grupo 2, apresentam maiores dificuldades. Na verdade, como assinalam os diversos autores que têm tratado estas cerâmicas, observa-se uma grande perduração das formas-tipo, nomeadamente potes e painéis, numa sequência temporal que pode estender-se até aos séculos X ou XI (Fontes; Gaspar, 1997), variando apenas as pastas e um ou outro morfotipo.

Já quanto aos centros de produção, os estudos arqueométricos indicaram claramente as argilas da bacia do Prado como matéria-prima da maioria das cinzentas tardias da região bracarense, distintas das cerâmicas similares encontradas em Lugo, por exemplo (Fontes; Gaspar, 1997; Gaspar, 2000; 2003). Na verdade, parece observar-se nesta região uma tradição de produção cerâmica com argilas bastante depuradas, uma manufactura relativamente cuidada e cozedura em ambiente redutor que remontará às cerâmicas cinzentas finas e cinzentas finas polidas do Alto Império, muito comuns nos castros e outros sítios romanizados do Norte de Portugal. Talvez uma parte desses centros produtores se tenham mantido activos durante os séculos seguintes, adaptando a produção às necessidades do mercado e, porventura, desenvolvendo mesmo uma “linha de fabrico” de louça de cozinha mais utilitária a par da execução dos modelos mais eruditos e requintados que imita-

vam a louça de mesa importada, um pouco à semelhança de certos centros oleiros de louça preta de época moderna, que a par dos púcaros e painéis para o dia-a-dia não deixavam de executar alguma olaria fina, de decoração mais elaborada.

7. MATERIAL ANFÓRICO E *DOLIA*

O material de armazenagem e transporte romano e tardo-antigo constitui um dos conjuntos cerâmicos mais vastos provenientes do sector P, representando 13% dos contextos aqui apresentados. O acervo mais significativo é o das ânforas, com 409 peças, sendo residuais os fragmentos de *dolia* (46).

A distribuição do material anfórico por proveniência entre os fabricos reconhecidos, uma vez que o estudo está ainda em curso (Branco, 2014; Silva; Pereira; Carvalho, no prelo), traduz uma larga predominância dos tipos do Mediterrâneo oriental, com 75% das ocorrências e NMI 10⁷, estando as produções africanas documentadas por 11% dos fragmentos (NMI 4) e as ibéricas apenas por 6% mas um NMI de 9 (Quadro 3).

A análise tipológica, limitada pelo escasso número de bordos e outros elementos determinantes (Quadro 3; Fig. 9) revela a exclusividade dos diferentes tipos de *Late Roman Amphorae* (Silva; Guimarães, 2013a, p. 13), principalmente a LRA 1 (Fig. 9, nºs 1-4, com 46%) e a LRA 2 (Fig. 9, nºs 5-6, com 38%⁸) com presenças diminutas de LRA 3 (Fig. 9, nº 7, 4%) e LRA 4 (2%), ou seja na hierarquia de representação aparentemente mais comum nos contextos atlânticos (Reynolds, 1995, p. 80).

Entre as produções africanas distinguem-se apenas dois tipos, em resultado de igual número de

⁷ Indicam-se os Números Mínimos de Indivíduos, não obstante a escassez de elementos distintivos, cruzando os números máximos de bordos e asas, não deixando de recordar as dificuldades da metodologia de quantificação destes contentores cerâmicos assinaladas por A. Hesnard (1998).

⁸ Não obstante, dadas as pequenas dimensões de certos fragmentos, admitimos algumas dúvidas na classificação de algumas peças, elemento que no essencial não desvirtua o quadro quantitativo geral que aqui apresentamos pela primeira vez.

Fabricos	Tipos	Bordo	Asa	Pança	Fundo	Tampa	Frag.	%	NMI
ORIENTAIS	LRA 1	5	2	136			143	46,6	3
	LRA 2	3	2	109		1	115	37,5	3
	LRA 3	1		11			12	3,9	1
	LRA 4			5			5	1,6	1
	Indeterminadas		2	30			32	10,4	2
	Subtotal	9	6	291	0	1	307	75,1	10
AFRICANAS	Keay 62A; Bonifay 46	1					1	2,2	1
	Spatheion, Keay 26, Bon. 31	1					1	2,2	1
	Indeterminadas		3	40			43	95,6	2
	Subtotal	2	3	40	0	0	45	11,0	4
IBÉRICAS	Lusitana, indetermin.		2	1			3	12,5	2
	Bética, indetermin.		5	10			15	62,5	5
	Bueu		1	4			5	20,8	1
	Almagro 50, Keay 22		1				1	4,2	1
	Subtotal	0	9	15	0	0	24	5,9	9
INDETERM.	Indeterminadas	1	1	31			33	8,1	1
Totais		12	19	377	0	1	409		24

Quadro 3 – Distribuição das Ânforas por fabricos e tipos.

bordos, uma Keay 62A/Bonifay 46 (Fig. 9, nº 8) e uma Spatheion/Keay 26/Bonifay 31 (Py, 1993: VV.AA., 2003; Bonifay, 2004) (Fig. 9, nº 9); Silva; Guimarães, 2013a, p.13). Por fim, o lote dos fabricos ibéricos revela significativa diversidade, decorrente especialmente da observação das pastas, dada a escassez de elementos típicos. Parecem assim reconhecer-se produções lusitanas, béticas e até alguns fragmentos atribuíveis ao centro oleiro viguês de Bueu, sem que possa precisar-se a sua tipologia (Morais, 2005, p. 133-5; 2007), para além de uma asa correspondente a um exemplar Almagro 50/Keay 22.

Do ponto de vista cronológico, o material anfórico traduz um universo globalmente balizável entre os séculos IV e VI, sendo a Almagro 50 o único tipo que admite uma datação ainda do século III (Almeida; Raposo, 2014), que aqui, e em confronto com o restante conjunto, nos parece bastante improvável. Considerando as recentes análises feitas para a cidade de Vigo e outros contextos do Noroeste, talvez a expressiva presença de LRA 1 possa articular-se com a grande difusão desta forma nas primeiras

décadas do século V (Fernández Fernández, 2013, p. 118, 125-9); enquanto a ocorrência igualmente significativa de LRA 2 corresponderá porventura ao incremento comercial traduzido por este tipo de contentores já entre finais do século V e os meados do VI (*Idem*, p. 147). Algumas das formas representadas em Crestuma admitem mesmo cronologias mais tardias, como é o caso das *Late Roman Amphorae* ou da Keay 62A, que este Autor situou entre o 2º quartel do séc. V e os meados do VI (Keay, 1984, p. 348-50) mas que foi datada do primeiro terço do séc. VII em contextos de Cartagena (Ramallo; Ruíz; Berrocal, 1997, p. 208; Vizcaino, 2005, p. 80; Reynolds, 2011).

Estes recipientes anfóricos são maioritariamente associados ao transporte de vinho ou seus derivados, embora existam tipologias ligadas a outros produtos, como é o caso das lusitanas e das ânforas de fabrico bético, embora em número bem inferior. Não obstante o NMI relativamente baixo destes contentores, a diversidade de formas e de pastas, a par de alguma amplitude temporal, revela-se muito interessante para caracterizar uma actividade comercial

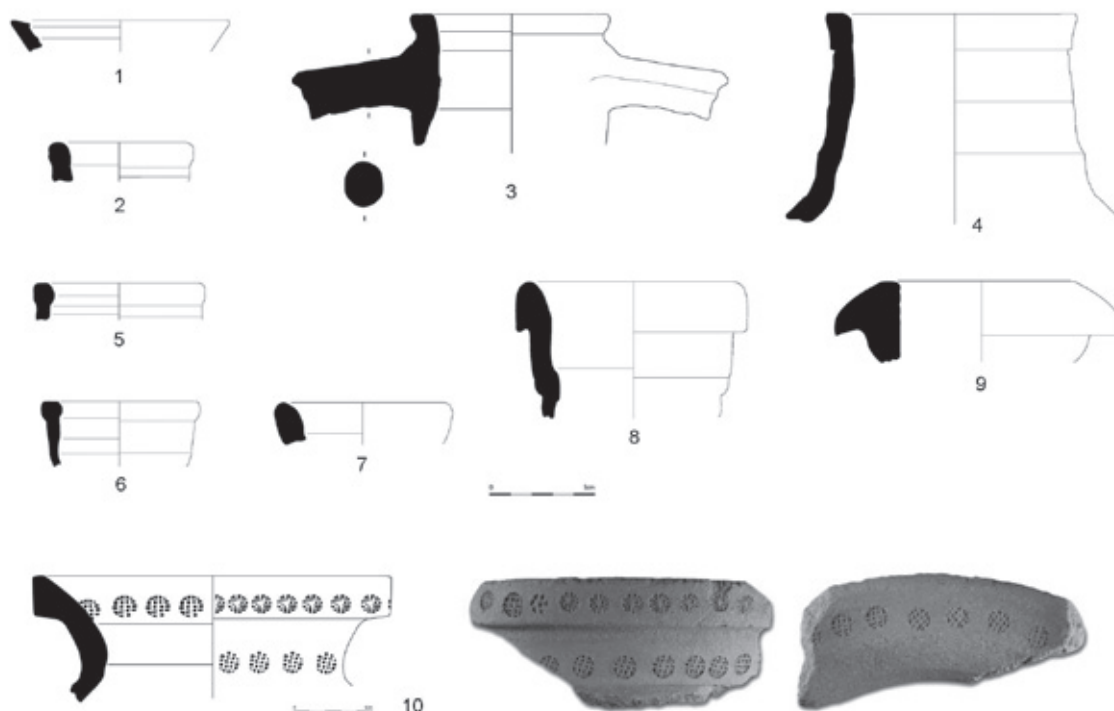


Figura 9 – Cerâmica de transporte e armazenamento: ânforas e *dolia*.

de largo espectro com origem por toda a bacia mediterrânica, desde o Médio Oriente, e que atingiu a costa atlântica desde Portugal às ilhas britânicas.

No que respeita aos *dolia*, observa-se uma representação muito escassa, devido certamente à natureza dos contextos seleccionados. Identificam-se apenas 46 fragmentos e entre eles apenas dois bordos, se bem que através das tipologias de pastas possa propor-se um NMI de 4 elementos.

Um dos bordos pode integrar-se no Tipo 2 da macro-tipologia proposta recentemente para o território português (Pereira, 2011b; 2012; no prelo), apresentando uma tipologia similar a outros exemplares recolhidos no Castro de Guifões, Matosinhos (Lima; Pereira, 2014) ou *Tongobriga*, Marco de Canaveses (Pereira, no prelo), estando enquadrado num horizonte cronológico variável entre os séculos IV e V. O segundo exemplar (Fig. 9, nº 10), de cronologia afim, apresenta o curioso detalhe de exibir decoração estampilhada (rosetas circulares de pontos) no exterior e interior do bordo (Silva; Guimarães, 2013a, p. 13; Silva; Pereira; Carvalho,

no prelo) e tem paralelo em *Tongobriga* (Pereira, no prelo) e outros locais.

8. CONCLUSÃO

O espólio destes contextos estratigráficos parece-nos muito interessante, mesmo considerando as condições particulares da formação dos depósitos secundários de onde provém, em dois planos.

Por um lado, tendo em conta a reduzida área de onde foram exumados estes materiais, apenas 32 m² (se bem que na prática resultem do deslocamento de depósitos situados a cota superior, como explicámos), deve ressaltar-se a significativa diversidade de proveniências e fabricos das cerâmicas, quer entre as *sigillatae* e as ânforas, quer nas cinzentas tardias (como sugere a diversidade das pastas), quer ainda entre a “cerâmica comum”, que aqui não apresentamos.

Noutro registo, o cronológico, parece observar-se, sobretudo a partir da análise da *terra sigillata*, uma assinalável concentração de produções da-

tadas dos séculos V e VI, o que é reforçado pela presença das cinzentas tardias do Grupo 1, não é desmentido pela representação anfórica e encontra igual confirmação a partir dos vidros. Esta proposta de datação, relativamente homogénea, para o contexto, que aguarda validação pelas datações radiocarbónicas e, naturalmente, um estudo ainda mais fino dos artefactos, será muito interessante, a confirmar-se, para o enquadramento da diversificação da cerâmica comum.

Com efeito, se em trabalhos anteriores aventamos a hipótese de que estes depósitos poderiam simplesmente reflectir a larga diacronia de ocupação do sítio, uma análise mais atenta do seu espólio revela agora a presença muito residual de cerâmicas posteriores ao século VI, nomeadamente ânforas e *sigillatae*, sugerindo porventura que o local tenha sido abandonado pelos séculos VII/VIII, ou que, pelo menos, os fenómenos deposicionais que originaram a sequência estratigráfica terão tido lugar em data anterior a posteriores (re)ocupações.

Por fim, a mesma variedade de origens e produções cerâmicas, com a presença de louça de mesa fina e, pelo menos, algumas dezenas de ânforas para transporte de vinho e porventura outros produtos, parece reforçar a proposta de interpretação do local como contexto portuário (Silva; Guimarães, 2011; 2013a; Silva; Pereira; Carvalho, no prelo), que seria assim entre os séculos V e VI um ponto receptor e certamente redistribuidor de bens de consumo mediterrânicos, provavelmente em articulação com *Portocale*, que nessa época parece ganhar uma certa centralidade, como também com outros núcleos urbanos da região e ainda, porventura, com as zonas mineiras de Valongo e Gondomar, na margem oposta.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos A. F. (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho, desde as origens até 1220*. Trabalho complementar para apresentação de provas de doutoramento em História da Arte apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Texto dactilografado.

ALMEIDA, Carlos A. F. (1989) – Castelos e cercas medievais, séculos X a XIII. In MOREIRA, Rafael, dir. – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, p. 38-54.

ALMEIDA, Carlos A. F. (1992) – Castelos medievais do Noroeste de Portugal. In *Finis Terrae. Estudios en Lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Universidade, p. 371-85.

ALMEIDA, Rui R.; RAPOSO, Jorge M. C. (2014) – Almagro 50 (Lusitania occidental). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. Consulta em 23.05.2014. Disponível em <http://amphorae.icac.cat/tipol/view/14>.

[ATLANTE] = CARANDINI, Andrea, coord. (1981) – *Atlante delle Forme Ceramiche*. I. Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana.

BONIFAY, Michel (2004) – *Etudes sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress (BAR IS).

BRANCO, Ana (2014) – *Os vestígios de Ânforas do Castelo de Crestuma*. Porto: Texto dactilografado. Trabalho realizado no âmbito da Licenciatura em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena (2013) – Nuevos datos estratigráficos para el conocimiento de la TSHT en *Augusta Emerita* (Mérida, Badajoz). *Ex Officina Hispana. Cuadernos de la SECAH*. 1. Madrid, p. 91-116.

DELGADO, Manuela (1976) – Céramiques grises du Bas-Empire. In ALARCÃO, J.; ETIENNE, R., dirs. – *Fouilles de Conimbriga*. 6. Paris: Diffusion E. de Boccard, p. 65-9, 134-5.

DELGADO, M.; MORAIS, R. (2009) – *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*. S.l.: CITCEM.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo (2010) – Resultados preliminares del estudio de la T.S. Focense (LRC) aparecida en Vigo (Galiza, España). *Rei Cretariæ Romanæ Favtorvm. Acta 41*. Bonn: *Rei Cretariæ Romanæ Favtorvm*, p. 375-84.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo (2013) – *O comercio tardo-antigo no Noroeste peninsular. Unha análise da Gallaecia sueva e visigoda a través do rexistro arqueolóxico*. Noia: Toxosoutos.

FONTES, L.; GASPAR, A. (1997) – Cerâmicas da região de Braga na transição da Antiguidade Tardia para a Idade Média. In ARCHIMBAUD, G. D. – *La Céramique Médiévale en Méditerranée. Actes du VIe Congrès de l'AIECM2*. Aix-en-Provence: Narration Éditions, p. 203-12.

- FREITAS, Lília (2013) – *Contributo para o estudo das cerâmicas comuns do Mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães)*. Dissert. Mestrado apresentada à Univ. Minho. Braga. Texto dactilografado.
- FREITAS, Lília; REAL, Manuel (2014) – Contributo para o estudo das cerâmicas medievais (sécs.VI/VII a XIII) do mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães). In DE MAN; et Al., coord. – *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal – séculos XI a XIII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 223-38.
- GASPAR, Maria Alexandra (1985) – Escavações arqueológicas na Rua de N.ª. S.ª. do Leite. *Cadernos de Arqueologia*. Série 2 (2). Braga, p. 51-125.
- GASPAR, Maria Alexandra (1995) – Cerâmicas medievais de Braga. In 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993). *Actas*. 8 (*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*; 35.4). Porto, p. 253-70.
- GASPAR, Maria Alexandra (2000) – *Contribuição para o estudo das Cerâmicas Cinzentas dos séculos V-VI d.C. de Braga*. Dissert. Mestrado apresentada à Univ. Minho. Braga: Instituto de Ciências Sociais. Texto dactilog..
- GASPAR, Maria Alexandra (2003) – Cerâmicas cinzentas da Antiguidade Tardia e Alto-medievais de Braga e Dume. In *Anejos de Archivo Español de Arqueologia*. 28. Madrid, p. 455-81.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993a) – Alguns materiais arqueológicos de estações da margem sul do Rio Douro: as tegulae. *Lycerna, Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos*. Porto, 2.ª série, 3, p. 217-35.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993b) – *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*. V. N. Gaia: Câmara Municipal/Solar Condes de Resende.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; GUIMARÃES, Susana Gonçalves (2001) – O Castelo de Crestuma, uma estação arqueológica quase desconhecida. *Al-Madan*. 2ª série. 10. Almada, p. 43-7.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P. (2010) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma. Vila Nova de Gaia. Projecto CASTR'UÍMA*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História, Arqueologia e Património. Texto dactilografado.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura; PINTO, Filipe S. (2013) – O Complexo Arqueológico de Crestuma – Resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas. In PINTO, F. M. S., coord. – *Terra de Santa Maria: espaços de cultura em debate no 10.º aniversário da revista Villa da Feira*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, p. 45-67.
- HAYES, John (1972) – *Late Roman pottery*. London: The British School at Rome.
- HAYES, John (1980) – *Supplement to Late Roman pottery*. London: The British School at Rome.
- HESNARD, Antoinette (1998) – Des amphores pour l'histoire du commerce. Que compter et pourquoi. In ARCELIN, Patrice; TUFFREAU-LIBRE, Marie, dir. (1998) – *La quantification des céramiques. Conditions et protocole. Actes de la table-ronde (...) du Mont Beuvray*. Glux-en-Glenne: C.A.E. (Bibracte ; 2), p. 17-22.
- KEAY, Simon J. (1984) – *Late Roman Amphorae in the Western Mediterranean. A typology and economic study: the Catalan evidence*. Oxford. (BAR International Series; 196).
- LIMA [PIRES], Conceição; PEREIRA, Pedro (2014) – Os Recipientes de Tipo *Dolium* no Castro de Guifões (Guifões, Matosinhos): novos dados para o estudo da romanização de um castro marítimo. *Al-Madan Online*. 2ª Série. 18 (Tomo 2). Almada: Jan. 2014, p. 125-130. Consulta em 15.04.2014. Disponível em <http://issuu.com/almadan/docs>.
- MARTÍNEZ PEÑIN, Raquel (2013) – Estudio preliminar de las producciones cerámicas tardoantiguas y altomedievales localizadas en la ciudad de Braga (Portugal). *Estudios Humanísticos. Historia*. 12. León, p. 65-89.
- MAYET, Françoise (1984) – *Les Céramiques Sigillées Hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain*. Paris: Diff. Du Boccard.
- MORAIS, Rui (2005) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Braga: UAUM/NARQ. 2 vols.
- MORAIS, Rui (2007) – Ânforas de Tipo *Urceus* de produção bética e produções regionais e locais do NW peninsular. In Bernal Casasola, Darío; Lagóstena, L.; Arévalo, Alicia, eds. – *Cetariae 2005: Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad: actas del congreso internacional (Cádiz, 7-9 Nov. 2005)*. Oxford: Archaeopress, p. 401-15.
- PAZ PERALTA, Juan A. (1991) – *Cerâmica de mesa romana de los siglos III al VI en la provincia de Zaragoza*. I. Zaragoza: Institución Fernando el Católico.
- PEREIRA, Pedro (2011a) – Trabalhos arqueológicos no Castelo de Crestuma (Crestuma, Vila Nova de Gaia) – Campanha de 2011. *CEM. (Cultura, Espaço & Memória)*; 2). Porto, p. 303-5.
- PEREIRA, Pedro (2011b) – Uma história de *dolia*: uma primeira análise aos recipientes cerâmicos de armazenagem de Vale do Mouro (Coriscada, Meda). *CEM. (Cultura, Espaço & Memória)*; 2). Porto, p. 75-82.
- PEREIRA, Pedro (2012) – Materiais esquecidos. O espólio cerâmico de armazenamento (*dolia*) do Alto da Fonte do Milho, Peso da Régua. *Al-Madan Online*. 2ª Série. 17 (Tomo 1). Almada: Jun. 2012, p. 170-173. Consulta em 15.04.2014. Disponível em <http://issuu.com/almadan/docs>.

- PEREIRA, Pedro (no prelo) – Os Recipientes de Tipo *Dolium* de Tongobriga – um estudo de caso. *CEM. (Cultura, Espaço & Memória*; 5). Porto.
- PY, Michel, dir. (1993) – Dictionnaire des céramiques antiques (Vlle s. av. n. è.-Vlle s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan) [Dicocer 1]. *Lattara* 6. Lattes. Reemp. 2007. Disp. em <http://syslat.on-rev.com/DICOCER/d.index.html>.
- QUARESMA, José Carlos; MORAIS, Rui (2012) – Eastern Late Roman Fine Ware imports in Bracara Augusta (Braga, Portugal). In *Rei Cretariae Romanae Favtorvm Acta* 42. Bonn: *Rei Cretariae Romanae Favtorvm*, p. 373-83.
- RAMALLO ASENSIO, Sebastián; RUÍZ, E.; BERROCAL, M. C. (1997) - Un contexto cerámico del primer cuarto del siglo VII en Cartagena. In *Contextos ceràmics d'època romana tardana i de l'alta edat mitjana (segles IV-X). Taula Rodona. (Arqueo Mediterrània*; 2). Barcelona, p. 203-28.
- REYNOLDS, Paul (1995) – *Trade in the Western Mediterranean, AD 400-700: The ceramic evidence*. Oxford: *Tempvs Reparatvm*.
- REYNOLDS, Paul (2004) – The Roman pottery from the Trinconch Palace. In HODGES, R; BOWDEN, W.; LAKO, K., eds. – *Byzantine Butrint excavations and surveys 1994-1999*. Oxford, p. 224-395.
- REYNOLDS, Paul (2011) – A 7th century deposit from Byzantine CarthagoSpartaria(Cartagena, Spain). In CAU, M.A.; REYNOLDS, P.; BONIFAY, M. – *LRFW 1. Late Roman Fine Wares. Solving problems of Typology and Chronology. A review of the evidence, debate and new contexts*. Oxford: Archaeopress (RLAMP; 1), p. 99-128.
- SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Texto dactilografado .
- SILVA, António Manuel S. P. (1995) – Escavações arqueológicas em S. João de Valinhas. Do primitivo castro ao castelo de Arouca. *Polígrafa*. 4. Arouca, p. 199-220.
- SILVA, António Manuel S. P., coord. (2004) – *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal.
- SILVA, António Manuel S. P. (2007) – *Revisão do Plano Director Municipal de V. N. Gaia: Património Arqueológico; Património Geomorfológico. Relatório Final*. V. N. Gaia. Disp. em <http://www.gaiurb.pt/pdm.htm>.
- SILVA, António Manuel S. P. (2013) – Arqueologia do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia). Resultados preliminares da campanha de 2013. *Revista de Portugal*. 10. Vila Nova de Gaia, p. 5-13.
- SILVA, António Manuel S. P. (2014) – El Castillo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, Portugal). Entre la romanidad tardia y la edad media: los retos de un sitio complejo. In *Las fortificaciones en la tar-doantigüedad: Elites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.)*. Madrid: La Ergástula, p. 389-99.
- SILVA, António Manuel S. P.; CARVALHO, Teresa P. (2014) – Originalidade e tradição clássica na cerâmica local e regional tardo-antiga do castelo de Crestuma (V. N. Gaia, Portugal). In Moraes, R.; Fernández, A.; Sousa, M. J. (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. S.l. [Porto-Madrid]: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Ex Officina Hispana, p. 381-396. ISBN 978-989-8648-35-8 [Monografias Ex Officina Hispana, 2].
- SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2011) – O Castelo de Crestuma revelado pela Arqueologia. As principais fases de ocupação do sítio arqueológico. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. 13 (73). Vila Nova de Gaia, p. 5-13.
- SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2013a) – *Castelo de Crestuma: a arqueologia em busca da história*. Vila Nova de Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia, EM/ASCR-Confraria Queirosiana.
- SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2013b) – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia e a ocupação tardo-antiga no Baixo Douro. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. [DVD]. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 883-93.
- SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo A. P.; RIBEIRO, Manuela C. S. (2013) – O Casal tardo-romano da Malafaia (Arouca), exemplo de uma modalidade de ocupação romana menos conhecida no Norte de Portugal. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. [DVD]. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 865-71.
- SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa P. (no prelo) – Conjuntos cerâmicos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, N. Portugal): primeiros elementos para uma sequência longa (Sécs. IV-XI). In *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo (Silves, 22-27 de Outubro de 2012)*.
- SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela C. S. (1999) – A intervenção arqueológica em S. João de Valinhas (Arouca, Aveiro). Do povoado castrejo ao castelo da Terra de Arouca. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida – In memoriam*. 2. Porto: Faculdade de Letras, p. 363-74.
- SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura (2014) – Cerâmica do período da “Reconquista” (séculos X-XI) proveniente do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia). In DE MAN; et AL., coord. – *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal – séculos XI a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 205-22.

SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo; ABREU, João; RIBEIRO, Manuela (2008) – La estación romana de Malafaia, en el extremo noroeste de la Lusitania. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; et Al., eds. – *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función. 4º Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*. Gijón: Trea, p. 719-29.

SOUSA, Arlindo de (1945) – Nótulas arqueológico-históricas. Vila-da-Feira Lusitano-Romana (...). *Anales de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*. Ano 10 (2). Madrid, p. 399-412.

SOUSA, Arlindo de (1957) – *Estudos de Arqueologia, Etnologia e História. Antiguidades do Município de Gaia: Civilizações Pré-romanas, Romana e Romana Portuguesa*. Rio de Janeiro.

VIZCAÍNO SÁNCHEZ, Jaime (2005) – Carthago Spartaria en época bizantina. Aspectos de la vida cotidiana. In RUÍZ VALDERAS, E., coord. – *Bizancio en Carthago Spartaria. Aspectos de la vida cotidiana*. Cartagena: Museu Arqueológico Municipal, p. 43-137.

VV.AA. (2003) – *Dictionnaire des céramiques anciennes. Dicocer 3*. [Em linha]. [Consulta em 28.04.2014]. Disponível em <http://syslat.on-rev.com/DICOCER/d.index.html>.